

ANTONIO CARLOS PINHEIRO

O ensino de Geografia
no **Brasil**



Catálogo

de Dissertações e Teses

Ensino de Geografia no Brasil:
catálogo de dissertações e teses
(1967-2003)

Antonio Carlos Pinheiro
Organizador

Ensino de Geografia no Brasil:
catálogo de dissertações e teses
(1967-2003)

João Pessoa – 2020

© 2021 Antonio Carlos Pinheiro

Direitos de publicação reservados à:

ANTONIO CARLOS PINHEIRO

1ª edição

Projeto gráfico e editoração: Franco Jr.

Capa: Lenice Marques Teixeira

Revisão: Sueli Dunk

2ª edição

Projeto gráfico: Edvan Lima

Diagramação: Edvan Lima

Revisão: David Luiz Rodrigues de Almeida e Eduardo Souza Falcão

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)

E59 O ensino de Geografia no Brasil: catálogo de dissertações e teses (1967-2003) / organizado por Antonio Carlos Pinheiro. – 2ª ed. – João Pessoa: Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (GEPEG), 2020.
361 p.

ISBN 85-89779-16-5

1. Geografia – catálogo. 2. Ensino de geografia – Brasil – teses e dissertações. 1. Pinheiro, Antonio Carlos (org.). II Título

1ª ed. Editora Viera – Goiânia, GO, 2005

2ª ed. GEPEG – João Pessoa, PB, 2020

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

2020

APRESENTAÇÃO

O livro de Antonio Carlos Pinheiro é uma versão revisada e atualizada de parte de sua tese de doutorado defendida na Unicamp, em 2003, que apresenta levantamento sistemático, análise e interpretação da produção acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil, no âmbito dos cursos de pós-graduação das universidades brasileiras, a partir de 1972.

São objetos deste trabalho 317 dissertações e teses sobre o ensino de Geografia, de 1967 a 2003, interpretadas tendo em vista sua classificação quanto à distribuição pelo território brasileiro, ano de defesa, nível escolar de estudo, gênero de trabalho acadêmico e focos temáticos.

O livro inicia com um capítulo que aborda a pesquisa geográfica no âmbito da universidade brasileira, desde a instalação dos cursos de pós-graduação no Brasil, destacando políticas recentes desses cursos, linhas de pesquisa, área de concentração. Em seguida, no Capítulo 2, apresenta uma caracterização de pesquisas sobre o ensino de Geografia no Brasil, com ano de defesa das dissertações e teses e nível escolar definido como objeto das pesquisas. No Capítulo 3, há uma classificação das pesquisas analisadas por gênero e por focos temáticos. Os gêneros dos trabalhos

acadêmicos encontrados foram: pesquisa de análise de conteúdo; estudo de caso; estudo comparativo/correlacional; relato de experiência; pesquisa bibliográfica e documental; pesquisa-ação; pesquisa experimental. Os focos temáticos verificados foram: prática docente e educativa; representações espaciais; educação ambiental; currículos e programas; conteúdo-método; formação de professores; formação de conceitos, livro didático; história da geografia escolar; características dos alunos; estudos sociais. No Capítulo 4, apresenta um catálogo com resumo dos textos e registro de suas principais características: dados bibliográficos e descritores.

Segundo o autor, o número dos trabalhos nessa área tem aumentado bastante nos últimos anos e eles têm se constituído em ricos diagnósticos da Geografia ensinada e produzida no País, fornecendo parâmetros para avaliação de propostas curriculares, de políticas educacionais, de livros didáticos, de metodologias e de procedimentos empregados no ensino. Outra evidência apontada na pesquisa é a de que os estudos analisados dialogam muito pouco entre si, o que indica a pouca divulgação de cada um deles para os pesquisadores do ensino de Geografia. É um estudo realizado com bastante competência e cuidados acadêmicos e vem ao encontro de expectativas do grupo de pesquisadores de ensino de Geografia do Brasil, que tem apontando, em momentos de encontros regionais e nacionais e em congressos, a necessidade de investigar a produção nessa temática, uma vez que ela já é consistente e apresenta um amplo e diversificado conjunto de reflexão, como pode ser atestado pelo número de pesquisas encontradas e pela diversidade de enfoques temáticos.

Assim, o livro atende a um desejo dos pesquisadores da área de dar visibilidade aos trabalhos realizados no âmbito da Academia, incentivando a continuidade e o aprofundamento dos estudos, consolidando uma linha de pesquisa institucional. Porém, há uma outra contribuição importante deste trabalho que deve ser destacada: a possibilidade de apresentar esse volume de estudos a um público que na maioria das vezes não tem acesso às pesquisas sobre o ensino, embora sejam sujeitos dessas pesquisas, que são, sobretudo, os professores de Geografia que atuam em salas de aula

dos ensinos fundamental e médio. É relevante todo esforço nesse sentido, pois afinal é pela necessidade de compreender melhor as práticas desses professores e de encaminhar possibilidades mais fecundas dessas práticas que se justificam as pesquisas nessa área.

De fato, nas discussões teóricas, nas pesquisas no âmbito das universidades brasileiras, percebe-se um forte desejo de melhorar a qualidade das práticas do ensino de Geografia. Nesse sentido, surgem frequentemente novas propostas pedagógicas, novos espaços e novas propostas de formação e de profissionalização docentes. A sociedade tornou-se mais complexa, colocando novas exigências de formação profissional para cumprir demandas da prática de ensino. As pesquisas acadêmicas têm o papel de sistematizar análises da prática que deem conta da complexidade e das novas exigências, o que interessa diretamente aos professores.

Nos últimos 20/30 anos, como demonstra Antonio Carlos, o conjunto de profissionais ligados ao ensino e especificamente ao ensino de Geografia no Brasil tem procurado produzir teorias e práticas de ensino mais de acordo com as tarefas sociais que essa área deve cumprir. Com esse intuito, investiu-se bastante na pesquisa sobre o ensino e sobre a metodologia de ensino de Geografia. Foram feitos diagnósticos, colheram-se depoimentos, foram analisados materiais, elaboradas propostas.

Com a contribuição desse conjunto de estudos e propostas, entre outros fatores, já é possível verificar importantes mudanças no trabalho de alguns professores de Geografia e na aprendizagem de muitos alunos. Porém, essas mudanças têm sido ainda pontuais e não têm resultado em grandes alterações nas representações que a sociedade tem sobre essa área de conhecimento, sobre essa disciplina escolar, principalmente sobre a importância que ela tem para a vida cotidiana das pessoas. É bastante relevante, pois, investigar em formas de divulgação das contribuições teóricas para essa problemática, como o faz Antônio Carlos, para que as pesquisas avancem no sentido da maior aproximação com a realidade cotidiana do ensino de Geografia e para que os professores possam ter

acesso a essas investigações, analisando-as e avaliando sua pertinência e relevância diante da realidade por eles vivida.

Considero que a contribuição deste livro, neste momento histórico é, portanto, inegável, e sua leitura será da maior relevância para os professores de Geografia e para aqueles que já pesquisam ou que estão iniciando estudos nessa temática.

Lana de Souza Cavalcanti
Professora Doutora da Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
------------------	----

Capítulo 1

GEOGRAFIA: ENSINO E PESQUISA	18
Breve histórico do curso superior de geografia no Brasil	19
O desenvolvimento econômico e a emergência da pós-graduação.....	24
A instalação da pós-graduação no Brasil.....	28
A reforma universitária de 1968 e a pós-graduação	32
A implementação dos cursos de pós-graduação e seus problemas	36
Os cursos de pós-graduação e a formação de professores.....	38
Políticas recentes da pós-graduação	41
Linhas de Pesquisas	46
Áreas de Concentração	49
Questões sobre a pós-graduação em geografia.....	52
Considerações	57

Capítulo 2

PESQUISAS SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS GERAIS	59
Distribuição das pesquisas por universidades e programas no território brasileiro	59
Unidades acadêmicas	74
Distribuição das dissertações e teses segundo a data de suas defesas	76
Nível escolar das pesquisas	77
Pesquisas sobre o ensino fundamental	78
Pesquisas no ensino médio	82
Pesquisas no ensino superior	83
Considerações	85

Capítulo 3

DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA POR GÊNEROS DE TRABALHO ACADÊMICO E POR FOCOS TEMÁTICOS	87
Gênero de trabalho acadêmico	88
Pesquisa de Análise de Conteúdo	91
Estudo de caso	93
Estudo comparativo/correlacional	95
Relato de Experiência	97
Pesquisa Bibliográfica e Documental	99
Pesquisa-Ação	101
Pesquisa Experimental	102
Focos temáticos	103
Prática Docente e Educativa	105
Representações Espaciais	106
Educação ambiental	110
Currículos e Programas	111
Conteúdo-Método	113
Formação de Professores	115
Formação de Conceitos	117
Livro Didático	119
História da Geografia Escolar	120

Características dos alunos	122
Estudos Sociais	124
Considerações	125

Capítulo 4

RELAÇÃO DE DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: 1967 - 2003.....	128
--	-----

Etapas e procedimentos utilizados na organização do catálogo.....	129
Relação das dissertações de mestrado - dados bibliográficos, resumos e descritores ..	143
Relação das teses de doutorado - dados bibliográficos, resumos e descritores	307

PALAVRAS FINAIS	332
-----------------------	-----

REFERÊNCIAS	335
-------------------	-----

Catálogos de dissertações e teses consultados.....	341
--	-----

ÍNDICES.....	344
--------------	-----

Índice de lugares estudados nos documentos.....	344
Índice de assuntos nos documentos.....	349
Índice de universidades.....	363
Índice de ano de realização dos trabalhos	367

INTRODUÇÃO

*Não posso investigar o pensar dos outros,
referido ao mundo se não penso.
Mas, não penso autenticamente se os
outros também não pensam.
Simplesmente, não posso pensar pelos
outros nem para os outros,
nem sem os outros.*
Paulo Freire

Este livro constitui um catálogo analítico de dissertações e teses realizadas no Brasil na área de ensino de Geografia. Foi baseado na tese de doutorado “Trajetória da Pesquisa Acadêmica sobre o Ensino de Geografia no Brasil - 1972 – 2000” realizada no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas no ano de 2003. A tese apresenta o levantamento, a sistematização, a análise e interpretação da produção acadêmica sobre o ensino de geografia no Brasil no contexto dos cursos de pós-graduação instituídos com a reforma universitária de 1968 pelo então Ministério da Educação e Cultura. Para este trabalho foram levantadas 317 pesquisas científico-acadêmicas, sendo 277 dissertações de mestrado e 40 teses de doutorado, defendidas em 46 universidades brasileiras no período de 1967 A 2003. O presente catálogo contempla os trabalhos realizados no modelo anterior instituída pela reforma universitária de 1968 até o ano de 2003. A impossibilidade de incluir as pesquisas de 2004 explica-se pelas dificuldades de localização das mesmas nas bibliotecas e nas bases de dados, uma vez que muitas ainda estão tramitando pelas secretarias de pós-graduação e pelos órgãos competentes.

No Brasil, a ideia de pesquisa na universidade começa a surgir a partir de 1930, com a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Embora existam trabalhos acadêmicos realizados em diversas áreas, será apenas em 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que se estabeleceu a pesquisa como um dos objetivos da universidade. Em 1968, com a reforma universitária, e em 1988, com a nova Constituição Federal, a pesquisa é considerada uma das funções básicas da universidade.

Uma das formas de incentivo à pesquisa nas universidades brasileiras e sua institucionalização, ocorreram com a instalação dos cursos de pós-graduação. Trata-se de cursos, em sua maioria instalados nas universidades públicas e que passaram a coordenar a pesquisa científico-acadêmica pelo território nacional, denominada aqui de “pesquisa-acadêmica”, posto que realizada no âmbito da universidade e em nível da pós-graduação. Desde então, como centro de ensino e pesquisa, a universidade orienta-se pela busca da qualidade, mediante métodos de estudos e avaliação que orientam as linhas de pesquisas e os apoios institucionais.

Com este catálogo oferece-se aos estudantes, professores e pesquisadores um conjunto de dados que caracterizam a pesquisa sobre o ensino de geografia no Brasil de 1967 a 2003, com um quadro das tendências em relação às linhas de pesquisas, à distribuição geográfica dos trabalhos, aos níveis escolares, aos gêneros de trabalhos acadêmicos e aos focos temáticos principais.

Dá-se, desse modo, visibilidade à produção acadêmica feita sobre o ensino de geografia, bem como estimula-se a realização de outras investigações na área. Além disso, procuram-se destacar as condições dessa produção, a partir das características principais contidas nas pesquisas e nos cursos de pós-graduação, no sentido também de promover o debate sobre as atuais áreas de concentração em que se localizam a geografia e as linhas de pesquisas vigentes, tanto no que se refere ao ensino da disciplina correspondente quanto a outros aspectos, o que possibilita a realização de investigações a respeito da educação geográfica nas universidades

brasileiras. Além disso, procura-se revalorizar o produto da pesquisa acadêmica como um documento histórico e teórico, resgatando sua importância no cenário acadêmico, científico e escolar.

Quando se realizou a pesquisa de doutorado, levantaram-se várias questões, dentre as quais destacam as seguintes: a existência de uma notável quantidade de pesquisas significa haver conhecimento e visibilidade entre a comunidade científica, acadêmica e escolar sobre essa produção? As pesquisas têm garantido avanços no ensino de geografia em todos os níveis escolares? Como as pesquisas se distribuem pelo território brasileiro em relação às universidades, programas e linhas de pesquisas? A crescente produção acadêmica sobre o ensino de geografia tem ampliado espaços de discussão nas universidades e nos setores oficiais e não oficiais, no sentido da sua valorização enquanto área de pesquisa? Vale destacar, com base em Gamboa (1998), que a pesquisa educacional apresenta uma complexidade implícita no aumento da diversidade da produção desde a década de 1970 até a atualidade, o que exige estudos que utilizem abordagens mais abrangentes. Diante disso, poder-se-ia ainda indagar: a pesquisa acadêmica sobre o ensino de geografia apresenta uma diversidade na sua organização?

É significativo o número de dissertações e teses na área, mas considera-se existir um desconhecimento da produção acadêmica sobre o ensino de geografia na sua totalidade no País, o que pode gerar dificuldades na transposição para a prática docente e educativa das discussões realizada na academia. Trata-se de problemas que parece terem se perpetuado na educação, revelando uma distância entre o que se produz na universidade e na educação básica. Trazer a público essas pesquisas significa a possibilidade de suscitar outros estudos analíticos, interpretativos, temáticos e avaliativos sobre a produção acadêmica e, portanto, o levantamento contido nesse estudo demonstra a importância da divulgação dos seus resultados, assim como a necessidade de “tradução” de determinados trabalhos para os professores do ensino fundamental e médio.

Como Capel (1999), entende-se ciência em um sentido amplo, como todo aquele conhecimento racional desenvolvido institucionalmente e

aceito como tal pela comunidade científico-acadêmica em um determinado contexto sócio-histórico. Nesse sentido, a pesquisa que embasou a formulação desse trabalho visa construir uma análise e interpretação contextualizada das dissertações e teses, para concomitantemente realizar correlações com o movimento da realidade atual referente ao ensino e à pesquisa no ensino de geografia.

O conjunto dos descritores para a organização deste *Catálogo* foi baseado na tese de doutorado de Pinheiro (2003) (*Trajetória da Pesquisa Acadêmica sobre o Ensino de Geografia no Brasil - 1972 – 2000*) e na tese de doutorado de Megid Neto (1999). Este último trata das tendências da pesquisa acadêmica acerca do ensino de ciências no nível fundamental no Brasil, mediante a análise de 212 documentos, entre dissertações e teses. O *Catálogo Analítico* de teses e dissertações sobre o ensino de ciências no Brasil de 1972 a 1995, coordenado também por Megid Neto e elaborado pelo Centro de Documentação em Ensino de Ciências (CEDOC), junto à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, foi tomado igualmente como material de pesquisa para a elaboração deste, o qual apresenta 572 dissertações e teses referentes ao ensino de Ciências, defendidas, no Brasil, em todos os níveis de ensino.

O crescente aumento das pesquisas sobre o ensino de Geografia no Brasil, ocorrido nas últimas décadas do século XX, acompanha uma tendência geral no campo da pesquisa educacional, revela na geografia, o interesse pelos geógrafos, sobretudo pelos professores, em estudar o ensino, em várias modalidades. Trata-se de tendência que tem-se ampliado com a instalação de vários programas de pós-graduação (Geografia e Educação) em várias universidades no país, a partir dos anos 1990.

As 317 dissertações e teses apresentadas neste *Catálogo*, além de se constituírem em objetos para a análise e interpretação, juntamente com outros tipos de fontes bibliográficas, são utilizadas como referenciais teóricos para a construção dos capítulos. O texto do livro, na sua totalidade, não é linear, uma vez que há reincidências teóricas para a construção dos capítulos. As referências dos documentos estão diluídas em vários itens,

o maior ou menor número de citações resulta do acesso que tivemos às pesquisas. Decidiu-se por abolir a alternativa “outros”, ao se classificar dos documentos nos gêneros de trabalhos acadêmicos e nos focos temáticos, pode haver discordâncias do autor da pesquisa em relação ao critério utilizado. Quanto a isso, assumem-se os possíveis equívocos, deixando para futuros pesquisadores, outras análises derivadas das pesquisas acadêmicas na área em questão.

Para dar visibilidade aos documentos citados no texto, decidimos além da referência do sobrenome do(a) autor(a) e ano de realização da pesquisa, utilizar a abreviatura “Doc” (documento), acompanhado do número que foi classificado em ordem alfabética. No que diz respeito ao levantamento e seleção das dissertações e teses, estabeleceram-se dois critérios para definição dos documentos que compõem a pesquisa, a saber: 1 - que tivessem o ensino de geografia como foco de estudo; e 2 - a geografia como objeto de estudo no trabalho educativo. Nesse sentido, nem todos os trabalhos foram realizados assumidamente como sendo sobre o ensino de geografia e nem todos os autores podem ser considerados mestres e doutores em ensino de geografia. Independentemente das temáticas pesquisadas, foram selecionados todos os níveis escolares estudados: fundamental, médio e superior, além do ensino técnico, supletivo, formação e capacitação de professores e trabalhos que tratam o ensino de forma geral.

O *Catálogo* está organizado em quatro capítulos: no primeiro capítulo, apresenta-se um breve histórico do ensino superior e da pós-graduação no Brasil; no segundo capítulo, uma análise das características gerais das pesquisas sobre o ensino de geografia, utilizando-se para isso de dados quantitativos, situando-os no contexto geográfico e com a indicação do ano de realização e níveis de ensino; no terceiro capítulo, definem-se os gêneros de trabalhos acadêmicos, bem como os focos temáticos principais, mediante algumas pesquisas citadas como exemplos; no quarto capítulo, relacionam-se as 317 dissertações e teses juntamente com os seus dados bibliográficos, os resumos e os descritores. As dissertações de mestrado são numeradas de dissertações de mestrado de 001 a 277 e as teses de doutorado,

de 278 a 317. Para facilitar a consulta ao *Catálogo*, disponibilizam-se, no seu final, dois índices, com os principais assuntos tratados e os lugares citados nas pesquisas. Cabe destacar que ambos os índices resultaram tanto de consultas nos trabalhos como um todo quanto nos resumos, e por isso alguns dos assuntos tratados não foram catalogados, tampouco foram citadas todas as localidades, uma vez que algumas delas deixaram de figurar nos resumos correspondentes.

Capítulo 1

GEOGRAFIA: ENSINO E PESQUISA

A geografia começa efetivamente a constituir-se como componente curricular no ensino no século XIX, na Europa, e a partir de então, criam-se os cursos superiores nessa área. Posteriormente, houve o interesse pela produção acadêmica, acerca do ensino e suas relações com a educação, o que contribuiu para que a geografia escolar tivesse função educativa concomitante com outras finalidades como saber prático e aplicado, apoiado nos propósitos do fortalecimento do Estado-Nação.

Com a constituição do Estado-Nação, os conhecimentos históricos e geográficos, tornaram-se indispensáveis à construção da nacionalidade, diante do propósito transformou de transformar a escola e as disciplinas do currículo em um meio para a disseminação da ideologia do nacionalismo patriótico.

Vlach (1988, Doc. 274) aborda este tema em sua dissertação, ao destacar a função do ensino de geografia juntamente com a história e a língua nacional, consideradas responsáveis para a inculcação do nacionalismo patriótico na construção do Estado-Nação. Por meio de um histórico acerca do ensino de geografia na Europa e Brasil, Vlach demonstra

como a disciplina se constituiu como uma ferramenta para atingir esses propósitos nos séculos XIX e XX. Na visão de Pereira (1988, Doc. 190), o poder sobre o território, em todos os países, diante do controle do Estado-Nação, sobretudo a partir da delimitação geográfica de suas fronteiras, necessitava do comprometimento das populações que ocupavam esse espaço e a educação geográfica serviu a esse propósito.

O ensino teve significativa influência da ciência moderna em sistematização neste período. Vale dizer que a fragmentação do conhecimento científico, iniciada no século XIX, impetrada por este modelo de ciência e a divisão social e territorial do trabalho na conjuntura capitalista, produziram um modelo de ensino de geografia, comprometido com a formação do Estado Nacional, cumprindo, como afirma Pereira (1999, Doc. 190), um papel ideológico que se converteu em um discurso sem “conotações políticas expressas”. Para a autora citada, os primeiros professores universitários, ao construírem a ciência geográfica, travestiam-na de neutralidade, ocultando o alcance político do geográfico, transformando o discurso em uma visão naturalista e mecanicista da realidade. Considerando, portanto, tais propósitos, Pereira (1988, Doc. 190), afirma que a Geografia, como disciplina escolar, inicialmente, desenvolve-se a partir das escolas e das instituições de ensino médio, e depois do ensino fundamental (primário) e não a partir das universidades. Seu desenvolvimento nesses níveis precedeu o desenvolvimento da Geografia no ensino superior e, por sua vez, na pesquisa acadêmica.

Breve histórico do curso superior de geografia no Brasil

Segundo Castro (1980, p. 314), o ensino superior no Brasil foi criado em 1808 com a chegada da família real. Foi construído no “modelo francês” através de duas concepções básicas de organização docente: a “cadeira” ou “cátedra” e a faculdade. A “cadeira” compreendia o cargo e seu ocupante. A “cátedra” resultava de dispositivos legais, definidos pelas Assembléias Legislativas, que fixavam em cada unidade, o número de cadeiras e o corpo

de conhecimento atrelado a cada uma delas. Para Santos e Silveira (1999), o ensino superior nos moldes da ciência moderna foi instalado no Brasil no século XIX e surge, inicialmente, em forma de cadeiras, sucedidas por cursos, por escolas e finalmente por faculdades e universidades. Os cursos foram instalados nas áreas litorâneas (Salvador, Rio de Janeiro, Recife, Olinda, Porto Alegre) e na área de mineração (Ouro Preto) e em São Paulo. Os primeiros cursos criados foram: Direito, Medicina, Farmácia, Filosofia, Artes, Engenharia e Agronomia. Em 1908, eram 28 instituições aumentando em seguida para 50 instituições em quatro anos e para 248 instituições em 1935.

Foi no governo de Getúlio Vargas, na década de 30 que se criou o Ministério da Educação e Saúde, nomeando-se para a pasta Francisco Campos. Com ele deu-se a reforma que levou seu nome. Entre várias medidas, foi criado em 1931 o Conselho Nacional de Educação (CNE), que organizou os ensinos secundário e superior brasileiros. Por esta reforma, o ensino secundário passaria a ter vigência em todo o território nacional, com currículo seriado, frequência obrigatória e equiparação de todas as instituições públicas ao modelo praticado pelo Colégio D. Pedro II, situado na capital federal na época na cidade do Rio de Janeiro.

A reforma Francisco Campos integrou as escolas primária e secundária, organizou o ensino superior, elaborando um estatuto para as universidades. O curso secundário passou a ter dupla função – formação geral e preparação para o curso superior – em dois ciclos: um curso fundamental (5 anos) e um pré-universitário (2 anos); este último, dividido em três ramos, de acordo com a opção do aluno para o curso superior: Humanidades (Estudos Jurídicos) Ciências Naturais e Biológicas (Medicina, Farmácia e Odontologia) e Matemática (Engenharia e Arquitetura). A disciplina Geografia existia nas cinco séries do ciclo fundamental e na 2ª série do complementar para a faculdade de Direito e na 1ª série para Engenharia e Arquitetura (Campos, 1997, Doc. 047). Com a criação das Faculdades de Filosofia, a geografia passou a constituir uma disciplina da

área de humanas, principalmente na formação de professores para outros níveis do ensino.

Nessa época, eclodiu no país, sobretudo entre os estudiosos das ciências, um anseio pela instalação definitiva do sistema universitário, que foi inaugurado em 1931. À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, fundada em 1934, coube iniciar a preparação dos professores para o curso secundário e os pesquisadores de geografia no País nos parâmetros científicos da ciência moderna, praticados na Europa. Também, em 1935 foi criado o curso de geografia na Universidade do Distrito Federal, depois Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o mesmo objetivo.

O ensino superior de Geografia implantado nas Faculdades de Filosofia, segundo Pereira (1994, p.437), teve “decisiva influência na qualidade dos trabalhos geográficos realizados” após a década de 30. Do ponto de vista técnico legal, até a década de 1930 do século XX, não existiam geógrafos no Brasil com formação específica preparados para exercer a profissão. Com a criação, no entanto, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e com a Universidade do Brasil, iniciava-se a formação do geógrafo e do professor de geografia especificamente. O desenvolvimento de estudos científicos em moldes acadêmicos nessa época foi embrião dos programas de pós-graduação atuais.

À medida que o ideário das elites nacionais era o desenvolvimento da ciência moderna, o governo foi buscar no exterior, sobretudo na França, professores para a instalação do curso superior de geografia no Brasil. Os nomes mais significativos foram: para São Paulo, Pierre Deffontaines (1894-1978), Pierre Mombeig (1908-1987) e Emmanuel De Martone (1873-1955), para São Paulo; Francis Ruellan (1894-1975), André Gilbert, entre outros, para o Rio de Janeiro. Massi (1991, Doc. 149), em sua dissertação, avaliou a presença estrangeira no país com ênfase na missão francesa, demonstrando a influência destes professores nos cursos universitários de História e Geografia no Brasil. Pereira (1994) destaca também a presença

de Jean Roche (linguista, historiador e geógrafo francês) como professor da atual UFRGS, em Porto Alegre de 1945 a 1953.

Em 1934, também foi fundada em São Paulo a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), sendo seu primeiro presidente o professor francês Pièrre Deffontaines. A AGB surgiu como uma entidade de caráter técnico-científico-cultural, com o objetivo de promover e divulgar a produção científica dos geógrafos no Brasil. Até 1945, a AGB reunia núcleos de pesquisadores em algumas cidades brasileiras, os quais realizavam discussões periódicas. Em 1945, em São Paulo, foi definido um novo perfil para a entidade, que passou a constituir as Seções Regionais de abrangência estadual. As reuniões, chamadas de Assembléias, eram anuais com discussões, promoção e apresentação de trabalhos científicos e trabalhos de campo no local onde se realizavam.

Os trabalhos geográficos também se processavam nas instituições e nos organismos técnico-administrativos oficiais e particulares. Pereira (1994) lembra que o Conselho Nacional de Geografia (CNG), instituído em 1937 pelo governo federal, objetivava facilitar a participação do Brasil nos empreendimentos científicos internacionais no campo da Geografia, seguindo a orientação da Convenção Nacional de Estatística de 1937, pois um organismo geográfico de caráter nacional, articulado à administração federal, possibilitaria uma melhor gestão do território. Andrade (1977) considera que, nos Estados modernos, a investigação geográfica era a base para os planejamentos oficiais, sendo essa investigação realizada por profissionais amparados por uma formação técnico-científica consistente.

Para a concretização do projeto de instalação do curso de geografia com características modernas, os geógrafos estrangeiros, principalmente franceses, ministraram cursos de capacitação para técnicos e professores, apoiados pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG). Pereira (1994, p.439) lembra que a geografia moderna e acadêmica inicia-se de fato com a “criação do CNG e com a fundação dos cursos superiores de Geografia”. As pesquisas iniciais realizadas nas universidades orientavam-se pelos métodos da Geografia Regional, por geógrafos de formação específica que valorizavam os

trabalhos de campo, em que predominavam no período os padrões da escola francesa. De todos, Pièrre Mombeig e Francis Ruellan permaneceram mais tempo no País. Mombeig contribuiu para o ensino e a pesquisa, formou em São Paulo um grupo de pesquisadores de Geografia Humana, como Aroldo de Azevedo (1910-1974), que desenvolveu o trabalho *A Geografia em São Paulo e sua evolução*. Mombeig ainda realizou vários trabalhos no Brasil, inclusive a tese *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Trata-se de trabalho que focaliza o impulso e o aproveitamento das novas zonas de ocupação do Estado de São Paulo, sob influxo da atividade econômica verificada como centro da economia brasileira. Em outro trabalho – *La croissance de la ville de São Paulo* –, Mombeig estuda o sítio urbano, o crescimento da cidade, o desabrochar da metrópole e as suas paisagens. Francis Ruellan, especialista em Geografia Física e Geomorfologia, influencia, no Rio de Janeiro, vários estudos na área.

Com as dificuldades da USP, sobretudo de contar com fundos próprios que permitissem adotar uma política educacional que lhe convinha, passou a verificar um desinteresse dos professores estrangeiros em continuar nas universidades brasileiras, os quais foram sendo substituídos pelos livre-docentes ou assistentes de suas cadeiras. No pós-guerra, com o decréscimo da cooperação financeira de governos estrangeiros no pós-guerra, diminui o interesse dos especialistas estrangeiros pelas universidades brasileiras neste período. Evidentemente que esse processo logo deveria se cumprir, mediante a substituição paulatina dos professores estrangeiros pelos seus discípulos, em geral escolhidos por eles próprios.

O ensino universitário moldado pela escola francesa, baseado na Geografia Regional de Vidal de La Blache, influenciou várias teses nas décadas de 1940 e 1950 na USP. Segundo Andrade (1977), tratava-se por trabalhos em que os geógrafos analisavam o meio físico e, depois, lhe sobrepunham-lhe os dados humanos e, finalmente, analisavam as atividades econômicas. A prática acadêmica se refletira e predominava no ensino de geografia das escolas primárias e secundárias, como um modelo para a organização dos currículos, dos programas e dos livros didáticos.

Vale lembrar que Aroldo de Azevedo (1910-1974) produziu vários livros didáticos sob esse modelo para a Geografia do Brasil, utilizados no ensino médio.

No ensino superior o acesso ao cargo de professor dependia de aprovação por concurso público. Em geral, existiam diversos cargos como: auxiliar de ensino, professor assistente, professor adjunto. Não havia carreira docente, já que o acesso ou promoção dependia da indicação do dono da cadeira, ou de decretos, periodicamente promulgados a indivíduos detentores de um certo número de anos de serviço. Desse modo, o candidato à docência deveria seguir o seguinte caminho: filar-se à cadeira de um catedrático ainda como estudante de graduação, em um tipo de monitoria voluntária (espécie de estágio sem remuneração, a que não se chegava por nenhum sistema formal de seleção); após terminar o curso de graduação e o estágio, continuar a prestação de serviços voluntariamente até receber a primeira nomeação (normalmente de auxiliar) do catedrático e futuramente apresentar tese de doutorado e depois de livre-docência para estar apto para ocupar uma cadeira. Esperava-se do estudante muita dedicação, enquanto aguardava as promoções de assistente e de adjunto e preparava a tese de doutorado e de livre-docência, para finalmente submeter-se ao concurso de cátedra (Castro, 1980). Esse modelo foi alterado com a reforma universitária de 1968, quando o MEC passou a exigir dos candidatos diploma de curso regular de pós-graduação, no grau de mestrado e doutorado.

O desenvolvimento econômico e a emergência da pós-graduação

Na década de 1950, o processo de industrialização se acelera, sobretudo impulsionada pelo Estado. Para avançar no “desenvolvimento”, o Estado investe em programas de infra-estrutura, energia e transportes e, nesse período foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional, a Usina Siderúrgica de Minas Gerais, a Petrobrás (Empresa Brasileira de Petróleo), entre outras. Segundo Costa (1989, p. 52), o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, no período de 1957-1960, foi o mais revolucionário

plano de desenvolvimento no avanço da estrutura econômica do Brasil. Com investimentos internos e externos, o governo atraiu indústrias automobilísticas, eletro-eletrônicas, financiou a construção de Brasília e a construção das rodovias. A larga ampliação do sistema rodoviário no país deu nova configuração às relações inter-regionais, principalmente no centro-sul, interligando as áreas produtoras de matérias-primas, aos centros industriais e aos mercados internos de consumo, o que facilitou o escoamento pelos portos e aeroportos. A construção de Brasília teve impacto na configuração espacial do território, pois, além do significado político e ideológico, promoveu a ocupação da região centro-oeste e da região norte do país, implementando vias de penetração, como as rodovias Belém-Brasília e Belo Horizonte-Brasília.

O significativo desenvolvimento tecnológico e científico, a partir do final da década de 1960, transformou-se em fator estratégico de produção e controle do território brasileiro. A centralização modernizante aprofundou ainda mais o controle do território nacional, atrelando as regiões distantes ao poder central, por meio da criação de vários organismos e superintendências regionais, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1970. A ênfase na “integração nacional”, principalmente da Amazônia, teve destaque no período como meta de desenvolvimento e expansão das fronteiras econômicas. Até a década de 1950 do século XX, a Amazônia era praticamente povoada no litoral e nas margens ribeirinhas dos principais rios navegáveis.

O avanço do desenvolvimento capitalista, com a industrialização, estimulou a criação de centros urbanos, que começaram a crescer vertiginosamente a partir da década de 1960. A produção urbana tornou-se o centro da economia e a produção agrária deixou de produzir para a subsistência, voltando-se para o mercado consumidor urbano e industrial.

Na década de 1960, com a euforia da sociedade de consumo, muitas mudanças ocorreram. O modo capitalista de produção, por intermédio das empresas multinacionais, não planejava mais o crescimento de sua produção e do seu mercado em termos de áreas territoriais de países, mas

em termos de superfície da Terra (Andrade,1977). Não havia preocupação com a conservação dos recursos naturais, pois se acreditava que o desenvolvimento tecnológico e científico criaria outras possibilidades de matérias-primas e de técnicas para minimizar seus impactos.

A ideologia do *desenvolvimentismo* invadiu quase todos os setores da sociedade brasileira, apostando nos projetos governamentais, como o caso do programa de substituição das importações por meio da chegada das indústrias de bens de produção e de consumo (as multinacionais). As exportações, baseadas anteriormente em matéria-prima bruta e produtos agrícolas, foram cambiadas pela exportação de matéria-prima processada, como o aço. A intensificação da mecanização agrícola visava abastecer o setor industrial. Os planos governamentais objetivavam o crescimento econômico orientados pela busca do *progresso*. Essas transformações geraram mudanças substanciais no ensino brasileiro.

À medida que o modelo de substituição de importações instalava-se e a industrialização avançava, tornava-se necessária à modernização do processo produtivo para atender à nova organização que reintegrava o país no cenário capitalista mundial. Por consequência, era urgente a formulação de políticas para orientar as pesquisas no campo da ciência e tecnologia. As organizações de pesquisas, vinculadas aos interesses das empresas multinacionais, mantinham laboratórios de pesquisa monopolizando a tecnologia para fins produtivos e de acumulação de capital. O lema tecnocrático característico da década de 1960 preconizava: “o máximo de eficiência no mínimo de tempo e de gasto, com o máximo de produtividade”, cuja visão generalizou-se em todos os setores como modelo de realização e ação. (Oliveira, 1981).

Na década de 1960, sob o pressuposto da doutrina de Segurança Nacional, elabora-se um plano de desenvolvimento nacional para controlar as relações internas e externas do país. Em 1964, inicia-se a implementação de um processo de “modernização” do aparelho estatal, do consumo industrial das massas, possibilitando a chamada “internacionalização do mercado interno”. A universalização do consumo implicava em uma

modernização administrativa com pessoal qualificado redefinido dentro dos ideais da ideologia da “segurança e desenvolvimento”, reorganizando as instituições de ensino em seus objetivos e estratégias, o que tornava necessária uma política de formação de recursos humanos referente a todos os níveis de ensino, principalmente no nível dos especialistas de alto padrão (Góes, 1972). Foi um período marcado pelo golpe militar, que levou o país a um regime ditatorial e autoritário até o final da década de 1970. Segundo Oliveira (1981), vivia-se um processo de reorganização administrativa, tecnológica e financeira, e organizavam-se mecanismos de exceção, que garantiam o controle social e político do Estado e do setor produtivo.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento, criado pelo regime militar, objetivava construir uma economia moderna e dinâmica que permitisse ao País enfrentar a competição econômica e tecnológica do período. Na época, Campos (1972, p.232-233) definia desenvolvimento como uma meta que deve ser alcançada em curto prazo, objetivo que exige aceleração do movimento evolutivo natural. O País se apresentava com um potencial de riquezas representado pelos “recursos naturais e recursos humanos”, e, para transformar esse potencial, o homem também deve ser “trabalhado para atualizar aquilo que nele, ao vir ao mundo, é simples potência: a educação é a força capaz de realizar essa atualização”. Ainda, segundo Campos, para garantir o alcance de tal potencial, deviam-se considerar as limitações cognitivas do homem de não poder assimilar, de uma só vez, todo o patrimônio conquistado pela humanidade, o que impõe-se “a gradualização da educação por meio das especializações”. A pós-graduação, portanto, era defendida como parâmetro para cumprir esse papel e alcançar o desenvolvimento e a modernização almejada. Vale ressaltar que o significado de “modernização”, nesse período, referia-se à criação de um padrão “ótimo” de consumo, correspondente às expectativas dos consórcios internacionais que implementavam a internacionalização do mercado interno. Diante disso, buscou-se para os cursos de pós-graduação instalados na década de 1960 o modelo norte-americano, de sorte que em 1961 a Universidade do Brasil no Rio de Janeiro criou a Comissão para a

pós-graduação contando com auxílio da Fundação Ford para estruturação e posterior instalação (Góes, 1972).

A instalação da pós-graduação no Brasil

Antes de 1968, não havia no Brasil cursos de pós-graduação no formato de mestrado e doutorado como conhecemos atualmente. Os títulos de doutor e de livre-docente eram obtidos mediante concursos públicos específicos, e a titulação acadêmica resultava de tese original onde os candidatos inscreviam-se para a sua defesa, mecanismo que vigorou durante as décadas de 1940 até 1960. Durante muito tempo, somente a USP oferecia possibilidade para o doutoramento em Geografia (Andrade, 1989). Na década de 1970, apenas a USP e a UNESP (Rio Claro e Presidente Prudente) dispunham de doutores em número suficiente para criar a pós-graduação para o grau de doutor no País.

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reconheceu a existência de diversos cursos coexistindo de formas múltiplas como, extensão, pós-graduação, especialização e aperfeiçoamento. Com o parecer 977/65, começa a preocupação em conceituar os cursos em *lato* e *stricto sensu*, cabe destacar que a modalidade *lato sensu* tem caráter de especialização, não sendo necessária a elaboração de dissertação para obtenção do certificado de conclusão; já os cursos de pós-graduação *stricto sensu* são os de mestrado, que exigem do aluno a produção de uma dissertação.

Os cursos de pós-graduação no País foram criados adotando o modelo norte-americano, encampano experiências já existentes aqui, como do Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos, SP (Castro, 1980, p.315), e da Fundação Oswaldo Cruz, na área de Ciências Biomédicas (Chagas, 1972, p.241), no Rio de Janeiro, ambos instalados no início da década de 1960. O parecer 977/65 determinou a ruptura com o sistema anterior de prestação de concursos de doutorado e a menos-valia atribuída às provas de livre-docência. Algumas concessões, porém, foram

feitas com o intuito de prolongar o período durante o qual seria admitida a obtenção de título de doutor via exames de títulos e tese, como as leis de exceção (iniciado em 1969 e prorrogado por dois anos). Autorizava-se a prestação de concursos de livre-docência sem obtenção prévia de títulos de mestrado ou doutorado para suprir os quadros docentes para os próprios cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Góes, 1972).

A necessidade de uma política de formação de recursos humanos, para concretizar o desenvolvimento do país, resultou na formulação e promulgação da Lei nº 4.024/61, que estabeleceu a primeira LDB, determinando que tanto o setor público como o particular tinham o direito de ministrar o ensino no Brasil em todos os níveis. A política educacional do período refletia a ambivalência dos grupos de poder, contendo concomitantemente uma tendência populista e antipopulista. Para Freitag (1977, p. 51), o Estado mantinha-se como mediador dos novos interesses surgidos com a reorganização da economia nacional e internacional, sobre a I LDB de 1961, afirmou:

Apesar de ainda conter certos elementos populistas, essa lei não deixa de ter um caráter elitista. Ela ao mesmo tempo que dissolve formalmente a dualidade anterior do ensino (cursos propedêuticos para as classes dominantes e profissionalizantes para as classes dominadas) pela equivalência e flexibilidade dos cursos de nível médio, cria nesse mesmo nível uma barreira quase que intransponível, assegurando ao setor privado a continuidade do controle do mesmo.

Freitag (1977) constatou que, com a I LDB, houve um substancial aumento de estudantes da classe média (mantendo-se o percentual da classe alta) na ocupação das vagas das universidades, entretanto para a classe baixa houve uma relativa baixa. Considerando que as vagas ocupadas pela classe baixa eram significativamente inferiores, com a promulgação da I LDB, ficou ainda menor. No período, apenas na cidade de São Paulo, a classe baixa apresentava um percentual maior em relação ao restante do País, sobretudo em função das melhores condições de estudo em todos os níveis, de infra-estrutura escolar desde o primário até a universidade

e, paralelamente, do oferecimento de maiores chances de trabalho e de escolas com maior flexibilidade de horários.

Desde 1964, as perspectivas governamentais enfatizam a relação “recursos humanos–desenvolvimento nacional” (Oliveira, 1981), o que exigia uma nova organização escolar em todos os níveis. O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico Social, divulgado em 1967, e os estudos promovidos pelo acordo entre o MEC e o United States Agency for International Development (Usaid), agência norte-americana de cooperação, apontaram as bases para a reorganização escolar tendo em vista o desenvolvimento nacional. Os estudos culminaram na Lei nº 5.540/1968 para o ensino superior e na Lei nº 5.692/1971 para o ensino de 1º e 2º graus (atuais fundamental e médio).

Desde a reforma Francisco Campos, promulgada na década de 1930 (Decreto 19.851/31), previa-se a criação de cursos específicos de pós-graduação no País (Góes, 1972) e, juntamente com o objetivo, pensava-se nos meios para o seu financiamento.

Durante muito tempo, o ensino para graduados sob a forma de aperfeiçoamento e especialização era feito de modos variados, conforme a compreensão de cada instituição onde era ministrado. Com a necessidade de ampliar a qualificação do pessoal docente e técnico, surgiram novos órgãos institucionais para viabilizar esse processo. Em 1951, criaram-se o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), e a Companhia de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes), com o objetivo de financiar por meio de bolsas, os chamados “centros de excelência”, para qualificação de pessoal, principalmente nos programas de pesquisas em desenvolvimento técnico-científico. Em geral, os cursos oferecidos eram de aperfeiçoamento e de especialização, representando o início da preparação dos cursos de pós-graduação.

As mudanças realizadas na pós-graduação representaram a institucionalização dos cursos diante da estrutura universitária vigente e da coordenação do sistema em nível regional e/ou nacional. Foram criadas a figura do *reconhecimento* como centro de excelência pelo Conselho

Nacional de Pesquisas (CNPq), e de *credenciamento* pelo Conselho Federal de Educação (CFE). A institucionalização do processo decorreu da forma como esses cursos foram implantados, de modo que a pós-graduação *lato sensu* vinculou-se ao ingresso e à promoção da carreira docente para obtenção do título de mestre e doutor.

Os planos, da forma como foram elaborados, distanciaram na estrutura universitária os cursos de graduação e de pós-graduação. Embora o objetivo da reforma universitária fosse eliminar os centros isolados no contexto da universidade brasileira, acabou promovendo, por meio da concentração e da diferenciação, “ilhas” isoladas como os centros de excelência no contexto universitário brasileiro, em várias regiões do país.

Em 1956, o CNPq passou por uma reestruturação com a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, refletindo na diminuição de recursos repassados pela União, de 0,28% do orçamento federal para 0,11%, entre os anos de 1956 e 1961. Em 1964, o governo militar estimulou a formação de profissionais especializados para a indústria, fortalecendo o aparato técnico-científico do projeto modernizador do regime. Em dezembro de 1964, a Lei nº 4.533/64 alterou a constituição do CNPq, concedendo para o órgão o papel de formulador da política científico-tecnológica nacional e atuando juntamente com os ministérios para resolução dos assuntos relacionados à área científica. A próxima mudança viria em 1974, com a transformação de autarquia em fundação, vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR). Surge aí o novo nome, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com atuação mais ampla nas ciências básicas e no campo tecnológico de incentivo à pesquisa. Finalmente, em 1985, com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o CNPq passou a se vincular ao órgão que se tornou o centro do planejamento estratégico da ciência no Brasil (CNPq, 2002).

Segundo Leite (1972), então diretor da Capes em 1972, a instituição foi criada em 1951, ampliada em 1964 e reformulada em 1970 pelo decreto de nº 66.662/70, como órgão autônomo do MEC. Suas finalidades eram coordenar as atividades de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior,

especialmente do pessoal docente, além de colaborar na implantação e desenvolvimento de centros de cursos de pós-graduação e conceder bolsas de estudos ou auxílio, entre outras.

Na década de 1960, as agências financiadoras da pós-graduação, além do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) e Capes (Companhia de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), eram o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), em conjunto com a Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (Funtec) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), sob a forma de auxílio para equipamentos, suplementação de salários de pessoal docente, despesas de custeio e bolsas de estudos (Góes, 1972).

A reforma universitária de 1968 e a pós-graduação

A reforma universitária, realizada pelo governo federal, foi iniciada em 1966 e determinada por lei em 1968 para todo o sistema de ensino superior. O objetivo era “racionalizar a universidade visando conferir-lhe maior produtividade e, conseqüentemente, maior integração no processo do desenvolvimento nacional” (Sucupira, 1972, p.218).

Os pontos principais da reforma destacavam: a integração estrutural e funcional da universidade, assegurando-lhe a plena utilização dos recursos empregados em sua manutenção e funcionamento; a instituição do sistema departamental, eliminando a cátedra autônoma, concentrado em cada departamento todo o pessoal docente e recursos materiais relativos à mesma área de conhecimento; a concentração dos estudos básicos, científicos e humanísticos em um sistema integrado de unidades, para servir a toda a universidade; a institucionalização das atividades interescolares, com a criação de órgãos de coordenação responsáveis pelas atividades de cada curso ou projeto; a supervisão dessas atividades em nível da administração superior da universidade, por meio de órgãos de coordenação central com poderes deliberativos; a organização de um primeiro ciclo de estudos básicos comum a todos os cursos ou grupos de cursos afins; a criação de

uma superestrutura de cursos de pós-graduação conferindo os graus de Mestre e Doutor; uma maior flexibilidade dos estudos assegurando-se a matrícula por disciplinas ou regime de créditos, com orientação pedagógica dos alunos; e instituir progressivamente o regime de tempo integral para o corpo docente (Sucupira, 1972).

A reforma universitária de 1968 instituiu os cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras, resultado do Relatório Atcon, cuja realização foi de autoria do consultor americano Rudolph Atcon, a convite da Diretoria do Ensino Superior (DES), do MEC, em 1965, com o objetivo de reformular estruturalmente a universidade no país. Atcon sugere a implantação de nova estrutura administrativa baseada no modelo empresarial, com as principais finalidades de rendimento e eficiência do ensino superior (Fávero, 1991). Também a reforma resultou dos acordos entre o MEC e o USAID, cujo sistema caracterizava-se por ser “seletivo e destinado a formar docentes para o ensino superior, além de pesquisadores de alto nível” (Oliveira, 1997, p. 9).

O sistema seletivo implantado restringia o acesso à titulação, determinando limites de orientandos por orientadores e tempo de cursos definidos previamente, constituindo-se em instrumentos limitadores. Após a reforma, surgiram os cursos de pós-graduação com a proposta de articular a formação a partir de um rol de disciplinas oferecidas com a pesquisa. Em 1972, têm início as primeiras dissertações de Mestrado defendidas na Geografia dentro desse novo sistema. Na USP, criaram-se programas de mestrado e doutorado em duas áreas de concentração – Geografia Humana e Geografia Física.

A lei de 1969 determinou que o Conselho Federal de Educação (CFE) definiria as normas para a organização da pós-graduação. Como o Estado exerce controle no que se refere ao credenciamento desses programas, os cursos só receberiam financiamento das agências governamentais se atendessem às normas definidas pelo CFE. O modelo escolhido para o Brasil foi o modelo norte-americano que tem como requisito legal o diploma de pós-graduação na forma de mestrado e doutorado (Schor 1997).

O sistema implantado em 1969 quebrou com a independência universitária em vários aspectos: criou o centralismo autoritário e concentrador de recursos nos órgãos do governo, consolidando os aspectos burocráticos na vida universitária, e instituiu no país uma classe de cientistas profissionais. Nesse período, foi extinta a cátedra como unidade básica de organização da universidade (Schor, 1997, p.17), dando fim a um determinado tipo de poder. Assinala-se que a cátedra se constituía de cadeiras estanques e de propriedade exclusiva do “catedrático” grau alcançado por meio de concursos, em que muitas vezes as ligações pessoais e políticas tinham um peso maior que o mérito acadêmico. Instituiu-se o regime de trabalho do professor no modelo de “carreira docente” e o acesso à universidade passou a ser efetuado por meio de concursos públicos, que não eliminaram o “clientelismo”.

De certo modo, a criação dos cursos de mestrado e doutorado, instituídos com a reforma universitária em 1968, estava associada à extinção da cátedra, mediante a criação do departamento e a instituição da carreira docente em nível de ensino superior, de que se pode citar como exemplo a Universidade de Brasília (UNB). A UNB, criada em 1960, foi idealizada por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, sem professores catedráticos no seu quadro e com abertura de provimento de cargo por concurso de provas e títulos (Castro, 1980).

O Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) implantado na década de 1970 implicava na definição clara do conteúdo didático, científico e profissional de seu empreendimento, apregoava que a natureza operacional do funcionamento de um curso deveria ser viabilizada após o atendimento prioritário de suas funções didáticas. As atividades científicas compreendiam a organização de linhas regulares de projetos de pesquisa, e a produção de trabalhos profissionais de comunicação, de discussão e intercâmbio de informações, de temas culturais, científicos e técnicos deveria ser realizados preferencialmente por grupos de pesquisa, muitas vezes de caráter interdisciplinar e interinstitucional, para agregar também a tarefa produtiva do curso, a contribuição e a participação de seus alunos

como forma de aprendizado. Vislumbrava-se que futuramente as atividades profissionais seriam desenvolvidas em grupos com participação de várias instituições no preparo e na execução de projetos técnicos e organizacionais específicos para assessorar o desenvolvimento do sistema produtivo e na formulação de planos e de políticas governamentais.

Os recursos e atividades envolvidos nos programas seriam compreendidos como relações lógicas e contábeis entre as formas, os valores e os prazos de execução das pesquisas. Evidentemente que os propósitos delineados pelo PNPG, no período, não foram praticados em sua íntegra pelas universidades, pelos pesquisadores e pela própria CAPES e CNPq, cuja polarização nos indivíduos (pesquisadores e programas) definiu os critérios para a concessão dos recursos materiais e financeiros para a realização das pesquisas.

O aumento dos cursos de pós-graduação levou os órgãos governamentais a estabelecerem mecanismos para disciplinar o seu desenvolvimento, fixando uma política nacional de pós-graduação integrada aos objetivos do avanço técnico-científico da década de 1970, que visava transformar o Brasil em uma “nação desenvolvida, criar uma economia moderna, competitiva e dinâmica” (Oliveira, 1981, p.28). As políticas de ciência e tecnologia para o País tinham por fim, no plano governamental da década de 1970, desenvolver a sociedade, para que a mesma absorvesse o avanço tecnológico. Desse modo, as instituições universitárias deveriam produzir tecnologia para além dos bens de consumo e de produção.

A definição da política de ciência e tecnologia visava acelerar o crescimento industrial e agrícola, modernizar as estruturas empresariais, expandir as exportações, em busca de novos métodos de prospecção e processamento de minerais, modernização das cidades, desenvolvimento de alimentos de uso popular, solucionando problemas de saúde específicos do País e implementando a integração nacional (Oliveira, 1981, p. 23). Geralmente os cursos de pós-graduação estavam articulados a esses objetivos. A importância estratégica da pós-graduação delineada desde a década de 1950 tinha como função básica à formação de uma elite

de profissionais de alto nível em todas as áreas do conhecimento para contribuir, para o desenvolvimento nacional.

A implementação dos cursos de pós-graduação e seus problemas

Os objetivos específicos dos cursos de pós-graduação, expressos no PNPG, referiam-se à formação de professores para o magistério superior, com vistas a atender à expansão quantitativa do ensino e elevar sua qualidade. Todavia, eles estavam direcionados para atingir outros dois seguintes: formar pesquisadores para o trabalho científico, com o intuito de possibilitar a criação de núcleos e centros de pesquisas no País; e preparar profissionais de nível elevado, em função do mercado de trabalho nas instituições públicas e privadas. Com isso, a pós-graduação transformaria a universidade em centros de atividades produtivas permanentes de ciência e de tecnologia, exercendo função formativa, mediante um trabalho constante de investigação, com prazos, programas e linhas de pesquisa definidas.

Em 1966, já havia no país 33 cursos de mestrado e doutorado em funcionamento, cujas áreas de maior incidência estavam as Ciências Exatas e de Engenharia, que constituíam cerca de 50% deste total. De 1967 a 1971, houve uma verdadeira explosão do número de cursos, alcançando um total de 329 cursos (231 de mestrado e 98 de doutorado). Apenas em 1971, foram iniciados 93 cursos de mestrado e 41 de doutorado. No quinquênio seguinte, os números declinaram gradativamente, apesar de uma ligeira elevação no número de cursos de mestrado em funcionamento. Naquele período, houve uma expansão quantitativa nos de pós-graduação *stricto sensu*, ainda que poucos cursos tivessem credenciamento do CFE. Em 1971, apenas trinta cursos haviam conseguido credenciamento, a despeito da solicitação de aprovação junto ao CFE de 370. Além do credenciamento pelo CFE, era atribuição da CAPES e do CNPq identificar os centros de pós-graduação em funcionamento dotados de requisitos indispensáveis para habilitação ao financiamento pelas agências federais (Góes, 1972).

Pelo Plano Nacional de Pós-Graduação, a ciência e a universidade passam a seguir regras institucionalizadas pelo governo federal e não mais regras relacionadas a indivíduos, como era no antigo sistema de cátedra. O caráter administrativo, no âmbito da universidade, era controlado pelo Departamento, definido como o lugar de alocação de professores de uma mesma disciplina ou área de conhecimento que separava os cursos, dos departamentos. O curso passa a ser definido pelo currículo, organizado por determinado elenco de disciplinas (obrigatórias, optativas e eletivas), com regime de créditos, matrículas por disciplinas, parcelado e semestral.

O modelo administrado pelos órgãos do governo federal tendia a controlar a universidade pela centralização do financiamento para a pesquisa. No entanto, os recursos financeiros para a pesquisa estavam fora das universidades, localizados institucionalmente nos órgãos de fomento, gerando dependência da produção científica por esses organismos.

As modificações na estrutura universitária e da formação da comunidade científica brasileira ocorrem em compasso com a definição do modelo de financiamento da atividade dos pesquisadores. Nesse sentido, a institucionalização e implementação da pós-graduação no Brasil passam a refletir as políticas do período autoritário e burocrático das décadas de 1960 e 1970.

Segundo Castro (1980), a expansão da matrícula no ensino superior na década de 1970 foi realizada muito além da capacidade de absorção pelo mercado de trabalho e/ou emprego, fenômeno que se agravou para determinadas áreas do conhecimento, profissões e em certas regiões do País. O mercado de trabalho para graduados foi artificialmente inflado e inflacionado por mecanismos legais ligados ao reconhecimento de profissões, promovendo a mercantilização dos diplomas.

A multiplicidade de vagas em cursos superiores e em faculdades não foi acompanhada por um aumento proporcional de docentes qualificados. Por consequência, os processos de seleção dos estudantes foram progressivamente menos rigorosos, as turmas tornam-se numerosas, proliferam os cursos noturnos, a qualidade do ensino ministrado adquiriu

menor qualidade e os indivíduos diplomaram-se sem terem as condições mínimas para exercer a profissão.

A massificação da graduação diminuiu o prestígio dos diplomas desse nível, empurrando cada vez mais pessoas em busca dos cursos de pós-graduação para atender às exigências do mercado e da qualificação profissional. Desse modo, a associação feita entre pós-graduação *stricto sensu* e carreira docente no magistério superior provocou uma procura excessiva de tais cursos. Isso gerou uma multiplicação dos programas de qualidade duvidosa ministrados em pequena carga horária. Em 1975, a Capes já calculava que 70% dos candidatos que entravam na pós-graduação vinham diretamente dos cursos de graduação e os restantes eram docentes ou profissionais formados há alguns anos.

Os cursos de pós-graduação e a formação de professores

Oliveira (1981) articula a instalação dos cursos de pós-graduação com a necessidade de formar professores para o magistério superior. Entre outros objetivos, a reforma universitária de 1968 tinha como ênfase à política de formação de professores para o ensino superior, controlado pelo aparato estatal. Essa política, segundo Oliveira (1981, p.15-16), que “carregava aspectos contraditórios”, estava articulada ao ideal do binômio “segurança e desenvolvimento”.

Para Trevisan (1987) a fórmula segurança–desenvolvimento foi baseada na Doutrina da Segurança Nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra, fundada em 1948, influenciando o conhecimento geográfico e geopolítico do Brasil no período. Um dos princípios fundamentais da doutrina relacionava-se com o combate a possível ameaça do comunismo, tanto no campo externo como no interno, cujo ideário visava à preparação da elite política brasileira para o controle do País. A Doutrina da Segurança Nacional tinha como fito assegurar o progresso e o desenvolvimento nacional, sobretudo pela manutenção da ordem expressa na lei e na ordenação do território. O autoritarismo burocrático instalado com o

governo militar utilizava o planejamento estratégico como instrumento para impor uma lógica tecnocrática, eliminando os obstáculos naturais e político-sociais. Por meio das técnicas do planejamento abriram-se estradas, construiu-se hidrelétricas e, via repressão política, minimizaram-se as resistências dos movimentos sociais.

O incentivo à qualificação docente produziu resultados contraditórios ao desejado. Evidentemente que a política gerou “agentes” reprodutores dos interesses dominantes (conscientes ou não), resultado desejado e não necessariamente proclamado pelo PNPG, porém possibilitou a formação de docentes conscientes da situação sócio-político-econômico-cultural do País, no período autoritário da ditadura militar, com posturas críticas frente à realidade. Esses docentes passaram a questionar o regime contribuindo para desestruturá-lo.

Apesar dos riscos do modelo concentrador e autoritário, a implantação dos cursos de pós-graduação tornava-se condição básica para transformar a universidade brasileira em centro de ciência, de cultura e de tecnologia. A política de formação de professores para o ensino superior ensejava “realimentar” o sistema educacional de cima para baixo, partindo do doutorado chegando ao ensino de 1º grau (atual fundamental) e pré-escolar. Esse corpo de docentes e pesquisadores, já no final da década de 1970, iniciaram críticas ao modelo brasileiro de desenvolvimento, refletindo nas dissertações e teses da década de 1980 e 1990 sobre a pesquisa educacional.

A articulação dos cursos de pós-graduação com os propósitos do desenvolvimento nacional, segundo Oliveira (1981), revela-se por quatro níveis de implementação:

- a) Formar professores para o ensino superior, para preparar pesquisadores capazes de desenvolver estudos científicos e tecnológicos necessários ao processo produtivo do País, bem como outros profissionais de alto padrão para atuação diretamente

- no processo produtivo, além de professores da própria pós-graduação e professores de graduação;
- b) Formar professores de graduação destinados à preparação profissionais cuja atuação se dá no processo produtivo, além de professores de 1º e 2º graus (ensinos fundamental e médio), ensino pré-escolar e outros;
 - c) Formar professores de 1º e 2º graus (ensinos fundamental e médio) destinados a preparação de técnicos para o processo produtivo, além de professores das 1ª séries do 1º grau (ensino fundamental);
 - d) Formar professores das primeiras séries do 1º grau (ensino fundamental): 1) no ensino regular, para preparar os indivíduos daquela faixa etária para os graus subsequentes; 2) no supletivo, para habilitar os adultos nas técnicas básicas de ler, escrever e contar, torná-los “capacitados” a fazerem parte, tanto da força de trabalho para o processo produtivo do país como da reserva dessa força.

Vale destacar que a política de formação de professores do ensino superior foi elaborada pelo aparato estatal na sua forma legal e operacional, com vistas a produzir indivíduos escolarizados nos vários níveis de ensino para no processo produtivo, logo servir aos interesses de desenvolvimento econômico almejado pelo regime no período. Contudo, a escolarização também pode ser um risco, na medida que possibilita às pessoas desenvolver com melhor propriedade a sua capacidade de reflexão.

Assim, no campo técnico-científico, os cursos de pós-graduação, além de formarem pessoal técnico-científico para as necessidades do País, também possibilitaram o surgimento de um grupo de pesquisadores e intelectuais capacitados para pensar, criar e refletir criticamente sobre a realidade do período. Trata-se, portanto, de processo que demonstra a força do ensino e da pesquisa na transformação político-social.

Políticas recentes da pós-graduação

Na década de 1980, o governo tentou novamente o ensino superior. Para isso foi criada a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES), mediante o Decreto nº 91.177/85. Entre os vários objetivos dessa reforma, havia a preocupação em vincular a pesquisa acadêmica às necessidades das regiões em que as instituições de ensino estavam localizadas.

Para Paula (2001) o discurso propagado pela reforma universitária elaborada na década de 1980 é semelhante ao Reforma de 1968, no sentido de “ajustá-la de forma ‘imediata’ e funcional às demandas do mercado de trabalho e da economia nacional”. Na proposta, a autonomia universitária estava atrelada à avaliação do desempenho da “produtividade institucional”, e dela dependerá o montante de recursos destinados à instituição avaliada. Ainda segundo Paula (2001), o padrão para avaliar o desempenho institucional são as instituições de “excelência”, que possuem altos níveis de desempenho acadêmico e forte tradição em ensino e pesquisa, de modo que as instituições não preencham os requisitos governamentais terão sua autonomia e financiamentos reduzidos. Esse procedimento, é claro, pode empurrar diversas instituições a buscar sua suplementação em empresas públicas ou privadas, tornando-as dependentes dos interesses das mesmas nas suas políticas de pesquisa.

Em fevereiro de 1986, o MEC criou o Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior – Geres – (Portaria nº 1.000/86), com o objetivo de elaborar proposições e apresentar medidas legais e administrativas voltadas à reformulação da educação superior brasileira (Paula, 2001). O Geres enfatiza a necessidade de avaliação das instituições de ensino superior, dos seus cursos de pós-graduação pela CAPES, e defendendo a separação entre ensino e pesquisa como tinha sido proposto pela CNRES, sob o argumento que o “desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação deu-se apenas em algumas instituições, nem sempre compensado pela melhoria da qualidade do ensino de graduação” (Paula, 2001, p. 23).

O Geres estabelece clara distinção entre as unidades, cuja função é formar recursos humanos especializados e outras unidades que, além dessa função, estão voltadas para pesquisa. Nessa mesma época, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) questiona a visão da CNRES e do Geres e afirma que a universidade deveria ter um padrão unitário de qualidade, a partir da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Esse tripé relacionado à autonomia universitária, bem como a democratização interna da universidade e à garantia do seu financiamento com dotação orçamentária definida pelo governo. A Andes critica a lógica empresarial adotada pelo governo para avaliar o desempenho da universidade e seu enfoque quantitativo, propondo que se avalie a qualidade do trabalho docente e institucional também no âmbito qualitativo.

Em 1992, o governo Fernando Collor de Mello apresenta a proposta de um modelo de financiamento para as instituições federais de ensino superior, proposta essa que previa a distribuição de recursos se realizasse mediante a “utilização de critérios e indicadores de desempenho e ‘produtividade’ copiados dos esquemas de gestão desenvolvidos nas empresas privadas” (Paula, 2001, p.29). Recomendava-se, assim, às universidades buscassem recursos extra-orçamentários para complementar seus orçamentos de pesquisa, sobretudo junto às empresas. Como a reforma de 1968, também este via a educação como instrumento de aceleração do desenvolvimento, uma vez que a universidade deveria estar a serviço do sistema produtivo e racionalização do uso dos recursos financeiros e da administração buscava maior “produtividade e eficiência”, tal como funcionam as empresas.

Em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso propõe a modernização da máquina estatal, aproveitando melhor os recursos disponíveis, visando evitar “desperdício” (Paula, 2001, p.31). Nesse sentido, os planos de ajustes adotados, como o Plano Diretor do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, abrem precedentes para a privatização da universidade, tendo em vista as duas esferas de que se constitui o Estado: a) um núcleo burocrático responsável por funções exclusivas, o qual compreende as

carreiras de militares, policiais, juízes, promotores, fiscais, diplomatas; b) o setor de serviços que faz parte do Estado, que não é governo, e por isso entidades privadas ou públicas podem executar as tarefas de pesquisas, educacionais, de saúde, naturais e de seguridade social.

Uma vez que o governo define como atividades publicitáveis, aquelas não-exclusivas do Estado, correspondentes aos setores onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações privadas – tais como educação, saúde, cultura, proteção ambiental –, a universidade é, portanto, entendida como “organização social”, ou seja, “instituição de parceria entre governo e sociedade civil” (Sinder, 2001, p.94). Vale dizer, o essencial dos serviços, nesse contexto, é a “qualidade dos serviços prestados, tendo por princípio a eficiência” (Paula, 2001, p.31). Nessa visão, o modelo de administração empresarial é a referência para aplicação dos recursos mediante a mensuração quantitativa do trabalho produzido, de modo que também o governo transfere as responsabilidades do setor e o aumento de oferecimento de matrículas para a iniciativa privada.

A autonomia universitária novamente é controlada pela “racionalização” dos recursos aplicados, conforme visão produtivista e atrelada aos interesses imediatos do modelo econômico dominante. A avaliação novamente é instrumento político do Estado para controlar a universidade. No Exame Nacional de Cursos, também conhecido como “Provão” foi regulamentado (Portaria nº 249/96) pelo Ministério da Educação e do Desporto, para avaliar sistematicamente os estudantes que concluem cursos superiores. É utilizado também como instrumento de avaliação das instituições e dos cursos de graduação. O provão adotado na década de 1990, diferentemente de 1960 e 1970, que privilegiava o planejamento, o governo passou a adotar medidas avaliativas com o propósito de controlar os resultados, admitindo-se as possibilidades do “mercado no gerenciamento e crescimento do sistema de educação superior” (Sinder, 2001, p. 90).

Em 1996, foi criada a Lei nº 9.394/96, o Sistema Federal de Ensino passou a compreender: I – as instituições de ensino mantidas pela União;

II – as instituições de educação superior criada e mantidas pela iniciativa privada; III – órgãos federais de educação. Esta definição abrange todas as unidades de ensino como parte do Estado. O Decreto nº 2.306/97 regulamentou o artigo 16 da lei, estabelecendo paridade entre instituições públicas e privadas e abrindo espaço na disputa entre elas por recursos públicos. Para Sinder (2001, p.97), a reforma realizada na década de 1990, desregulamenta o sistema e abre caminho para a competição entre diversas instituições de caráter público e privado.

No final da década de 1990, o governo federal editou proposta embasada na criação dos Institutos Superiores de Educação, mais uma vez, obedecendo às políticas definidas pelo Banco Mundial. Para diminuir os custos do Estado, propôs a formação de profissionais em curto prazo, mediante as seguintes propostas: diferenciação do papel das universidades, que passarão a produzir ciência e desenvolver pesquisa; separação entre os Institutos Profissionais e Politécnicos, separados da Universidade, para ministrar cursos mais curtos e com custos mais baixos; diminuição da presença do Estado nos ensino médio e superior, entregues à iniciativa privada, para priorizar o ensino fundamental, cuja responsabilidade pela execução fica a cargo dos municípios (descentralização).

Aos professores formados em Institutos Superiores de Educação inicialmente é oferecido um curso básico e, posteriormente, algumas disciplinas específicas para a Licenciatura escolhida (Geografia, Português, Matemática, História, Ciências), em curso de formação que pode ter a duração de três anos. Chauí (1999) avalia que, ao suprimir os cursos de formação de professores das universidades, o governo desprestigia ainda mais a profissão, e o ensino superior tende a ficar mais elitista. Desse modo, segundo Chauí, fica parecendo que os idealizadores da política já definiram que a maioria da população não terá acesso ao ensino superior. Além disso, para formar um “cidadão comum” que possa competir no mercado de trabalho, basta um professor “comum”.

Para Chauí (1999), ainda, a reforma no ensino superior do governo de Fernando Henrique Cardoso, transformou a universidade em uma

prestadora de serviços para o setor empresarial. A autonomia universitária nessa perspectiva, especialmente da universidade pública, nessa perspectiva, reduziu-se “à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho”, transformando a autonomia em um sistema de gerenciamento empresarial.

Chauí (1999) afirma que, a flexibilização delineada pelo governo federal, representa a ampliação dos contratos temporários dos professores e funcionários, além da simplificação dos processos de compras e captação de recursos, adaptação dos currículos às necessidades do mercado, separação da docência, da pesquisa. A qualidade é definida pela competência e excelência, medida pela produtividade. A pesquisa e a organização dos cursos das universidades, desse modo, estarão vinculados aos interesses financeiros e mercadológicos imediatos e não orientados na direção da busca de alternativas para o efetivo desenvolvimento da sociedade brasileira considerando suas características específicas.

O governo atual (Luís Inácio Lula da Silva) tem acenado com mudanças nas políticas educacionais em todos os níveis de ensino. Entretanto, em alguns casos a essência das políticas tem mantido as anteriores, como é o caso da avaliação das instituições de ensino superior, o Sistema Nacional de Avaliação Ensino Superior (Sinaes), cujo objetivo é assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Outro exemplo é o PROUNI, criado para alocação de vagas em instituições de ensino superior privadas, para alunos de baixa renda. Trata-se de projeto que tem gerado muitas críticas, na medida em que vários setores consideram que o governo deveria investir mais nas instituições públicas federais, ainda que, na prática, em muitas regiões as públicas permanecem elitistas.

Para a pós-graduação foi criado o Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG), lançado em 2001 pela CAPES/MEC. Como metas para um período de dez anos, o PNPG objetiva: exigência de melhoria progressiva da infraestrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, como condição para

o recredenciamento das instituições de educação superior e para renovação do reconhecimento de cursos; dobrar, no prazo de dez anos, o número de pesquisadores qualificados, aumentando anualmente pelo menos em 5% os mestres e doutores; evitar o êxodo de pesquisadores para países estrangeiros, mediante investigação de suas causas e desenvolver ações para mantê-los no país; incentivar o desenvolvimento da pesquisa como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem na educação superior.

Consideram-se tais ações como necessárias, porém devem estar acompanhadas de políticas de fomento para que essas metas possam ser cumpridas, sobretudo nas universidades públicas, que de certa forma dependem dos investimentos estatais. Atualmente vive-se um processo de privatização dos espaços internos da universidade pública e de distribuição de recursos públicos para as universidades privadas, sobretudo por meio do Pró-Uni. Desde o governo Collor, têm-se estimulado parcerias com o setor produtivo, o que gerou conflitos entre professores e pesquisadores quanto à função social da universidade pública e produziu intensa competição e desunião entre estes profissionais. Vale ressaltar que a convivência no mesmo espaço de interesses não compartilhados pode ruir as relações e trazer dificuldades à universidade, no sentido de contribuir para o avanço do país. Assinala-se, pois, na prática, as universidades têm servido como postos avançados de interesses de grupos restritos e seus pesquisadores, cada vez mais produzindo conhecimento para usos particulares, utilizando a infraestrutura da instituição para sua auto promoção e de seus colaboradores. Trata-se de realidade ocorre em todas as áreas do conhecimento, sobretudo nas subáreas que envolvem tecnologia.

Linhas de Pesquisas

A tendência atual da pós-graduação no Brasil é a de priorizar a produção do conhecimento como uma dinâmica dos programas definidos em torno de *Linhas de Pesquisa* e de *Núcleos Temáticos de Pesquisa*. Segundo Noronha (2002), esta nova orientação foi sugerida pelos setores

responsáveis pela pós-graduação no Brasil e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), em que se busca superar as dificuldades derivadas da estrutura curricular organizada em torno de áreas de concentração, inspiração da legislação que regulamentou a pós-graduação no Brasil na década de 1960 (Parecer 977/65) do CFE. Essa tendência tem um significado particular na conjuntura atual de desenvolvimento da pesquisa acadêmica, já que significa uma crítica à antiga forma, bem como a busca de novas alternativas de organização das condições de produção do conhecimento.

A mudança de eixo dos cursos de pós-graduação de áreas de concentração para linhas de pesquisa e núcleos temáticos de pesquisa pode ser observada desde o final da década de 1980 e começo de 1990 e permanece como tendência dominante na atual política de pós-graduação. A principal crítica feita às “áreas de concentração” é sobre a forma rígida, exigindo numerosas disciplinas obrigatórias articuladas a outras tantas de “domínio conexo”, sem articulação com o processo de produção do conhecimento (Noronha, 2002).

As iniciativas visando à superação do modelo baseado em áreas de concentração tiveram início com o esforço interdisciplinar de produção do conhecimento que transbordaram para a reorganização curricular, e indicaram esgotamento do modelo de pós-graduação com base no Parecer 977/65. A substituição de áreas de concentração por linhas de pesquisa reflete uma nova atitude diante da concepção de pesquisa e da formação de pesquisadores, podendo influenciar tanto a pós-graduação quanto à própria graduação.

Segundo Noronha (2002), as linhas de pesquisa representam campos problematizadores que propiciam a possibilidade de estudos aprofundados em torno dos quais se organizam e se agrupam interesses comuns de investigação.

O próprio termo pesquisa tem como pressuposto a problematização, que significa processos de investigação rigorosa, definição qualificada de questões, dinâmica de conhecimento e construção do objeto de pesquisa.

É com este sentido que a definição de linhas de pesquisa, como eixo articulador dos processos de investigação, propicia e privilegia os campos problemáticos de investigação, procurando ampliar o olhar sobre o objeto de investigação.

Para Noronha (2002), as linhas de pesquisa possibilitam, portanto, a prática permanente da sistematização, da divulgação da experiência da pesquisa, do desenvolvimento de novos núcleos, de novos projetos e da integração dos pesquisadores em grupos de pesquisa com temáticas afins. Estes grupos de pesquisadores articulados em temáticas afins terão como tarefas fundamentais a realização de acompanhamento cuidadoso, permanente e atualizado da produção científica, acerca da problemática central da linha de pesquisa, além da evolução da produção do conhecimento, no campo do saber onde se situa sua problemática predominante.

Atualmente, conforme dados da CAPES, existem doze linhas de pesquisas direcionadas especificamente ao ensino de geografia: cinco na USP; e uma, respectivamente, na UFMG; na UECE; na UFPE; na UNESP-RC e na UNESP-PP; na UFG e na UFRGS. Das pesquisas realizadas nesse âmbito, a maioria está concentrada na USP. As demais estão espalhadas nas outras universidades.

Deve-se ressaltar que há dissertações e teses realizadas em linhas de pesquisas, dentro de programas de Geografia não direcionadas especificamente ao ensino. Dessas, destacam-se, por exemplo, Geomorfologia e Estudos Ambientais (UFMG, UFG, UFSC); Relações cidade-campo e relações socioespaciais (UFU); Desenvolvimento regional (Unesp-PP); Questões teórico-metodológico e epistemológicas (Unesp-RC e USP); Geoprocessamento (UFRJ); Estudos de metropolização (USP); Processo de desertificação (USP), entre outras.

No período de 1996 a 2000, na Capes, não se encontrou nenhuma linha específica nos programas de Educação, com abordagem para o ensino de Geografia, diferentemente de outras disciplinas escolares, como Matemática e Ciências, por exemplo. Os programas de Educação

concentram expressivo número de pesquisas que discutem o ensino de Geografia, entretanto distribuem-se diversificadamente pelas universidades, onde se encontraram investigações a respeito. Trata-se de programas concentram-se nas seguintes linhas de pesquisas: Formação de professores (UFPI, PUC-SP, Ufes, UNICAMP); Educação, Comunicação e outras linguagens alternativas (UFBA, USP, UFRN); Estudos que tratam de Currículos (UFBA, PUC-SP, UCB, UFPR); Processo ensino-aprendizagem e práticas pedagógicas (UFPI, UERJ, UFU, Unesp-MA, USP, UFG, UFSC); História, pensamento e questões teórico-metodológicas (PUC-SP, PUC-RS, UFMS, UFSC); Estudos sociológicos e políticos (UFSE-SE, PUC-RS, UFMG, UNESP-MA, UNIMEP, UFPR); Docência e ensino superior (PUC-Campinas); Educação e meio ambiente (UFMT). Localizam-se pesquisas, em geografia, em outros programas, na área de Geociências, da Unicamp-SP, nas seguintes linhas de pesquisas: Metodologia do ensino de Geociências e Teoria do conhecimento geológico.

Áreas de Concentração

Noronha (2002) considera que área de concentração e programas, por vezes, se assemelham, diante da importância de se verificar as tendências e as características dos professores e pesquisadores que atuam no local, como é o caso da USP, cujo programa de Geografia organiza-se em dois – Geografia Humana e Geografia Física. Já as linhas de pesquisas acabam orientando e explicitando temáticas, os gêneros de trabalhos acadêmicos, das características dos orientadores focalizando maior visibilidade e seus programas. Apesar disso, no entanto, para efeito de organização, avaliação, pontuação e auxílio (fomento e bolsas), as agências consideram as áreas de concentração definidas, autorizadas e aprovadas pela Capes como referência. Na prática, são elas os parâmetros para o credenciamento dos programas. Atualmente, nos programas de Geografia definidos pela Capes, as áreas de concentração são: Geografia; Geografia Humana e Geografia Física; Geografia; Ambiente e Tecnologia; e Tratamento da Informação Espacial (Quadro 1).

Quadro 1: Distribuição das Áreas de Concentração nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil (2003).

Área de Concentração	Universidade	Total
Geografia	UFPB, UNICAMP, UFBA, UECE, UEM, UNB, UFG, UFU, UFMG, UFMS, UFMT, UFPE, UFPR, UERJ, UFF, UFRJ, UFRN, UFSM, UFRGS, UFSC, UFSE, UNESP-PP, UNESP-RC, UFPA, UFCE	25
Geografia Física	USP	01
Geografia Humana	USP	01
Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento	UEL	01
Tratamento da Informação Espacial	PUC-MG	01
Total		29

Fonte: <http://www.capes.org> - 2004

No interior das áreas de concentração, apresentadas no Quadro 1, há linhas de pesquisa que abordam o ensino de Geografia, as quais, na prática, não deveriam ser de difícil localização. A sua pouca visibilidade, no entanto, dispersa a produção acadêmica, o que dificulta divulgá-las. A concentração geográfica da pesquisa ocorre, ao mesmo tempo, dispersa e diluída, tornado-a desapercebida no contexto da pesquisa geral da Geografia.

A quantidade e relevância da pesquisa acadêmica no ensino de Geografia demonstram a necessidade de discutir a criação de área de concentração denominada Ensino de Geografia, que poderá derivar diversas linhas de pesquisas. Atualmente, esse ensino aparece, na maioria das vezes, nos programas de pós-graduação de Geografia como linha de pesquisa, diluída no interior dos programas, de modo que, com tal denominação não corresponde à quantidade e abrangência de investigações existentes. Também não são encontradas linhas de pesquisas que tratem o ensino de geografia, nos programas de Educação. Vale destacar, a Capes organiza as áreas científicas em Grandes Áreas, compreendendo Ciências Agrárias, Exatas e da Terra, Humanas, Biológicas, Saúde, Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguísticas, Letras e Artes e Outras.

Geralmente as áreas de concentração onde se localizam a maioria das pesquisas – nos programas de geografia e educação – inserem-se na grande área de Humanas. Na Educação existem subáreas, em que se destacam: Educação Ambiental (Universidade do Rio Grande – URG-RS), Educação Matemática (Unesp-RC) e Educação nas Ciências (Universidade de Ijuí - UNIJUÍ-RS). Na grande área denominada Outras, situam-se as áreas do ensino, conforme apresentadas no Quadro 2, com seus títulos e respectivas universidades, em que se observa a quantidade de áreas voltadas para o ensino de Ciências e de Matemática. Dizem respeito a áreas que podem ser consideradas de concentração, pois gozam de autonomia e se organizam como programas de pós-graduação no interior das universidades.

Quadro 2: Distribuição das Áreas de Concentração sobre o ensino (2003).

Áreas de Concentração sobre Ensino	Universidade
Educação em Ciências*	UNIJUÍ-RS
Educação Ambiental*	URG-RS
Educação Matemática*	UNESP-RC
Educação Científica e Tecnológica	UFSC
Educação em Ciências e Matemática	PUC-RS, UFPA
Educação Matemática	PUC-RJ, USU-RJ
Educação para a Ciência	UNESP-BAU
Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática	UEM-PR
Ensino das Ciências	UFRPE
Ensino de Ciências (modalidade Física e Química)	USP
Ensino de Ciências e Educação Matemática	UEL-PR
Ensino de Ciências e Matemática	CEFET-RJ, ULBRA-RS
Ensino de Ciências Naturais e Matemática	UFRN
Ensino de Física	UFRGS
Ensino em Biociências e Saúde	FIOCRUZ-RJ
Ensino em Ciências e Saúde	UNIFESP
Ensino, Filosofia e História das Ciências	UFBA
Total - 16	Total - 20

* Essas três áreas estão em programas de Educação, o restante são áreas autônomas.

Fonte: <http://www.capes.org> - set./2003

Pelo Quadro 2 observa-se que as áreas de concentração autônomas do ensino, na maioria, representam as Ciências Exatas, Biológicas e Saúde,

de modo que a de Humanas quase não aparece nesse conjunto. Durante o 7º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia realizado em setembro de 2003, na UFES, por ocasião da mesa-redonda denominada Organização da pesquisa em ensino de Geografia no Brasil, discutiram-se as linhas de pesquisas voltadas para ao ensino de Geografia, bem como sua institucionalização nos programas de pós-graduação o que despertou grande interesse. Em vista, portanto, da quantidade e da qualidade das pesquisas realizadas sobre o ensino de geografia no País, como se demonstrada neste livro, considera-se importante a criação da área de concentração denominada Ensino de Geografia, abrangendo várias universidades podendo derivar linhas de pesquisas, grupos de pesquisas e trabalhos de cooperação interinstitucional na área.

Como no ensino de ciências e matemática, entre outros, com áreas de concentração específicas, a geografia contabiliza 317 documentos até 2003 e é um importante componente nos currículos e programas de todos os níveis de ensino. Por isso, já comporta uma área de concentração, que poderia, junto à Capes, ser denominada de Ensino de Geografia.

Questões sobre a pós-graduação em geografia

As questões sobre a pós-graduação apontadas anteriormente poderiam abarcar todas as áreas, se não existissem especificidades relativas à natureza de cada área científica. Guidugli (1986), em análise da organização curricular dos cursos de pós-graduação, apontou diversos problemas nos programas de Geografia na década de 1980, problemas esses tanto interna às universidades, como a precariedade de sua posição, quanto interna.

O fato dos cursos de Geografia estarem distribuídos indiferentemente entre as Faculdades de Humanidades, Institutos de Geociências, de Ciências Sociais, de Ciências Exatas e outros, refletia a indefinição da disciplina no conjunto da ciência, gerando uma imprecisão junto aos órgãos institucionais quanto á organização do ensino e da pesquisa na área.

As sucessivas partilhas em disciplinas e subdisciplinas produzidas no interior da Geografia geravam na organização curricular da pós-graduação uma grande variedade de tópicos para o ensino e pesquisa, convertendo a Geografia apenas em produtora de problemas teóricos.

A divisão tradicional, marcada pela visão dicotômica de seus conteúdos em físicos e humanos, levou para o público em geral a ideia que existem subcampos independentes na Geografia, refletindo na definição pelos órgãos governamentais de gerenciamento da pesquisa (com consentimento dos geógrafos), na divisão da Geografia em áreas de concentração distintas como a Geografia Física, vinculada às ciências exatas e naturais e a Geografia Humana à área de Humanidades. Para Guidugli (1986), essa anomalia refletia na organização dos cursos e na estrutura curricular da pós-graduação em Geografia, pois mesmo que nos discursos se falasse em unidade da Geografia, na prática, a fragmentação era a característica principal do ensino e da pesquisa.

Guidugli (1986) tinha uma visão utilitária da pós-graduação e defendia que os Programas de Geografia deveriam ser organizados em um contexto de relações entre o Estado, a universidade e a sociedade. Sua opinião era de que para a educação, sobretudo considerando o ensino fundamental e médio, os cursos de pós-graduação pouco faziam para contribuir com eles.

Até 1986, momento do artigo de Guidugli, haviam 24 pesquisas sobre o ensino de Geografia sob a forma de dissertações de mestrado e quatro teses de doutorado. Se considerarmos as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação em Geografia, contam-se apenas oito trabalhos, cinco realizados na UNESP-RC, dois na USP e um na UNESP-PP. Das quatro teses de doutorado, apenas uma foi realizada nos cursos de pós-graduação no modelo instituído pela reforma universitária, sendo os outros três no modelo anterior baseado na cátedra. Os outros dezenove trabalhos restantes foram realizados nos programas de Educação, provavelmente desconhecidos, no período, pela comunidade acadêmica.

Após o advento da reforma universitária de 1968, foi criado o curso de mestrado na USP e UNESP-RC, em 1972 na UFRJ, e em 1976 na UFPE. Na década de 1980 consolidaram-se o mestrado e o doutorado na USP, o doutorado na UNESP-RC (1983) e posteriormente na UFRJ (1985). Até 1996, apenas três programas tinham doutorado (USP, UNESP e UFRJ). Já em 2001 entre os 21 programas, haviam sete com mestrado e doutorado: USP (2), UNESP (2), UFRJ (1), UFF (1) e UFSC (1) (Suertegaray, 2003).

Guidugli (1986), propõe que os currículos dos cursos de pós-graduação perspectivas interdisciplinares, gerando duplo caráter para a Geografia: o da interdisciplinaridade interna (articulando as áreas da Geografia por meio de linhas de pesquisas e temáticas relevantes); e a interdisciplinaridade externa (relação com outras ciências e áreas do conhecimento).

Nessa perspectiva, a alternativa poderia ser o desenvolvimento de uma visão transversal, articulando na Geografia os processos naturais com os fatos sociais e os problemas atuais. As disciplinas nos cursos de pós-graduação em Geografia deveriam oferecer aos alunos base conceitual e teórica, de acordo com a diversidade de cursos tópicos (específicos) e regionais, além de subsídios à pesquisa no sentido da inovação e operacionalização dos projetos, contemplando a situação concreta do mundo do trabalho, diferenciando nos currículos as disciplinas voltadas para o mestrado e doutorado.

O intercâmbio entre programas e instituições internacionais, segundo Suertegaray (2003), poderia fortalecer as pesquisas realizadas, de modo a ampliar a respectiva qualificação. No entanto, para a citada autora, a escassez de recursos dos programas dificultam a promoção de intercâmbio, desde o convite para participação de bancas como para realização de palestras para docentes e discentes. Além disso, há problemas estruturais em muitas instituições relacionados a laboratórios e bibliotecas, comprometem o desenvolvimento de muitos projetos de pesquisa.

Os problemas relacionados com a organização da pós-graduação em geografia são uma preocupação antiga, por causa da diversidade

apresentada pela ciência geográfica, uma vez que nem sempre as orientações que as instituições governamentais definem para as áreas contemplam a especificidade de cada uma delas. Isso tem acarretado discussões no âmbito acadêmico, no sentido de trazer contribuições para uma forma de avaliação que considere tais características. Porém foi apenas em 1993, durante o V Encontro ocorrido em Florianópolis, que se oficializou a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), tendo como primeiro presidente o professor Milton Santos. O I Encontro Nacional da Anpege em Aracaju, SE, em 1995. Para Suertegaray (2003), a criação da Anpege teve papel decisivo na melhoria e fortalecimento da pós-graduação em geografia no País, na medida que passou a colaborar na discussão sobre a avaliação dos programas, na indicação de nomes para compor as comissões, apesar de reconhecer que não há unanimidade no estabelecimento dos critérios.

Carlos (2003), por exemplo, considera que tem sido mais importante a preocupação com o número de trabalhos apresentados em eventos e publicações em revistas científicas do que com o modo como a geografia constrói o conhecimento sobre o mundo contemporâneo e a realidade brasileira. Assim, ao invés de promover o intercâmbio, os cursos de pós-graduação aprofundam a competitividade. Carlos (2003) reafirma o papel da universidade em articular o ensino, a pesquisa e a extensão, propósito que exige a produção de um conhecimento crítico, comprometido com o desvendamento do mundo em que se vive. Nesse sentido, a avaliação não pode pautar-se apenas por critérios quantitativos, mas basear-se em critérios de valorização de trabalhos em todos os níveis, independentes de sua escolha teórica-metodológica e temática, contemplando-se a pluralidade das posições assumidas.

Para Carlos (2003), ainda, a avaliação da pós-graduação leva à discussão da autonomia da universidade, dado que as pesquisas realizadas no Brasil estão nas mãos das instituições de fomento, que acabam definindo padrões e prioridades quase sempre com base em um padrão hegemônico proveniente das ciências exatas e naturais. Outra questão é a preocupação

com a relação da universidade e a empresa, cuja visão tende priorizar a produção de produtos e patentes em detrimento dos cursos ministrados e de materiais e livros para as bibliotecas.

Carlos (2003, p. 75) também considera que os critérios que orientam as pesquisas realizadas na universidade levam a um “cronograma de prazos a serem seguidos a partir de metas estritamente delimitadas e, competentemente, perseguidas”. Isso, contudo, faz com que os cursos de pós-graduação se constituam como pressão sobre a pesquisa e não como a possibilidade para o desenvolvimento dela. A avaliação, portanto, como parâmetro de quantidade, visa produzir os centros de excelência, levando os programas a competição e busca de eficiência. Por isso, para que possa contribuir para a sociedade, segundo Carlos (2003), deve levantar as necessidades postas por aquela, construindo o conhecimento enquanto produção crítica e original, por meio do exercício da liberdade e da existência do pleno direito à diferença.

A atitude de se normatizar o agir e o pensar, a partir de estatutos e regimentos inflexíveis, assenta-se na estratégia que visa a equivalência e a identificação completa de todos os membros da comunidade para o reconhecimento do poder estabelecido e consubstanciado na lógica da dominação, na qual a identidade deixa de ser particularidade para se tornar o idêntico ao todo. (Carlos, 2003, 79).

Atualmente, de acordo com as críticas, os cursos de pós-graduação estão articulados demasiadamente ao mundo do trabalho, à sua operacionalidade e funcionalidade, na perspectiva de Chauí (1999), são dirigidas pela capacidade em responder as questões colocadas pelos setores empresariais. Quanto à organização dos programas, embora se considere a importância da interdisciplinaridade, exige-se que as linhas de pesquisa sejam específicas, possibilitando resultados pontuais.

Carlos e Oliveira (1998), ao questionarem a avaliação da Capes fez no Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana, da USP, em 1996-1997, defendem que algumas linhas de pesquisa, como Geografia Humana,

podem ser genéricas, na medida que englobam um número significativo de temáticas que se articulam a partir de uma vertente teórico-metodológica. Os autores questionam as limitações temáticas que especializam ainda mais o conhecimento, pois, segundo eles, a especificação dos temas pode restringir as possibilidades de análise impostas pela dinâmica das transformações espaciais da atualidade. Nesse sentido, as linhas de pesquisas devem ser pensadas também como “possibilidade analítica”.

Considerações

Como exposto no início deste capítulo, a geografia apresenta uma característica peculiar, pois, antes de se constituir como área de ensino e pesquisa no nível superior, era disciplina obrigatória dos currículos do ensino primário e secundário. Introduzida com fins político-ideológicos no ensino, tornou-se componente fundamental como instrumento de consolidação da nacionalidade dos Estados.

No plano educacional, a referida disciplina tratou os conteúdos de forma descritiva e memorística, engendrando uma fragmentação no tratamento do conteúdo-método entre a geografia produzida na universidade e a geografia ensinada nas escolas de nível fundamental e médio. Essa geografia denominada escolar caminhou ao largo da acadêmica quase independente, influenciando sobremaneira a produção científica. Em função da sua força e atuação na formação geral das pessoas, construiu uma imagem semelhante no senso comum e nos setores oficiais sobre si mesma, como ciência de síntese e decorativa.

Os programas de pós-graduação em geografia refletiram, por meio das áreas de concentração e das linhas de pesquisas, a visão dicotômica. No entanto, as pesquisas sobre o ensino de geografia, em análise da realidade escolar, explicitam as diferenças entre a produção acadêmica e o ensino fundamental e médio.

Nas últimas décadas, tem havido um aumento no oferecimento de cursos de graduação e de pós-graduação no País, com criação de novos

programas e de mais vagas, em todas as universidades públicas de todas as regiões. As constatações obtidas na reflexão sobre o percurso da geografia desde o ensino fundamental e médio, passando pelo ensino superior de graduação e de pós-graduação, requerem outras análises contextuais sobre a tendência da distribuição geográfica das pesquisas e análise, o que será feito nos próximos capítulos, com o propósito de localizar as pesquisas acadêmicas no contexto espaço-temporal dos cursos de pós-graduação pelas universidades e pelo território brasileiro.

Capítulo 2

PESQUISAS SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS GERAIS

O crescente aumento de pesquisas em Geografia no Brasil nas últimas décadas do século XX, embora acompanhe uma tendência geral no campo da pesquisa educacional, revela o interesse pelo estudo do ensino dessa disciplina em várias modalidades. Vale assinalar, essa tendência tem-se ampliado com a instalação de vários programas de pós-graduação (Geografia e Educação) a partir dos anos 1990 em muitas universidades.

Distribuição das pesquisas por universidades e programas no território brasileiro

A distribuição dos trabalhos de pesquisas no território brasileiro revela o processo histórico da organização e produção do espaço, sobretudo no século XX, com a concentração econômica na região Sudeste. Tanto é significativo o número de pesquisas que versam sobre o ensino de Geografia, quanto o de programas de pós-graduação e linhas de pesquisas adotadas no final da década de 1980.

Busca-se, assim, contextualizar essa situação, relacionando a distribuição desses trabalhos com o desenvolvimento socioeconômico verificado nas décadas de 1970 a 1990, com o objetivo de compreender melhor esse processo, bem como identificar suas características e relações com os investimentos e ainda com as reformas na educação.

Como referido anteriormente, a reforma universitária de 1968, ao introduzir os cursos de pós-graduação, alterou o antigo modelo de titulação acadêmica baseado na cátedra, com mudanças que visaram integrar o País ao modelo de desenvolvimento capitalista mundial. Para isso propôs-se capacitar os recursos humanos de nível superior no plano técnico-científico e educacional bem como criar um cenário mais favorável para responder às exigências do período.

Nas décadas de 1970 e 1980, a participação das empresas estrangeiras na economia brasileira foi acompanhada por significativos investimentos em equipamentos técnicos, o que acarretou concentração financeira e controle da produção e circulação no território brasileiro, sobretudo na região Sudeste, diversificando as atividades econômicas. Foi o período de crescimento do setor terciário, diante da necessidade de uma maior organização dos serviços e da gestão.

Com base na qualificação e na escolarização da população, a industrialização ganhou novo impulso, modernizou seus meios de produção e alcançou alto nível tecnológico. Apesar disso, no entanto, o País continuava “subdesenvolvido”, tendo em vista as disparidades regionais e o aprofundamento das desigualdades sociais, realidade que mantinha as classes desprivilegiadas excluídas dos bens e serviços mais avançados.

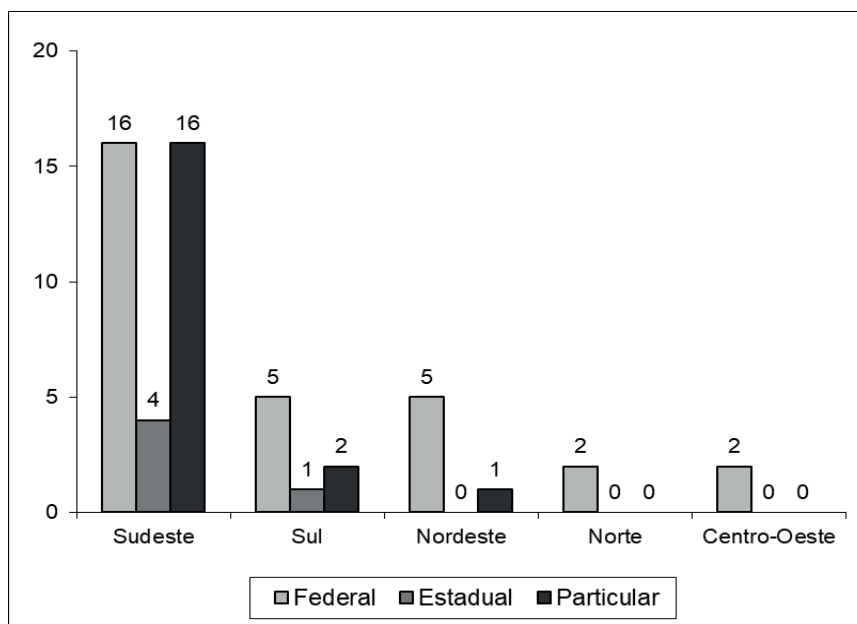
Com baixo poder de compra do mercado consumidor interno, a indústria e a agricultura mecanizada obrigaram-se a expandir sua produção a setores voltados para a exportação, a despeito de a utilização de equipamentos modernos exigir trabalhadores especializados e de haver a necessidade de ampliação dos investimentos na qualificação profissional. Isso acarretou a dependência nacional a centros avançados do sistema internacional capitalista, sobretudo nas áreas da ciência e da tecnologia, com a adoção, por parte do Estado, de mudanças estruturais para atender

aos interesses da economia nacional e mundial, mediante medidas tais como as privatizações, além de facilidades fiscais e favorecimentos às grandes empresas nacionais, estatais e internacionais.

No contexto do movimento do território brasileiro, considera-se que as disparidades regionais acentuadas nessa época ocorreram em virtude do processo de desenvolvimento econômico deflagrado na segunda metade do século XX, com a diversificação das atividades econômicas e técnico-científicas na economia nacional, concentrada, no entanto, na região Sudeste do País. Essa concentração foi possibilitada pelos investimentos realizados nos estados dessa região, prioritariamente pelos setores empresariais e pelos governos federal e estaduais, os quais buscaram, por meio de empréstimos, recursos para financiar os projetos de infraestrutura, na tentativa de facilitar a aplicação de investimentos nos demais setores. Concomitantemente a isso, houve um crescimento do setor educacional, com vistas a qualificar a população para atender a essas novas exigências.

Assim, segundo Santos e Silveira (1998), a difusão desigual das universidades pelo território brasileiro obedece a um imperativo territorial na produção da educação. Como atividade econômica e social de peso, nas últimas décadas do século XX, a educação passou a ter um importante papel na caracterização e na integração do espaço nacional. Para Santos e Silveira (1998, p.29), os “lugares e sistemas de lugares, pelas suas características econômicas, demográficas e sociais, constituem fatores relevantes na explicação das diferenciações geográficas da atividade educacional”, e a presença mais densa de estabelecimentos de ensino, além de ofertas de cursos nas áreas litorâneas, nas zonas de agricultura rica, nas regiões metropolitanas, justificam a concentração em determinadas áreas em detrimento de outras. Logo, podem-se relacionar especializações produtivas com especializações educacionais, forma que os lugares de maior variedade e complexidade apresentam atividades de ensino e pesquisa correlatas direcionadas para o desenvolvimento esperado pelos setores governamentais e empresariais. Veja-se no Gráfico 1, a seguir, a distribuição por regiões brasileiras das ofertas de cursos de pós-graduação em 1977 de 54 universidades públicas (federais e estaduais) e particulares, em todas as áreas.

Gráfico 1: Ofertas dos cursos de pós-graduação por tipo de universidades e por regiões brasileiras.

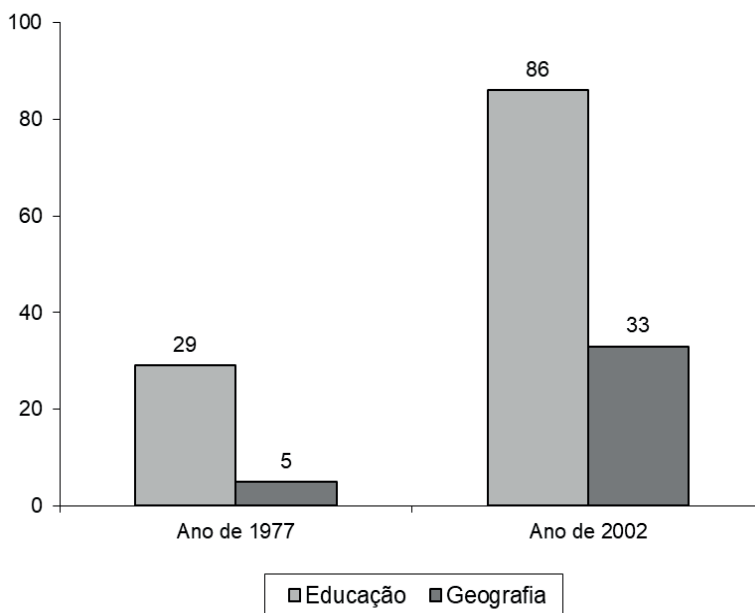


Destaque-se que, na região Sudeste, a oferta de cursos de pós-graduação era de 67% do total, 34% deles no estado de São Paulo e 26% no Rio de Janeiro. Na região Sul, a oferta era de 15% do total; na região Nordeste, de aproximadamente 11%; e nas regiões Norte e Centro-Oeste, de 3,7% cada uma. No conjunto, havia programas de Geografia (Gráfico 2) situados em três universidades da região Sudeste: na USP, na Unesp-RC e na UFRJ. Na USP, o curso de pós-graduação era dividido em duas áreas de concentração - Geografia Física e Geografia Humana e na Unesp-RC, em uma - Organização do Espaço. Os dois únicos programas de doutorado existentes no País também estavam localizados, no período citado, na região Sudeste: um na USP e o outro na Unesp-RC. Como se pode notar, embora houvesse cursos em outras regiões, já ocorria uma concentração no Sudeste do País, concentração essa que era mais ou menos equitativa entre as universidades públicas e privadas.

Em 1977, eram 29 em Educação (24 de mestrados e 5 de doutorados) e 6 em Geografia (4 de mestrado e 2 doutorado). Já em 2002, havia 86

programas em Educação (61 de mestrados e 25 de doutorados) e 33 de Geografia (25 de mestrados e 8 de doutorados).

Gráfico 2: Número de cursos de pós-graduação em programas de Educação e Geografia no Brasil de 1977 a 2002.



Em 1970, com o decreto nº 67.380/70, definiram-se cinco Centros Regionais de Pós-graduação (CRPG) compreendendo os cursos de mestrado e doutorado credenciados pelo Conselho Federal de Educação (CFE), funcionando coordenada e organicamente, bem como correspondendo a uma determinada região.

Para cada CRPG foi estabelecida uma universidade-sede, subordinada à Comissão Nacional, no âmbito do Departamento de Assuntos Universitários, órgão encarregado da coordenação do programa do MEC. Os CRPGs foram criados para qualificar o pessoal de nível superior existente, sobretudo para capacitar os professores universitários, e para sanar o problema da falta de doutores em número suficiente mediante o estabelecimento de vários programas. Para isso, o CNPq disponibilizava

equipes de pessoal titulado itinerante, encarregadas de orientar os mestrados dos centros regionais, como é o caso de RAMOS (1972, Doc. 202), cuja dissertação foi produzida na UFSM e orientada por um Comitê do CNPq. A maioria dos programas, no período, estava nas Faculdades de Educação, razão porque se apresenta em maior número. Esse fato comprova a tendência de pesquisas voltadas para o ensino de Geografia, principalmente as dissertações de mestrado, realizadas nos programas de Educação.

Assinale-se que à CNPG criada no período competia estabelecer as políticas para esse nível da educação superior, além de promover seu financiamento e coordenar as atividades dos cinco Centros Regionais, correspondentes às regiões: Norte-Nordeste, Centro-Leste, Centro-Oeste, Sul e o estado de São Paulo. Trata-se de Centros cujas sedes, respectivamente, eram as universidades federais de Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e Estadual de São Paulo.

Com esse modelo de programas, visava-se integrar os recursos humanos e materiais daquelas regiões que, dispersos, dariam rendimento limitado, mas, devidamente aglutinados e coordenados, permitiriam reforçar cursos já existentes ou mesmo criar outros (Góes, 1972). Trata-se de modelo baseado na estrutura norte-americana de consórcios entre universidades formadas para ministrar cursos de pós-graduação.

A articulação promovida pelo MEC junto às diversas agências financiadoras visava capacitar rapidamente os recursos humanos, para formar e qualificar outros profissionais, acelerando, conseqüentemente, o processo de desenvolvimento pretendido pelo governo e pelos setores empresariais daquele período.

Como bem colocam Santos e Silveira (1998, p.24), é na “produção e funcionamento de um espaço impregnado de técnica, ciência e informação que a qualificação das pessoas se torna decisiva e as demandas pelo ensino são mais crescentes”.

No Sudeste e Sul, a concentração tecnológica provocou uma desigualdade maior nas ofertas de cursos de pós-graduação, pois estes

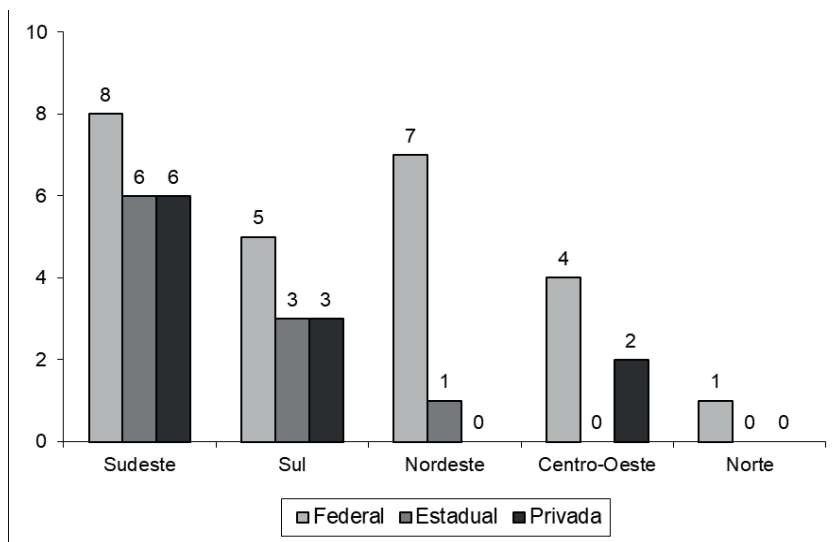
eram instalados justamente para ampliar o desenvolvimento desse setor nessas regiões. Tanto é assim que, em termos de números absolutos, tais regiões concentravam 70% dos cursos (graduação e pós-graduação). Segundo observam Santos e Silveira (1998), no Sudeste, o percentual de cursos (graduação e pós-graduação) era de aproximadamente 50% do total nacional, com 3.001 cursos. Especificamente em São Paulo, os 1.678 cursos existentes representavam aproximadamente 27% do total do Brasil, oferta que, portanto, era 1,2 vezes superior à oferta de toda a região Sul -, 1,7 vezes maior que a região Nordeste, 3,1 vezes que a região Centro-Oeste e 4,3 vezes que a região Norte.

O avanço da globalização econômica e o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação vividas nessa época fizeram o território brasileiro integrar-se com mais eficiência ao comando internacional, e assim a fluidez do espaço passa a ser o fator preponderante de poder sobre este, com a superposição de seus espaços sobre os outros. Isso acarretou a necessidade de convivência, lado a lado, da riqueza com a pobreza, dos espaços luminosos com os espaços opacos (Santos, 1996). E, assim, a educação e a pesquisa refletiram esse processo, cuja concentração de uma ou de outra tende a ampliar conforme se concentram outros fatores. Essa distribuição de bens e serviços no território, segundo Santos e Silveira (1998), obedecem a duas lógicas principais: à lógica do Estado e à lógica do mercado.

No campo educacional, o setor público pode instalar-se nos lugares e esperar pela demanda, enquanto o setor privado tende a instalar-se nas regiões onde a demanda já existe ou tem uma perspectiva de desenvolver-se. Nesse sentido, compreende-se que a oferta social da educação é dependente do jogo de circunstâncias, cuja variedade e distribuição nem sempre têm relação com a presença e as necessidades da população local.

A educação, hoje, é considerada um bem a ser consumido e esse consumo é cada vez mais produtivo. Por isso, a educação e as atividades ligadas a ela desempenham um papel de geração de riqueza local, justificando os investimentos e os investimentos e os interesses estatais, municipais e privados.

Gráfico 3: Distribuição das pesquisas pelos tipos de universidades.

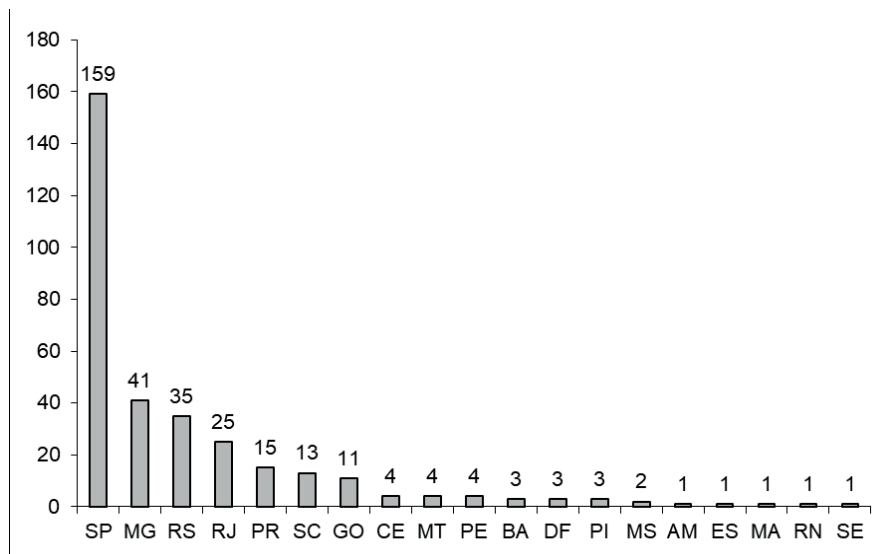


No presente trabalho somam 46 as universidades em que foram levantadas dissertações e teses acerca do ensino em Geografia (Gráfico 3). Trata-se de 317 trabalhos, todos eles apresentados neste livro (Capítulo 4), cuja distribuição pelo território é seletiva, configurando uma acessibilidade menos diante do espaço.

O Gráfico 4, a seguir, apresenta a distribuição dessas pesquisas por estados da federação. Das 27 unidades federativas (26 estados e o Distrito Federal), dezenove delas realizaram pesquisas sobre o ensino de Geografia. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, todos os estados desenvolveram pesquisas neste âmbito. Já na região Nordeste, sete dos seus nove estados produziram pesquisas nessa área, contra um dos setes estados da região Norte. Na região Sudeste somam 178 das dissertações de mestrado e 38 teses de doutorado, das quais 25 realizadas na USP, cinco na Unicamp, três na Unesp-RC, duas na Unesp-PP e uma na PUC-SP. Na região Sul, o total é de 62 dissertações de mestrado e uma tese de doutorado realizada na Faculdade de Educação da UFRGS. Na região Centro-Oeste, as dissertações de mestrado totalizam vinte. Na região Nordeste, das dezessete pesquisas, dezesseis são dissertações de mestrado e uma é tese de doutorado, esta realizada na Faculdade de Educação da UFRN. Na região Norte, a única

dissertação de mestrado foi realizada na Faculdade de Universidade do Amazonas. Esses dados, mais uma vez, comprovam a existência de uma concentração das pesquisas sobre o ensino de geografia da região Sudeste, com aproximadamente 68% do total, sendo metade desse percentual realizada nas universidades do estado de São Paulo.

Gráfico 4: Distribuição das pesquisas por estados.



No final deste *Catálogo*, encontram-se índices de assuntos, de lugares focados pelas pesquisas de universidades e de ano de realização. Evidentemente que nem todas as localidades aparecem nesses índices, uma vez que se consideram os lugares citados nas pesquisas originais e aqueles que figuram nos resumos destas. Com base nessa amostragem, verificou-se que, das 27 unidades federativas do território brasileiro, vinte localidades foram objetos de análise.

Destaca-se também o interesse por algumas capitais, como Goiânia, com oito pesquisas, Belo Horizonte, com sete, Rio de Janeiro, com treze, Porto Alegre, com sete pesquisas, e São Paulo, com dezesseis pesquisas. Além disso, nota-se que, cidades onde existem universidades com programas de pós-graduação, estas apresentam um número mais significativo de trabalho com estudos sobre elas, como São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia, Porto

Alegre, Presidente Prudente, Niterói, Campinas. Por exemplo, no caso do Rio de Janeiro, as pesquisas têm sido realizadas na Uerj ou na UFF e são em número pouco significativo.

Ao se considerar a dimensão do território brasileiro e a importância da geografia como disciplina e área de conhecimento, quantitativamente, a produção acadêmica sobre o ensino ainda responde às reais necessidades das questões e problemas existentes nas inúmeras localidades brasileiras. Cabe destacar que há pesquisas também que tratam de alguns países, como Argentina, o Chile, o Uruguai e o Canadá, em geral por meio de estudos comparativos com a realidade brasileira. E outras feitas por pessoas de outros países, Como Peru e Moçambique.

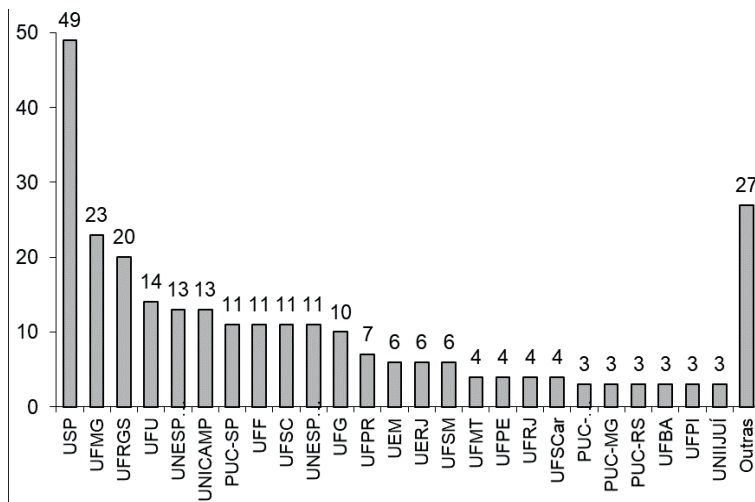
Gráfico 3: Distribuição das pesquisas por universidades, regiões e unidades federativas.

Regiões/ Universidades	UF	M	D	T
Região Sudeste				
Universidade de São Paulo (USP)	SP	49	25	74
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	23	0	23
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	SP	13	5	18
Universidade estadual Paulista – Presidente Prudente (Unesp-PP)	SP	13	2	15
Universidade Estadual Paulista – Rio Claro (Unesp-RC)	SP	11	13	14
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	MG	14	0	14
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	SP	11	1	12
Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	11	0	11
Universidade Estadual Paulista – Marília (Unesp-MA)	SP	5	2	7
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	RJ	6	0	6
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ufrj)	RJ	4	0	4
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	SP	4	0	4
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Camp)	SP	3	0	3
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)	MG	3	0	3
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	RJ	2	0	2
Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)	SP	2	0	2
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	RJ	1	0	1
Universidade Católica de Petrópolis (UCP)	RJ	1	0	1
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	ES	1	0	1
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	MG	1	0	1
Subtotal	20	178	38	216

Regiões/ Universidades	UF	M	D	T
<i>Região Sul</i>				
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	20	1	21
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	11	0	11
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	7	0	7
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	PR	6	0	6
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	RS	6	0	6
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	RS	3	0	3
Universidade de Ijuí (Unijuí)	RS	3	0	3
Universidade Regional de Blumenau (URB)	SC	2	0	2
Universidade do Rio Grande (URG)	RS	2	0	2
Universidade Estadual do Centro-Oeste (Ueco)	PR	1	0	1
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	PR	1	0	1
<i>Subtotal</i>	<i>11</i>	<i>62</i>	<i>1</i>	<i>63</i>
<i>Região Centro-Oeste</i>				
Universidade Federal de Goiás (UFG)	GO	10	0	10
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	MT	4	0	4
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	MS	2	0	2
Universidade de Brasília (UnB)	DF	2	0	2
Universidade Católica de Brasília (UCB)	DF	1	0	1
Universidade Católica de Goiás (UCG)	GO	1	0	1
<i>Subtotal</i>	<i>6</i>	<i>20</i>	<i>0</i>	<i>20</i>
<i>Região Nordeste</i>				
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	4	0	4
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	3	0	3
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	PI	3	0	3
Universidade Estadual do Ceará (Uece)	CE	2	0	2
Universidade Federal do Ceará (Ufce)	CE	2	0	2
Universidade Federal do Maranhão (Ufma)	MA	1	0	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	0	1	1
Universidade Federal de Sergipe (Ufse)	SE	1	0	1
<i>Subtotal</i>	<i>8</i>	<i>16</i>	<i>1</i>	<i>17</i>
<i>Região Norte</i>				
Universidade do Amazonas (UAM)	AM	1	0	1
<i>Subtotal</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>
<i>Total Geral</i>	<i>46</i>	<i>277</i>	<i>40</i>	<i>317</i>

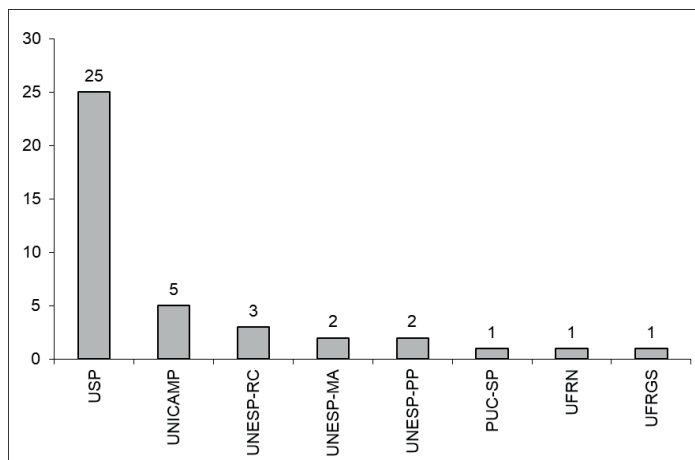
Nos Gráficos 5 e 6, a seguir, apresenta-se o quadro das dissertações e teses por universidades, o que possibilita visualizar melhor a sua distribuição no território nacional.

Gráfico 5: Distribuição das dissertações de mestrado por universidades.



No item Outras incluem-se 27 dissertações de mestrado distribuídas pelas universidades que realizaram uma ou duas pesquisas, como a PUC-RJ, PUC-RS, UECE, UFCE, UFMS, Unimep, URB, URG e a FGV-RJ, UAM, UCB, UCP, Ueco, UEPG, UFES, UFMA, UFSE, UnB e UFV, respectivamente.

Gráfico 6: Distribuição das teses de doutorado por universidades.



Com base nos dados do Quadro 3 e dos Gráficos 5 e 6, notam-se alguns problemas quanto à distribuição das dissertações e teses e suas relações com as linhas de pesquisa específicas sobre o ensino de geografia. Na USP, nem todas as pesquisas são realizadas segundo linhas de pesquisas específicas. Vale assinalar, muitas delas são desenvolvidas em outras linhas, a despeito de se contar com orientadores no quadro dessa universidade que se dedicam quase que exclusivamente ao ensino, o que vem mostrar que outros professores orientam esporadicamente pesquisa sobre ensino.

Na UFG, apesar de existir uma linha específica sobre o ensino, sua produção ainda é pequena, se comparada a outras que não têm, como na UFU e a Unicamp. Na UECE e na UFPE, que contam com linhas específicas, a quantidade de pesquisas também é inexpressiva. Na UFRJ, entidade que mantém tradição de décadas de pesquisa na pós-graduação, a produção sobre o ensino de geografia é quase nula.

Tais disparidades, no entanto, são justificadas por vários motivos. Um deles diz respeito ao curto tempo de existência dos programas de pós-graduação e linhas de pesquisas específicas. Também o desinteresse pelos professores do programa em orientar dissertações e teses sobre o ensino de geografia pode ser considerado como justificativa. No que se refere às universidades que não apresentam especificamente linha de pesquisa sobre o ensino, mas que possuem um número significativo de trabalhos, isso deve ser creditado à notável demonstração de interesse sobre essa temática e área de pesquisa pelos seus pesquisadores.

A maior quantidade de dissertações e teses defendidas em todas as áreas científico-acadêmicas nas universidades de São Paulo reflete, no entanto, a concentração econômica no local. Esse fato pode ser observado desde a década de 1960, quando apareceram as primeiras dissertações, e também na década de 1970, com a instituição da reforma universitária de 1968.

Santos e Silveira (1998) atribuem à história da educação no território brasileiro uma história de ausências e presenças dos setores responsáveis por essa atividade, que pode ser contada segundo os investimentos estatais, os agentes confessionais, militares, particulares e

comunitários, localizadas no espaço, ao longo do tempo, e também segundo as demandas locais e regionais geradas pelo modelo de desenvolvimento capitalista. Considerando-se, portanto, que nas últimas décadas do século XX esses investimentos têm sido direcionados para as regiões Sudeste e Sul, sobretudo concentrados no estado de São Paulo, pode-se inferir porque é o maior número de trabalhos nessas regiões.

A concentração das pesquisas em determinados lugares pode evidenciar, por exemplo, as relações entre o Estado e a Educação, como apresentado por Miranda (1992, Doc. 159), sobre o estado de São Paulo. Miranda mostra, em seu trabalho, que as estruturas político-ideológicas da sociedade desempenham um papel na estruturação, organização e produção do espaço geográfico. Para ela, como a estrutura educacional atua como concentradora de poder pela sua importância e abrangência, além de seu caráter permanente de produção e reprodução da dominação e/ou libertação socioeconômica materializada no espaço. Nesse sentido, a Educação é uma força produtiva que incide sobre o território, tornando-se uma matriz espacial do capitalismo. De modo que a ação do Estado, alinhado ao capitalismo, sobretudo através do planejamento, apresenta um alcance espacial com a expansão das redes de ensino e da própria modernização do aparelho estatal, com a reorganização da estrutura administrativa do setor educacional.

A partir da hipótese de que a estrutura educacional do estado de São Paulo contém uma dimensão espacial que reflete um conteúdo de dominação de classe sobre o território, Miranda (1992, Doc. 159, p. 21) identifica a rede física escolar como o resultado concreto e ao mesmo tempo um mecanismo regulador dessa dominação. Para essa pesquisadora, “a estrutura educacional do estado de São Paulo contém os elementos essenciais da estrutura educacional do país”. Apesar de suas especificidades, na medida em que o capitalismo monopolista se concentrou nele, São Paulo possibilita a compreensão do processo educacional do restante do País. Portanto, apesar de São Paulo se apresentar como um estado com grande concentração de pesquisas sobre o ensino de Geografia (47,3%),

do ponto de vista do desenvolvimento capitalista pelo território brasileiro, ele pode ser utilizado como referência. No entanto, é necessário considerar outras variáveis, tais como as singularidades locais nos planos políticos e culturais, assim como o contexto histórico de cada lugar e região por meio de investigações mais apuradas para articular os problemas inerentes à distribuição e organização das universidades e as realidades locais. A concentração na região Sudeste, em especial no estado de São Paulo, materializa o modelo de desenvolvimento concentrado capitalista no Brasil. No entanto, nota-se que, apesar dessa realidade, existe um processo de especialização territorial que tende a refletir uma diferenciação nos cursos, impondo topologias educacionais diversas.

Santos e Silveira (1998), definem as especialidades regionais conforme suas necessidades. Na região Sul, por exemplo, destacam-se os cursos ligados à automação industrial, de couros, de calçados, de viticultura e enologia, da indústria têxtil, de móveis, o cooperativismo, entre outros; na região Norte, os cursos de indústria de madeira, de topografia e estradas, de heveicultura; na região Nordeste, os cursos de hotelaria, têxtil, agropecuária; na região Centro-Oeste, destacam-se cursos de telecomunicações, de eletricidade, da construção civil.

A região Sudeste é a que oferece a maior diversidade de cursos em quase todas as áreas, com destaque para os cursos de tecnologias, de propaganda e publicidade, de engenharias, de ciências da informação, de comunicação. Essa diversidade reflete os gêneros de trabalhos acadêmicos e os focos temáticos sobre o ensino de Geografia, também é um aspecto que mantém a concentração em quantidade nesse estado, pela oferta de cursos de pós-graduação e universidades. Pode-se afirmar que é a diversidade que proporciona a concentração no Sudeste, na medida que se oferecem mais oportunidades para a realização das pesquisas, o que não ocorre na mesma proporção nas outras regiões brasileiras.

A análise feita sobre os 317 trabalhos de pesquisa sobre o ensino de Geografia, tratados neste texto, revela que não existe uma especialização por região, sobretudo porque a maioria deles está concentrada na região

Sudeste, onde a diversidade em ofertas de universidades, de cursos de pós-graduação e de linhas de pesquisas é maior que em todo o país. Essa diversidade, no entanto, se apresenta como uma característica nos focos temáticos das pesquisas acadêmicas sobre o ensino de Geografia feitas nos programas de pós-graduação das outras regiões brasileiras, fato esse que revela, no conjunto das pesquisas sobre o ensino de Geografia, uma dispersão das temáticas desenvolvidas, já que são realizadas em diversos programas e linhas de pesquisas. Convém observar, embora a diversidade seja um fator positivo para a Geografia, seu conhecimento, no entanto, se apresenta de forma dispersa e difusa para a comunidade acadêmica e escolar.

A concentração e a dispersão dos trabalhos de pesquisa revelam também uma política excludente na pós-graduação no conjunto das universidades brasileiras, na medida em que várias regiões não possuem programas que possibilitem o reconhecimento dos problemas e análises das suas realidades. A dispersão, especificamente, produz uma alienação entre os pesquisadores e professores da área, dificultando a organização que poderia levar ao avanço do ensino de Geografia no contexto educacional.

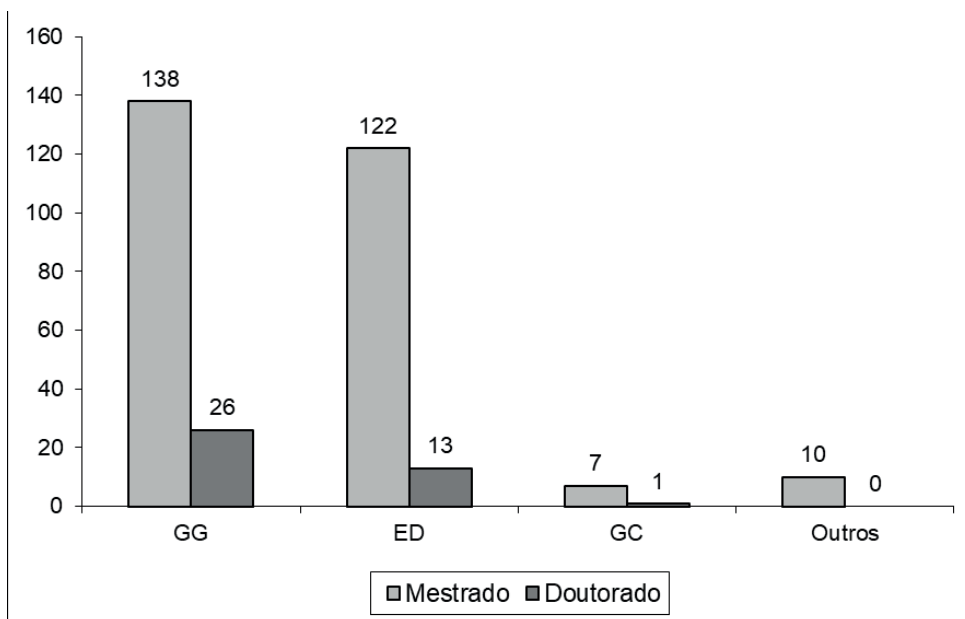
Unidades acadêmicas

As dissertações e teses em geral localizam-se nas Faculdades e/ou Institutos e Departamentos das universidades, ainda que muitos cursos de pós-graduação também sejam organizados por programas específicos ou área de concentração. Essa diversidade de organizações é característica das universidades espalhadas pelo território brasileiro, dada a forma específica de organização que cada uma delas apresenta.

Além dos programas de Geografia (CG), Educação (ED) e Geociências (GC), destacados do Gráfico 7, também outros tratam de ensino de Geografia, como Letras (LE), Linguística (LI), Língua Portuguesa (LP), Sociologia (SO), Antropologia Social (AS), Economia Doméstica (ECD), Ensino de Ciências (EC) e Filosofia (FI). Em tais programas foram

localizadas dez pesquisas, todas no grau de dissertações de mestrado, e foram selecionadas pela sua contribuição para o ensino de Geografia. Geralmente nas pesquisas em outros programas, a geografia é analisada como componente curricular.

Gráfico 7: Distribuição das pesquisas por grau de titulação e programa.



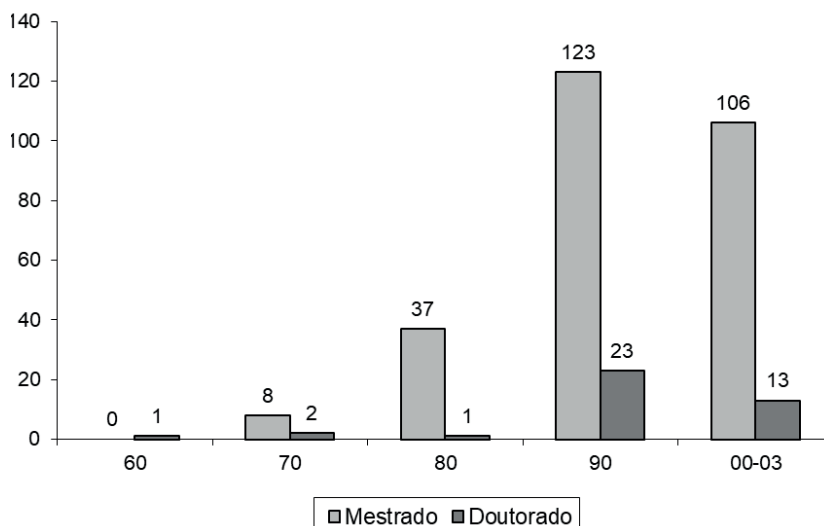
Um dado importante diz respeito à distribuição dos trabalhos por gênero dos pesquisadores: 215 mulheres (67,8%) – 185 (58,3%) com dissertações e 30 com teses (9,4%); e 92 homens (29%) – 82 com dissertações (25,8%) e 10 com teses (3,1%). Trata-se de dados que mostram uma tendência que incide também em outras áreas do ensino, sobretudo na educação, de forma geral, em que as mulheres são maioria. Outro dado está relacionado aos doutorados, visto que, do conjunto dos 40 trabalhos desse grau de titulação, 15 pesquisadores realizaram mestrado e doutorado na área de ensino de Geografia, um é de doutorado direto, e 24 de pesquisadores que realizaram o mestrado em outras áreas e o doutorado no ensino de Geografia.

Distribuição das dissertações e teses segundo a data de suas defesas

As dissertações e teses que tratam do ensino de Geografia começaram a crescer no início da década de 1960, e até a década de 1980 apresentavam a mesma média por ano, com exceção de 1982, 1989 e 1990. Na década de 1990, ocorreu um aumento, em que se manteve uma média anual, salvo em 1996, com um número superior (28 – 8 eram teses de doutorado: 1 na Unesp-RC e 7 na USP). Essa quantidade explica-se, entre outros motivos, pelas greves que ocorreram nas universidades no período, bem como pela redução de prazo para realização de mestrado e doutorado adotado pela Capes.

As pesquisas acadêmicas que abordam o ensino de Geografia têm acompanhado o padrão das pesquisas realizadas em outras áreas, ou seja, seguem um modelo de pós-graduação baseado na cátedra, em que o pesquisado apresentava uma tese de doutorado sem, necessariamente, estar matriculado em um curso sequencial de pós-graduação. Tomem-se como exemplos as teses de Livia de Oliveira (1967, Doc. 302) – *Contribuição para o ensino de Geografia* –, Antonio Pedro de Souza Campos (1972, Doc. 286) – *A contribuição da Geografia ao planejamento educacional* – e de Bernardo Issler (1973, Doc. 296) – *A Geografia e os Estudos Sociais*.

Gráfico 8: Distribuição das pesquisas por década (1960 a 2000-2003).

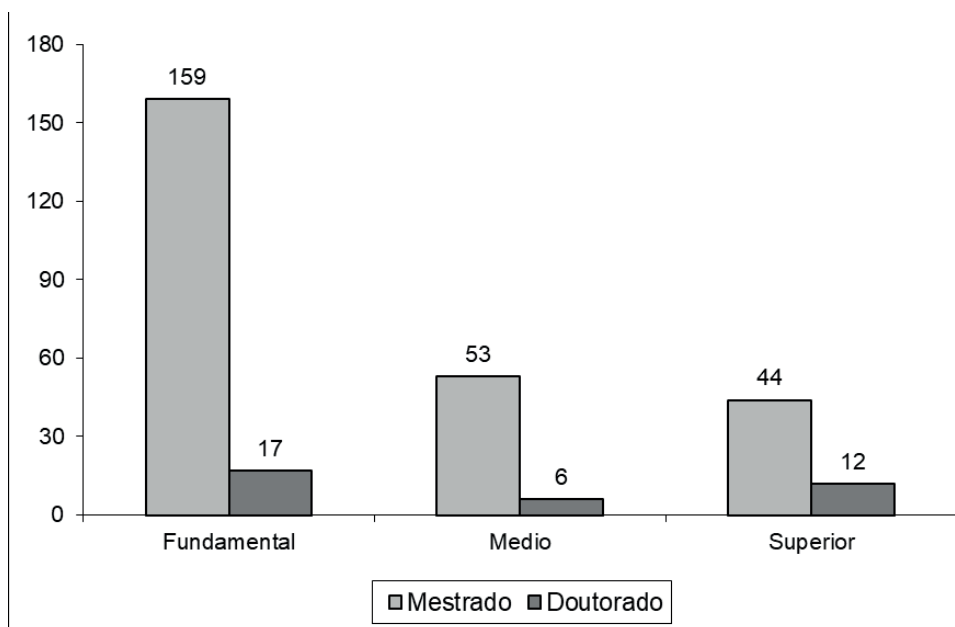


Nível escolar das pesquisas

Um exame das 317 dissertações e teses sobre o ensino de Geografia permitiu verificar que elas abrangem todos os níveis de ensino: o fundamental (1^a à 8^a séries e supletivo); o médio (de 1^a à 3^a séries e nas modalidades de magistério, supletivo e ensino técnico); o superior (licenciatura e/ou bacharelado, pós-graduação e capacitação de professores). Além disso, trazem abordagens gerais, sobretudo as pesquisas que focalizam a história da geografia escolar, os livros didáticos, além de outros focos temáticos.

No Gráfico 9, a seguir, demonstra-se a distribuição das pesquisas por nível de ensino, tanto as que trataram especificamente de determinado nível como aquelas que estabeleceram relações entre dois ou mais níveis (somadas nas barras do gráfico, de modo que o cálculo geral não corresponde ao total das teses e dissertações (317)).

Gráfico 9: Distribuição das pesquisas por nível de ensino.



Dentre as pesquisas que trataram das relações com outros níveis de ensino, citem-se as de Abreu (1993, Doc. 002), que analisa a formação de professores de Geografia em Dourados, MS, e suas práticas em sala de aula no ensino fundamental, em especial quanto às noções de espaço e de sociedade; de Mascarin (1999, Doc. 148), que articula a formação do professor, na região de Campinas, SP, no contexto das transformações da Geografia, nas últimas décadas destacando a postura adotada diante do currículo e sua atuação em sala de aula; de Carvalho (1999, Doc. 050), que estuda as influências das ideias de Davis na geomorfologia e transposição desta para a Geografia Escolar em todos os níveis de ensino; de Paganelli (1998, Doc. 303), que trabalha com a representação da paisagem, a partir dos desenhos da cidade do Rio de Janeiro, com alunos do ensino fundamental e licenciandos da UFF, utilizando-se, para isso, de imagens pictóricas da cidade.

Observada a distribuição das pesquisas sobre os diversos níveis de ensino, organizaram-se três grupos, tendo como objetivo a apresentação de uma análise geral, em que se destacam algumas que estudaram especificamente esses níveis, quais sejam, pesquisas sobre o ensino fundamental; pesquisas sobre o ensino médio; pesquisas sobre o ensino superior.

Pesquisas sobre o ensino fundamental

As pesquisas que abordaram esse nível de ensino compreendem o maior número no conjunto das 317 dissertações e teses. Todavia, existem algumas que investigam o ensino de 1^a à 4^a séries, outras que estudam de 5^a à 8^a séries, algumas outras ainda que abordam o ensino fundamental em geral, e aquelas que estabelecem relações entre o ensino fundamental e outros níveis. Para melhor análise desses trabalhos, faz-se sua divisão em quatro subgrupos: pesquisas de pré-escola até a 4^a série do ensino fundamental; pesquisas que englobam as séries de 5^a à 8^a do ensino fundamental. E pesquisas com abordagens gerais do ensino fundamental. As

pesquisas que centraram a investigação em uma ou mais séries específicas, em geral, estão localizadas no interior de cada subgrupo correspondente.

- Pesquisas de pré-escola até a 4^a série do ensino fundamental

No conjunto das dissertações e teses sobre o ensino de Geografia, destacam-se aquelas direcionadas à pré-escola e que focalizam as representações espaciais por meio da percepção, com estudos baseados na cartografia infantil (Cecchet, 1982, Doc. 059) e na construção de noções de tempo em crianças cegas (Fonseca, 1999, Doc. 093). Também há preocupação com a produção de material didático de educação ambiental para subsidiar a prática docente (Torres, 2000, Doc. 262).

No bloco que compreende de 1^a à 4^a séries, as pesquisas analisam tanto a prática docente (Braga, 1996, Doc. 268) como os conteúdos do ensino (Ferreira, 2000, Doc. 090). O trabalho de Braga (1996, Doc. 282), por exemplo, enfoca a prática dos professores das quatro séries iniciais do ensino fundamental, com exame do discurso e da prática dos professores, com ênfase no “como os conteúdos geográficos foram tratados”. Em sua pesquisa, avaliam-se os cadernos de “pontos” (anotações) dos professores e dos alunos, considerando-se que estão mais próximos dos acontecimentos da sala de aula do que os livros didáticos. Para Braga, esses materiais expressam a mediação imediata entre o saber sistematizado e a prática cotidiana da sala de aula. Nesse sentido, também tomou-se o discurso dos professores, diante da descrição, da prática e de questões formuladas relativas às categorias escolhidas, tais como “as relações entre teoria e prática”, considerando-se suas vivências profissionais.

Com relação à formação de conceitos na criança, destacam-se os que se referem a noções de tempo e espaço (Paganelli, 1982, Doc. 186; Machado, 1990, Doc. 140), de lugar (Soares Junior, 2000, Doc. 315) e de realidade social (Oliveira, 1990, Doc. 182). O livro didático de Estudos Sociais foi analisado na sua construção teórico-metodológica (Moraes, 1998, Doc. 161) e no tratamento de temas específicos como a Amazônia (Medeiros, 1989, Doc. 153).

- Pesquisas que englobam as séries de 5^a à 8^a do ensino fundamental

Dessas pesquisas, destacam-se as que analisam as questões ambientais no ensino de Geografia, com abordagens sobre: a relação teoria e prática (Bortolozzi, 1992, Doc. 038); os conceitos relacionados a essa questão para a compreensão da realidade (Gil, 1995, Doc. 096); pesquisas que estabelecem relações entre a escola e os alunos, sua experiência vivida, e a violência urbana (Kimura, 1998, Doc. 297); relações com o processo produtivo (Ballassini, 1989, Doc. 020); a interação entre o espaço real e o espaço geográfico (Resende, 1983, Doc. 204); a prática docente no tratamento dos conteúdos em sala de aula (Batista, 1997, Doc. 024); as formas e condições em que o ensino pode se desenvolver (e se desenvolve) em uma perspectiva crítica na sala de aula (Cavalcanti, 1991, Doc. 057); a relação entre o discurso e a prática didático-pedagógica do professor (Cararo, 1999, Doc. 048); a construção crítica do conhecimento (Souza, 1990, Doc. 250); e a construção do conhecimento pelo professor leito de Geografia (Souza, 1999, Doc. 255).

As representações espaciais aparecem como foco temático significativo nesse bloco, abordando a importância do desenvolvimento das noções de relações espaciais (Rufino, 1990, Doc. 218; Silva, 2000, Doc. 314), com pesquisas preocupadas com o mapa como meio de comunicação (Simielli, 1986, Doc. 313) e como facilitador para a orientação e localização espacial (Cruz, 1982, Doc. 074; Katuta, 1997, Doc. 120).

Das séries estudadas, a 5^a série responde pelo maior número de pesquisas, uma vez que geralmente é uma das mais problemáticas, pois representa a “passagem” dos alunos do primeiro (1^a a 4^a séries) para o segundo (5^a a 8^a séries) bloco de ensino fundamental. Vários fatores podem ser enumerados nesse processo, como mudança no tratamento teórico-metodológico das disciplinas, organizadas da 1^a à 4^a séries por áreas (Estudos Sociais, Ciências e Comunicação e Expressão etc.), para disciplinas específicas (História, Geografia, Português, Matemática etc.) da 5^a à 8^a séries. Essas mudanças também são acompanhadas por aumento do número de professores; no primeiro bloco, as disciplinas são ministradas

por um ou dois, a cada série, e depois, no segundo, por um professor em cada disciplina. Trata-se de mudanças que são sentidas na 5ª série, razão por que é grande o número de pesquisas sobre esta série, em que se destacam os seguintes autores: Diniz (1989, Doc. 077), que propõe para o ensino de Geografia a valorização do espaço vivido e real dos alunos; de Lastoria (1996, Doc. 126), que aponta problemas de conteúdos relacionados às Propostas Curriculares oficiais com a prática do professor; Silva (1999, Doc. 235), que propõe a superação da descontinuidade do processo ensino-aprendizagem entre a 4ª e 5ª séries do ensino fundamental; de Silva (1999, Doc. 235), que identifica as características básicas intrínsecas ao trabalho pedagógico dos componentes curriculares dos Estudos Sociais e/ou Geografia e os fatores presentes no trabalho que identificam a ruptura no processo ensino-aprendizagem entre a 4ª e a 5ª séries do ensino fundamental; de Silva (1999, Doc. 235), que localiza o problema provocado pela passagem da 4ª para a 5ª série na definição dos conteúdos (na 4ª série, são privilegiados os aspectos históricos e geográficos do estado e, na 5ª série, os conceitos de espaço e tempo, noções de orientação, de coordenadas geográficas, de mapas e fusos horários, de astronomia, de sistema solar, de aspectos físicos da superfície da terra e da organização do espaço com ênfase nas atividades econômicas, em uma linguagem específica descolada dos conteúdos ensinados anteriormente). A ruptura que se verifica entre as duas séries é uma evidência de que o ensino se baseia mais no conteúdo em si, desassociando o ensino da realidade vivida dos alunos, das condições de trabalho do professor e da constante reflexão da sua própria prática.

- Pesquisas com abordagens gerais do ensino fundamental

São pesquisas que apresentam discussões gerais sobre o ensino fundamental, com relação à ação pedagógica dos professores com os pressupostos teórico-metodológicos e os reflexos na prática docente (Azambuja, 1991, Doc. 017; Castro, 1992, Doc. 055). Outras pesquisas preocupam-se com a melhoria do ensino e a utilização de recursos audiovisuais, como a televisão, e suas relações com o ensino. Albuquerque (1998, Doc. 005), por exemplo, verifica como ocorre a recepção dos discursos

televisivos nos alunos; Guimarães (1998, Doc. 108) propõe a utilização da TV pelo professor como recurso pedagógico. Outros recursos também são estudados: Sansolo (1996, Doc. 222) propõe o uso de trabalho de campo para o ensino de Geografia e a Educação Ambiental; Nogueira (1994, Doc. 174) aponta o uso do mapa mental como recurso para leitura e interpretação de cartas, por se constituir de representações dos lugares que o indivíduo adquire a partir de sua percepção; Vieira (2000, Doc. 269) demonstra que, mesmo com os avanços existentes na Geografia científica e escolar nessas últimas décadas, o ensino continua distante da realidade imediata dos alunos, a partir de análise das propostas de conteúdos dos PCN's.

Pesquisas no ensino médio

Desse conjunto destacam-se as pesquisas que apresentam preocupação com os conteúdos específicos da Geografia, mediante estudos e análises que diagnosticam as falhas no processo de ensino-aprendizagem na escola. Couto (1994, Doc. 072) examinou o tema trabalho como categoria fundamental para o ensino de Geografia na escola de ensino médio, propondo a sua valorização para o estudo do processo de desterritorialização da sociedade. Callai (1996, Doc. 284) centrou sua tese na compreensão do ensino de Geografia como instrumento de construção da cidadania, utilizando, para isso, as representações dos alunos e professores de Ijuí, RS, com vistas à organização dos conteúdos. Mutti (2000, Doc. 171) examina a prática docente do professor, no RS, por meio da percepção deste e do método de seleção dos conteúdos, sublinhando as suas dificuldades e facilidades em lidar com tais conteúdos na área de Geografia. As questões ambientais nos livros didáticos são investigadas, por exemplo, por Couri (1991, Doc. 071) e Assis Neto (1995, Doc. 016), que destacam a interdisciplinaridade e a dicotomia existente entre a Geografia Física e Humana nos conteúdos desses manuais. A disciplina Metodologia para o Ensino de Geografia, no curso Magistério, é tratada por Varani (1998, Doc. 265) e por Tauscheck (2000, Doc. 257), diante das mudanças

ocorridas desde a Lei nº 5.692/71 até a atualidade. Também voltando-se para o curso Magistério, Archela (1993, Doc. 014) desenvolve atividades de representações gráficas para avaliar a sua eficácia como instrumento de comunicação e pesquisa para o ensino-aprendizagem, com base no *Atlas geográfico* (Geoatlas), de Simielli. Rothenbach (1999, Doc. 311) busca resgatar a identidade dos alunos por meio da sua vivência no espaço real. No que diz respeito ao ensino técnico, Oliveira (1995, Doc. 184) investiga o conceito de espaço articulado ao conceito de relações sociais de produção, no caso, um curso Técnico de Agrimensura em Mato Grosso.

Pesquisas no ensino superior

- Pesquisas sobre licenciaturas

O interesse pelas licenciaturas se explica por serem os ensinos fundamental e médio a área mais significativa de atuação do profissional de Geografia; além disso, tem atraído as preocupações dos setores acadêmico-científicos, na medida em que a Geografia é considerada disciplina básica e elementar nos currículos e programas de ensino. Essa preocupação é demonstrada, por exemplo, por Bragança (1976, Doc. 041), que na década de 1970 investigou o deficiente desempenho dos alunos dos cursos de Estudos Sociais da UFF. Batista (1982, Doc. 024), na década de 1980, investigou e avaliou o perfil dos licenciandos, segundo o desempenho e qualidade da prática docente dos professores do curso, visando detectar os problemas de formação didático-pedagógica e específica. Cacete (1993, Doc. 045), na cidade de São Paulo, e Baldi (1996, Doc. 019), em Camburiú, SC, estudaram o funcionamento e os problemas dos cursos de formação de professores de Geografia da Faculdade privada. Fernandes (1991, Doc. 087) relacionou a formação acadêmica com a prática docente da sala de aula, e Diniz (1999, Doc. 291), além disso, procurou verificar, em um grupo de professores da cidade do Rio de Janeiro em início de carreira, se a formação possibilitada pela Geografia científica e acadêmica, vinculada à universidade, possibilita uma prática eficiente nos ensinos fundamental e médio. Pontuschka (1994,

Doc. 309), com base no processo ensino-aprendizagem desenvolvido na disciplina de Prática de Ensino de Geografia, investigou os estágios supervisionados como possibilidade de aproximação entre a universidade (o caso da USP) e os ensinos fundamental e médio, valorizando as práticas interdisciplinares. Sobre a capacitação de professores, apontam-se as pesquisas de Camargo (1992, Doc. 285), que relata a experiência com capacitação de professores leitos do Médio Araguaia, MT, e de Lima (1993, Doc. 133), que estudou o processo de capacitação docente em Geografia de professores do norte do Paraná, realizado em 1988. Segundo Lima (1993, Doc. 133), capacitar o docente é muito mais do que realizar um curso de atualização e treinamento, por envolver o indivíduo-professor como cidadão, e a maneira como ele se vê e como vê o mundo através de seu prisma. Em sua pesquisa, Lima (1993, Doc. 133) diz que o papel desempenhado pela universidade não corresponde aos interesses da sociedade brasileira, principalmente porque ela não se estrutura em modelos próprios, condizentes com a realidade desta, mas sim através de modelos importados, que nem sempre conseguem fazer a devida adaptação ao quadro cultural no qual está inserida.

- Pesquisas com abordagens gerais sobre o ensino superior

Do conjunto das pesquisas agrupadas nesse item, destacam-se dois trabalhos que investigam a disciplina de Geologia Introdutória nos cursos de Geografia: a tese de Cunha (1995, Doc. 289), que realiza um diagnóstico do conteúdo dessa disciplina no Brasil; e a dissertação de Fantinel (2000, Doc. 084), que discute a influência das práticas de campo utilizadas nessa disciplina no curso de Geografia da UFMG. No campo das representações cartográficas, Tomita (1995, Doc. 260) investiga o emprego de recursos gráficos para o estudo de uma bacia hidrográfica em Londrina, PR, e Girardi (1997, Doc. 097), que estrutura um conjunto de procedimentos para leitura crítica de mapas, com vistas a possibilitar a leitura da sociedade por meio das representações cartográficas. Chaveiro (1996, Doc. 062), por sua vez, estuda o Curso de Geografia da UFG, analisando a compreensão dos

alunos sobre categorias e conceitos geográficos, a partir do seu lugar de moradia, e avaliando os elementos epistemológicos e pedagógico-didáticos correlacionados. Após a análise, Chaveiro verificou entre os alunos do 1º ano que eles apresentavam dificuldades na internalização e utilização dos conceitos geográficos. Também os alunos do 4º, embora soubessem nomear os conceitos, não desenvolveram habilidades cognitivas suficientes para pensa-los e problematiza-los. A pesquisa de Chaveiro (1996, Doc. 062) revela, portanto, que existe dissociação entre conteúdo e método na organização curricular, bem como seu tratamento no curso de graduação de Geografia. Rudzit (1997, Doc. 217) trata da contribuição da disciplina de Geografia na formação do oficial do exército brasileiro de 1850 a 1930. Massi (1991, doc.149) avalia a missão francesa na criação do curso superior de Geografia no Brasil, em especial na USP. Nunes (2000, Doc. 176) avalia a produção acadêmica da Geografia Econômica dos programas de pós-graduação das universidades do estado de São Paulo.

Considerações

As 317 dissertações e teses distribuídas geograficamente pelo território brasileiro refletem uma concentração que é quantitativa na região Sudeste, em função do processo histórico da produção econômica, mas que não garante, necessariamente, o avanço do ensino de geografia no País. Essa concentração é também de estabelecimentos escolares em uma determinada região. O local de origem do pesquisador, do objeto, dos sujeitos e do lugar estudado, no entanto, pode ser variado.

A concentração se materializa pela quantidade de pesquisas e programas existentes nas universidades do Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, a maioria realizada nos programas de geografia. Pode-se considerar, de um lado, que a concentração nesses programas, em especial na USP, e por outro lado o reduzido número de pesquisas nos programas de geografia de outras universidades revela certo desinteresse da comunidade geográfica dessas instituições em criar linhas de pesquisas sobre o ensino.

O produto das pesquisas acadêmicas tem, certamente, trazido contribuições para o local onde o pesquisador trabalha, porém pode não ter grande alcance, pela precária divulgação. Considera-se que muitos problemas abordados em tais pesquisas incidem em outros lugares, sobretudo no caso do ensino de geografia, por constituir disciplina básica do currículo oficial das escolas de ensino fundamental e médio de todo território nacional. Diante dessa constatação, poder-se-ia perguntar se, por meio de maior divulgação, articulação e socialização dos resultados desses trabalhos, seria possível garantir mais qualidade nas discussões sobre o ensino de geografia no Brasil.

A falta de estrutura das universidades de outras partes do País e o desestímulo pela pesquisa no que se refere aos ensinos fundamental e médio têm acarretado um menor interesse na ampliação de programas de pós-graduação sobre o ensino de geografia. Mas o fator preponderante é, sem dúvida, o baixo investimento em recursos materiais e humanos, nessas localidades, para o seu desenvolvimento.

Vale dizer que, atualmente, a educação e as atividades ligadas a ela têm desempenhado papel importante na geração da riqueza local. E se o ensino e a pesquisa, nas últimas décadas, estiveram condicionados, geograficamente, às características históricas de produção do território brasileiro – o que explica a concentração das pesquisas no Sudeste –, o fato de existirem poucos estudos em algumas regiões, em detrimento de outras, demonstra que se trata de concentração, como afirma Santos e Silveira (1998), que constitui uma questão econômica e geográfica. Essa questão, por si mesma, pode se transformar em problema para pesquisas que abordem geograficamente o fenômeno da educação no Brasil, em especial referente ao ensino de geografia.

A concentração e a dispersão da pesquisa acadêmica revelam, assim, uma política excludente na pós-graduação no conjunto das universidades brasileiras, na medida em que várias regiões não possuem programas que possibilitem o reconhecimento dos problemas e análises das suas realidades. Uma vez que a dispersão produz alienação entre os pesquisadores e professores da área, uma organização para o avanço do ensino de geografia no contexto educacional fica, então, dificultada.

Capítulo 3

DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA POR GÊNEROS DE TRABALHO ACADÊMICO E POR FOCOS TEMÁTICOS

A questão da posição teórico-metodológica, latente ou manifesta, está presente nos trabalhos dos seus pressupostos, uma vez que seus autores têm concepções próprias da realidade. Diante disso, optou-se por eleger algumas possibilidades de classificação para os procedimentos metodológicos e definição das temáticas, com o objetivo de visualizar, no conjunto das pesquisas, as tendências neste aspecto.

Desenvolver uma pesquisa que busca penetrar na intimidade da construção científica já realizada, tentando recompor o seu roteiro, é uma tarefa complexa. Contudo, indagar como o autor chegou às formulações, quais seus pressupostos, suas teses, suas hipóteses e suas opções metodológicas, pode ajudar a definir as características não apenas da sua pesquisa, mas de um dado momento dela.

Assim, procuram-se definir e apresentar os gêneros de trabalho acadêmico, bem como seus focos temáticos. Trata-se de uma análise, por amostragem, de algumas pesquisas, alguns exemplos obtidos dos documentos estudados, destacando-se seu comportamento em relação aos procedimentos metodológicos e suas temáticas. Tais características refletem

um conjunto de metodologias e de temáticas consideradas principais, embora existam várias pesquisas que trabalham mais de um tema. No caso dos gêneros de trabalho acadêmico, também é possível encontrar combinação de outras modalidades no mesmo trabalho.

Gênero de trabalho acadêmico

O termo gênero é baseado em Soares, citado por Megid Neto (1999), e designa tipos ou classes de textos de trabalhos científicos e acadêmicos diferenciados conforme o critério de sua relação com a realidade e com o fenômeno estudado. O que caracteriza o gênero de trabalho acadêmico são os métodos utilizados bem como os procedimentos e técnicas para a produção da pesquisa acadêmica. Com base nas leituras realizadas e de acordo com as especificidades apresentadas pelas 317 dissertações e teses sobre o ensino de Geografia, utilizam-se parte do modelo de Soares (1989) e de Megid Neto (1999), além de colaborações de outros autores como complementação para a definição e reflexão dos gêneros de trabalho acadêmico para este livro, como: Latorre, Rincón e Arnal (1997), Pádua (1999), Demo (1988), Thiollent (2000), Gomes (2001), Trivinos (1990), entre outros.

Para Megid Neto (1999), as pesquisas são trabalhos que descrevem e analisam dados obtidos por meio de procedimentos sistematizados, apontando-se conclusões deles decorrentes. Em sua tese, Megid Neto (1999), dividiu as pesquisas em dois grupos – pesquisas de intervenção e pesquisas de descrição. As pesquisas de intervenção reúnem investigações em que o pesquisador intervém no processo, introduzindo um ou mais elementos novos ou outras variáveis. As pesquisas de descrição referem-se a estudos em que o processo ou alguns de seus aspectos são descritos sem que o pesquisador pretenda ou tente alterá-los. Megid Neto (1999) ainda classificou as pesquisas de intervenção em dois subgrupos – pesquisa experimental e pesquisa-ação. A pesquisa de descrição inclui: survey, estudo de caso, estudo etnográfico, estudo comparativo/causal e correlacional,

pesquisa de análise de conteúdo, pesquisa histórica e pesquisa de revisão bibliográfica.

Para Latorre, Rincón e Arnal (1997), a classificação ocorre articulada a campos metodológicos gerais que demandam as pesquisas: empírico-analítica-quantitativa; construtivista-qualitativa; investigação orientada para a prática educativa (decisão e mudanças).

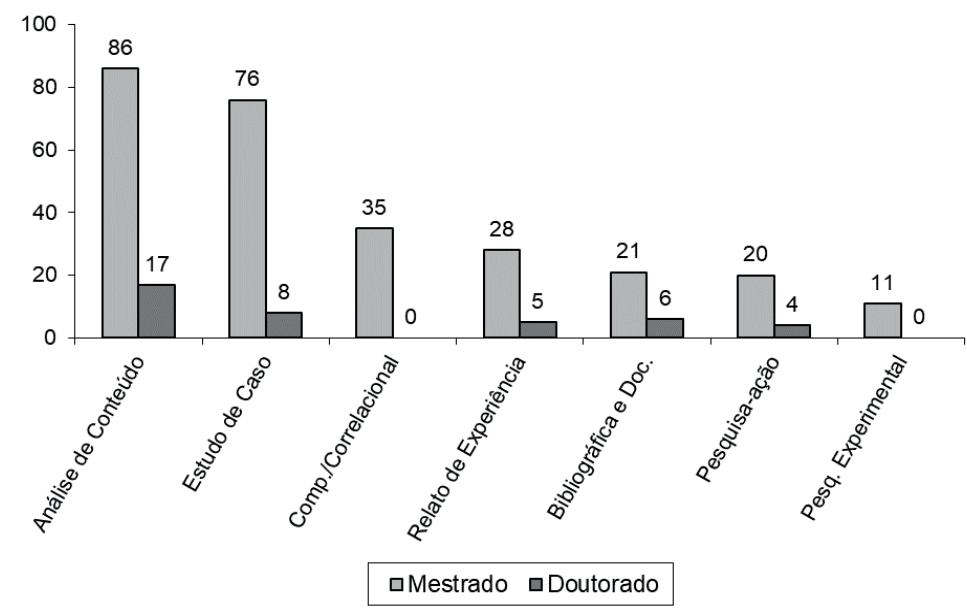
A metodologia empírico-analítica-quantitativa é dividida em três grupos: a) experimental – onde o investigador manipula as variáveis independentemente e atribui seus níveis, sendo a amostra escolhida ao acaso; b) quase-experimental – em que o investigador altera deliberadamente os níveis de variáveis, independentemente, para verificar os efeitos que causam (nesse modelo, não exercem um controle como na pesquisa experimental); c) não experimental – em que o pesquisador pode produzir os problemas ou buscar em um contexto ou situação a obtenção dos dados necessários em um fenômeno já produzido (os métodos não experimentais limitam-se a descrever uma situação que já vem dada ao investigador, embora ele possa selecionar valores para estimar relações entre as variáveis). A metodologia construtivista-qualitativa é dividida em dois grupos: estudo de caso e etnográfico. Já a investigação é orientada para a prática educativa (decisão e mudança) e organiza-se dois grupos, a saber: a) investigação avaliativa (em geral), considera como um processo ou conjuntos de processos, para obtenção de análises de informações significativas que apóiam juízos de valor sobre objetos, fenômenos, processos e acontecimentos, ou como suporte de decisão sobre o mesmo; b) investigação-ação – resulta de um resultado direto e lógico da posição progressiva em educação.

Diferenciar as fronteiras entre gêneros, procedimentos e técnicas de pesquisa pode parecer redundante. No entanto, para organizar uma análise revisional, é necessário definir um conjunto de gêneros para a classificação das pesquisas acadêmicas sobre o ensino de Geografia. Embora haja um grande número de pesquisas realizadas nos programas de Geografia, somando 51,7% do total – em programas de Educação são 42,5% e 5,6% em outros –, a maioria teve influência das tendências gerais

de metodologias utilizadas na pesquisa educacional. Todavia, apesar dessas influências, muitas pesquisas apresentam outras possibilidades de métodos, muitas vezes somando mais de uma metodologia e/ou gênero de trabalho acadêmico, unindo pesquisa-ação com estudo de caso, por exemplo. Observa-se, em certos casos, o autor pode definir sua pesquisa em um gênero, quando, na verdade, ela pertence a outro.

Ainda que haja uma infinidade de possibilidades de tratamentos para a realização das pesquisas acadêmicas, destaca-se apenas o gênero principal de cada pesquisa, segundo a seguinte classificação: pesquisa de análise de conteúdo; estudo de caso; estudo comparativo/correlacional; relato de experiência; pesquisa bibliográfica e documental; pesquisa experimental e pesquisa-ação.

Gráfico 10: Distribuição das pesquisas por gênero de trabalho acadêmico



Pesquisa de Análise de Conteúdo

A pesquisa de análise de conteúdos refere-se a estudos relacionados ao tratamento rigoroso de livros, textos ou outros documentos (questionários abertos, relatórios, entrevistas, filmagem em vídeo, etc.), para, a partir de levantamentos quantitativos ou qualitativos, identificar e classificar as estruturas responsáveis pela maneira como as mensagens são construídas e articuladas. Além disso, permitem descrever de forma sistemática o material de estudo; as categorias de análise são, em geral, estabelecidas a partir de leitura prévia do material ou parte dele.

O emprego desse tipo de pesquisa hoje é bastante amplo, pois, do conjunto de dissertações e teses analisadas neste livro (317), pelo menos um terço (103) faz uso dele (86 dissertações e 17 teses). Trata-se de pesquisas que possibilitam inúmeras utilizações, tanto para levantamento de dados quantitativos quanto qualitativos (Gomes, 2001). Trivinos (1990), recomenda o uso da pesquisa de análise de conteúdo tem a força de um método. E cita Bardin, o grande sistematizador do método, que definiu na década de 1970, na França, suas regras, seus princípios, seus conceitos fundamentais e as suas técnicas para emprego científico, que possibilitou a correspondente aplicação na educação. Trivinos (1990), recomenda o uso desse método para o estudo das motivações, atitudes, crenças, tendências, diante da possibilidade de desvendar ideologias existentes em dispositivos legais, princípios teórico-metodológicos, diretrizes, programas, currículos, etc. Diz respeito a um meio para estudar colocando ênfase no conteúdo.

Gomes (2001), define a modalidade citada como uma técnica e destaca duas funções de aplicação. Uma está centrada na verificação de hipóteses e/ou questões. Através da análise de conteúdo, podem-se encontrar respostas para as questões formuladas e confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação. A outra função se refere-se à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.

Todavia, muitas outras possibilidades são oferecidas por este procedimento, tal como a análise dos conteúdos resultantes do levantamento de dados, da observação participante, do contexto de temas estudados, de obras científicas e didáticas, como livros (didáticos e gerais) e documentos para o desmascaramento ou reconhecimento de uma ideologia, de tendências e de postura(s) científica(s) subjacente(s). Pode auxiliar na análise de depoimentos de alunos, de professores, de pesquisadores e da população em geral. Mascarin (1999, Doc. 148), por exemplo, estuda, por meio de depoimentos, entrevistas e da experiência vivida a trajetória dos professores de Geografia da região de Campinas, SP, destacando as influências do pensamento geográfico das últimas três décadas do século XX, na construção político-pedagógicas dos professores.

Os conteúdos analisados nas pesquisas provêm de vários tipos de registros, tais como documentos oficiais, livros didáticos, manuscritos, anotações de campo, depoimentos e entrevistas, entre outras modalidades. Novaes (1999, Doc. 175) analisou o tratamento da questão ambiental nos documentos oficiais (Propostas Curriculares), com ênfase nas concepções, nos conceitos e nas orientações teórico-metodológicas apresentadas para esse tema. Correia (1991, Doc. 068) identificou bases teórico-metodológicas empregadas em livros didáticos do ensino médio em Santa Maria, RS. Assis Neto (1995, Doc. 016) analisou como a questão ambiental está sendo trabalhada nos livros didáticos do ensino médio. Cardoso (1999, Doc. 049) tratou do conceito de paisagem em livros didáticos do ensino fundamental. Lima (1999, Doc. 129), estudou a contribuição do teleensino como recurso para o ensino de Geografia em Fortaleza, CE, mediante análise entrevistas dos alunos, opiniões dos orientadores e das autoridades, demonstrando a eficácia do recurso, no ensino.

Assinale-se que esse gênero possibilita estudar uma particularidade do conjunto – como uma personagem, uma obra, uma situação –, em que as unidades podem ser combinadas em conformidade com a natureza do estudo. Dessa forma, as particularidades do contexto situam o tema mais amplo, precisando suas inter-relações entre as variáveis intercambiadas.

Bastos (1993, Doc. 023), por exemplo, aproximou a literatura da geografia, identificando, em romances nordestinos, a forma como esses textos representam o espaço geográfico. Por meio dos contextos dos romances, ele organizou temas e conteúdos geográficos para serem trabalhados em sala de aula, como a questão da seca, dos retirantes e do processo migratório, considerando as especificidades da sociedade e da cultura do Nordeste do Brasil retratados nos romances. Bortolozzi (1997, Doc. 281) analisou atividades de educação ambiental em escolas da região de Campinas, SP, para desenvolver propostas interdisciplinares na capacitação de professores. Souza (1999, Doc. 255), em exame das estratégias utilizadas por professores leigos na construção de seu conhecimento, procurou demonstrar a forte influência das representações do senso comum e da experiência como elementos marcantes na prática do professor.

Estudo de caso

O gênero denominado de estudo de caso abarca trabalhos que focalizam um ou poucos indivíduos ou organizações educacionais. Caracteriza-se por ser um gênero de trabalho acadêmico cujo objeto é uma unidade analisada profundamente, que pode ser um sujeito, uma escola, uma série ou turma, um grupo de alunos de uma escola, o exame das condições de vida, um grupo de professores, um ambiente – da sala de aula, de uma escola, de equipamentos públicos, de uma comunidade, etc. Esse gênero considera um grande número de dimensões e variáveis a serem observadas e inter-relacionadas, com vistas à descrição de uma realidade ampla, cujo pesquisador utiliza-se preferencialmente de técnicas e métodos característicos da abordagem qualitativa, como questionários, entrevistas, observação participante, filmagem de vídeo, análise de documentos, entre outros recursos correlatos.

As pesquisas que integram este gênero representam 85 dos 317 documentos (26,8%), sendo 76 dissertações e 8 teses. Trata-se de tipo de estudo que cresce após a década de 1970, acompanhando a tendência

das pesquisas educacionais em geral. Diferentemente da pesquisa-ação, esse gênero não pretende qualquer espécie de intervenção intencional do pesquisador, embora isso possa acabar ocorrendo em alguns casos.

Em geral nesse gênero, as hipóteses não são aprioristicamente estabelecidas, segundo Trivinos (1990), a complexidade do estudo aumenta à medida que o pesquisador se aprofunda o tema. Para Latorre, Rincón e Arnal (1997), trata-se de um tipo de estudo que tem como método à análise da realidade e representa grande importância no desenvolvimento das ciências sociais. Na pesquisa educativa, esse método surge na Universidade de Havard, nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, para descrever e analisar detalhadamente unidades sociais ou entidades educativas únicas, uma vez que tem como finalidade buscar uma compreensão profunda da realidade singular. É um tipo de investigação apropriada para estudar um caso ou situação com certa intensidade em um período de curto tempo. Cita-se como exemplo a pesquisa de Cavalcanti (1996, Doc. 288), que, em sua tese, se propôs a estudar a construção de conceitos geográficos por meio das representações sociais dos alunos na cidade de Goiânia, GO, e demonstrou que o ensino dos conceitos deve estar articulado a uma proposta didático-pedagógica apropriada, que possibilite a construção do conhecimento, por parte dos alunos.

Nesse gênero, incluem-se os estudos de caso de natureza etnográfica, modalidade especializada em pesquisa qualitativa. Como assinalam Latorre, Rincón, Arnal (1997), a etnografia é uma modalidade de investigação nativa das ciências sociais, pois suas origens estão nos trabalhos de campo, sobretudo nos estudos antropológicos. Ela surgiu no final do século XIX e teve seu desenvolvimento no século XX, nos estudos étnicos e culturais de povos primitivos. Na década de 1970, passou a ser utilizado na pesquisa educativa.

A etnografia caracteriza-se por sua abordagem holística, ou seja, considera os fenômenos de maneira global em seus contextos. Como se utiliza da via indutiva, apóia-se em evidências para suas concepções e teorias. Apresenta um caráter fenomenológico, pois estuda os significados

do ponto de vista dos agentes sociais. Por assim dizer, o etnógrafo evita emitir juízos de valor sobre suas observações, embora o investigador tome parte do universo que estuda e quase sempre é afetado por ele.

Silva (2000, Doc. 236) realizou um estudo de caso etnográfico em Fortaleza, CE, utilizando, para suas análises, diversos recursos como: observações em sala de aula, entrevistas e depoimentos da professora e dos alunos, fotografias, desenhos, atividades escritas, mapas mentais, análise de documentos e observação participante. Sua pesquisa teve o propósito de desvendar as condições que favorecem ou interferem na construção das relações espaciais por meio das orientações das Propostas Curriculares, divulgadas pelos órgãos oficiais.

Incluem-se também estudos que analisam questões que tratam da formação de professores em Instituições de Ensino específicas. Bragança (1976, Doc. 041) trata dos fatores que contribuíram para a reprovação escolar dos alunos no Centro de Estudos Sociais Aplicados da UFF; Abreu (1993, Doc. 002) analisou o curso de formação de professores do Centro Universitário de Dourados da UFMS; Cacete (1993, Doc. 045) estudou o funcionamento do curso de Licenciatura da Faculdade Teresa Martin na cidade de São Paulo; Baldi (1996, Doc. 019) examinou a formação na Univali (Universidade do Vale do Itajaí), no estado de Santa Catarina.

Estudo comparativo/correlacional

Aplica-se o estudo comparativo/ correlacional quando se busca verificar a existência de relações de causa-efeito, de associação, ou de correlação, entre determinados fatores de um fenômeno, mediante comparação ou exploração de relações entre diferentes grupos, contextos ou condições. No Estudo Comparativo/correlacional, o pesquisador analisa aquilo que ocorre, após os fatos já acontecidos e cujos antecedentes não podem ser engendrados ou manipulados pelo pesquisador. Os procedimentos podem ser de natureza quantitativa, qualitativa ou

qualiquantitativa, utilizando-se instrumentos de investigação próprios de cada modelo e para cada situação.

Como exemplo, cita-se o trabalho de Carvalho (1996, Doc. 053), que, em análise de duas classes de 6^a série do ensino fundamental, em Salvador, BA, realizou um contraste, entre a geografia que se ensina e aspectos do processo educativo, mediante exame de programas, dos conteúdos, dos métodos e das bases teóricas que referenciam as aulas, estabelecendo correlações. Outro exemplo é o trabalho de Greco (2000, Doc. 105), que, correlaciona as práticas espaciais e vivências culturais dos alunos, considerando-as como que constituindo o referencial para a elaboração dos programas da disciplina, sobretudo nos ensinos fundamental e médio.

Do total das pesquisas (317), 35 (11%) são desse gênero, todas dissertações de mestrado. Trata-se de modalidade que começou a aparecer no início da década de 1970, e apresentou maior número na década de 1990. Chaveiro (1996, Doc. 062), por exemplo, avaliou na sua dissertação, o curso de Geografia da UFG, procurando correlacionar a estrutura didático-pedagógica e epistemológica com os debates ocorridos na geografia que geraram o movimento de renovação da disciplina, a chamada geografia crítica. Por meio da análise das percepções e das habilidades cognitivas dos estudantes de graduação, Chaveiro buscou verificar o uso da linguagem conceitual dos alunos e a repercussão dos componentes didático-pedagógicos do curso no contexto das mudanças ocorridas na Geografia nessas últimas décadas. Ao final do estudo, Chaveiro constatou que a prática pedagógico-didática do curso deve ser repensada, sobretudo nos aspectos referentes à epistemologia da Geografia, à organização do projeto pedagógico, aos objetivos, aos conteúdos e aos métodos de ensino e à definição das linhas de pesquisa.

Outra pesquisa enquadrada nesse gênero é a de Fernandes (1991, Doc. 087), em análise e avalia o ensino nas escolas de Londrina, PR, para verificar como foi a formação acadêmica dos professores, correlacionando-a a formação com a prática docente. Segundo essa pesquisadora, os professores reproduzem, na sua prática, o que aprenderam, quase sempre

baseados na perspectiva tradicional de educação e de Geografia. Também Magnoli (199, Doc. 142) desenvolveu trabalho nessa modalidade, ao contextualizar a escola pública e o ensino de Geografia, na atualidade, a qual considera estar sob a égide do neoliberalismo e da globalização da economia, demonstrando a necessidade de um ensino baseado em uma geografia-cidadã que promova a inclusão, transformação e libertação social.

Outros exemplos de trabalhos nessa modalidade são os de Lima (1997, Doc. 132) e de Souza (2000, Doc. 253), que realizam uma análise comparativa pesquisando duas realidades diferentes – a brasileira e a de outro país. Lima estudou comparativamente a formação de professores da UFRGS e da Universidade de Concepción no Chile, a partir das disciplinas Geografia e Educação, demonstrando que, em ambas as universidades, os conteúdos geográficos e pedagógicos estão desarticulados. Souza (2000, Doc. 253) analisou os currículos de História e Geografia do ensino fundamental de escolas de Montevideu e de Brasília, correlacionado os documentos oficiais do Brasil e do Uruguai, com o objetivo de verificar se o Protocolo de Integração Educativa entre os dois países, firmados com o Mercosul, foi efetivado. A conclusão da pesquisadora é a de que não existe, de fato, entre os dois países, uma prática que concretize um projeto de integração no plano educativo no que diz respeito às disciplinas em questão.

Relato de Experiência

A modalidade relato de experiência refere-se a pesquisas que descrevem e analisam uma prática educacional promovida e efetivada quer em situações não específicas, quer em situações peculiares. Geralmente nesse gênero o autor identifica uma situação problemática ou de deficiência do processo de ensino-aprendizagem, contudo não desenvolve um estudo sistemático sobre causas ou variável interveniente no processo. Vale dizer, ele transpõe essa fase e apresenta uma nova proposta para superação da situação, que pode ser representada por um projeto de ensino ou novo

material didático, por exemplo. O trabalho resume-se, assim, à proposição e descrição da proposta e, em alguns casos, ao relato de sua aplicação.

Esse corresponde a cerca de 10% (33) do total das pesquisas realizadas (317). Silva (1994, Doc. 239), por exemplo, relatou a experiência realizada em conjunto com as disciplinas de Geografia, Português e Educação Artística, sobre o tema “as migrações internas no Brasil”, com ênfase nas migrações Nordeste-Sudeste. Ela propôs, como alternativa metodológica para o ensino, a utilização de textos paradidáticos, aproximando-os da arte, visando com este estudo valorizar a cultura desses migrantes.

Azambuja (1991, Doc. 017), em relato e análise da construção de uma prática de ensino em Ijuí, RS, demonstrando que a proposta pedagógica e o professor, são produtos e produtores do mesmo processo. Para Gil (1995, Doc. 096), renovação do ensino está na reflexão da própria prática, em relato de experiência pedagógica com alunos na cidade de Osvaldo Cruz, SP. Lopez (1997, Doc. 135) apresentou o projeto realizado em uma escola do município de Bananal, SP, analisando seus resultados, sobretudo quanto à preservação do patrimônio histórico-cultural-ambiental, propôs que a metodologia desenvolvida no projeto pode ser aplicada a escolas de outros municípios.

Varani (1998, Doc. 265) relatou uma experiência resultante da sua atuação no curso de formação de professores na disciplina de Conteúdo e Metodologia do Ensino de Estudos Sociais no Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam), escola especializada em formação de professores no estado de São Paulo, na década de 1990. Seu estudo baseia-se nas observações de sua prática, registradas em diário de campo e gravadas em vídeo. A análise destes materiais possibilitou verificar que os componentes do trabalho pedagógico que aparecem na sala de aula podem atuar como dificultador na prática docente, como: o inesperado na aula, a resistência dos alunos à avaliação e o uso do tempo.

Pesquisa Bibliográfica e Documental

A pesquisa bibliográfica e documental diz respeito a investigações que podem enfatizar o passado próximo ou remoto, em que se registram e narram fatos ou circunstâncias e as articulações entre eles, buscando explicações. Podem referir-se a um indivíduo, um grupo, um movimento, uma ideia ou uma instituição, contudo, como esses elementos estão sempre inter-relacionados, não podem ser considerados de forma isolada. Nesse sentido, nenhuma pessoa pode ser alvo de uma investigação histórica, por exemplo, sem a consideração de sua contribuição às ideias, aos movimentos ou às instituições de uma particular época ou lugar.

Trata-se de gênero que resultou da combinação de propostas obtidas de metodologias situadas nos gêneros de trabalhos acadêmicos conhecidos como, “estado da arte”, “estado do conhecimento” e “estado atual do conhecimento”. A pesquisa bibliográfica e documental busca inventariar, sistematizar e avaliar a produção em determinada área do conhecimento, o que implica: a identificação de trabalhos produzidos na área; a seleção e classificação dos documentos segundo critérios e categorias estabelecidos em conformidade com os interesses e objetivos do pesquisador; a descrição e análise das características e tendências do material; e a avaliação dos seus principais resultados, contribuições e lacunas. Também estão incluídas, nesse gênero, as pesquisas de caráter histórico. A pesquisa de Pereira (1989, Doc. 189), que analisou, por meio das obras didáticas de vários momentos históricos, as relações com a visão de educação e com o discurso geográfico empregados em cada momento, além das as filiações teórico-metodológicas e a influência da Geografia acadêmica na Geografia escolar.

Esse gênero abarca 8,5% (27) dos trabalhos – 21 dissertações e 6 teses –, cujas principais fontes de informação podem ser obtidas de pessoas que viveram as situações estudadas e de documentos que podem comprovar um ou mais processos (sobretudo quando se trata de eventos razoavelmente recentes), locais e objetos de outras épocas, assim como de eventos muito remotos. A utilização dos termos “bibliográfico” e “documental”,

conjuntamente em um mesmo gênero de trabalho acadêmico, pode suscitar uma diferenciação para cada um deles. Quando se trata de documentos, está-se referindo a decretos, manuscritos, leis, artigos, etc.; e fontes bibliográficas, àquilo que já foi publicado, que passou por um tratamento como livros didáticos, dissertações e teses, pesquisas, livros e artigos em geral. Portanto, como tal diferença sutil, decidiu-se agrupar essas características em um único gênero.

Em geral este gênero possibilita a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que uma pesquisa direta, por permitir estudos históricos em que o pesquisador obtém seus dados por meio de fontes primárias e, ou secundárias, como trabalhos que buscam compreender a discussão teórico-metodológica realizada por autores, ao tratam do ensino de Geografia sob a forma de levantamento bibliográfico. Por exemplo, Pereira (1988, Doc. 190) centraliza seu estudo no momento de sistematização da Geografia moderna, com discussões sobre as questões filosóficas e ideológicas subjacentes e suas influências no ensino de Geografia no Brasil.

O trabalho de Rocha (1996, Doc. 208), por sua vez, analisou a trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro, mediante documentos históricos que marcaram o período entre 1837 a 1942. As pesquisas de Rocha (1996, Doc. 208) e a de Vlach (1988, Doc. 274) são de caráter histórico. Vlach (1988, Doc. 274) estudou o papel da Geografia na construção do nacionalismo patriótico, tema também abordado por Campos (1997, Doc. 047), um estudo da trajetória da geografia escolar e suas relações com diversos movimentos internos e externos à ciência. Nunes (2000, Doc. 176) realizou avaliação da produção científica sobre a geografia econômica, em dissertações e teses de 1970 a 1998, dos programas de pós-graduação em Geografia do Estado de São Paulo, para verificação das temáticas abordadas, estruturas, metodologias e referenciais teóricas utilizadas. A tese de Pinheiro (2003, Doc. 307) que estuda a trajetória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil e inspirou a realização do presente trabalho, também insere-se nesse gênero.

Ressalta-se, por fim, que a pesquisa bibliográfica e documental, a chamada “revisão bibliográfica”, é, em geral, exigida nos cursos de pós-graduação (dissertações e/ou teses). Entretanto, pode haver pesquisas exclusivamente desenvolvidas a partir de fontes bibliográficas e documentais que não sejam primárias.

Pesquisa-Ação

A pesquisa-ação possui natureza qualitativa e trata-se de processo de que o autor participa ativamente, envolvendo-se em ação planejada, cujo objetivo é a modificação da situação investigada. No caso de estudos voltados para os processos de intervenção escolar, o autor do trabalho se apresenta como professor-pesquisador ou pesquisador-participante, tendo em vista algum tipo de transformação da realidade, uma vez que a pesquisa-ação lida com um problema concreto, localizado em uma situação imediata. Por isso, é o processo monitorado passo a passo, por períodos variados e mecanismos diversificados (questionários, diário de campo, entrevista e estudo de caso) ensejando feedbacks, modificações, ajustes e redefinições, quando necessários. Segundo Latorre, Rincón e Arnal (1997), esse método é atribuído às ideias de Dewey, pedagogo norte-americano (1859-1952), como resultado de seus trabalhos nas décadas de 1940-1950. Caracteriza-se por ser participativa, visa melhorar a própria prática do investigador. É colaborativa, realizada em grupo, tornando-se um processo sistemático de aprendizagem, orientando a práxis, assim induz teorizar sobre a prática, em geral, envolvendo os sujeitos do processo de investigação. A pesquisa-ação permite criar resultados práticos, como atividades, linguagens, materiais didáticos e formas de organização.

Dos 317 documentos, 24 (7,5%), são pesquisa-ação, sendo vinte dissertações e quatro teses, todas realizadas a partir da década de 1990. Silva (1999, Doc. 235) utiliza-se desse gênero na sua dissertação, em que discorre sobre intervenções nas escolas onde desenvolve a investigação, por meio de sugestões aos professores, propondo atividades e reflexões teóricas

sobre a prática docente, sobre ações políticas, na escola, para melhoria das condições de trabalho e da disciplina que leciona, no caso a Geografia.

Goulart (2000, Doc. 103) parte do espaço vivido para trabalhar as questões ambientais, com um grupo de professores em uma classe de 5ª série. Para isso é tomada a problemática ambiental, em uma visão sistêmica, com vistas a realizar uma prática interdisciplinar de abordagem desse conteúdo no ensino fundamental, tendo como referência o tema “qualidade de vida dos alunos”. Junto aos professores desenvolveram-se outros conteúdos, de forma articulada e sistemática, com objetivo de construir uma visão geral a respeito do tema.

Na pesquisa de Bischof (1994, Doc. 029) os alunos são coadjuvantes, em estudo desenvolvido sobre o Bairro Itamarati, em Londrina, PR, com o objetivo de despertar nos alunos a importância de conhecer o espaço vivido, para, no futuro, realizar ações visando à melhoria desse local.

Straforini (2001, Doc. 256) trata o espaço geográfico enquanto totalidade, com alunos de 1ª a 4ª séries de Sorocaba, SP, em estudo do lugar de vivência dos alunos desenvolvendo o conceito de situação geográfica.

Pesquisa Experimental

A pesquisa experimental inclui estudos de descrição e análise de situações, mediante a introdução, em condições controladas, de uma ou mais variáveis no processo, as quais são manipuladas e controladas pelo pesquisador. As investigações podem ser configuradas sob variados desenhos: grupo experimental x grupo de controle; grupo experimental único; grupo experimental e grupo de controle não-homogêneo, entre outros (Megid Neto, 1999). Os procedimentos experimentais têm sido utilizados largamente nos três últimos séculos, sobretudo pelas ciências naturais. Nas pesquisas de caráter social, em especial nas investigações de caráter educacional, têm sido articulado aos estudos psicogenéticos no

campo da Psicologia Educacional, mediante a investigação dos processos de desenvolvimento cognitivo dos alunos e de ensino-aprendizagem.

Onze pesquisas (3,4%), todas dissertações de mestrado (voltadas para o ensino de Geografia, desenvolveram estudos experimentais, dentre os quais os mais significativos possuem como foco temático a representação espacial.

Cechet (1982, Doc. 059), por exemplo, realiza sua experiência na Psicologia da Aprendizagem de Piaget, em trabalho com crianças de pré-escola, para avaliação do desempenho dos alunos no estabelecimento de relações espaciais topológicas elementares na representação do seu espaço escolar. Utilizando-se de desenhos para observar seu desenvolvimento gráfico, objetivou-se construir uma metodologia que permita a iniciação científica no que diz respeito à elaboração de um mapa, por crianças em idade pré-escolar, no sentido de realizar operações mentais para leitura e interpretação desse recurso futuramente.

Fonseca (1999, Doc. 093), por meio de um teste aplicado em sete crianças cegas em uma escola estadual de Belo Horizonte, procura identificar os elementos significativos no processo de construção da noção de tempo. O objetivo era compreender a organização do espaço e quais as atitudes a serem tomadas pelos para que as crianças cegas aprendam e sejam realmente livres. O teste foi aplicado realizado seguintes as etapas de descrição, pelas crianças, do espaço vivenciado na sala de aula, e representação desse espaço em três e duas dimensões, utilizando, para isso, maquete e planta da sala de aula. Como resultado da pesquisa, Fonseca (1999, Doc. 093), considera que, para o desenvolvimento das noções de espaço, em crianças cegas, é necessário que sejam introduzidos na pré-escola as técnicas cartográficas da cartografia tátil.

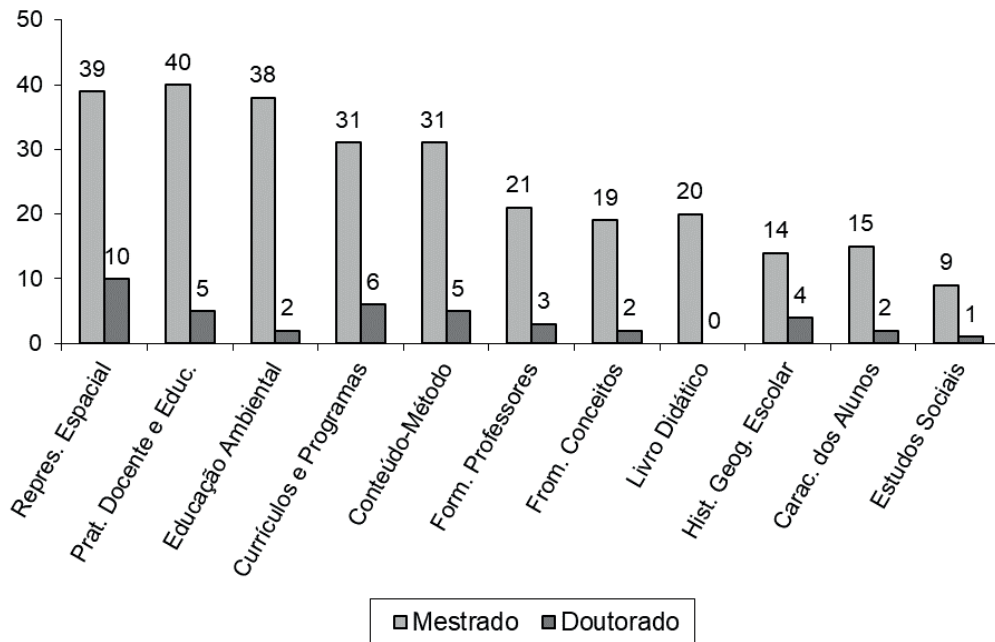
Focos temáticos

Procedeu-se a uma classificação dos focos temáticos, classificados conforme as características principais apresentadas pelas pesquisas a partir

de estudos feitos por Megid Neto (1999) e segundo a incidência dos temas identificados nas dissertações e teses sobre o ensino de Geografia. Portanto, não se consideram os focos secundários.

A interpretação de cada foco temático foi realizada considerando-se as suas características mais evidentes. Assim, em cada item, apresenta-se a definição de cada um dos focos, a saber: 1. prática docente e educativa; 2. representações espaciais; 3. educação ambiental; 4. formação de professores; 5. características dos alunos; 6. livro didático; 7. currículos e programas; 8. formação de conceitos; 9. conteúdo-método; 10. história da geografia escolar; 11. estudos sociais.

Gráfico 11: Distribuição das pesquisas por focos temáticos



Prática Docente e Educativa

O foco “prática docente e educativa” refere-se aos estudos de diagnóstico das condições profissionais do professor, identificação do perfil sociocultural, sua estrutura intelectual, suas concepções sobre ciência, bem como os métodos de produção científica específicos da geografia utilizados. Trata-se, assim, da prática docente no cotidiano escolar no que diz respeito às condições de trabalho, atualização e capacitação, da compreensão de conceitos da geografia, e de ensino e de ciência. Do conjunto das pesquisas, 45 (14,1%) relacionam-se a esse foco temático, das quais quarenta são dissertações de mestrado e cinco teses de doutorado.

Várias dessas pesquisas incluem estudos sobre problemas nas práticas docentes da geografia escolar na sala de aula, tais como a de Guedes (1989, Doc. 106), que retrata a oposição teoria-prática dos conteúdos na escola fundamental, mediante análise dos conteúdos de história e geografia desenvolvidos entre alunos de 8^a séries. Nesse estudo, demonstra-se que esses são transmitidos de forma fragmentada e idealista, tendendo a infantilizar os alunos por meio de uma visão superficial dos temas.

A relação teoria-prática dos professores, no tratamento dos conteúdos, também foi investigada por Braga (1996, Doc. 282), em tese que busca identificar a geografia, o objeto, as relações entre os sujeitos e como o objeto do conhecimento é explicitado e objetivado no processo de espacialização das relações sociais. Por meio da visão de ciência geográfica dos professores, a autora identifica o ente e os nexos de sua construção, verificando seus vínculos com o real, não apenas na perspectiva da verdade e de sua lógica interna, mas também na forma como se articula e sua validade no campo do conhecimento escolar.

A construção de uma prática de ensino que considere a prática social dos professores é uma das preocupações de Azambuja (1991, Doc. 017), em dissertação que tenta demonstrar que a ação pedagógica dos educadores relaciona-se a pressupostos teórico-metodológicos e político-filosóficos que fundamentam a prática social desenvolvida. Nesse sentido, a organização

dos conteúdos e dos métodos utilizáveis e utilizados em sala de aula resulta da experiência de vida do professor, que é, para o pesquisador, produto e produtor do mesmo processo. Assim, a construção de currículos e de materiais didáticos para o ensino passa pela construção do próprio docente como sujeito social.

A discussão sobre recursos didáticos para o ensino de geografia aparece em trabalhos preocupados na organização de propostas facilitadoras para o ensino, como o de Schroter (1997, Doc. 231), que, com base em procedimentos tradicionais na geografia, propõe sua inserção nas séries iniciais do ensino fundamental a partir do estudo do meio. Para esta pesquisadora, tal procedimento resulta em uma metodologia que proporciona ao aluno uma compreensão ampla e crítica da sociedade e do espaço, sobretudo nas séries iniciais do ensino fundamental.

Enfocando esse recurso, e denominando-o de “trabalho de campo”, Marchiorato (1987, Doc. 145), correlaciona-o com o estudo em laboratório dos conteúdos geográficos, e enfatiza o uso das técnicas como possibilidade de melhoria do ensino no nível fundamental e médio em escolas de Curitiba, PR.

Fantinel (2000, Doc. 084) investiga, em seu estudo de caso, as práticas de campo no curso de Geografia da UFMG, na disciplina de Geologia Introdutória. Para essa autora, tais atividades aproximam os alunos com as formas de inquerimento geológico da natureza, possibilitando um aprendizado contextualizado dos conteúdos, além da aquisição de habilidades e técnicas de identificação de materiais terrestres, considerados de grande importância para o conhecimento do fenômeno geológico pelos alunos de graduação em geografia.

Representações Espaciais

Os estudos de representações espaciais utilizam-se de métodos e técnicas da cartografia para o ensino de Geografia, com abordagens sobre

o uso de mapas, gráficos, atlas e de técnicas de orientação e localização geográfica em sala de aula e fora dela, mediante o desenvolvimento de técnicas e metodologias no campo das representações cartográficas. Também desenvolvem estudos de percepção e representações sobre conteúdos e temas da Geografia utilizando-se de métodos específicos ou combinação de vários procedimentos metodológicos (antropologia, fenomenologia, etnografia e da teoria do desenvolvimento e da psicologia da aprendizagem, entre outros).

Do conjunto de trabalhos analisados, 49 (15,4%) (39 dissertações e 10 teses) desenvolveram estudos sobre mapas, predominantemente. Cecchet (1982, Doc. 059) e Ramires (1996, Doc. 200), por meio da psicologia da aprendizagem, de Jean Piaget, analisam as representações gráficas contidas nos mapas, para, com base no desenvolvimento cognitivo das crianças em idade pré-escolar, construir formas facilitadoras para a iniciação da compreensão dos mapas.

Nogueira (1994, Doc. 174), trabalhou com mapas mentais como base para iniciar as crianças nas noções fundamentais de cartografia, sobretudo na leitura e interpretação de cartas e mapas. Lopes (1996, Doc. 134), por sua vez, buscou identificar o tipo de representação cartográfica que melhor caracteriza os aspectos gerais do município de Cachoeiro de Itapemirim, ES. Vasconcellos (1993, Doc. 316) e Fonseca (1999, Doc. 093) desenvolveram estudos sobre as formas de representação espacial para crianças cegas no ensino fundamental; a primeira desenvolve a técnica da cartografia tátil; a segunda estuda a percepção espacial pelas crianças em Belo Horizonte, MG.

Simielli (1986, Doc. 313) enfatiza a importância do mapa como meio de comunicação para o ensino de geografia no ensino fundamental de uma escola da cidade de São Paulo, e considera que o mapa é mais eficiente quando confeccionado especificamente para a atividade escolar. Para a leitura e interpretação de mapas, propõe que professores conheçam bem esse recurso antes de utilizar com os alunos.

Santos (1990, Doc. 228), por meio da teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget, aborda a atividade de mapeamento pelos alunos, com enfoque a representação gráfica utilizada por alunos de 7^a e 8^a séries do ensino fundamental e de 1^a e 2^a séries do ensino médio, com o objetivo de compreender os mapas temáticos.

Santos (1994, Doc. 229) e Filizola (1996, Doc. 092) desenvolveram estudos sobre a orientação espacial de crianças do início do ensino fundamental. Katuta (1997, Doc. 120), também realizou estudos sobre orientação espacial, mediante o uso de mapas, com alunos de 5^a e 8^a séries, e desenvolveu reflexões sobre as práticas pedagógicas dos docentes no trato desses meios. Almeida (1994, Doc. 279) priorizou, em sua tese, a construção de modelos tridimensionais e de gráficos para a compreensão de mapas geográficos. Passini (1996, Doc. 304) procurou entender como os alunos de 5^a série do ensino fundamental lidam com gráficos, por meio da teoria de Piaget e de Bertin, com discussões de questões metodológicas de leitura e produção de gráficos no processo de ensino-aprendizagem. Archela (1993, Doc. 014) desenvolveu estudos para o aprimoramento uso do mapa como instrumento de comunicação visual no ensino médio (curso magistério) em Londrina, PR.

Menecozi (1995, Doc. 096), em análise do mapa e seu uso em sala de aula, enquanto meio de interpretação política do espaço, destaca a concepção ideológica contida na construção desse recurso didático, de modo que, para ela, cabe ao professor revelar a historicidade contida no mapa.

Para Carvalho (1997, Doc. 287), a cartografia no Brasil, tem sido direcionada a atender os interesses do poder. Segundo o autor, em geral, as representações cartográficas existentes nos livros didáticos, jornais, revistas e utilizadas na TV pouco contribuem para a compreensão dos fatos, pois estão carregadas de ideologias.

Girardi (1997, Doc. 097) procurou estruturar um conjunto de procedimentos de leitura crítica de mapas que possibilitem a leitura da sociedade por meio das representações cartográficas. Tomita (1995,

Doc. 260), por sua vez, enfocou as relações sociedade-natureza na bacia hidrográfica do Rio Apucarantina, em Londrina, PR, em estudo da paisagem por meio das representações cartográficas, com alunos do ensino superior, como um recurso didático, para facilitar o entendimento das alterações das paisagens local e regional.

Rufino (1990, Doc. 218; 1996, Doc. 312), no mestrado e no doutorado, respectivamente, pesquisou a noção de espaço e as representações cartográficas construídas por alunos do ensino fundamental. Primeiro enfatizou a distinção das palavras e dos objetos nas representações cartográficas; depois trabalhou com a construção das noções espaciais na cidade de São Paulo, articulado-as ao processo de alfabetização no ensino fundamental, em especial nas séries iniciais. Ele partiu da análise o distanciamento entre o que se pretende ensinar na geografia e o que o aluno é capaz de aprender, relacionado com a formação do professor.

Vale destacar que as representações formam um modo de comunicação específica que figura entre as demais modalidades de comunicação, além dos mapas e gráficos, a linguagem falada e escrita, como as formas plásticas, música, arquitetura, os estudos da percepção das paisagens, entre outros.

Tedesco (2000, Doc. 258) realizou um registro da percepção do espaço cotidiano de crianças, jovens e adultos de Cáceres-MT, tendo como base à teoria de Tuan, e conclui que a percepção desses grupos ocorre nos mesmos níveis, independentemente das diferenças de idade. Santos (2000, Doc. 226) buscou entender como os alunos desenham quando estão defronte de uma paisagem, mediante relato de experiência realizada com alunos de 5^a série do nível fundamental na cidade de Campinas, SP. Paganelli (1998, Doc. 303) estudou as representações da paisagem, da cidade do Rio de Janeiro, feitas por alunos do ensino fundamental e superior. Como produto de uma prática social, a representação do espaço é entendida como criadora ou reprodutora de um espaço já representado nas formas artísticas estilizadas.

Também outras formas de representação foram estudadas nas dissertações e teses, como a pesquisa de Bastos (1993, Doc. 023), que enfoca a literatura a partir de romances nordestinos para o tratamento de temas como migração, seca, etc. Bischof (1994, Doc. 029) estudou a representação do Bairro Itamarati em Londrina, PR, feitas por crianças de 5^a série do ensino fundamental, enfatizando a produção do espaço social.

Educação ambiental

Os estudos referentes à educação ambiental em diversas modalidades, sendo que alguns deles discutem a importância de sua inserção nos conteúdos geográficos e outros que a partir da geografia desenvolvem pesquisas no ensino não-formal. São trabalhos que resultam de experiências e análises com situações de recuperação, conservação e preservação de áreas degradadas, além de conscientização para seu uso e manejo. Vale dizer, esse tipo de estudo teve aumento significativo a partir da segunda metade da década de 1990.

Do total das pesquisas tratadas aqui, quarenta delas (12,6%) (38 dissertações e duas teses de doutorado) estão centradas nesse foco. Almeida (2000, Doc. 279) utilizou-se de cartilhas de educação ambiental para analisar a prática do professor, por meio da avaliação do uso delas como recurso metodológico em escolas do norte de Minas Gerais. Com tal material, procurou-se introduzir, na prática dos professores, a adoção de uma proposta interdisciplinar no tratamento desse tema, considerando-se o uso de materiais gerais sobre a educação ambiental.

O trabalho de Bortolozzi (1992, Doc. 038) visou detectar, na prática de uma escola pública, o desempenho dos conteúdos de geografia, com ênfase na educação ambiental, mediante entrevistas feitas com professores e os alunos para verificar se os conhecimentos adquiridos permitiam compreender a totalidade das relações homem *versus* homem e deste com a natureza. Pelo confronto entre os discursos dos entrevistados e com a proposta pedagógica da escola, verificou-se a viabilidade do trabalho com

esses conteúdos para a formação crítica do aluno e para a construção de sua cidadania. Assinala-se que Bortolozzi (1997, Doc. 281) direcionou seu estudo para a capacitação de professores com base na temática ambiental, utilizando-se de uma situação concreta referente a degradação ambiental em bacias hidrográficas, visando construir programas interdisciplinares para estudo e análise dessas questões.

Currículos e Programas

Os estudos que compreendem currículos e programas referem-se aos princípios, parâmetros, diretrizes e fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de Geografia, contemplando as diversas etapas convencionalmente atribuídas ao desenho curricular (objetivos educacionais, conteúdos, estratégias, avaliação, etc). Eles discutem o papel da escola, as relações entre ciência e sociedade e sistema educacional, bem como avaliam propostas curriculares ou projetos educacionais, além de programas ou propostas alternativas de ensino para uma série, disciplina, semestre letivo ou ciclo escolar completo.

A organização do currículo pode considerar a realidade, com um elenco de disciplinas, conteúdos e procedimentos metodológicos. Ou ser concebido como um processo, com base em princípios filosóficos, políticos e educacionais, refletindo a visão crítica que envolve uma gama de aspectos na sua construção.

As pesquisas que abordam esse foco (currículos e programas) totalizam 37 (31 dissertações de mestrado e seis teses de doutorado). Jacobs (1982, Doc. 117) fez um estudo do currículo de graduação de Geografia, comparando os diferentes direcionamentos na formação do professor e do geógrafo; Medeiros (1996, Doc. 153) apresentou uma análise das reformas curriculares elaboradas pelos órgãos governamentais de 1930 até 1992, com a identificação dos interesses sociopolíticos subjacentes à organização curricular e ao modelo da Geografia escolar para atender tais objetivos; Novaes (1999, Doc. 175), em exame do tratamento dado pelos documentos

oficiais para a questão ambiental, centralizou sua dissertação na Proposta Curricular da CENP/SEE/SP e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do MEC, destacando as concepções e conceitos que orientam o desenvolvimento daquele tema.

Propostas de currículos e programas foram apresentadas em variados estudos feitos no ensino de Geografia, tais como os desenvolvidos por Bacellar (1985, Doc. 018) que organizou uma proposta para a 6ª série de escolas municipais do Rio de Janeiro. Foram elencados objetivos, conteúdos, atividades, textos de apoio e sugestões metodológicas, validados por especialistas em Geografia; Souza (1988, Doc. 252) desenvolveu um conjunto de conteúdos para o ensino de Geografia da 5ª à 8ª séries, para uma escola de Maringá, PR, cuja proposta baseia-se na teoria piagetiana, ressaltando-se os critérios de interação, continuidade e sequenciamento dos conteúdos. Barbosa (1991, Doc. 021) destacou a experiência do Projeto Pravalier, de educação de adultos, desenvolvidos em 1983 e 1988 em Osasco, SP, em que colaborou na elaboração da Proposta Curricular para o ensino de História e Geografia no 1º grau. Ressalta que a preocupação básica é a construção de uma educação popular que aproxima o saber escolar à compreensão da prática social que os trabalhadores vivenciam. Para isso, na elaboração de programas curriculares, destacou-se o princípio da valorização do saber, a partir da cultura popular, objetivando a emancipação das classes populares.

Também Micheletto (1996, Doc. 158) apresentou estudo em que relata uma experiência com alunos de 7ª séries de Várzea Paulista, SP, cuja proposta visava compreender a realidade próxima dos alunos, considerados o centro das suas atenções no plano pedagógico. Rocha (1996, Doc. 207) propôs aos professores da rede pública de Aracajú, SE, uma metodologia voltada para a “história de vida”, parâmetro esse calcado na organização dos programas de ensino para a compreensão do espaço vivido dos alunos, para que estes se percebam como construtores do mundo.

Há pesquisas com estudos sobre conteúdos e métodos de disciplinas específicas no contexto dos currículos e programas. Por exemplo, Cunha

(1995, Doc. 289) discorreu sobre os conteúdos da disciplina de Geologia Introdutória nos cursos de graduação de Geografia no Brasil. Oliveira (1995, Doc. 184), de outra forma, fez uma análise da disciplina Geografia, em um curso técnico de Agrimensura de Mato Grosso, destacando a desarticulação existente entre a Geografia e outras disciplinas do currículo. Moraes (1996, Doc. 163) analisou, nos currículos de geografia e história, para a 8ª série de Viçosa, MG, o conhecimento dos alunos e de seus pais sobre o consumo. O objetivo de Moraes era desenvolver a importância da educação para o consumidor, como conteúdo dessas disciplinas, diante da desinformação sobre o tema e em relação aos cuidados, compra e uso dos alimentos. Gonçalves (1998, Doc. 101), de outra parte, estuda a geografia da indústria nos programas de graduação de Minas Gerais, mediante um estudo comparativo com os conteúdos ministrados no ensino fundamental, por meio de documentos cartográficos.

Conteúdo-Método

O foco temático intitulado conteúdo-método abarcam pesquisas que analisam a relação existente entre os dois termos que compõem esse par, no ensino de geografia, com atenção no conhecimento científico veiculado na escola e na sala de aula, na forma como este conhecimento é difundido por meio de métodos e técnicas de ensino-aprendizagem, ou ainda na perspectiva de indissociação entre forma e conteúdo. Além disso, trata-se de estudos a respeito da aplicação de métodos e técnicas no ensino de geografia; estudos de avaliação de materiais ou recursos didáticos para o ensino como textos de leitura, livros didáticos, materiais de laboratório, filmes, computador, jogos, brinquedos, mapas conceituais, outros recursos que visem a aplicação de métodos relacionados aos conteúdos geográficos.

Do conjunto das pesquisas apresentadas, 36 (11,3%), enfocam essa temática, dentre as quais 31 dissertações e cinco teses.

Preocupações com organização e propostas de conteúdos estão presentes em diversos trabalhos. Horta (1994, Doc. 116), por exemplo,

desenvolveu dissertação com estudo da Geografia de Belo Horizonte, destacando as noções de espaço geográfico e espaço urbano. Seu objetivo era construir um referencial didático e de pesquisa para consulta dos professores do ensino fundamental, sobretudo das séries iniciais da escola.

Alguns trabalhos estudam o conhecimento geográfico informal, ou seja, fora do espaço escolar, em que se busca verificar, por exemplo, como as pessoas compreendem o mundo pela ótica geográfica para entender o seu cotidiano. Braga (1988, Doc. 021) por meio das lutas sociais urbanas, ocorridas na cidade de Salvador, BA, em 1984 e 1985, busca detectar questões do espaço vivido pelos trabalhadores e o saber produzido pelos mesmos, nos seus processos de mobilização. Sua pesquisa demonstrou que os embates sociais que envolvem de forma explícita ou implícita a organização do espaço são geografizados e apontou a necessidade de levar para o ensino fundamental e médio os problemas da dinâmica social, para possibilitar que esse ensino contribua com as transformações sociais.

Uma vez que diversos conteúdos desenvolvidos na sala aula privilegiam o conhecimento científico, quase sempre valorizando a transmissão daquilo que a ciência erigiu como a verdade, no ensino fundamental e médio, no entanto, o conteúdo e o modo de aprendê-lo ultrapassa o conhecimento científico. Isso pode ser visto em muitos trabalhos sobre a relação conteúdo-método no ensino de geografia, visam identificar nas experiências vividas dos alunos e dos professores, os conteúdos que podem fornecer uma gama de possibilidade de organizar o ensino, considerando as percepções, representações e os conhecimentos prévios existentes. Nesse sentido, existem pesquisas que procuram integrar os métodos e os conteúdos nas suas análises, como a tese de Callai (1995, Doc. 284), com discussões acerca da quantidade de conteúdos em relação à pequena carga horária disponível, diante disso, propõe formas de desenvolvimento articuladas entre os conteúdos e a construção de conceitos com proposições avaliativas. Callai (1995, Doc. 284) demonstrou preocupação não com a quantidade de conteúdos, mas com a totalidade dos mesmos no contexto educacional, uma vez que a função da articulação entre

conceitos, conteúdos, métodos, objetivos, pode facilitar o entendimento do mundo e a compreensão dos acontecimentos dos diversos lugares e situações. Assim, Callai (1995, Doc. 284) defende em sua tese de que o conteúdo da geografia, permite que se trabalhe temas que têm a ver com a realidade vivida, com o espaço que nos circunda e com o que acontece no mundo. Para a pesquisadora o conteúdo trabalhado na geografia devem ter como referência fundamental a construção da cidadania e, para tanto, deve-se encontrar uma forma adequada de tratá-los conforme cada tema em pauta.

Existem pesquisas que passam por uma malha teórico-metodológica que reflete as visões de educação e da geografia. Zanatta (1996, Doc. 277) estudou a relação conteúdo-método no ensino de geografia com base nas propostas de ensino formuladas na década de 1980, no contexto do movimento de renovação da geografia. Em análise de documentos e depoimentos de seis autores, a autora investigou a relação conteúdo-método, a partir da concepção didática da pedagogia crítico-social, o que lhe permitiu perceber uma aproximação dos geógrafos alinhada à geografia crítica com o discurso crítico pedagógico. No entanto, observa, a maioria não está em conexão com os avanços da pedagogia e da didática, dado o desconhecimento ou não-incorporação das visões pedagógicas no campo disciplinar específico.

Formação de Professores

O foco temático formação de professores é tratado em 24 pesquisas (21 dissertações e três teses) e dizem respeito à formação inicial do professor, das licenciaturas e da formação continuada de professores de geografia, com estudo de avaliação ou propostas de reformulação. Incluem a formação continuada ou permanente, avaliação de programas de aperfeiçoamento, atualização, capacitação, treinamento e especialização de professores.

Abreu (1993, Doc. 002) apresentou estudo sobre o curso de formação dos professores de Geografia da Universidade Federal do Mato

Grosso do Sul e suas relações com a prática de sala de aula. Procurou verificar se esse curso fornece os referenciais teóricos, em especial as noções de espaço e sociedade, para habilitar quanto ao desenvolvimento de conteúdos geográficos na escola de ensino fundamental e médio. A partir dos discursos de práticas analisadas, considerou que grande parte tende reproduzir os conhecimentos obtidos na universidade e por meio dos manuais didáticos utilizados, ainda que, em geral exista a tentativa de contestação dos professores da ordem socioespacial estabelecida. Trata-se, assim, de discursos que abordam os temas sem a fundamentação teórico-prática que é capaz de respaldar uma reflexão sobre a realidade juntamente com os alunos.

Uma preocupação com as práticas interdisciplinares, na formação do professor, é verificada na tese de Pontuschka (1994, Doc. 309), em que inter-relaciona o ensino e a pesquisa, por meio do estágio supervisionado dos licenciandos da USP, na disciplina Prática de Ensino de Geografia, mediante o contato dos alunos com os professores já formados. A pesquisa centralizou sua atenção na formação pedagógica do licenciando, com análise das representações sobre o “ser professor”, sobretudo no que diz respeito às atividades pedagógicas desenvolvidas no interior do trabalho coletivo. Para isso, indagou se as equipes de docentes podem imprimir melhor qualidade no processo de ensino-aprendizagem da geografia; se as experiências vividas no âmbito do fazer pedagógico podem facilitar a busca de novas alternativas para o ensino de geografia no currículo, tanto ensino fundamental e médio quanto na universidade, na disciplina de Prática de Ensino de Geografia na universidade.

Lima (1993, p. 26, Doc. 133) apontaram que, em geral, o licenciado se resume a um “meio bacharel com tinturas de pedagogia”, reduzido a um subproduto da formação de pesquisadores. No que diz respeito aos professores de geografia envolvidos nos cursos de capacitação realizados no Núcleo Regional de Educação (NRE-PR), a maioria é proveniente da classe trabalhadora, que, por sua vez trilhou o ensino fundamental e médio com dificuldades, ingressando depois no curso superior. A

maioria trabalha durante o dia e estuda à noite, e cursa a licenciatura em instituições particulares, que apresentam deficiências com relação quanto a competência do corpo docente e às condições materiais. Lima referiu que faculdades particulares quase sempre são compostas de professores com competência duvidosa, muitas delas funcionando com cursos vagos. Além disso, destacou que muitas universidades públicas desvalorizam a licenciatura, pois, em geral, dedicam-se à pesquisa.

Formação de Conceitos

Do total de pesquisas analisadas, em 21 delas (19 dissertações e duas esses) trata-se sobre formação de conceitos de alunos e/ou professores, implicando processos de mudança ou evolução conceitual. Para tanto, consideram-se comparações de modelos de pensamento com modelos conceituais presentes na história da ciência; estudos sobre a relação entre estrutura cognitiva de estudantes e o processo de ensino-aprendizagem de conceitos científicos em processos formais ou não-formais de ensino; relação entre modelos de pensamento de estudantes e faixa etária ou nível de escolaridade.

Há pesquisas que analisam propostas temáticas para o ensino dos conceitos, como a desenvolvida por Bomfim (1997, Doc. 032). Este autor buscou construir conceitos científicos referentes ao conhecimento desses fenômenos, com base em atividades de observação e registro dos fenômenos climáticos, estabelecendo relações com a vida do homem e da sociedade em geral.

Soares Junior (2000, Doc. 315) propôs um currículo escolar centrado na formação de conceitos, mediante pesquisa desenvolvida em uma escola pública de Natal, RN, onde realizou uma intervenção. Para isso, avaliou o conceito de “lugar geográfico” de crianças do ensino fundamental, valorizando a mediação do professor para analisar o processo de elaboração pelos alunos, desse conceito. Sua tese baseia-se na perspectiva sócio-

histórica, cuja opção é defendida como uma alternativa viável para o ensino dos conceitos geográficos.

A construção das noções espaciais, na criança, por meio do espaço vivido, tem sido uma preocupação com a formação de conceitos para o ensino de geografia, o que tem justificado o desenvolvimento de várias pesquisas acadêmicas, desde o início da década de 1980. Diniz (1989, Doc. 077), em sua dissertação, examinou a relação entre o espaço vivido pelos alunos da 5ª série do ensino fundamental e o conceito de espaço geográfico ensinado nas escolas municipais do Rio de Janeiro, por meio das concepções científicas predominantes entre os professores e contidas nos livros didáticos como instrumento para a construção da realidade social ou para a sua reprodução. Diante disso, observou que existe uma dicotomia entre a teoria e prática, pois, em geral, os conteúdos ensinados nas escolas são oferecidos, quase sempre, pelos livros didáticos, baseados na descrição, no esquema memorístico e organizados de maneira fragmentada. Após entrevista, com uma professora, relatou uma valorização maior do método do que o conteúdo, demonstrando um esvaziamento dos conteúdos geográficos no ensino.

Uma preocupação com o modo como os alunos constroem os conceitos no processo de ensino-aprendizagem aparece nas pesquisas de Cavalcanti (1996, Doc. 288), mediante trabalho de investigação em torno do lugar, paisagem, região, território, natureza e sociedade. Sua análise objetivou identificar as possibilidades didáticas para o ensino dos conceitos geográficos, estabelecendo relações entre os conceitos apreendidos no cotidiano visando à construção de uma consciência espacial. Paganelli (1982, Doc. 186), por meio da análise dos conceitos de tempo-espaço, utilizando a epistemologia genética de Piaget, buscou entender como a criança chega à concepção de espaço para o estudo da Geografia. Machado (1990, Doc. 140), também investigando como as crianças constroem os conceitos de tempo e espaço, realizou estudos nas áreas de História e da Geografia nas séries iniciais em Caxias do Sul, RS.

Livro Didático

Vinte pesquisas, todas as dissertações de mestrado, trataram do foco temático livro didático, com estudos baseados em diagnóstico desses materiais e sua inserção no ensino de geografia e na sala de aula, sua influência no ensino-aprendizagem dos alunos e na prática do professor, e possíveis contradições conceituais e correlações entre livros utilizados em momentos diferentes, com levantamento de questões teórico-metodológicas nesses manuais.

As pesquisas podem ser agrupadas nas seguintes temáticas: 1. questão ambiental no ensino médio (Assis Neto, 1995, Doc. 016, Couri, 1991, Doc. 071); 2. a Amazônia, no ensino fundamental (Correa, 1992, Doc. 067, Franco, 1990, Doc. 094, Medeiros, 1989, Doc. 153); 3. a paisagem (Cardoso, 1999, Doc. 049); 4. o clima (Colesanti, 1984, Doc. 066); 5. espaço social: conceito (Correa, 1991, Doc. 068); 6. população (Ribeiro, 1987, Doc. 205); 7. geografia urbana, processo de urbanização (Matos, 1995, Doc. 151), (Rockembach, 1993, Doc. 209); 8. visão de natureza (Lourenço, 1996, Doc. 135). Este último trabalho citado procedeu a uma análise do tema natureza em diversos livros didáticos de geografia, com destaque para o livro *Geographia do Brasil*, de 1913, de Delgado de Carvalho relacionando-o aos manuais das décadas de 1970 e aos atuais, em que mostrou como o livro didático tem subsidiado a prática docente.

Algumas dessas pesquisas realizam uma análise dos conteúdos dos livros em um contexto teórico-metodológico e histórico. Colesanti (1984, Doc. 066), por exemplo, examinou os livros didáticos utilizados e produzidos no Brasil desde a primeira reforma no ensino público republicano, do ano de 1890 a 1971. Pereira (1989, Doc. 189), por meio de pesquisa histórica e documental, tratou das filiações acadêmicas da Geografia e suas categorias científicas, para situá-las nos livros didáticos do ensino médio, demonstrando que todos os autores mantêm a mesma estrutura na organização dos livros, com atualização, apenas, de seus conteúdos conforme as discussões atuais.

Moraes (1998, Doc. 161) propôs investigar a influência da produção acadêmica e as mudanças paradigmáticas, nos últimos trinta anos, nos livros didáticos de Estudos Sociais de 1^a à 4^a séries do ensino fundamental, em escolas da cidade de Salvador, BA, e constatou que elas estão ausentes das discussões acadêmicas nos conteúdos e nos métodos dos livros didáticos estudados. Gonzaga (2000, Doc. 102), em estudo calcado na análise do discurso, a partir de uma abordagem crítico-contrastiva entre os discursos da geografia tradicional e da geografia crítica nos livros didáticos, destacando a mudança de discurso para o ensino médio.

Ribeiro (1987, Doc. 205), abordando como o tema população é tratados nos livros didáticos, buscou fazer uma correlação entre esse material e as pesquisas acadêmicas no intuito de verificar se ele está sendo refletido no ensino fundamental, sobretudo na 5^a série do ensino fundamental. Rockenbach (1993, Doc. 209), por sua vez, em estudo da geografia urbana nos livros didáticos do ensino fundamental e médio, por compreender que se trata de recurso mediador do processo de produção/transmissão do conhecimento geográfico na sala de aula, questiona se esse material tem contribuído para formar o espírito crítico nos alunos, diante da realidade, considerando-se a vivência destes no contexto urbano da metrópole paulista.

História da Geografia Escolar

Dezoito pesquisas (quatorze dissertações e quatro teses de doutorado) abordam o ensino de geografia ou a utilização de materiais didáticos, os currículos e programas, o plano legal e oficial referentes às legislações, nos aspectos relacionados às políticas governamentais de determinada época do passado remoto ou distante. Trata-se de pesquisas de revisão bibliográfica em fontes primárias e secundárias, com resgate e relato de acontecimentos, debates, circunstâncias da produção científica de um período e as articulações entre eles. Ainda, são pesquisas que analisam

influências de um ou mais pensamentos ou processos históricos e questões político-ideológicas no ensino de geografia.

Foi Leonel (1985, Doc. 128) que realizou a primeira pesquisa voltada para esse foco, em questionamento sobre a proposição que define a Geografia como ciência de síntese, na medida que, na prática, ainda se verifica uma dicotomia na organização dos conteúdos e dos métodos entre a geografia física e a geografia humana. Para a pesquisadora, a unidade da geografia, enquanto síntese dos dois campos, é uma falsa questão, pois a unidade do conhecimento é, antes de pensada teoricamente, uma unidade prática, posto que está presente no modo de produção dos homens. Utilizou-se do tema gerador para a indústria, para a reflexão acerca da unidade homem-natureza, argumentando que a fragmentação do conhecimento é produto do modo de produção capitalista e industrial, de sorte que a contradição da unidade do conhecimento não está no plano científico, especificamente, mas no plano ideológico da sociedade.

Pereira (1988, Doc. 190), em estudo sobre a gênese da Geografia moderna e sua relação com o ensino, centra seu trabalho no conteúdo que a geografia ensina e não na forma como ele é trabalhado, ou seja, os temas fragmentados como relevo, vegetação, população, indústria. Na relação entre os pólos conteúdo-forma, defende que, o conteúdo é dominante. Mesmo mantendo uma autonomia relativa, acredita que a desvalorização da forma pode provocar o refreamento do conteúdo, transformando-o em algo estático, acabado e eterno. Para a pesquisadora, no processo de ensino-aprendizagem, a forma e o conteúdo estão interligados, e o problema da dualidade entre a natureza e a sociedade marcante na geografia representa um dos maiores obstáculos à prática docente do professor, sobretudo daqueles interessados em desenvolver uma proposta pedagógica que propicie o conhecimento da totalidade social.

As políticas oficiais e as questões ligadas a elas, preocuparam vários pesquisadores. Vlach (1988, Doc. 274), analisou a importância dada aos conteúdos de geografia para a formação da nacionalidade brasileira, sobretudo do nacionalismo patriótico, e apresentou um histórico da

geografia enquanto ciência e as relações com as instituições oficiais que orientaram seus currículos e programas no ensino. A sua dissertação, Rocha (1996, Doc. 208) analisou a história da geografia escolar brasileira de 1837 a 1942, desvelando as transformações e conservações das tendências que orientaram o ensino no Brasil. Sua constatação é a de que a organização curricular da disciplina reflete o contexto social, “vulgarizando” o saber erudito produzido na academia e adquirindo uma dinâmica própria, uma autonomia caracterizada pela reelaboração dos conteúdos e dos métodos científicos com bases nas tendências pedagógicas dominantes.

Rudzit (1997, Doc. 217) fez um levantamento da formação dos oficiais do exército brasileiro no período de 1850 até 1930, analisando os currículos das escolas militares, enfatizando a disciplina Geografia, nos conteúdos de geopolítica, e demonstrou que a importância da disciplina nessas escolas está vinculada à participação do exército na política nacional.

Várias pesquisas abordaram as influências do pensamento de autores e tendências é encontrado em vários documentos, como o trabalho de Ferraz (1995, Doc. 088), que investiga as influências do pensamento de Delgado de Carvalho, investiga as influências do seu pensamento na construção da geografia escolar brasileira. Massi (1991, Doc. 149) avaliou a presença de professores estrangeiros no Brasil – como Pierre Mombeig e Fernand Braudel – e sua influência na instalação dos cursos de graduação na USP (Geografia e História). Preve (1989, Doc. 199) abordou o papel do *Boletim Geográfico*, publicado pelo IBGE de 1943-1978, com análise da seção intitulada “Contribuição ao Ensino”, centralizando sua análise na concepção de ciência e de ensino divulgada pela instituição.

Características dos alunos

Dezessete pesquisas (5,3% do total) (quinze dissertações e duas teses) realizaram, dentre outras, levantamentos diagnósticos das condições socioeconômicas e culturais dos alunos e suas implicações no rendimento escolar ou aprendizagem em Geografia. Também abordaram-se o

conhecimento prévio do aluno, o espaço vivido, sua estrutura intelectual, os modelos de pensamento ou suas concepções sobre Geografia, métodos de produção científica, ambientes, opiniões etc.

Estudos com questionamentos acerca das formas tradicionais de métodos de tratamento dos conteúdos e pesquisas que visam refletir a respeito de experiências pontuais das escolas representam um segmento importante. Brito (1991, Doc. 042), na área de língua portuguesa, apontou que as estratégias de leitura para o ensino de história e geografia no ensino fundamental, em especial da 8^a série, são desprestigiadas pelos professores. Quase sempre, segundo a pesquisadora, o ato de ler é encarado como mera decodificação das letras e dos sinais gráficos, normalmente presos às informações textuais, levando os alunos a atender as exigências impostas pela escola, que realça o produto em detrimento do processo de compreensão.

Gomes (1998, Doc. 099) visou introduzir as questões ambientais no ensino de geografia, por meio de atividades práticas formuladas em conjunto com os alunos e professores. Para tanto, parte dos conhecimentos dos alunos de 8^a séries de três escolas, com identificação da visão destes sobre as questões ambientais, para formulação de propostas e sugestões de conteúdos. Com base em temáticas ambientais –poluição e lixo –, Gomes propôs a necessidade de mediação entre os conhecimentos elaborados pelos alunos e os conhecimentos científicos da geografia, ao abordar as relações sociedade-natureza.

Kimura (1998, Doc. 297), em estudo das relações existentes entre os sujeitos sociais de duas escolas públicas de São Paulo, com base em sua experiência de vida como professora e diretora de escola dos ensinos fundamental e médio, abordou o que ela denomina “frequentadores e circundantes” como sujeitos do seu estudo. Assim extraiu, os elementos do seu lugar, com destaque para as relações com seu espaço vivido, de modo que o espaço escolar estudado não se limita apenas aos quadrantes do edifício da escola, mas um contexto mais amplo, considerando seu entorno, a cidade e o mundo. Os sujeitos da sua pesquisa são os professores, os funcionários, os

pais e familiares dos alunos, os vizinhos, mas foi por meio da voz dos alunos que sua análise foi desenvolvida. Kaercher (1995, Doc. 119), através da visão de geografia de alunos de cinco escolas de ensino médio do Rio Grande do Sul, analisa a situação da disciplina na sala de aula nos aspectos teórico-metodológicos. Sua reflexão parte de questões oferecidas aos alunos como: se gosta de geografia; as influências que receberam para dar essa resposta (afirmativa ou negativa); as três palavras que os alunos relacionam com a geografia; a utilidade da geografia e o que é feito para estudá-la; para que serve a geografia; etc. Com base nas respostas dos alunos, Kaercher (1995, Doc. 119) chegou até a prática docente, aos currículos e programas, aos métodos empregados e sobretudo aos cursos de formação de professores, a sua reorientação, de forma a articular as disciplinas formativas à reflexão docente, bem como a valorização da ciência como atividade social serviço da coletividade.

Estudos Sociais

As pesquisas que analisam tais estudos como disciplina e área no ensino fundamental, com avaliações e análises da disciplina e a inserção dos conteúdos geográficos nela. Dizem respeito também a estudos direcionados ao curso superior, sobretudo na formação de professores, bem como às questões políticas e ideológicas sobre esta área.

Convém assinalar que os Estudos Sociais, como disciplina, foram introduzidos, definitivamente, no curso primário, na década de 1960, substituindo o ensino de História e de Geografia. Na década de 1970 passou a ser ministrada nos oito anos do ensino fundamental. No final da década de 1960, com o propósito de ampliar a oferta de cursos de licenciatura, transformou-se em curso superior destinadas à formação de professores polivalentes, com duração de três anos. Entretanto, nas décadas de 1980 e 1990, após muitas manifestações contrárias de professores e entidades, o curso superior do extinto, e as disciplinas de História e de Geografia voltaram a ser ministradas da 5^a a 8^a série do ensino fundamental, apenas

se constituindo em área de conhecimento nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, o que vigora até hoje em muitas escolas.

Esaú (1972, Doc. 081) analisou e avaliou planos de ensino de estudos sociais para a 5ª série, quanto a sua eficácia entre objetivos propostos e atingidos; Bragança (1976, Doc. 041) estudou a reprovação escolar no Centro de Estudos Sociais Aplicados da UFF; Scheibe (1979, Doc. 230) avaliou o curso de estudos sociais da UFSC; Louro (1976, Doc. 084) estudou a concordância e relação entre valores dos professores e alunos no rendimento escolar; Zagury (1979, Doc. 276) avaliou as competências em estudos sociais na 8ª série na cidade do Rio de Janeiro; Santos (1982, Doc. 227) investigou a implantação de estudos sociais no município de Maceió, AL, entre professores de 5ª à 8ª séries, e observou que os professores desconhecem os objetivos da disciplina que ministram.

Medeiros (1989, Doc. 153) analisou como a Amazônia é tratada nos livros didáticos de estudos sociais; Oliveira (1990, Doc. 182) buscou, em sua pesquisa, novos caminhos para ensinar os conteúdos de estudos sociais nas séries iniciais, com vistas à compreensão da realidade social; Horta (1994, Doc. 116), contextualizou o ensino de estudos sociais nas escolas públicas de Belo Horizonte, MG; Silva (1999, Doc. 235) apresentou estudo a passagem dos alunos da 4ª para a 5ª série, discutindo as diferenças nos conteúdos e na organização pedagógica entre o ensino de estudos sociais e o de geografia; e Ferreira (2000, Doc. 090) analisou as transformações ocorridas no currículo de estudos sociais, nas séries iniciais do ensino fundamental.

Considerações

O processo de ensino-aprendizagem demonstrado pelas pesquisas reflete nas abordagens da história da disciplina e do pensamento geográfico, na organização dos currículos e programas, resultando na definição de conceitos, de técnicas, de métodos e de conteúdos ensinados. A formação do professor, assim como a capacitação, é outra característica constante

nas pesquisas. A prática docente e educativa destaca-se nas preocupações dos pesquisadores, desde aquelas realizadas sala de aula e fora dela, além das práticas sociais dos alunos até as práticas existentes na sociedade.

Os conteúdos e as relações com os métodos de apreensão da realidade situam-se em diversas instâncias: na realidade, nas imagens, nos objetos, no espaço geográfico, etc. Os estudos apuram a relação dessas instâncias na construção do conhecimento, investigando como os conteúdos são assimilados. A televisão, a cidade, a literatura, a arte, apresentam conteúdos geográficos que são internalizados pelas pessoas. Desse modo, as pesquisas dirigem suas preocupações, considerando como estes conteúdos são e podem contribuir para a organização do ensino-aprendizagem, nas escolas e fora delas.

Diante dos diversos procedimentos metodológicos, representados pelos gêneros de trabalhos acadêmicos e pela diversidade de temas pelos focos temáticos, considera-se que, a cada momento, surgem novas práticas no contexto da realidade e que estas se fundem com aquelas formas consagradas anteriores na prática cotidiana. Assim, os sujeitos em construção e sendo construídos pela totalidade do cotidiano, como pesquisadores e como professores, estão imersos em um conjunto de influências que os conduzem para a combinação de linhas teórico-metodológicas e de objetos de estudo.

O fato de a maioria das pesquisas realizadas nos programas de geografia estar concentradas nas universidades da região Sudeste não ocorreu para sua uniformização, o que pode ser avaliado como positivo, pois reflete a própria geografia brasileira cuja diversidade também pode se constituir em uma questão a ser estudada. Em relação às pesquisas realizadas nos programas de educação, acredita-se que refletem mais a tradição da pesquisa educacional, em geral enfatizando as questões pedagógicas, mas mesmo assim considera-se ser necessário investigar esta tendência.

Como visto, a pesquisa acadêmica sobre o ensino de geografia apresenta uma variedade de focos temáticos e de métodos de investigação,

organizando-se em várias linhas de pesquisas, em inúmeras unidades e instituições de ensino superior. Reflete e combina, portanto, várias tendências geográficas e pedagógicas, explicitando no seu conjunto a diversidade. Essa diversidade, ao refletir a situação do pensamento geográfico no Brasil, não se constituiria num problema se essa fosse concebida e aceita pela comunidade acadêmica de forma consciente. No entanto, indica o desconhecimento e aponta a inexistência de sistematização da produção científica no seu todo sobre o ensino de geografia no país. Vale dizer que, quando conhecida pela comunidade acadêmica e escolar, a diversidade pode ampliar o conhecimento das tendências utilizadas na teoria e na prática pedagógica e apontar caminhos para compreender melhor a interdisciplinaridade interna da geografia. Todavia, o desconhecimento das pesquisas tem gerado uma dispersão da totalidade produzida.

Enfim, trata-se de uma diversidade que tem sido construída desorganizada e desarticuladamente nos departamentos, nos programas de pós-graduação e entre as universidades do País, e, assim, instaurar redes e fluxos desses trabalhos bem como de seus resultados permitem o avanço da área e principalmente do ensino de geografia em todos os níveis.

Capítulo 4

RELAÇÃO DE DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: 1967 – 2003

Neste capítulo apresentam-se as referências bibliográficas, os resumos e a classificação de 317 dissertações e teses defendidas no Brasil, de 1967 a 2003, em 46 universidades, sobre o ensino de geografia, em várias modalidades de ensino.

As dissertações e teses, denominadas de *documentos*, foram numeradas em ordem alfabética por autor, seguindo orientação para a citação e configuração de dados para dissertações e teses, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para as citações, obedeceu-se a seguinte ordem: autor da pesquisa; título da pesquisa; cidade de realização, data de defesa do trabalho; grau de titulação (mestrado ou doutorado); unidade acadêmica (faculdade/departamento/programa) e universidade de realização das pesquisas. Optou-se, segundo Megid Neto (1999), por incluir o nome do orientador nos dados bibliográficos. O item Referências Bibliográficas apresenta os dados gerais de cada dissertação e tese, numerados em ordem alfabética: as dissertações de mestrados numerados de 001 a 277, e as teses de doutorado, de 278 a 317. Todas os documentos apresentam resumos. Os resumos foram obtidos de Bases de Dados da

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) - 1997, e Cd-rom Unibibli (Base de Dados das Bibliotecas das Universidades Paulistas) – 1999 e Capes, pela Internet, e via consulta nos Catálogos de Dissertações e Teses de diversas universidades brasileiras. Os descritores foram classificados em: focos temáticos principais, nível escolar, gêneros de trabalho acadêmico principais e temas relevantes.

Etapas e procedimentos utilizados na organização do catálogo

a) *Obtenção e classificação dos documentos* - Durante o processo de obtenção e classificação das 317 dissertações e teses, adotamos alguns critérios para detalhamento da configuração e das categorias de interpretação dos dados. O primeiro passo foi à identificação e busca nas Bases de Dados disponíveis, como: Unibibli, Anped, CNPq e Capes pela internet. Das Bases de Dados obtive-se grande parte dos documentos estudados. Dos documentos levantados, cerca de 70% contavam com os resumos e parte das palavras-chave. Também identificaram-se documentos nos *Catálogos* dos programas de pós-graduação de várias universidades brasileiras, por meio de visitas *in locus* e por meio de contatos pessoais com autores. Para dar visibilidade aos documentos citados neste texto, decidiu-se além de citar o sobrenome do(a) autor(a) e ano de realização da pesquisa, utilizar a abreviatura “Doc” (documento) acompanhado do número que foi classificado em ordem alfabética. As dissertações e as teses foram relacionadas separadamente. Em geral, foram retiradas as palavras-chave “Ensino de Geografia” e “estudo e ensino” por considerar desnecessário para esta classificação, na medida em que todos os documentos se referem ao ensino de Geografia. Diferentemente de Megid Neto (1999), optou-se, na análise e interpretação das dissertações e teses, destacar os gêneros de trabalho acadêmico e os focos temáticos principais; todavia, em alguns documentos incluem-se nos descritores, alguns termos adicionais (secundários) que se destacaram.

b) *Crêterios para busca nas Bases de Dados* – Para a busca nas Bases de Dados e na *internet*, utilizamos as seguintes palavras-chave: “ensino de geografia”, “ensino de geociências”, “ensino de cartografia”, “ensino de geologia”, “ensino de estudos sociais”, “didática da geografia”, “representa es cartográficas”, “educa o ambiental”, “paisagem”, “cartografia”, “epistemologia da geografia”, “história da geografia”, “pensamento geográfico”, “estudos sociais”, ou apenas “geografia”. Evidentemente que apareceram muitos trabalhos, pois lidou-se com três Bases de Dados, que possuem inúmeras disserta es e teses na área de Educa o, da Geografia e de outras áreas;

c) *Procedimentos complementares de busca dos documentos* - Grande parte das disserta es e teses selecionadas - cerca de 70% - estava acompanhada da ficha documental e cerca de 50% de resumos. Os dados foram complementados por meio de consulta nos catálogos de p s-gradua o, visitas aos programas de p s-gradua o e bibliotecas setoriais/centrais de várias universidades, sobretudo aquelas com maior número de pesquisas. Também utilizamos o sistema Comut para obten o das cópias das pesquisas, além dos contatos com seus autores;

d) *Normaliza o dos dados bibliográficos* - Com o objetivo de padronizar os dados identificados nas 317 disserta es e teses, foram reconfiguradas as fichas documentais e os resumos, conforme já referido anteriormente.

e) *Organiza o e padroniza o dos resumos* – Para os trabalhos que não apresentavam resumo, sobretudo os mais antigos, providenciou-se cópia dos originais, mediante visita às localidades, para a sua elabora o. Além disso, ara alguns outros foi necessário realizar leitura e revisões, a fim de acrescentar informa es complementares, como foco temático principal, gênero de trabalho acadêmico nível escolar e temas secundários. A decisão de reconfigurar as pesquisa, de acordo com os cr terios delineados, teve como objetivo apenas obter uma padroniza o para facilitar a identifica o, a análise e a interpreta o, oferecendo um conjunto de dados possível de serem tratados com maior equidade. Para tanto, procurou-se examinar os dados de modo a apresentá-los com a maior clareza possível, o que não

impede, no entanto, que alguns equívocos tenham sido cometidos. Vale dizer, afirma-se a crença na não-neutralidade da investigação científica, de modo que o olhar do pesquisador pode estar permeado de influências que podem direcionar suas observações e análises, assim como as escolhas no fazer científico.

Relação das universidades de realização das pesquisas

FGV	- Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro - RJ
PUC-Campinas	- Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Campinas – SP
PUC-MG	- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Belo Horizonte - MG
PUC-RJ	- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro - RJ
PUC-RS	- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul–Porto Alegre-RS
PUC-SP	- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo – SP
UAM	- Universidade do Amazonas – Manaus - AM
UCB	- Universidade Católica de Brasília – Brasília – DF
UCG	- Universidade Católica de Goiás – Goiânia – GO
UCP	- Universidade Católica de Petrópolis – Petrópolis - RJ
UECE	- Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza - CE
UECO	- Universidade Estadual do Centro-Oeste – Paranavaí - PR
UEM	- Universidade Estadual de Maringá – Maringá – PR
UEPG	- Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa - PR
UERJ	- Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro - RJ
UFBA	- Universidade Federal da Bahia – Salvador - BA
UFCE	- Universidade Federal do Ceará – Fortaleza - CE
UFES	- Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória - ES
UFF	- Universidade Federal Fluminense – Niterói - RJ
UFG	- Universidade Federal de Goiás – Goiânia – GO
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão – São Luiz - MA
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte - MG
UFMS	- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande - MS
UFMT	- Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá - MT
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco – Recife - PE
UFPI	- Universidade Federal do Piauí – Teresina - PI
UFPR	- Universidade Federal do Paraná – Curitiba - PR

UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre - RS
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro - RJ
UFRN	- Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal - RN
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis - SC
UFSCar	- Universidade Federal de São Carlos – São Carlos - SP
UFSE	- Universidade Federal de Sergipe – Aracaju – SE
UFSM	- Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria - RS
UFU	- Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia – MG
UFV	- Universidade Federal de Viçosa – Viçosa - MG
UNESP-MA	- Universidade Estadual Paulista – Marília - SP
UNESP-PP	- Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente - SP
UNESP-RC	- Universidade Estadual Paulista – Rio Claro - SP
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas – Campinas – SP
UNIJUÍ	- Universidade de Ijuí – Ijuí - RS
UNIMEP	- Universidade Metodista de Piracicaba – Piracicaba - SP
URB	- Universidade Regional de Blumenau – Blumenau – SC
URG	- Universidade do Rio Grande – Rio Grande - RS
USP	- Universidade de São Paulo – São Paulo - SP

Unidades de realização das pesquisas

GG – Geografia	LP – Língua Portuguesa
GC – Geociências	FI – Filosofia
ED – Educação	AS – Antropologia Social
EC – Educação em Ciências	SO – Sociologia
LE – Letras	ECD – Economia Doméstica
LI – Linguística	

Relação das Unidades Federativas de realização das pesquisas

Unidade da Federação	Mestrado	Doutorado	Total
São Paulo	111	38	159
Minas Gerais	41	0	41
Rio Grande do Sul	34	1	35
Rio de Janeiro	25	0	25

Paraná	15	0	15
Santa Catarina	13	0	13
Goiás	11	0	11
Ceará	4	0	4
Mato Grosso	4	0	4
Pernambuco	4	0	4
Bahia	3	0	3
Distrito Federal	3	0	3
Piauí	3	0	3
Mato Grosso do Sul	2	0	2
Amazonas	1	0	1
Espírito Santo	1	0	1
Maranhão	1	0	1
Rio Grande do Norte	0	1	1
Sergipe	1	0	1
Total	277	40	317

Dados Gerais das Dissertações de Mestrado

Doc.	Autor	Orientador	Universidade	Unidade	Ano
001	ABRANTES, Maria de Fátima Pereira.	CRUZ, C. B. M.	UERJ	GG	2001
002	ABREU, Silvana de.	RODRIGUES, A. M.	UFMS	ED	1993
003	AGLIO, Mario Luiz Diamante.	FERNANDES, N. F.	UFRJ	GG	2001
004	AIGNER, Carlos Henrique O.	REGO, N.	UFRGS	GG	2002
005	ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins.	TOLEDO, G. S.	USP	GG	1993
006	ALCÂNTARA, Heronilda de.	GONÇALVES, P. W.	UNICAMP	GC	2001
007	ALMEIDA, Adriana Cristina de.	ASARI, A. Y.	UNESP-PP	GG	2002
008	ALMEIDA, Maria Ivete Soares.	OLIVEIRA, S. F.	UFG	ED	2000
009	ALMENDRA, Carlos Alberto da Cunha.	CARVALHO, M. C. M.	PUC-Campinas	FI	1993
010	ALVES, Denise de Oliveira.	BORDEST, S.M.L.	UFMT	ED	1995
011	AMORIM, Altina Naná de Castro.	LE SANN, J. G.	UFMG	GG	2003
012	ANTUNES, Charlles da França.	MOREIRA, R.	UFF	GG	2001
013	ANTUNES, Mariângela Leão da Silva.	WITTMANN, L. C.	URB	ED	2002
014	ARCHELA, Rosely Sampaio.	SIMIELLI, M.E.	USP	GG	1993

015	ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque.	BRAGA, R. B.	UFMG	ED	2003
016	ASSIS NETO, Francisco.	TOLEDO, G.S.	USP	GG	1995
017	AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de.	SCHEIBE, L.	UFSC	ED	1991
018	BACELLAR, Marília G. de Oliveira.	ELLIOT, L.G.	UFRJ	ED	1985
019	BALDI, Walter Amaro.	MOSER, A.	UFPR	ED	1996
020	BALLASSINI, Cinyra.	LAGANA, L.	USP	GG	1989
021	BARBOSA, Derly.	SAUL, A.M.	PUC-SP	ED	1991
022	BARBOSA, Malba Tahan.	VALADÃO, R. C.	UFMG	GG	2002
023	BASTOS, Regina V. Ribeiro.	SADER, M.R.C.T.	USP	GG	1993
024	BATISTA, Irene Bezerra.	QUEIROZ, T.J.M.	UFPI	ED	1997
025	BATISTA, Marilza Lima.	LIMA, B.B.	UFF	ED	1982
026	BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira.	VLACH, V. R. F.	UFU	GG	2001
027	BERTIN, Marta.	TEIXEIRA, S. K.	UFPR	GG	2003
028	BEZERRA, Tâmara dos Santos.	BRANDÃO, A. M.P.M.	UFRJ	GG	2003
029	BISCHOF, Benilde Sofia.	RODRIGUES, A.A.B.	USP	GG	1994
030	BOERNGEN, Ronaldo.	PONTUSCHKA, N.N.	USP	GG	2002
031	BOLIGIAN, Levon.	ALMEIDA, R. D.	UNESP-RC	GG	2003
032	BOMFIM, Berenice Bley Ribeiro.	CONTI, J.B.	USP	GG	1997
033	BOMFIM, Natanael Reis.	PÊPE, A.M.	UFBA	ED	1997
034	BOMFIM, Vera Costa Pereira.	SIMÕES, D. M. P.	UERJ	LE	2001
035	BONA, Clademir Roberto de.	ZEFERINO, A. C.	UFMS	ED	2001
036	BORDALLO, Martha Martins.	RANGEL, M.T.	UERJ	ED	1996
037	BORGES, Vilmar José.	FONSECA, S. G.	UFU	ED	2001
038	BORTOLOZZI, Arleude.	D ANTOLA, A.R.M.	PUC-SP	ED	1992
039	BOVO, Marcos Clair.	PASSINI, E. Y.	UEM	GG	2002
040	BRAGA, Rosalina Batista.	ARROYO, M.G.	UFMG	ED	1988
041	BRAGANÇA, Célia Maria da Silva.	LEMOS, D.G.	UFF	ED	1974
042	BRITO, Eliana Vianna.	SILVA, M.C.P.S.	PUC-SP	LP	1991
043	BUENO, Magali Franco.	OLIVEIRA, A. U.	USP	GG	2003
044	CABREIRA, Maria Alda Barbosa.	LOUREIRO, I. M. F. R.	UNESP-MA	ED	2001
045	CACETE, Nuria Hanglei.	PALHETA, I.G.V.	USP	GG	1993
046	CALIXTO, Maria Cristina Cavalcanti.	RIBEIRO, M.L.S.	PUC-SP	ED	1985
047	CAMPOS, Rui Ribeiro.	CAMARGO, D.M.P.	PUC-Campinas	ED	1997

048	CARARO, José Américo.	SIMÕES, R.H.S.	UFES	ED	1999
049	CARDOSO, Maria Eduarda Garcia.	TOLEDO, G.S.	USP	GG	1999
050	CARVALHO, Alcione Luiz Pereira.	OLIVEIRA, M.A.T.	UFSC	GG	1999
051	CARVALHO, Alessandra Mendes de.	OLIVEIRA, C.V.	UFMG	GG	2001
052	CARVALHO, Maria Bernadete Sarti S.	MICOTTI, M.C.O.	UNESP-RC	GG	1996
053	CARVALHO, Maria Inez Silva S.	PRETTO, N.L.	UFBA	ED	1996
054	CARVALHO, Paulo Fernando Braga.	BARROSO, M. L. C.	PUC-MG	GG	2002
055	CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro.	LIMA, M.L.R.	UFMG	ED	1992
056	CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos.	FLORES, T.M.V.	UFRGS	ED	1995
057	CAVALVANTI, Lana de Souza.	LIBÂNEO, J.C.	UFG	ED	1991
058	CAZETTA, Valéria.	ALMEIDA, R. D.	UNESP-RC	GG	2002
059	CECCHET, Jandira Maria.	OLIVEIRA, L.	UNESP-RC	GG	1982
060	CHAGAS, Maria de Freitas.	BASTOS, L.R.	UFRJ	ED	1992
061	CHAGAS, Walter Karwatzki.	SUERTEGARAY, D.M.A	UFRGS	GG	2003
062	CHAVEIRO, Eguimar Felicio.	LIBÂNEO, J.C.	UFG	ED	1996
063	CHAVES, Sandra Isabel.	OLIVEIRA, S. F.	UFG	GG	2002
064	CIRQUEIRA, Miguel Soares.	NUNES, H. P.	UCG	ED	2001
065	COELHO, Ana Maria Simões.	LE SANN, J. G.	UFMG	GG	1997
066	COLESANTI, Marlene Teresinha M.	OLIVEIRA, L.	UNESP-RC	GG	1984
067	CORREA, Francinete Massulo.	MARTINS, I. A.	UAM	ED	1992
068	CORREA, Sônia Maria Mafassioli.	COSTA, M.T.G.	UFSM	ED	1991
069	COSTA, Fabio Luiz Letieri.	ALMEIDA, R. A.	USP	GG	2003
070	COSTELLA, Roselane Zordan.	REGO, N.	UFRGS	GG	2001
071	COURI, Paulo Rogério Xavier.	FARIA JR, A. G.	UFF	ED	1991
072	COUTO, Marcos Antonio Campos.	BASTOS, J.B.	UFF	ED	1994
073	CRUZ, Luiz Eduardo Monteiro B.	SATO, M. T.	UFMT	ED	2002
074	CRUZ, Maria Tereza Souza.	OLIVEIRA, L.	UNESP-RC	GG	1982
075	DEGGERONI, Catarina Alici A. L.	REGO, N.	UFRGS	GG	2001
076	DIAS, Luciana Fava.	SIMIELLI, M. E. R.	USP	GG	2001
077	DINIZ, Maria do Socorro.	CANDAU, V.M.F.	PUC-RJ	ED	1989
078	DOCKHORN, Sumara Gomes C.	REGO, N.	UFRGS	GG	2003
079	EILERT, Vera Brenner.	ALMEIDA, J.A.J.	UFSM	ED	1981
080	ERAS, Edilene.	VAL, M.G.F.C.	UFMG	ED	2000

081	ESAÚ, Marília Alves Pedrosa.	GOLDBERG, M.A.A.	PUC-SP	ED	1973
082	EVANGELISTA, Armstrong Miranda.	ARAÚJO, J.L.L.	UFPI	ED	2000
083	FAE, Maeli.	BUSS, M. D.	UFSC	GG	2003
084	FANTINEL, Lúcia Maria.	CUNHA, C.A.L.S.	UNICAMP	GC	2000
085	FAZZINI, Maria Inez Moura.	FRANCESCONI, L.	USP	GG	2003
086	FELBEQUE, Rosilene.	LE SANN, J. G.	UFMG	GG	2003
087	FERNANDES, Margarida Oliveira A.	MARANGONI, A.M.M.C.	USP	GG	1991
088	FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira.	MARANGONI, A.M.M.C.	USP	GG	1995
089	FERREIRA, Adriana Angélica.	MARTINS, S. M. M.	UFMG	GG	2002
090	FERREIRA, Priscila Ribeiro.	MORAES, M.C.M.	UFSC	ED	2000
091	FERRI, Inês.	REGO, N.	UFRGS	GG	2003
092	FILIZOLA, Roberto.	SIMIELLI, M.E.	USP	GG	1996
093	FONSECA, Raquel Alves.	LE SANN, J.G.	UFMG	GG	1999
094	FRANCO, Maria Madalena Alencar.	BEYLIER, C.	UFCE	SO	1990
095	GEBRAN, Raimunda Abou.	ARAGÃO, R.M.R.	UNICAMP	ED	1990
096	GIL, Isabel Castanha.	OLIVEIRA, A.U.	UNESP-PP	GG	1995
097	GIRARDI, Gisele.	SIMIELLI, M.E.	USP	GG	1997
098	GOES, Lucia Elisa Lorenz.	OLIVEIRA, L.	UNESP-RC	GG	1982
099	GOMES, Isabel Filomena Moreno L.	CARVALHO, L.M.	UNESP-MA	ED	1998
100	GOMES, Marquiana Freitas Vilas B.	MENEGUETTE, A. A. C.	UNESP-PP	GG	2002
101	GONÇALVES, Maria Aparecida .A.	LE SANN, J.G.	UFMG	GG	1998
102	GONZAGA, Márcia Maciel Reis.	COSTA, L.C.	UFU	LI	2000
103	GOULART, Ligia Beatriz.	MOSQUERA, J.J.M.	PUC-RS	ED	1993
104	GOULART, Maria de Lourdes Milanez.	BUSS, M.D.	UFSC	GG	2000
105	GRECO, Fátima Aparecida da Silveira.	FONSECA, S.E.G.	UFU	ED	2000
106	GUEDES, Elisabete Aguirre.	TESSER, O.	UFCE	ED	1989
107	GUIMARÃES, Eliana Maria Alves.	LOPES, M.M.	UNICAMP	GC	1999
108	GUIMARÃES, Iara Vieira.	PALHETA, I.G.V.	USP	GG	1998
109	GUIMARÃES, Jussara Maria C.	COLESSANTI, M. T.M.	UFU	GG	2002
110	GUIMARÃES, Leila J. B. L. Sena.	MUZZARELLI, A.	PUC-MG	GG	2001
111	GUIOTI, Ednilson Aparecido.	VALENTE, J. A.	PUC-SP	ED	2001

112	HADSCHUNCH, Nibiamater Silsear B.	CHESTERFIELD, R.A.	UFRGS	ED	1976
113	HESS, Elizabeth de Souza Machado.	MARTINELLI, M.	USP	GG	2001
114	HINNAH, Nair Dill.	CALLAI, H. C.	UFRGS	GG	2001
115	HISSA, Mara Moreira Rocha	LE SANN, J. G.	UFMG	GG	2003
116	HORTA, Célio Augusto da Cunha.	RESENDE, M.M.S.	UFSC	GG	1994
117	JACOBS, Casimiro Medeiros.	SHÜTZ, P.	UFRGS	ED	1982
118	JUNQUEIRA, Adalto Reis.	NISHIYAMA, L.	UFU	GG	2003
119	KAERCHER, Nestor André.	LEITE, D.B.C.	UFRGS	ED	1995
120	KATUTA, Angela Katuta.	SPÓSITO, E.S.	UNESP-PP	GG	1997
121	KEMPA, Sydnei Roberto.	ALTOÉ, A.	UEM	GG	2003
122	KINOUCI, Rui Percio.	PUCCI, B.	UFSCar	ED	1993
123	KOBAYASHI, Mércia Misuko Suzuki.	MARANGONI, A M.M. C.	USP	GG	2001
124	KOHN, Neuza Beatriz Prestes.	CALLAI, H. C.	UNIJUI	EC	2003
125	LAMPERT, Albino Roque.	RUSCHEINSKY, A.	URG	ED	2002
126	LASTORIA, Andréa Coelho.	MIZUKAMI, M.G.N.	UFSCar	ED	1996
127	LEÃO, Vicente de Paula.	VALADÃO, R. C.	UFMG	GG	2003
128	LEONEL, Zélia.	TREVISAN, P.	UFSCar	ED	1985
129	LIMA, Ilvis Ponciano Araújo.	LEITINHO, M.C.	UECE	GG	1999
130	LIMA, Márcia Helena de.	VLACH, V. R. F.	UFU	GG	2001
131	LIMA, Maria de Lourdes.	PASSINI, E. Y.	UEM	GG	2003
132	LIMA, otavio Buffi.	TRIVINOS, A.N.S.	UFRGS	ED	1997
133	LIMA, Salete Teixeira de.	TOLEDO, G.S.	USP	GG	1993
134	LOPES, Maria Deuceny da Silva.	LE SANN, J.G.	UFMG	GG	1996
135	LOPEZ, Pilar Martin.	TOLEDO, G.S.	USP	GG	1997
136	LOURENÇO, Claudinei.	TOLEDO, G.S.	USP	GG	1996
137	LOURO, Guacira Lopes.	MARQUES, J.C.	UFRGS	ED	1976
138	LUIZ, Ângela.	PONTUSCHKA, N. N.	USP	ED	2001
139	MACEDO, Ana Maria.	CAVALCANTI, L. S.	UFG	GG	2002
140	MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro.	LOURO, G.L.	UFRGS	ED	1990
141	MAGALHÃES, Márcia Andréa Nogueira.	BRAGA, R. B.	UFMG	ED	2003
142	MAGNOLI JR, Lourenço.	VALE, J.M.F.	UNESP-MA	ED	1999
143	MALDANER, Marialva Bonfanti.	ALMEIDA, M.J.	UNICAMP	ED	1983
144	MARCANTE, Rosilene.	ABREU, M. L.	UFMG	GG	2002

145	MARCHIORATO, Sonia M.	BECKER, L.S.	UFPR	ED	1987
146	MARINHO, Genilson Cordeiro.	POLICARPO JR, J.	UFPE	ED	2003
147	MARTINEZ, Rogério.	FELIX, S. A.	UNESP-MA	ED	2003
148	MASCARIN, Silvia Regina.	CAMARGO, D.M.P.	UNICAMP	ED	1999
149	MASSI, Fernanda Peixoto.	CORREA, M.	UNICAMP	AS	1991
150	MASTRANGELO, Ana Maria.	ALMEIDA, R. A.	USP	GG	2002
151	MATOS, Marilene Acioly.	BITTON, J.	UFPE	GG	1995
152	MEDEIROS, Edna Maria Ribeiro.	BITTON, J.	UFPE	GG	1996
153	MEDEIROS, Luciene das Graças M.	MASETTO, M.T.	PUC-SP	ED	1989
154	MELGAÇO, Jairo.	AUGUSTIN, C.H.R.R.	UFMG	GG	1999
155	MELO, Adriano de Ávila.	VLACH, V. R. F.	UFU	GG	2001
156	MENDONÇA, Sandra.	VESENTINI, J.W.	USP	GG	1997
157	MENECOZI, Armando Rodrigues.	ALVES, G.L.	UFMS	ED	1995
158	MICHELETTO, Eliana Villaça.	CAPELETTI, I.F.	PUC-SP	ED	1996
159	MIRANDA, Maria Elisa.	JUNQUEIRA, C.B.	USP	GG	1992
160	MORAES, André Vagner Perón.	TEIXEIRA, S. K.	UFPR	GG	2003
161	MORAES, Climério Manoel Macedo.	BRAGA, R.B.	UFMG	ED	1998
162	MORAES, Loçandra Borges.	CAVALCANTI, L. S.	UFG	GG	2001
163	MORAES, Verônica Soares de Paula.	SILVA, N.M.	UFV	ECD	1996
164	MOREIRA, Carlos.	MARINI, T.	UNESP-PP	GG	1999
165	MORONE, Rosimeire.	SIMIELLI, M. E. R.	USP	GG	2002
166	MOTA, Airam da Paz Fonseca.	VLACH, V. R. F.	UFU	GG	2003
167	MOTA, Maria Arlete Silva.	BACCARO, C. A. D.	UFU	GG	2002
168	MOTA, Rosina Maria Turano.	VLACH, V. R. F.	UFU	GG	2002
169	MOTTA, Marlene François.	CALLAI, H. C.	UFRGS	GG	2003
170	MYANAKI, Jacqueline.	ALMEIDA, R. A.	USP	GG	2003
171	MUTTI, Jane Conceição Wischral.	POLETTO, D.W.	PUC-RS	ED	2000
172	NASCIMENTO, Maria Joselma Franco.	SILVA, R.C.	UNIMEP	ED	1998
173	NEVES, Ronaldo José.	PASSINI, E. Y.	UEM	GG	2002
174	NOGUEIRA, Amélia Regina Batista.	SIMIELLI, M.E.	USP	GG	1994
175	NOVAES, Luiz Carlos.	SAVIANI, N.	PUC-SP	ED	1999
176	NUNES, Flaviana Gasparotti.	SPÓSITO, E.S.	UNESP-PP	GG	2000
177	OLIVE, Lea Salomão.	CASTRO, C.L.M.	UFF	ED	1975

178	OLIVEIRA, Adriano Rodrigo.	PIERSON, A. H. C.	UFSCar	ED	2003
179	OLIVEIRA, Célia Regina.	OLIVEIRA, C.T.G.	UFF	ED	1995
180	OLIVEIRA, César Alvarez Campos.	MOREIRA, A.F.B.	UERJ	ED	1997
181	OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro.	VESENTINI, J.W.	USP	GG	1993
182	OLIVEIRA, Eva Mariusa de Camargo.	CAPELETTI, I.F.	PUC-SP	ED	1990
183	OLIVEIRA, Irani Martins.	LEITE, S.B.	UERJ	ED	1995
184	OLIVEIRA, Maynara M. Cotinha.	BANDEIRA, M.L.	UFMT	ED	1995
185	OLIVEIRA, Mirna Gertrudes Ribeiro.	VLACH, V. R. F.	UFU	GG	2001
186	PAGANELLI, Tomoko Iyda.	BRAZIL, C.N.V.	FGV	ED	1982
187	PAVANI, Marcos Roberto.	MICOTTI, M.C.O.	UNESP-RC	GG	1997
188	PAVELACKICAL, Maria Madalena.	CALLAI, H. C.	UNIJUÍ	EC	2002
189	PEREIRA, Diamantino Alves Correia.	OLIVEIRA, A.U.	USP	GG	1989
190	PEREIRA, Raquel Maria F. Amaral.	ASSMANN, S.J.	UFSC	ED	1988
191	PERETTI, Gláucia A. Rosa Cintra.	GARMS, A.	UNESP-PP	GG	2002
192	PERIM, Silvia Maria Coelho.	CERRI, Y. L. N. S.	UNIMEP	ED	2001
193	PICCOLI, Lúcia F. B. Marques.	PALHETA, I.G.V.	USP	GG	1996
194	PIERUCCINI, Ilda Scanagata.	FONSECA, S. G.	UFU	ED	2001
195	PINHEIRO, Antonio Carlos.	NORONHA, O.M.	PUC-Campinas	ED	1997
196	PIZZATO, Maria Dilonê.	MORO, D. A.	UEM	GG	2001
197	POLONI, Delacir A. Ramos.	OLIVEIRA, A.U.	USP	GG	1990
198	PORTO, Iris Maria Ribeiro.	CASTRO, C. A.	UFMA	ED	2003
199	PREVE, Orlandina da Silva Damian.	CASTRO, A.A.F.D.	UNICAMP	ED	1989
200	RAMIRES, Regina Rizzo.	SIMIELLI, M.E.	USP	GG	1996
201	RAMOS, Marcelo Jupiassú.	OLIVEIRA, M. P.	UFF	GG	2002
202	RAMOS, Nely Ribeiro.	Comitê do CNPq	UFSP	ED	1972
203	REFFATTI, Lucimara.	REGO, N.	UFRGS	GG	2002
204	RESENDE, Márcia Maria Spyer.	ARROYO, M. G.	UFSC	ED	1983
205	RIBEIRO, Luiz Antonio de Moraes.	ROSSINI, R.E.	USP	GG	1987
206	RIBEIRO, Telma Fernanda.	LOBATO, W.	PUC-MG	ED	2002
207	ROCHA, Florisvaldo Silva.	AMORA, Z.B.	UFSE	ED	1996
208	ROCHA, Genylton Odilon Rego.	SAUL, A.M.	PUC-SP	ED	1996
209	ROCKENBACH, Denise.	CARLOS, A.F.A.	USP	GG	1993
210	RODRIGUES, Duílio Furtunato.	CAVALCANTI, L. S.	UFG	GG	2003

211	RODRIGUES, Maria Helena.	CARNEIRO, S. M. M.	UFPR	ED	2003
212	RODRIGUES, Meire Marta da Silva.	LE SANN, J. G.	UFMG	GG	2003
213	ROSA, Odelfa.	GEBRAN, R.A.	UNESP-PP	GG	1999
214	ROSSI, Dariane R.	REGO, N.	UFRGS	GG	2003
215	RUA, João.	VESENTINI, J.W.	USP	GG	1992
216	RÜCKER, Margarida.	REGO, N.	UFRGS	GG	2002
217	RUDZIT, Gunther.	MORAES, A.C.R.	USP	GG	1997
218	RUFFINO, Sonia M. Vanzella Castellar.	BARUFI, L.	USP	ED	1990
219	RUIVO, José Carlos Vieira.	VELASCO, S. L.	URG	ED	2002
220	SÁ, Cláudio Henrique Ribeiro de.	CAVALCANTI, L. S.	UFG	GG	2003
221	SÁ, Gilberto Borges.	SCHEIBE, L.	UFSC	ED	2000
222	SANSOLO, Davis Gruber.	CAVALHEIRO, F.	USP	GG	1996
223	SANTANA FILHO, Manoel Martins.	LEITE, S.B.	UERJ	ED	2000
224	SANTOS, Catarina Maria dos.	ARAÚJO, J. L. L.	UFPI	ED	2001
225	SANTOS, Clézio.	MARTINELLI, M.	USP	GG	2002
226	SANTOS, Clézio.	COMPIANI, M.	UNICAMP	GC	2000
227	SANTOS, Geselita Corrêa.	LANKENAU, T.	UFF	ED	1982
228	SANTOS, Márcia Maria Duarte.	OLIVEIRA, L.	UNESP-RC	GG	1990
229	SANTOS, Wandra Pacheco.	ARAGÃO, R.M.R.	UECO	ED	1994
230	SCHEIBE, Leda.	SALDANHA, L.	UFRGS	ED	1979
231	SCHROTER, Louisa Carla Farina.	SCHEIBE, L.	UFSC	ED	1997
232	SCHWERTZ, Cesar Antonio.	BECKER, L.S.	URB	ED	1995
233	SCORTEGAGNA, Adalberto.	NEGRÃO, O. B. M.	UNICAMP	GC	2001
234	SENA, Carla Cristina R. Gimenes.	ALMEIDA, R. A.	USP	GG	2002
235	SILVA, Ana Maria Radaelli.	GOUVEIA, M.S.F.	UNICAMP	GC	1999
236	SILVA, Antonio Carlos da.	LEITINHO, M.C.	UECE	GG	2000
237	SILVA, Carmem Aide Hermes.	SCHEIBE, L.	UFSC	ED	1989
238	SILVA, Claudionor Borges da.	REGO, N.	UFRGS	GG	2003
239	SILVA, Dora Martins Dias.	OLIVEIRA, A.U.	UNESP-PP	GG	1994
240	SILVA, Jailson de Souza.	GARCIA, P. B.	PUC-RJ	ED	1991
241	SILVA, José Augusto da.	MENEGUETTE, A. A.	UNESP-PP	GG	2001
242	SILVA, Lincoln Tavares.	MADEIRA, M. C.	UCP	ED	2002
243	SILVA, Miriam A. Bueno.	LE SANN, J.G.	UFMG	GG	1998

244	SILVA, Reinaldo Antonio.	LINHARES, C.F.S.	UFF	ED	1994
245	SILVA, Rita Elizabeth Durso P.	CURY, C.R.J.	UFMG	ED	1993
246	SIMÕES, João Elson Ribas.	CORREA, A.D.	UFMS	ED	1985
247	SOBARZO, Liz Cristiane Dias.	LEAL, A. C.	UNESP-PP	GG	2003
248	SOBREIRA, Paulo Henrique Azevedo.	SIMIELLI, M. E. R.	USP	GG	2002
249	SONA, Silvana de Campos.	SANTOS, R. J.	UFU	GG	2001
250	SOUZA, Isolda Falcão de Azevedo.	Não consta	UFBA	ED	1990
251	SOUZA, José Gilberto.	SPÓSITO, E. S.	UNESP-PP	GG	1994
252	SOUZA, Nadier Silva.	OLIVEIRA, L.	UNESP-RC	GG	1988
253	SOUZA, Neila Nunes.	CAPANEMA, C.F.	UCB	ED	2000
254	SOUZA, Sônia Magali Alves.	BATISTA NETO, J.	UFPE	ED	2002
255	SOUZA, Vanilton Camilo de.	SANTOS, L.L.C.P.	UFMG	ED	1999
256	STRAFORINI, Rafael.	PEREZ FILHO, A.	UNICAMP	GC	2001
257	TAUSCHECK, NEUSA Maria.	SCHMIDT, M.A.M.S.	UFPR	ED	2000
258	TEDESCO, Ermerita Luiza Sandoval.	RODRIGUEZ, J.A.	UFMT	ED	2000
259	TOMASI, Dinara Bortoli.	ARAÚJO, M. C. P.	UNIJUÍ	EC	2002
260	TOMITA, Luzia Mitiko Saito.	SIMIELLI, M.E.	USP	GG	1995
261	TONINI, Ivaine Maria.	ABRAHÃO, M.H.M.B.	PUC-RS	ED	1993
262	TORRES, Eloiza Cristiane.	PASSOS, M.M.	UNESP-PP	GG	2000
263	TURRA, Juleusa M. T.	VESENTINI, J.W.	USP	GG	1994
264	ULLER, Adriana Salviato.	LUPRORINI, T. J.	UEPG	ED	2002
265	VARANI, Adriana.	FREITAS, H.C.L.	UNICAMP	ED	1998
266	VASQUEZ, Lherme Irene.	CLOSS, I. G.	UNB	ED	1984
267	VESTENA, Carla Luciane Blum.	MURATONI, A. M.	UFPR	GG	2003
268	VIEIRA, João Roberto.	DOMINGUES, J.L.	UFG	ED	1997
269	VIEIRA, Noemia Ramos.	DUARTE, N.	UNESP-MA	ED	2000
270	VIERO, Lia Margot Dornelles.	ALMEIDA, R. D.	UNESP-RC	GG	2002
271	VILAR, Edna Telma Fonseca S.	SELLES, S. L. E.	UFF	ED	2003
272	VIOTTO FILHO, Sérgio Antonio.	BATRES, V. B. K.	UEM	GG	2002
273	VITIELLO, Marcio Abondanza.	PONTUSCHKA, N. N.	USP	GG	2003
274	VLACH, Vânia Rubia Farias.	SEABRA, M.F.G.	USP	GG	1988
275	WADA, Satsuqui.	PELUSO, M. L.	UNB	GG	2003
276	ZAGURY, Tânia.	GASMAN, L.	UFRJ	ED	1979
277	ZANATTA, Beatriz Aparecida.	LIBÂNEO, J.C.	UFG	ED	1996

Dados Gerais das Teses de Doutorado

Doc.	Autor	Orientador	Universidade	Unidade	Ano
278	AGUIAR, Valéria Trevizani Burla.	OLIVEIRA, L.	UNESP-RC	GG	1996
279	ALMEIDA, Rosângela Doin.	MELCHIOR, J.C.A.	USP	ED	1994
280	ARCHELA, Rosely Sampaio.	SIMIELLI, M. E. R.	USP	GG	2000
281	BORTOLOZZI, Arleude.	PEREZ FILHO, A.	UNICAMP	ED	1997
282	BRAGA, Rosalina Batista.	OLIVEIRA, A.U.	USP	GG	1996
283	CACETE, Nuria Hanglei.	TOLEDO, G. S.	USP	GG	2003
284	CALLAI, Helena Copetti.	TOLEDO, G.S.	USP	GG	1996
285	CAMARGO, Dulce M. Pompeo.	ZAMBONI, E.	UNICAMP	ED	1992
286	CAMPOS, Antonio Pedro Souza.	Não consta	USP	GG	1972
287	CARVALHO, Edílson Alves.	SILVA, B.C.M.N.	UNESP-RC	GG	1997
288	CAVALCANTI, Lana de Souza.	VESENTINI, J.W.	USP	GG	1996
289	CUNHA, Carlos Alberto Lobão S.	FRACALANZA, H.	UNICAMP	ED	1995
290	CUNHA, Rosângela Maria.	LOMBARDO, M. A.	USP	GG	2002
291	DINIZ, Maria do Socorro.	LEMOS, A.I.G.	USP	GG	1999
292	DUARTE, Stella Cristina M.	ALMEIDA, F. J.	PUC-SP	ED	2001
293	FRANCISCHETT, Mafalda Nesi.	SPOSITO, E. S.	UNESP-PP	GG	2001
294	GEBRAN, Raimunda Abou.	LUTFI, M.	UNICAMP	ED	1996
295	GIRARDI, Gisele.	SIMIELLI, M. E. R.	USP	GG	2003
296	ISSLER, Bernardo.	Não consta	UNESP-PP	GG	1973
297	KIMURA, Shoko.	SCARLATTO, F.C.	USP	GG	1998
298	LIMA, Maria das Graças.	MARANGONI, A.M.M.C.	USP	GG	2001
299	MACHADO, Monica Sampaio.	MARTIM, A. R.	USP	GG	2002
300	MARIN, Fátima A. Dias Gomes.	PONTES NETO, J.A.S.	UNESP-MA	ED	2000
301	MARQUES, Luiz Alberto S.	ANDREOLA, B. A.	UFRGS	ED	2001
302	OLIVEIRA, Livia de.	ARAÚJO FILHO, J. R.	UNESP-RC	GG	1967
303	PAGANELLI, Tomoko Iyda.	CARLOS, A.F.A.	USP	GG	1998
304	PASSINI, Elza Yasuko.	MOLINA, O.	USP	ED	1996
305	PEREIRA, Sérgio Luiz Nunes.	VESENTINI, J. W.	USP	GG	2003
306	PEZZATO, João Pedro.	PENIN, S. T. S.	USP	ED	2001
307	PINHEIRO, Antonio Carlos.	PEREZ FILHO, A.	UNICAMP	GC	2003
308	POLONI, Delacir A. Ramos.	SILVA, A.C.	USP	GG	1998
309	PONTUSCHKA, Nidia Nacib.	NADAI, E.	USP	ED	1994
310	ROCHA, Genylton Odilon Rego.	TOLEDO, G. S.	USP	GG	2001
311	ROCKENBACH, Denise.	OLIVEIRA, A.U.	USP	GG	1999

312	RUFFINO, Sônia M. V. Castellar.	SIMIELLI, M.H.	USP	GG	1996
313	SIMIELLI, Maria Elena Ramos.	CONTI, J.B.	USP	GG	1986
314	SOARES, Maria Lucia Amorim.	LEMOS, A.L.G.	USP	GG	1996
315	SOARES JUNIOR, Francisco Claudio.	FERREIRA, M.S.	UFRN	ED	2000
316	VASCONCELLOS, Regina.	TARIFA, J.	USP	GG	1993
317	ZANATTA, Beatriz Aparecida.	LIBÂNEO, J. C.	UNESP-MA	ED	2003

Relação das dissertações de mestrado – dados bibliográficos, resumos e descritores

001. ABRANTES, Maria de Fátima Pereira. Da alfabetização cartográfica à formação de leitores críticos de mapas: um desafio para os professores. Rio de Janeiro – RJ. 2001. (Mestrado em Geografia). – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Orientadora: CRUZ, Carla Bernadete Madureira.

A Cartografia como ciência que representa o espaço e os fenômenos que nele acontecem, possui interface com muitas outras áreas do conhecimento, especialmente com a Geografia. Esta integração entre duas ciências dá-se uma vez que a Geografia busca compreender, identificar e prever o objeto de estudo da Cartografia. A representação espacial é importante no ensino da Geografia, uma vez que facilita a espacialização da ocorrência de diferentes fenômenos sejam eles naturais ou culturais. Esta importância é evidenciada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), quando estes propõem que a Geografia trabalhe o espaço vivido pelo aluno ainda no 1º segmento do ensino fundamental e que nas etapas seguintes do ensino a Cartografia seja utilizada como instrumento na aproximação dos lugares e do mundo (4º eixo do ensino da Geografia). Porém, é no 2º segmento do ensino fundamental, na 5ª série, que se aprende como um mapa é elaborado, necessitando assim o conhecimento de muitos conceitos. Alguns desses conceitos são muito complexos, como o entendimento da noção de escala, os sistemas de projeções, as distorções causadas devido à forma esférica da Terra, entre muitos outros. Nessa série, em média, os alunos têm 11 anos de idade e possuem muitas dificuldades de lidar com tal conteúdo citado acima devido a grande capacidade de abstração exigida para a sua compreensão. Partindo destas dificuldades, desenvolveram-se e aplicaram-se algumas estratégias pedagógicas em turmas sob diferentes condições de aprendizagem (número de alunos e tempo disponível para o ensino da Cartografia), as quais se mostraram significativas quando avaliamos o desenvolvimento da percepção e compreensão do espaço. Nas diferentes turmas esta avaliação foi feita a partir da análise de mapas que foram elaborados pelos alunos na fase inicial e na final do ensino da Cartografia.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Cartografia Escolar.

002. ABREU, Silvana de. Uma análise da noção de espaço e sociedade do professor de Geografia de 1º grau: formação, discurso e prática. Dourados-MS. 1993. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Orientadora: RODRIGUES, Arlete Moysés.

Trata-se de trabalho que analisa a complexa questão da formação dos professores de Geografia – como estudo de caso, aqueles formados pelo curso de Geografia do CEUD/UFMS – e suas práticas em sala de aula, conduzindo a necessidade de refletir sobre o curso que os “forma” e que fornece (ou pelo menos deveria fornecer) os referenciais teóricos - noção de espaço e sociedade – da disciplina para o qual são habilitados a lecionar nas escolas de 1º e 2º graus. Tornou-se necessário, também, compreender os discursos e as práticas em salas de aula que caracterizam o professor enquanto “reprodutor” de conhecimentos, seja obtido e/ou reforçado na universidade, através de manuais didáticos e pela própria cotidianidade do professor. Majoritariamente, as versões e conceitos de espaço e sociedade apresentam um direcionamento – tanto dos docentes como dos professores – para a contestação da ordem sócio-espacial estabelecida; muitas vezes, porém, sem fundamentação teórico-prática que respalde cientificamente esse discurso.

Formação de Professores, Ensino Fundamental e Superior, Estudo de Caso, Relação Espaço e Sociedade.

003. AGLIO, Mario Luiz Diamante. Proposta de procedimentos para simbolização e controle da qualidade em mapas pedológicos. Rio de Janeiro – RJ. 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientador: FERNANDES, Nelson Ferreira.

A normatização de levantamentos pedológicos no Brasil é matéria carente de discussão, principalmente quanto aos procedimentos de produção de mapas no que concerne à simbologia, convenções, terminologia, legenda, *layout* e acessibilidade da informação a usuários em geral. As normas existentes na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Solos) e instituições congêneres, como também na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), não focalizam propriamente a confecção de mapas pedológicos, nem procedimentos de controle de qualidade desses mapas. Estes aspectos devem ser considerados na elaboração de normas e procedimentos, a fim de tornar a leitura e compreensão de mapas de solos mais acessíveis a usuários que não têm familiaridade com a ciência do solo. Assim, são feitas

propostas que abrangem a organização de *layout* de apresentação dos produtos finais, simbologias mais acessíveis ao usuário para o entendimento do mapa. Assim a validação desta dissertação e difusão de seu conteúdo, ter contribuí para a padronização dos procedimentos para elaboração dos mapas em questão e sua metodologia poderá ser aplicada em todas as instituições que confeccionam mapas de solos, tanto de ensino quanto de pesquisa.

Representação Espacial, Ensino Superior, Cartografia Temática; Mapas Pedológicos.

004. AIGNER, Carlos Henrique O. Alfabetização em Geografia e Educação Ambiental: construindo a cidadania em escolas voltadas à educação popular. Porto Alegre – RS. 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: REGO, Nelson.

Esta pesquisa analisa práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de geografia e à educação ambiental em escolas voltadas à educação popular em Porto Alegre-RS, no contexto das mudanças paradigmáticas atuais e no processo histórico da organização do sistema educacional brasileiro. Procura demonstrar a importância da alfabetização em geografia para a decodificação das marcas da ação humana sobre o ambiente, possibilitando novas leituras do espaço vivido, e a compreensão da articulação entre as questões globais e locais, visando à inserção social e à construção da cidadania.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo/Correlacional, Educação popular.

005. ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Cotidiano: sala de aula e televisão. São Paulo-SP. 1998. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: TOLEDO, Gil Sodero de.

Este trabalho estuda a maneira como se dá a recepção dos discursos escolar e televisivo pelos alunos do ensino fundamental de três escolas públicas estaduais situadas em diferentes áreas da cidade de São Paulo. Na realização desta pesquisa, em 1995, foram evidenciados os diversos usos do espaço urbano e as relações sociais destes resultantes. Procurou-se demonstrar como tais relações funcionam quando da recepção dos discursos provenientes da escola e da televisão. Com esta dissertação de mestrado, procura-se contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas em que os alunos sejam vistos em sua integridade de cidadãos, respeitando-se sua história de vida e sua cultura. Para tanto, foi dado destaque à importância do cotidiano na realização das análises geográficas.

Características dos Alunos, Ensino de Fundamental, Estudo de Caso, Televisão, Espaço Urbano.

006. ALCÂNTARA, Heronilda de. Influência da opção religiosa dos alunos na aprendizagem das Geociências: estudos em 5^a séries de escola pública de Campinas - SP. Campinas - SP. 2001. (Mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. Orientador: GONÇALVES, Pedro Wagner.

As mudanças nas características culturais da população urbana e notadamente nas crianças da rede pública de ensino têm sido responsável pela chegada à escola de novas visões da realidade. Isso produz novos desafios educacionais: como ensinar processos da natureza, tais como a formação do planeta, a alunos evangélicos fundamentalistas? A questão da religiosidade e sua influência nas ideias sobre a natureza bem como no diálogo das crianças com o saber escolarizado é a preocupação desta pesquisa.

Características dos Alunos, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Geociências, Religião.

007. ALMEIDA, Adriana Cristina de. Meios de Comunicação: Des(in)formar o Mundo na Escola através de uma Proposta Pedagógica em Geografia. Presidente Prudente – SP. 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente. Orientadora: ASARI, Alice Yatiyo.

O presente trabalho tem por objetivo repensar o ensino de Geografia e apresentar sugestões de ensino-aprendizagem que promova, de forma crítica, a análise e reflexão sobre o papel dos meios de comunicação na sala de aula, buscando alternativas para que se possa fazer a passagem do caráter de informação ou de desinformação para o de formação de cidadãos críticos. A pesquisa materializou-se no município de Sertãoópolis, localizado no norte do Paraná, com os alunos do Ensino Médio e Supletivo. A linha de pesquisa utilizada foi a pesquisa-ação, por possibilitar a atuação direta junto aos professores e alunos na sala de aula, mediante observação, participação e análise da produção do conhecimento. O trabalho apresenta ainda o resultado da tabulação e análise de questões feitas aos alunos e professores sobre os meios de comunicação, sobre as aulas de Geografia e sobre a concretização do trabalho. Procurou-se com este trabalho tornar as aulas mais criativas e significativas para os alunos trabalhando segundo uma Geografia que investiga o espaço, analisa os problemas, questiona, denuncia e procura as possíveis soluções. E também verificar a correlação do uso dos meios de comunicação (imprensa escrita e falada, filmes, músicas e propagandas) com metodologias que propiciam a participação dos alunos na construção dos conhecimentos. Conclui-se que a matéria-prima da Geografia encontra-se nos

assuntos mundiais, os quais são veiculados pelos meios de comunicação, devendo ser aproveitados pelos professores. Assim, o desenvolvimento dos conhecimentos, através do uso dos meios de comunicação, permitiu verificar que há problemas de motivação, de metodologias que realmente promovam a aprendizagem.

Conteúdo-Método, Ensino Médio, Pesquisa-ação, Meios de Comunicação.

008. ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. *Prática de Educação Ambiental no ensino fundamental em escolas do norte de Minas Gerais (Montes Claros-MG)*. Goiânia-GO. 2000. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás. Orientadora: OLIVEIRA, Sandra de Fátima.

O presente estudo enfoca a interação entre a Geografia e o meio ambiente no contexto da educação escolar, voltada para a utilização de cartilhas como recurso metodológico. Destacam-se os quatro momentos tidos como referenciais de produção do trabalho, a saber: no 1º, apresenta-se uma discussão sobre as diferentes abordagens pedagógicas e o ensino de Geografia, bem como as diversas tendências ambientalistas; no 2º, discorre-se sobre a evolução histórica da educação ambiental, suas concepções e a necessidade da adoção de uma proposta interdisciplinar; no 3º, realiza-se uma reflexão sobre o papel do professor, e é feito um relato da prática da educação ambiental, em que foi utilizada a cartilha em sala de aula; no 4º, apresentam-se os resultados da avaliação das cartilhas feita pelos professores, quanto à validade desse material. E finaliza-se o estudo com a observação de que, sendo a escola um espaço social, é dever do professor procurar soluções voltadas para a formação de uma atitude mais ética e política, que vise à melhoria da qualidade de vida.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Relato de Experiência.

009. ALMENDRA, Carlos Alberto da Cunha. *A Geografia Crítica: uma filosofia de educação*. Campinas – SP. 1993. (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Orientadora: CARVALHO, Maria Cecília Maringon.

Este trabalho faz um levantamento das características da nova geografia que está sendo implantada como disciplina na rede oficial de escolas de primeiro e segundo graus do Estado de São Paulo pela Secretaria de Educação. Através de uma crítica epistemológica, demonstra a fundamentação dialética, materialista e marxista dessa nova proposta, que aparece velada nos documentos oficiais. Compara essa orientação com a geografia tradicional, tentando estabelecer parâmetros para um juízo de valor de uma em relação à outra.

010. ALVES, Denise de Oliveira. O livro didático e a prática pedagógica do professor de Geografia: um estudo de caso. Cuiabá-MT. 1995. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso. Orientadora: BORDEST, Suise Monteiro Leon.

Neste trabalho procura-se investigar a interação que se estabelece entre o professor de Geografia e o livro didático. Embora o termo interação implique em mútuas influências, a ótica aqui utilizada privilegia a ação do professor. A investigação procura captar, em um mesmo momento, o movimento que ele faz ao analisar e utilizar o livro didático, pois o refletir e o fazer não podem ser desvinculados na prática pedagógica. Em sua praticidade, o livro didático fornece o conteúdo a ser trabalhado, indica a dosagem em relação a faixa etária, capacidade cognitiva dos alunos, explicita o método e as técnicas de ensino a serem utilizadas. A lógica da escola aponta ainda que, implicitamente, para um assumir de visão de mundo, de concepção de educação, de currículo e de Geografia. Esses eixos nortearam a investigação que procurou detectar na prática pedagógica dos professores de Geografia, da rede pública de Várzea Grande-MT, sua postura quanto à adoção, análise e utilização de seu instrumento de trabalho.

Livro Didático, Estudo Comparativo-Correlacional, Prática Docente e Educativa.

011. AMORIM, Altina Naná de Castro. Um Atlas escolar municipal interativo como recurso pedagógico no 2º ciclo do ensino fundamental: estudo de caso do Atlas Escolar de Brumadinho-MG. Belo Horizonte – MG. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: LE SANN, Janine Gisele.

A pesquisa sobre Cartografia para Escolares tem sido objetivo de diversas pesquisas no Brasil e no Mundo. No Brasil, o ensino da Geografia, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, cujo desenvolvimento muito tem deixado a desejar, tem sido motivo de preocupação de pesquisadores e professores. Este trabalho apresenta e discute um estudo de caso do *Atlas Escolar de Brumadinho-MG*, utilizado como recurso pedagógico no 2º ciclo do ensino fundamental. A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2001 e 2002, e buscou traçar um perfil da atuação dos professores de Geografia, que trabalham nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede municipal de educação de Brumadinho. Em parceria com professores do Município, disponibilizados pela Prefeitura Municipal, que ofereceu apoio integral ao desenvolvimento da pesquisa, elaborou-se o *Atlas Escolar de Brumadinho*, cujas etapas de implantação e utilização foram, criteriosamente, acompanhadas nas escolas do Município. O Atlas objetiva subsidiar o ensino da Geografia, em práticas pedagógicas, que possibilitam a aquisição,

pelos educandos, de habilidades e competências de naturezas diversas, bem como o estudo do espaço local. O resultado desta pesquisa fornece subsídios a reflexões da prática do ensino de Geografia.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Atlas Escolar Municipal, Recursos Didáticos.

012. ANTUNES, Charlles da França. Os estudantes e a construção da Geografia brasileira - um encontro nos Encontros Nacionais de Estudantes de Geografia. Niterói – RJ. 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense. Orientador: MOREIRA, Ruy.

O movimento de renovação da Geografia brasileira e as mudanças na estruturação da Associação dos Geógrafos Brasileiros(AGB), que se deram no final dos anos 70, têm no movimento estudantil um agente fundamental para a efetivação dessas transformações. Assim, o presente trabalho tem como objetivo central apresentar uma discussão/análise sobre a importância dos estudantes e do movimento estudantil de Geografia no processo recente de construção da Geografia brasileira. A análise do movimento estudantil e de sua intervenção nos processos de renovação da Geografia brasileira e de democratização da AGB será construída a partir da leitura da referência máxima de organização e mobilização desses estudantes – os seus Encontros de Geografia (ENEGs), realizados no período compreendido entre os anos de 1979 e 2000, serão tratados individualmente, e ao mesmo tempo, articulados, dentro de uma linha de análise, que, a partir das programações e resoluções de cada evento realizado, permitirá a compreensão da importância desse movimento para a geografia brasileira e, desta forma, compreender o seu papel/lugar de movimento de organização/mobilização/formação dos estudantes de Geografia no Brasil.

História da Geografia Escolar, Análise de Conteúdo, Ensino Superior, Movimento Estudantil, AGB.

013. ANTUNES, Mariangela Leão da Silva. A Pesquisa/Investigação como Instrumento Didático na (re)Construção de Conceitos Geográficos Básicos no Ensino Fundamental. Blumenau – SC. 2002. (Mestrado em Educação). Universidade Regional de Blumenau. Orientador: WITTMANN, Lauro Carlos.

O presente estudo investiga a pesquisa/investigação como instrumento pedagógico-didático na construção e elaboração de conceitos básicos do pensamento geográfico nas 5ª e 6ª séries do ensino fundamental. A necessidade de inovações pedagógico-didáticas decorre tanto da evolução do pensamento geográfico como do

avanço do conhecimento sobre a própria prática pedagógica. O estudo apresenta a evolução do pensamento geográfico, que exige processos mais dinâmicos de ensino e relata e analisa uma experiência pedagógica que utiliza a pesquisa/investigação no processo de ensino-aprendizagem, fazendo uma comparação entre os resultados obtidos neste processo e os resultados obtidos sem utilização intencional e sistemática da pesquisa/investigação. Auferindo os resultados destes dois processos de aprendizagem foram identificadas significativas diferenças, no que se refere tanto ao comportamento dos alunos quanto à apropriação/construção de conhecimentos.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Pesquisa.

014. ARCHELA, Rosely Sampaio. Mapa - instrumento de comunicação e pesquisa: análise de representações gráficas no curso magistério em Londrina – PR. São Paulo-SP. 1993. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: SIMIELLI, Maria Elena.

Trata-se de trabalho que apresenta representações gráficas completas e outras para serem completadas pelos alunos para avaliar a eficácia das mesmas como instrumento de comunicação e pesquisa para o ensino-aprendizagem, construídas a partir de um atlas escolar, em que se adota como embasamento teórico-metodológico da pesquisa a linguagem de representação gráfica desenvolvida por Jacques Bertin (semiologia gráfica). Considera-se que a representação gráfica faz parte de um sistema de sinais que os homens organizam para armazenar, compreender e comunicar as observações mediante a construção da imagem. Assim, a ênfase na utilização do mapa no ensino de Geografia, apresenta-nos como inerente ao conhecimento geográfico e diz respeito ao interesse de produzi-lo e comunicá-lo através de mensagens congruentes como a sua natureza e escalas de abordagem. O encaminhamento dado à pesquisa envolve a representação qualitativa. Tomado como base o mapa do “Brasil: recursos minerais” do *Geoatlas* de Simielli (considerado um mapa exaustivo, por conter várias informações), a pesquisa analisa como os alunos compreendem as representações elaboradas a partir de um mapa. Para os testes, foram elaborados outros mapas (por Estado) considerando-se cada item representado no mapa matriz. A aplicação dos testes foram realizados em duas escolas de Magistério (2º grau) na cidade de Londrina, PR, com perguntas relacionadas aos mapas elaborados e o mapa matriz. Conclui-se que o mapa exaustivo não permite uma visualização instantânea do que está sendo representado e necessita de significação; a matriz, enquanto única representação, não proporciona uma visualização espacial imediata, embora permita a memorização rápida dos seus atributos.

Representação Espacial, Ensino Médio (Magistério), Pesquisa Experimental, Formação de Professores, Cartografia.

015. ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque de. A formação disciplinar e os processos pedagógicos em mudança: os professores de geografia na escola plural de Belo Horizonte. Belo Horizonte – MG. 2003. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: BRAGA, Rosalina Batista.

O presente trabalho buscou, através da análise de documentos da Escola Plural, identificar o perfil docente com o qual a administração municipal trabalhou ao idealizar uma proposta para a formação profissional em serviço, a partir da implementação do referido projeto. Ao se analisar tais documentos deparou-se com uma visão administrativa profundamente otimista com relação à disponibilidade dos docentes municipais, diante das possibilidades de democratização do ensino e a adoção de um novo olhar sobre os saberes escolares. Este trabalho dedicou-se a investigar se a imagem docente veiculada pelos documentos oficiais poderia, de fato, ser tomada como representativa para todo sistema municipal de ensino. Para o exame de tais documentos recorreu-se aos recursos metodológicos apresentados pela Teoria da Análise do Conteúdo, a partir da qual buscou-se compreender a concepção de professor, bem como a concepção de formação docente assumida pela Secretaria Municipal de Ensino de Belo Horizonte.

Formação do Professor, Análise de Conteúdo, Escola Plural, Políticas Públicas, Capacitação.

016. ASSIS NETO, Francisco. A questão ambiental nos livros didáticos de Geografia do 2º grau. São Paulo-SP. 1995. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: TOLEDO, Gil Sodero de.

Este texto analisa como a questão ambiental está sendo trabalhada nos livros didáticos de Geografia de 2º grau. Considerando-se as diferentes abordagens, examinam-se os conteúdos no tocante as possibilidades de reflexão oferecidas pelos conteúdos dos livros, a interdisciplinaridade e a dicotomia da Geografia Física e Humana. Os livros escolhidos foram de Aroldo de Azevedo, Melhem Adas e José William Vesentini, pelo papel que tais autores desempenham e desempenharam no ensino brasileiro em vários momentos, pois cada um deles apresentam características distintas em relação a problemática ambiental. A análise considerou a contextualização histórica da obra, filiação teórica do autor, a obra como um todo, o conteúdo relativo ao objeto de estudo, a obra e a questão metodológica. Em todos os livros, procurou-se verificar as relações sociedade-natureza e a questão da conservação/preservação dos recursos naturais e da natureza.

Livro Didático, Ensino Médio, Análise de Conteúdo, Questão ambiental.

017. AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. A construção de uma prática de ensino de Geografia no 1º grau. Florianópolis-SC. 1991. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: SCHEIBE, Leda.

A ação pedagógica de educadores está referida a pressupostos teórico-metodológicos e político-filosóficos, os quais fundamentam a prática social educativa desenvolvida. No caso específico da educação escolar, a construção da pedagogia que se quer, deve acontecer através da atuação de educadores situados socialmente num tempo e num espaço determinados. Não há, portanto, “receitas” prontas e universalizáveis. É esta a ideia central da presente dissertação, ao relatar e analisar a experiência de construção de uma prática de ensino de Geografia no 1º grau realizada em Ijuí, RS. Nesta experiência fica evidenciado que a proposta pedagógica e o professor de 1º grau são produtos e produtores do mesmo processo, ou seja, não basta elaborar currículos e materiais didáticos, mas é fundamental construir o professor enquanto o sujeito da prática social educativa escolar.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Prática Social.

018. BACELLAR, Marília G. de Oliveira. A nova proposta de Geografia para a 6ª série do 1º grau do Município do Rio de Janeiro: elaboração e validação de documento de apoio. Rio de Janeiro, RJ. 1985. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: ELLIOT, Lígia Gomes.

O objetivo do estudo foi construir e validar um documento de apoio para o ensino da Geografia na 6ª série do 1º grau das escolas oficiais do Município do Rio de Janeiro. O estudo foi desenvolvido em três etapas. Na primeira, elaborou-se o documento de apoio, subdividido em oito unidades didáticas compostas de conteúdos, objetivos específicos, sugestões de atividades, texto de apoio e sugestões metodológicas específicas, que foram elaboradas ou relacionadas a partir de critérios indicados pela literatura. Na segunda, construiu-se uma ficha para a avaliação do documento. A ficha foi validada, por três especialistas em Geografia. Na terceira etapa, o documento de apoio foi avaliado por um painel de cinco especialistas em Geografia. Segundo a avaliação dos especialistas, verificou-se que o documento tem condições de ser aplicado na rede oficial de ensino do primeiro grau do Município do Rio de Janeiro.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental, Pesquisa Experimental, Recursos Didáticos.

019. BALDI, Walter Amaro. A formação do professor no ensino superior: a questão das licenciaturas da UNIVALI – História e Geografia – Camboriu, SC. Curitiba, PR. 1996. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Orientador: MOSER, Alvino.

O presente estudo tem como objeto de análise a evolução histórica do processo de formação do professor no ensino superior, buscando compreender as licenciaturas e seus problemas. O propósito fundamental desse trabalho é o de contribuir para o conhecimento das características que essa formação vem assumindo, seus condicionantes e possíveis alternativas frente à situação atual. A pesquisa também fez uma reflexão crítica sobre a importância dos cursos de licenciatura e seus reflexos na formação do professor, com proposições quanto a sua operacionalidade futura e consequente melhoria. Enfim, a estrutura desse trabalho segue, de certa forma, passos que possam expressar as relações do contexto social e educacional com a formação do professor na universidade.

Formação de Professores, Ensino Superior, Estudo de Caso, Geografia/História, Licenciaturas.

020. BALLASSINI, Cinyra. O menor entre a escola e o trabalho na periferia paulistana: o caso do Jardim Peri. São Paulo-SP. 1989. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: LAGANA, Lilian.

Os enfoques iniciais deste estudo consiste em uma tentativa de conhecer melhor as relações existentes entre a escola e o processo produtivo. Objetivos: 1. estudar ao mesmo tempo estudo-trabalho em relação aos alunos do curso noturno; 2. investigar importância do menor para o processo produtivo; 3. trabalho do menor para completar a renda familiar. Hipóteses: 1. baixo rendimento escolar; 2. evasão escolar; 3. pressuposto mais acentuado: noturno alunos de 5^a à 8^a série. O trabalho do menor, assunto de dimensões significativas para análises e reflexões na realidade brasileira, é pouco abordado. Referência empírica: EEPG Profa. Rita Bicudo Nistrativos. Reflexões efetuadas sobre as investigações mostraram que é maior o número de menores que trabalham por necessidade de ajudar os pais. Trata-se de famílias são migrantes de MG e Nordeste atraídos pela ideia do amplo mercado de trabalho que São Paulo ofereceria a partir da década de 1960 época que a metrópole integra a economia do país e o mercado internacional.

Características dos Alunos, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Trabalho, Evasão Escolar.

021. BARBOSA, Derly. *Educação Popular na escola: construindo uma proposta curricular de História e Geografia para o ensino supletivo, na perspectiva emancipatória*. São Paulo-SP. 1991. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: SAUL, Ana Maria.

O objetivo desta dissertação é contribuir com os estudos que visam à construção da educação popular e com a superação do distanciamento que há entre o saber que a escola ensina e a compreensão da prática social que os trabalhadores vivenciam. Destaco como lugar de atuação o âmbito escolar e como princípio a valorização do saber a partir da cultura popular elaborada através de uma proposta curricular que tem por objetivo a emancipação das classes populares. O trabalho está dividido em três partes. Na 1ª, estabeleço os pressupostos teóricos para a construção de uma proposta curricular. No 1º capítulo, questiono o tipo de currículo que serve ao ensino supletivo. No 2º capítulo, o significado de educação popular a ser desenvolvida na escola na qual o currículo emancipatório seja predominante e, por isso, deverá diferenciar-se da maneira como o Estado e os Movimentos de Educação Popular tratam a educação. Considerando o saber escolar como fundamento para a construção da proposta curricular, analiso, no 3º capítulo as abordagens curriculares e o tipo de formação que enfatizam. A 2ª parte refere-se à história do Projeto “Pravaler” de educação de adultos desenvolvido entre 1983 e 1988, em Osasco, SP, no qual vivenciei a oportunidade de elaborar a Proposta Curricular para o ensino de História e Geografia. A 3ª parte contém especificamente a Proposta Curricular construída dentro do objetivo do Currículo Emancipatório.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental (Supletivo), Relato de Experiência, Cultura Popular.

022. BARBOSA, Malba Tahan. *Educação Ambiental Popular: Estudo de Caso sobre a experiência do Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Taquaril*. Belo Horizonte – MG. 2002. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: VALADÃO, Roberto Célio.

Esta pesquisa teve o propósito – a partir da experiência do Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE/Taquaril) – projeto idealizado e desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em parceria com a organização não-governamental Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e comunidades populares da periferia de Belo Horizonte – de estudar a Educação Ambiental qualificada enquanto Popular, desenvolvida no/pelo programa, a sua contribuição para a construção de uma sociedade sustentável. No desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela metodologia qualitativa, o Estudo de Caso, procurando dar voz, por meio de entrevistas e da observação participante, às diversas pessoas/agentes sociais envolvidos na experiência do

Cevae e no estudo da Educação Ambiental Popular, em níveis local, nacional e internacional. Essa escolha deu-se pelo desejo de atribuir aos construtores da experiência do Cevae a narrativa de explicitação do que seja uma Educação Ambiental Popular, com os seus limites, conflitos, alcances e perspectivas. Além disso, foi utilizada a análise documental, como forma de confrontar os registros escritos existentes e a memória dos sujeitos participantes da pesquisa na reconstrução da trajetória percorrida pelo Cevae. Após escutar atentamente às diversas falas - e aqui está se referindo a todas as falas que se fizerem ouvir nessa pesquisa, como os autores lidos, os sujeitos entrevistados, as situações observadas, os companheiros, professores e amigos que se teve contato – concluiu-se que a Educação Ambiental numa perspectiva popular, mesmo que não necessariamente tenha de se incluir o adjetivo popular na Educação Ambiental, apresenta-se como uma imperiosa necessidade para a construção de um mundo novo, uma nova civilização, onde justiça social, bem-estar, qualidade de vida, cidadania, democracia e vida possam existir para todos e todas.

Educação Ambiental, Estudo de Caso, Educação Popular, Agroecologia.

023. BASTOS, Regina V. Ribeiro. *Geografia e os romances nordestinos da década de 1930 a 1940: uma contribuição ao ensino*. São Paulo-SP. 1993. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: SADER, Maria Regina Cunha T.

Esta dissertação tem como propósito maior trazer uma contribuição ao ensino da Geografia. Busca-se, através da literatura brasileira das décadas de 1930 e 1940, veicular alguns conteúdos geográficos tratados nos currículos das escolas de 1º e 2º graus. Para compreender tal contribuição, discute-se, inicialmente, na primeira parte do trabalho, a relação entre literatura e representação do espaço considerando que o que é apreendido no romance resulta na interação auto-leitor, segundo vivências e informações de ambos. São feitas considerações a respeito da história, sociedade e cultura do período em que as obras de Graciliano Ramos foram escritas, e inclui-se uma caracterização geral da produção intelectual e artística do romance de ênfase social daquele momento. Visto isto, na segunda parte do trabalho, parte-se para o tratamento de alguns temas enfocados no ensino da geografia, através de seis romances dos autores citados. Discute-se a questão da seca/retirantes.

Representação Espacial, Ensino Fundamental e Médio, Análise de Conteúdo, Espaço Geográfico, Representações Sociais.

024. BATISTA, Irene Bezerra. *A prática pedagógica do professor de Geografia de 5ª a 8ª séries em escolas públicas de Teresina, PI*. Teresina-PI. 1997. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí. Orientadora: QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita.

Este estudo constitui-se num esforço de caracterizar a prática pedagógica do professor de Geografia, no processo de ensino-aprendizagem em classes de 5ª a 8ª séries do 1º Grau em Teresina, a partir da análise das interações entre os sujeitos envolvidos no processo, da percepção que têm sobre a Geografia e seu ensino enquanto disciplina do currículo e das formas de abordar o conteúdo em sala de aula. Procurou-se apreender como estes elementos se interrelacionam com vistas a uma configuração da prática pedagógica. O estudo realizou-se focalizando o trabalho desenvolvido por dez professores e três escolas públicas de 1º Grau sediadas em Teresina. Utilizaram-se como procedimentos metodológicos os sugeridos pelas abordagens qualitativas em pesquisas, associando aos dados da observação obtidos nas entrevistas e nos questionários de respostas abertas. A prática pedagógica do professor de Geografia analisada nesta pesquisa configurou-se, predominantemente, como tradicional. No entanto, há indicadores significativos de tentativas por parte de professores, mesmo que em número ainda pouco expressivo, no sentido de construir um ensino de Geografia crítico.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Estudo de Caso.

025. BATISTA, Marilza Lima. *Análise de ensino: perfil dos licenciados em Geografia*. Niterói-RJ. 1982. (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Orientadora: LIMA, Balina Bello.

Com o objetivo de verificar a qualidade do desempenho do professor em sala de aula, analisa-se um aspecto do trabalho docente: a comunicação oral. Foram escolhidas as licenciadas do Curso de Geografia, matriculadas em Prática de Ensino na Faculdade de Educação da UFF. A experiência foi baseada teoricamente no sistema de análise de ensino, no qual o autor Bruce R. Joyce enfatiza a comunicação oral, considerada a expressão da integração pedagógica do professor diante de uma determinada estratégia. Conclui-se que as licenciadas não estavam devidamente preparadas para o exercício do magistério. As recomendações apelam para que a prática de ensino seja reformulada, a partir de propostas de análise de ensino de Joyce.

Formação de Professores, Ensino Superior, Pesquisa Experimental, Prática de Ensino (Disciplina), Licenciatura.

026. BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. *Educação à distância: uma proposta metodológica para capacitação de professores de Geografia (Ciclos intermediários e avançados)*. Uberlândia - MG. 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora: VLACH, Vânia Rubia Farias.

No início do século XXI têm-se delineado grandes mudanças nos procedimentos de ensino-aprendizagem em parceria com os processos de disseminação de informação e o uso de novas tecnologias. Pode-se assegurar que uma parte significativa dessa transformação refere-se ao uso da educação à distância como uma forma de atingir novos públicos e desenvolver novas metodologias de ensino. A educação à distância permite melhorar a qualidade do ensino presencial e levar à população distante das instituições de ensino todas as conquistas do ensino presencial. Diante da necessidade de uma capacitação permanente em todos os segmentos da sociedade, a educação não poderia ser deixada de lado. O caminho para uma capacitação permanente é a educação a distância via Internet, pois possibilita que o aprendiz estude nos momentos que melhor lhe convier. Por meio de uma pesquisa realizada em Uberlândia foi possível identificar que os educadores que trabalham com o Ensino Fundamental (Ciclos Intermediários e Avançados) se interessam por curso de capacitação a distância via Internet. É imprescindível que o educando seja capaz de aprender a aprender, a criar, criticar e inovar e, assim, o papel que o educador desempenha é o de incentivar a aprendizagem e o pensamento para a sua participação mais direta e efetiva na vida em sociedade.

Formação de Professores, Ensino Superior, Estudo de Caso, Educação à Distância, Capacitação.

027. BERTIN, Marta. *O turismo em Foz do Iguaçu na visão dos estudantes: um estudo de percepção ambiental*. Curitiba – PR. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Orientadora: TEIXEIRA, Salete Kozel.

O problema central desta pesquisa foi analisar e compreender como o turismo tem interferido na mente dos adolescentes que vivem em Foz do Iguaçu, por meio da percepção e representação de estudantes do ensino fundamental da rede pública e particular. A possibilidade de poder descrever uma determinada realidade, a partir das observações e dos questionários aplicados, visou a apontar soluções, através da percepção do turismo enquanto prática social no município, concebido como pólo turístico de toda a região oeste paranaense. A discussão construída fundamentou-se na perspectiva humanística da geografia, respaldada no aporte teórico da fenomenologia

existencial. A pesquisa busca ainda analisar como essa prática social – o turismo –, com sua capacidade de transformação dos lugares, está influenciando na relação do homem com o seu ambiente, ou seja, seu mundo vivido por meio das representações simbólicas – os mapas mentais. Diante dessas premissas, são consideradas as subjetividades, consciências individuais de adolescentes, no que se refere ao enfoque da percepção ambiental e geográfica, refletindo-se nas vivências que retratam o seu mundo vivido. Na coleta das informações, o instrumento utilizado ocasionou um repensar sobre o papel dos adolescentes na sociedade atual. Os resultados desta pesquisa levaram à constatação de que os adolescentes envolvidos, que constituíram a amostra, apesar da pouca idade, possuem a consciência das implicações que o turismo, enquanto prática social, engendra a sociedade iguaçuense. Ficou claro que é preciso incentivá-los na escola para que haja um desencadeamento de reflexões que levem o adolescente a compreender as questões desta prática para além de suas dimensões econômicas e políticas, e sobretudo na dimensão socioespacial.

Características dos Alunos, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Turismo, Percepção Ambiental.

028. BEZERRA, Tamara dos Santos. *Enchentes na grande Tijuca: percepção por alunos de 5ª. série do ensino fundamental*. Rio de Janeiro – RJ. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: BRANDAO, Ana Maria de Paiva Macedo.

O crescimento urbano desordenado na cidade do Rio de Janeiro acarretou uma série de problemas ambientais, onde questões como favelização, saneamento básico, poluição e enchentes ocupam posição de destaque na vida do carioca. Este último é um problema cada vez mais difícil de ser resolvido. Algumas áreas, como a Grande Tijuca merecem destaque, devido ao intenso processo de ocupação e urbanização, que geraram profundas alterações no meio físico. O problema das enchentes deve ser solucionado através de dois procedimentos básicos: as medidas estruturais e as medidas não-estruturais. Assim, esta pesquisa aborda o ensino da Geografia, especialmente da Climatologia, a partir da percepção de alunos da 5ª série do ensino fundamental, em relação às chuvas fortes e suas consequências na Grande Tijuca, para tentar, através da conscientização dos alunos, amenizar os impactos ocorridos, reduzir os riscos ambientais e os prejuízos humanos e materiais causados pelas chuvas.

Características dos Alunos, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Percepção Ambiental, Climatologia.

029. BISCHOF, Benilde Sofia. *O Bairro Itamarati como um espaço geográfico social produzido e reproduzido pela sociedade: uma experiência de ensino com a 5ª série do 1º grau – Londrina –PR. São Paulo-SP. 1994. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: RODRIGUES, Adyr Aparecida Balesteri.*

Este estudo visa possibilitar a compreensão de diferentes níveis de representação do espaço geográfico – no caso, o Bairro Itamarati, na cidade de Londrina, Estado do Paraná – e formular uma proposta de ensino de Geografia com base na interpretação desse espaço produzido pela sociedade, eis a trilha norteadora do presente trabalho. Nesse horizonte, parte-se dos elementos que compõem o espaço do bairro em estudo; passa-se a representações gráficas dessa realidade, sempre com as participações construtivas dos alunos; com eles, volta-se ao passado (para entender a história do bairro) mediante entrevista, possibilitando, dessa forma, vislumbrar ações de melhoria para o futuro. Ao efetivar essas etapas, chega-se a valorização do ensino de Geografia que, em sala de aula, resulta de uma vinculação estreita entre o espaço vivencial do aluno e o espaço geográfico: o professor que, superando a fase tradicional da simples informação possibilitada a investigação e a reflexão; o aluno, real sujeito do processo, que apreende a construir vivência da cidadania na experiência do espaço das relações sociais.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Pesquisa-Ação, Estudo do Bairro, Espaço Vivido.

030. BOERNGEN, Ronaldo. *Teorias, mapas e viagens: a geografia nos cursos superiores de turismo. São Paulo – SP. 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: PONTUSCKA, Nidia Nacib.*

O presente trabalho enfoca o ensaio da geografia nos cursos superiores de Turismo existentes no Brasil no ano 2002. A pesquisa fundamentou-se nas informações existentes nas web-páginas das instituições que oferecem o referido curso, destacando a constante presença da geografia na estrutura curricular. Através de tabelas e gráficos, procurou-se apresentar o rápido crescimento dos cursos de Turismo no Brasil a partir de 1995. O texto final, por ater-se mais nas exigências docentes do ensino de geografia do que na análise geográfica do fenômeno turismo, insere-se no âmbito dos estudos pedagógicos universitários e não no do turismo enquanto atividade econômico-espacial. Nos cursos que promovem uma precoce profissionalização, como é o caso do turismo, considera-se “teoria” tudo aquilo que não é empregado imediatamente nas atividades práticas. A expressão Teorias, utilizada como título do capítulo 1, não é oriunda dessa concepção. O capítulo “Mapas” fundamenta-se na forma como a cartografia tem sido trabalhada nos cursos de turismo. E, apesar da ligação da geografia com as atividades fora da sala-de-aula ser bastante antiga, remontando a Humboldt, a fundamentação

prática do capítulo “Viagens”, resultou das atividades realizadas durante doze anos como docente em curso de Turismo. Ao seguir, temos as considerações finais sobre o ato pedagógico nas suas instituições privadas de ensino superior.

Representação Espacial, Ensino Superior, Análise de Conteúdo, Turismo, Cartografia.

031. BOLIGIAN, Levon. *A transposição didática do conceito de território no ensino de Geografia*. Rio Claro – SP. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Orientadora: ALMEIDA, Rosângela Doin de.

A análise efetuada neste estudo, a respeito dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e dos livros didáticos de Geografia com maior adoção no Brasil, veio confirmar esses documentos como agentes do sistema de ensino que falham na transposição de conteúdos oriundos da esfera científica para a esfera escolar. É por meio do processo de “transposição didática” que o objeto de saber científico transforma-se em objeto de ensino, tendo sido esse o principal foco da presente investigação. Assim, o que se procurou neste estudo foi, primeiramente, apreender o significado teórico-acadêmico empregado ao conceito de território – conceito-chave na ciência geográfica – e, em um segundo momento, analisá-lo como um dos conteúdos a serem ensinados em Geografia no ensino fundamental, propostos pelos PCNs e pelos livros didáticos. Para tanto, utilizou-se como método de investigação o modelo de interpretação teórica da “transposição didática”, assim como o exercício de “vigilância epistemológica”, conceitos estabelecidos pelo matemático Yves Chevallard.

Currículo e Programas, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, PCN, Território.

032. BOMFIM, Berenice Bley Ribeiro. *Uma proposta metodológica para o ensino da Climatologia no 1º grau*. São Paulo-SP. 1997. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: CONTI, José Bueno.

Este trabalho configura uma proposta metodológica para o ensino da Climatologia nas séries iniciais do 1º grau, apresentando-se como uma possibilidade de intervenção na realidade pedagógica. Objetiva um encaminhamento do processo ensino-aprendizagem, de forma que se evidencie, no mesmo indicador de avanço, a construção de conceitos científicos, referentes ao conhecimento dos fenômenos climáticos, e consequentemente mecanismos controladores da qualidade do ensino de primeiro grau, na disciplina de Geografia. Apresentam-se considerações gerais sobre várias teorias psicológicas que procuram explicar o processo de desenvolvimento cognitivo e as inferências dessas teorias na Pedagogia. Subsidiar-se pelo referencial teórico, sugere atividades de observação e registro de fenômenos climáticos,

propondo posterior construção de conceitos e estabelecimentos de relações, assim como a indicação de suas consequências para a vida do homem e da sociedade em geral. As conclusões apresentadas são as seguintes: a pertinência dos conhecimentos relacionados aos fenômenos climáticos para o aluno deste final e século; a falta de conhecimento pedagógico e geográfico por parte dos professores das séries iniciais do primeiro grau, para encaminharem com competência o processo ensino-aprendizagem dos conteúdos de climatologia e apontar estratégias de superação dessa deficiência, com vistas à melhoria qualitativa do ensino de primeiro grau.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Pesquisa-ação, Processo Ensino-aprendizagem, Climatologia.

033. BOMFIM, Natanael Reis. *A busca do espaço perdido: percepção, representação e conceito de espaço geográfico no ensino de Geografia (Ilhéus-BA)*. Salvador-BA. 1997. (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia. Orientadora: PÊPE, Alda Muniz.

Neste trabalho buscou-se construir um quadro diagnóstico do ensino da Geografia no que se refere a percepção, representação e conceito de espaço geográfico na educação do 1º grau (5ª a 8ª séries) e no 3º grau, bem como reafirmar que o estudo do espaço geográfico, com base no conceito de espaço conveniente, espaço cultural e espaço psicológico, darão a formação curricular necessária aos alunos da escola fundamental. Desta forma, buscamos a luz das contribuições de Tuan (1969), Piaget (1989) e Vigotsky (1993), analisar a percepção, representação e o conceito de espaço geográfico, construído pelos alunos e professores, a partir da experiência numa perspectiva fenomenológica/cultural. Levantaram-se dados junto aos sujeitos através do instrumento de pesquisa, buscando informações sobre: aspecto socioeconômicos, atuação do professor, complementação dos estudos, conceito de Geografia, importância do ensino de Geografia na educação fundamental, papel do professor de Geografia, conceito e percepção geográfica através da dimensão, representação e significado do espaço atribuído pelos sujeitos. Constatou-se que a maioria dos professores de Geografia confunde ou não constrói o conceito de espaço geográfico na concepção múltipla e a maioria dos alunos (5ª a 8ª séries) das escolas públicas do município de Ilhéus, BA. Concluímos que, no ensino da Geografia, sobre representação, percepção e conceito de espaço geográfico, estão os alunos de 1º grau que percebem e representam o espaço geográfico na categoria funcional, que, porém não desenvolvem adequadamente a categoria conceitual.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Percepção, Espaço Geográfico.

034. BOMFIM, Vera Costa Pereira. *Como avaliar o texto-resposta em provas de geografia e história*. Rio de Janeiro, RJ,. 2001. (Mestrado em Letras). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: SIMÕES, Darcília Marindir Pinto.

Esta dissertação desenvolve uma análise semiótico-linguístico-discursiva dos processos de retomada que alunos do Ensino Médio utilizam para recuperar informações contidas nos comandos de questões discursivas em provas de Geografia e História.

Características dos Alunos, Ensino Médio, Análise de Conteúdo. Sistema de Avaliação.

035. BONA, Clademir Roberto de. *Educação e percepção ambiental: o olhar da comunidade e do acadêmico*. Santa Maria – RS. 2001. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria. Orientador: ZEFERINO Augusto César.

O mundo está passando por rápidas e profundas transformações. Neste contexto, uma pergunta a ser feita diz respeito ao custo social e ambiental dessas transformações. Através do presente trabalho, procurou-se, inicialmente, explicitar algumas das contribuições da Filosofia e da Religião na formação do pensamento ocidental, ou, da “visão de mundo” do Homem ocidental. A partir de tais reflexões e do entendimento do que vem ser os “novos paradigmas” e das contribuições destes paradigmas na formação das “novas visões de mundo” do Homem, chegou-se à Geografia, ciência na qual este trabalho se insere, e desta, até o advento de uma das suas mais recentes perspectivas: a Geografia Humanística. Diante do objetivo de melhor compreender como ocorrem as relações entre o Homem e o seu entorno natural e de qual é o elo afetivo (sentimento topofílico) entre ambos, procurou-se confrontar a percepção ambiental de dois grupos humanos: a do nativo (morador) e a do visitante (acadêmico), dentro do contexto sócio-ambiental da microbacia do Rio Cambuí, município de São Miguel do Oeste, SC. As conclusões alcançadas neste trabalho permitiram compreender como os agentes envolvidos observam e percebem o entorno natural, próximo e distante, e poderão contribuir para fortalecer os laços afetivos entre o Homem e a Natureza. Contribuem, também, de alguma forma, no sentido de propor uma nova metodologia para o estudo do meio (a partir de um enfoque mais humanístico – do olhar do nativo de um determinado espaço-lugar), tanto em nível fundamental, médio e superior e em programas de planejamento ambiental.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental Médio e Superior, Estudo Comparativo/Correlacional, Percepção Ambiental.

036. BORDALLO, Martha Martins. *Representação Social e Análise do Discurso: Estudo em Entrevistas com Funcionários da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*. Rio de Janeiro - RJ. 1996. (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: RANGEL, Mary Therezinha Simen.

Este estudo objetiva analisar o discurso interno de funcionários da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com atenção às dimensões da representação social (atitude, informação e campo de representação), analisando a comunicação escrita entre o corpo de funcionários da Sede no Rio de Janeiro e de outros Estados do Brasil. Nos resultados desta investigação – inserida na Linha de Pesquisa Processos Educacionais e Cotidiano Escolar – sobressaem, por um lado, uma valorização positiva da informática, por outro lado, a imagem de descaso, poder e desleixo dos funcionários da sede para com os da rede de coleta, o que interfere no respeito à cidadania.

Formação de Conceitos, Análise de Conteúdo, Análise de Discurso, Representação Social.

037. BORGES, Vilmar José. *Mapeando a geografia escolar: identidades, saberes e práticas*. Uberlândia - MG. 2001. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora: FONSECA, Selva Guimarães.

Este estudo tem como objetivo refletir sobre os saberes e as práticas de professores de Geografia, atuantes nas séries finais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do município de Uberlândia, MG, Brasil. A análise visa desvelar as (inter) relações entre os saberes, as práticas e os sujeitos (docentes) que (re) constroem no cotidiano dos espaços educativos a(s) Geografia(s) escolar(es) e participam do processo formativo da e para a cidadania dos alunos. A abordagem metodológica utilizada inspira-se na modalidade da história oral temática. A partir das narrativas orais, transcritas e textualizadas, de um grupo de cinco professores de Geografia da rede municipal de ensino, produzimos uma reflexão sobre o processo de construção da identidade e dos saberes docentes, sobre o modo de (re)construção dos saberes geográficos, no contexto escolar das séries finais do Ensino Fundamental. E, ainda, sobre possíveis mediações entre os diferentes saberes, sujeitos e práticas, na formação da/para a cidadania. O estudo revela que no processo ensino-aprendizagem de Geografia, o professor (re)constrói, permanentemente, sua identidade profissional, seus diferentes saberes, suas experiências e seus sonhos. Conclui-se que uma educação escolar significativa e (trans)formadora requer uma reflexão crítica a respeito da internalidade do processo educativo, da formação inicial e continuada dos docentes de Geografia, dos currículos e práticas de ensino e sobre a produção e mobilização de novos saberes geográficos no espaço/tempo escolar.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Identidade, História Oral.

038. BORTOLOZZI, Arleude. *O papel da Geografia no contexto da educação-ambiental escolar: um estudo de caso*. São Paulo-SP. 1992. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: D'ANTOLA, Arlette Rosa Magdalena.

O objetivo do trabalho é detectar na prática de uma escola pública o desempenho da disciplina Geografia, com relação a uma possível contribuição para uma educação ambiental a nível de 1º grau. Professores e alunos foram entrevistados sobre os conteúdos geográficos e a metodologia didática para se desvendar até que ponto está ocorrendo concretamente a *praxis* no ensino da Geografia, ou seja, a união entre a teoria e a prática. E mais, se os conhecimentos adquiridos pelos alunos através dos conteúdos geográficos vinculados à questão ambiental permitem-lhes a compreensão da totalidade da problemática e das relações homem *versus* homem e destes com a natureza. Finalmente, procurou-se, a partir do confronto entre os discursos dos alunos e dos professores, um confronto com a própria proposta pedagógica da escola, para desvelar como o ensino da Geografia se situa nesse contexto analisado, buscando descobrir se este contribui para uma formação crítica do aluno com respeito às questões ambientais atuais, assim como para a construção da sua cidadania.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo/Correlacional.

039. BOVO, Marcos Clair. *Conhecimento Escolar, Transversalidade e Meio Ambiente: um estudo de caso para análise do compromisso da ação docente*. Maringá – PR 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: PASSINI, Elza Yasuko.

Este estudo é resultado de trabalho realizado com os professores da 5ª série B do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal no ano de 2001 na cidade de Maringá. Os objetivos foram identificar como a temática ambiental é trabalhada no ensino de Geografia e nas demais áreas de conhecimento da 5ª série e, também, analisar a transversalidade da questão ambiental nos conteúdos curriculares da unidade escolar. Nesse sentido, este trabalho faz uma reflexão sobre a escola e o ensino de Geografia diante dos Parâmetros Curriculares Nacionais; sobre a interdisciplinaridade e a transversalidade como dimensões pedagógicas; o papel da educação ambiental na vida escolar. Além disso, faz uma análise da transversalidade na questão ambiental e finaliza com a pesquisa de campo da área de estudo.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, PCN, Transversalidade.

040. BRAGA, Rosalina Batista. *Espaço e saber nas lutas sociais: o caso de Salvador-BA. Belo Horizonte-MG. 1988. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: ARROYO, Miguel Gonzalez.*

Através das lutas sociais urbanas ocorridas em Salvador, sobretudo nos anos de 84 e 85, busca-se detectar as questões do espaço vivido pelos trabalhadores e o saber produzido nos processos de mobilização. Os elementos analisados são escolhidos a partir da relevância com que aparecem no levantamento de dados, a saber: os transportes urbanos, moradia, os equipamentos de consumo coletivo, o espaço civil e de lazer e expressão simbólica. Mostra-se, por conseguinte, que os embates sociais que envolvem de forma explícita ou implícita na organização do espaço são geografizados, sendo possível, portanto, perseguir a construção de uma geografia-conteúdo, para a perspectiva de uma cidade que não é a engendrada sob a hegemonia do capital. Este estudo problematiza, ainda, o ensino de Geografia na escola de primeiro e segundo graus, diante do saber geográfico na dinâmica social levantando questionamentos sobre a perspectiva de um ensino que contribua para as transformações sociais.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental e Médio, Estudo de Caso, Espaço e Saber, Movimentos Sociais.

041. BRAGANÇA, Célia Maria da Silva de. *Estudos sobre alguns dos fatores que concorrem para a reprovação escolar no Centro de Estudos Sociais Aplicados da UFF - 2º semestre de 1974. Niterói-RJ. 1976. (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Orientadora: LEMOS, Delba Guarini.*

Estudo sobre o desempenho deficiente de parte considerável do alunado do 3º Grau, na UFF, detectando alguns fatores que influenciam o baixo rendimento escolar. Trabalha-se com a análise de dados relacionados ao aluno, ao professor e à estrutura universitária. Foram empregados questionários, respondidos por alunos e professores do ciclo profissional do Centro de Estudos Sociais Aplicados que cursaram ou ministraram, no segundo semestre de 1974, disciplinas cujo índice de reprovação foi igual ou superior a 30%. Aos docentes e dirigentes da UFF, este trabalho fornece subsídios para a orientação de uma política educacional, no que concerne à interação aluno-professor-instituição, visando o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

Características dos Alunos, Ensino Superior, Estudo de Caso, Ensino de Estudos Sociais, Reprovação Escolar.

042. BRITO, Eliana Vianna. *Leitura de textos didáticos: uma proposta alternativa*. São Paulo-SP. 1991. Mestrado em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: SILVA, Maria Cecília P. Souza e.

Como sabemos, o ensino das estratégias de leitura não se encontra em uma posição privilegiada, notadamente no 1º grau, visto que o ato de ler, via de regra, é encarado como mera decodificação das letras e sinais gráficos. Logo, por ficarem presos as informações textuais, os alunos procuraram atender a exigências impostas pela escola, que realça o produto em detrimento ao processo de compreensão, e não se utiliza adequadamente das estratégias de leitura. Objetivamos, pois, com esta pesquisa, demonstrar que uma abordagem pragmática da leitura possibilita ao leitor uma relação mais dinâmica no processo de compreensão e leitura utilizadas por alunos de 8ª série, em dois momentos distintos. No primeiro, os sujeitos leram textos didáticos de História e Geografia sem quaisquer instruções prévias sobre estratégias de leitura. No segundo momento, após um treinamento efetuado com alunos que constituíram um grupo experimental, estes procuraram encarar o ato de ler sob uma perspectiva pragmática perante o texto, postura esta que se faz essencial para a compreensão.

Características dos Alunos, Ensino Fundamental, Pesquisa Experimental, Leitura de Textos Didáticos.

043. BUENO, Magali Franco. *O imaginário sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. São Paulo – SP. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.

O objetivo deste trabalho foi entender de que forma o vocábulo “Amazônia” tornou-se imbuído de significado, verificando que imagens estão predominantemente associadas a esta denominação. Foi retomada a construção de Amazônia ao nível do imaginário, através dos discursos vinculados a ela desde a chegada do colonizador ao Novo Mundo, privilegiando-se a representação elaborada nos últimos 50 anos. Dois níveis de representação de Amazônia foram estudados: o exógeno, estruturado pelos discursos enunciados externamente, e o endógeno, elaborado pelos protagonistas que vivem na região. A visão externa foi resgatada a partir dos discursos do Estado, da Geografia escolar e da mídia impressa brasileiros. A assimilação dessa imagem de Amazônia foi constatada empiricamente por meio de entrevistas de rua, e a apreensão da visão de Amazônia entre a população tradicional da região foi obtida através de um estudo de caso em uma comunidade ribeirinha amazônica. Constatou-se que, no Brasil, a percepção predominante de Amazônia é a da paisagem da floresta e que as visões endógena e exógena são dissonantes. A domesticação da natureza é um elemento presente nos discursos externos sobre a região, nos quais prevalecem dicotomias

como paraíso x inferno e civilização x barbárie. A visão interna é heterogênea. Entre moradores tradicionais não existe uma concepção sobre Amazônia, pois não há o distanciamento necessário para a construção desse conceito. Prevalece, neste caso, o reconhecimento e a identidade com os lugares, que são diretamente experienciados.

Representação Espacial, Estudo de Caso, Livro Didático, Amazônia, Imaginário.

044. CABREIRA, Maria Alda Barbosa. *Os (des)caminhos da educação brasileira no final do século XX*: PCN de Geografia em questão. Marília – SP. 2001. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Orientadora: LOUREIRO, Isabel Maria Frederico Rodrigues.

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo entender a dinâmica da política educacional brasileira no final do século XX, dando destaque aos seguintes referenciais: Guias Curriculares, Propostas Curriculares e por fim Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com ênfase no PCN de Geografia. Nosso intuito ao focarmos os PCNs é analisar como estes têm sido encaminhados às escolas, qual relação que se estabeleceu com os professores e com a sociedade durante a sua elaboração, qual sua aplicabilidade em sala de aula e qual sua visão de mundo. Conceber a educação enquanto processo e fenômeno social será o grande compromisso e responsabilidade de todos, se quisermos modificar a situação dos (des)caminhos que foram (im)postos desde a colonização até os dias atuais. Para isso é necessária uma escola pautada no debate, na interação entre os sujeitos sociais, visando à construção de uma sociedade democrática e cidadã.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo/Correlacional, Política Educacional, PCN.

045. CACETE, Nuria Hanglei. *Licenciatura em Geografia na faculdade privada: o exemplo da Faculdade Teresa Martin*. São Paulo-SP. 1993. Mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo. Orientadora: PALHETA, Iraci Gomes de Vasconcelos.

Este trabalho pretende demonstrar como funciona o curso de Licenciatura em Geografia na faculdade privada. Para isso, optou-se por realizar o estudo em uma instituição dessa natureza (Faculdade Teresa Martin), buscando identificar, a partir dos relatos de professores e alunos, os problemas aí existentes. Levou-se em conta que a Licenciatura em Geografia está organizada como curso de licenciatura curta em Estudos Sociais e posterior habitação em Geografia, procurando-se resgatar a história de criação dos cursos de curta duração, particularmente da Licenciatura Curta em Estudos Sociais, no contexto social, político e econômico do país. Dessa forma, esta

dissertação tem a intenção de demonstrar em que medida esse curso está adequado à formação/preparação do professor de Geografia.

Formação de Professores, Ensino Superior, Estudo de Caso, Formação do Professor, Faculdade Privada (Estudos Sociais), Licenciatura.

046. CALIXTO, Maria Cristina Cavalcanti. *Sobre o ensino de Geografia na escola de 1º grau: uma contribuição para a formação de professores de 5ª a 8ª séries (Goiânia-GO)*. São Paulo-SP, 1985. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: RIBEIRO, Maria Luisa Santos.

O estudo parte de atividades da autora, representadas por um projeto de inovação no ensino de Geografia articulada em 1973, e que remete a estudos que podem possibilitar a construção mais eficaz de uma ponte entre a Geografia, tomada enquanto matéria de ensino; a educação escolar, enquanto veículo mais adequado, atualmente, da socialização da cultura; e a Pedagogia, enquanto teoria geral da educação. Isso remete tanto a formação específica, oferecida pelos Institutos Superiores, quanto à Licenciatura do educador. Tenta-se dirigir, de maneira reflexiva, para uma fundamentação – de orientação dialética, macro-estrutural, crítica e histórica – da educação escolar, apontando para uma certa formação do professor e inovação do ensino de Geografia na escola de 1º grau. Para tanto, inicia-se reformando o conceito/teoria da cultura, vendo-se enquanto produção de objetos, técnicas e conhecimentos onde a produção científica, a Geografia e a educação escolar são momentos que se inter-relacionam. E assim, tenta-se recuperar o conceito de ciência e o problema da inovação no conhecimento científico-geográfico, discutindo como tem sido e a quem tem servido sua produção, apontando para suas possibilidades de contribuição para a educação escolar como prática mediadora e indireta de transformação social pela “promoção dos homens”. Isso exigiu a discursada questão da inovação no bojo não apenas da ciência, como também da Pedagogia.

Formação de Professores, Ensino Superior e Fundamental, Estudo Comparativo/Correlacional. Conceito de Ciência/Cultura, Licenciatura.

047. CAMPOS, Rui Ribeiro de. *A Geografia brasileira, dentro e fora da sala de aula: uma ciência em construção*. Campinas-SP. 1997. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Orientadora: CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de.

Vinculada à linha de pesquisa Docência em Instituições de Ensino Superior, esta dissertação de mestrado procurou estabelecer uma relação entre a formação do espaço

brasileiro, a história da educação formal no país e a atuação da Geografia, dentro e fora das salas de aula. Parte-se das características gerais do espaço brasilíndio, buscando-se relacionar a criação da nação brasileira e o papel da Geografia Escolar na inculcação do nacionalismo patriótico através do amor à natureza. As características dos livros didáticos, a instalação do primeiro curso universitário desta área do conhecimento, a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, o papel do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e suas ligações com o poder, além da geografia da fome de Josué de Castro, foram discutidos nos capítulos dois e três. A análise da obra de Aroldo de Azevedo, de seus fundamentos e de sua importância, mereceu um capítulo à parte, em razão de sua hegemonia, quanto ao livro didático, de 1940 a 1970. No quinto capítulo, foram examinados o esfacelamento da Geografia com a imposição da disciplina Estudos Sociais, a concepção de educação e às doutrinas que fundamentaram os governos militares. No capítulo seguinte, o tema central constituiu-se dos fundamentos epistemológicos e históricos da autocognominada “Nova” Geografia ou Geografia Quantitativa. A renovação da ciência geográfica e o esforço para a criação de uma vertente brasileira realizados pela Geografia Crítica nos anos 80, encerram o texto. Entremesclados nos diversos capítulos, há a tentativa de combater o clássico dualismo Geografia Física e Geografia Humana, a advocatura da necessidade de estatutos epistemológicos diferentes para as ciências sociais e as da natureza, e a concepção de uma única Geografia, como uma ciência da sociedade que estuda a produção do espaço criado pelo homem.

História da Geografia Escolar, Ensino Superior, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Pensamento Geográfico.

048. CARARO, José Américo. *Da fragmentação da prática à unidade da práxis: uma construção possível para o ensino de Geografia?* Vitória-ES. 1999. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Orientadora: SIMÕES, Regina Helena Silva.

A pesquisa analisou o conteúdo do discurso pedagógico dos professores de 5^a a 8^a séries da Rede Pública Municipal de Vitória, ES, que lecionam a disciplina Geografia, com fundamento nos pressupostos teóricos-metodológicos de uma concepção crítico-dialética de educação. Investigou-se a coerência existente entre esse discurso e suas relações com a prática didático-pedagógica concretizada. Procuraram-se, também, indicar possíveis caminhos e/ou alternativas com vistas a superar as contradições elucidadas, a fim de concretizar uma prática educativa de cunho emancipatório. A metodologia de pesquisa utilizada foi a qualitativa empregando-se uma abordagem dialética na análise dos dados coletados. Para tanto, lançou-se mão do questionário, entrevista semi-estruturada e observação da prática pedagógica. A triangulação desses

dados forneceu indicadores nos quais ficou patente a dicotomia conceber/fazer no trabalho educativo dos professores municipais, bem como as coerências e contradições entre o discurso e a prática educativa na sala de aula. As conclusões e recomendações indicam a necessidade de um redimensionamento da prática didático-pedagógica dos professores, direcionando-a intencionalmente para fins emancipatórios.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Relação Espaço-Tempo.

049. CARDOSO, Maria Eduarda Garcia. *O conceito de paisagem no livro didático e suas aplicações para o ensino de Geografia*. São Paulo-SP. 1999. Mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo. Orientador: TOLEDO, Gil Sodero de.

Este trabalho buscou elaborar uma análise do conceito de paisagem numa abordagem qualitativa, em uma amostra de livros didáticos de Geografia, de 5ª série do ensino fundamental, objetivando contribuir para as discussões referentes a prática educativa e a um de seus mais importantes instrumentos: o livro didático. Os referenciais de análise foram construídos tomando por base um eixo pedagógico estruturador do trabalho em sua totalidade: a importância da linguagem nas modalidades escrita e imagética, no contexto da sala de aula. O conceito de paisagem, portanto, foi estudado a partir de duas dimensões. A primeira fundamentou-se na linguagem escrita, analisando-se a abordagem geográfica do conceito e o grau de dificuldade. Uma linguagem na perspectiva da interação? A segunda dimensão analisou o conceito sob a ótica da linguagem das imagens, selecionando-se, para essa finalidade, as imagens representativas da paisagem agregadas a transmissão escrita, seus registros está sujeito a todas as leis de direitos autorais aplicáveis.

Livro Didático, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Prática Docente e Educativa, Paisagem.

050. CARVALHO, Alcione Luiz Pereira. *Geomorfologia e Geografia escolar: o ciclo geográfico davisiano nos manuais de metodologia do ensino (1925-1993)*. Florianópolis-SC. 1999. Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: OLIVEIRA, Marcelo Accioly Teixeira de.

As ideias cíclicas de William Morris Davis (1850-1934) influenciaram decisivamente a Geomorfologia, durante pelo menos a primeira metade do presente século. Assim, pretende-se mostrar como um sistema teórico, que era predominante na Geomorfologia, foi transportado para o ensino escolar, ou seja, como um conteúdo acadêmico é incorporado ao ensino escolar. Para tanto, evidencia-se a opinião de

alguns autores sobre a relação entre o conteúdo acadêmico e o conteúdo escolar, de uma forma geral, e de forma específica na Geografia. Ainda, contextualizar a situação do ensino escolar do relevo, principalmente nas últimas décadas. Por isso, foram compilados levantamentos e pesquisas, além de esboçar-se alguns prognósticos em relação aos conteúdos escolares da Geomorfologia. Para verificar a influência davisiana, optou-se pelos manuais de metodologia do ensino, pois estes têm uma abrangência muito grande quanto à sua utilização em função da diversidade dos seus usuários, que abrangem professores da educação básica até o ensino superior e alunos dos cursos que formam professores, além de outros profissionais envolvidos com os processos de ensino-aprendizagem, tais como psicólogos e pedagogos. Selecionaram-se os manuais de metodologia do ensino de Geografia, em língua portuguesa, utilizados no Brasil, e que deveriam ter data de edição posterior a 1899, ano de publicação do *The geographical cycle*. A amostra compreendeu manuais publicados de 1925 a 1993. Constatou-se que houve influência das ideias cíclicas davisianas, e que considerando-se o intervalo cronológico entre as datas de publicação dos manuais, perdurou por 56 anos. Essa influência inicia-se com o *Methodologia do Ensino Geográfico*, editado em 1925, mas que tem um de seus capítulos, em que sucederam ocorrências cíclicas, divulgado em 1922. E finda com o *Manual da UNESCO* para o ensino da Geografia, em 1978.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Médio e Superior, Análise de Conteúdo, Geomorfologia Escolar, Livros Didáticos.

051. CARVALHO, Alessandra Mendes de. *Avaliação de livros didáticos e proposta de atividades didático-pedagógicas em solos para o ensino de Geografia*. Belo Horizonte - MG. 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: OLIVEIRA, Cristiane Valéria de.

Este trabalho teve como objetivo avaliar alguns livros didáticos utilizados no ensino de geografia, que tratam do assunto solo, nos níveis fundamental e médio, produzir uma cartilha para professores, com sugestão de atividades práticas e a elaboração de materiais que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem do tema, além de avaliar o uso da cartilha em algumas escolas. Para tanto, foram necessárias pesquisas bibliográficas de livros didáticos de geografia do ensino fundamental e médio, obtidos a partir de uma lista fornecida pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, onde foram selecionados aleatoriamente 11 deles; pesquisa bibliográfica sobre o estudo de solos; pesquisa bibliográfica sobre metodologia de ensino; aplicação de questionários para professores e alunos, com o objetivo de avaliar o interesse pelo assunto e a avaliação sobre a cartilha. A maior parte dos professores entrevistados considerou a geografia física importante, trabalhando com o assunto solos, e relacionou

seu bom desempenho para tratar do assunto, com a formação bem estruturada na disciplina pedologia. Conclui-se que os livros didáticos pouco tratam deste assunto, e que aulas ligadas à sua vivência levam a compreensão e não à memorização. A cartilha é um bom instrumento para ajudar o professor na diversificação de suas aulas, mas não é útil se ele não souber usá-la, pois continuará levando os alunos a simples memorização. Os materiais paradidáticos são utilizados pelos professores, que, no entanto, não o aproveitam bem, e se apóiam basicamente em livros didáticos e programas curriculares, sem nenhum questionamento. A dificuldade dos alunos em aceitar a geografia física, ou assuntos com solos, está diretamente ligada ao tratamento dados pelas universidades ao curso de licenciatura, que em muitos casos fica aquém do bacharelado.

Livro Didático, Ensino Fundamental e Médio, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Recursos Didáticos, Solos.

053. CARVALHO, Maria Inez da Silva de Souza. *Fim de século: a escola e a Geografia*. Salvador-BA. 1996. Mestrado em Educação. Universidade Federal da Bahia. Orientador: PRETTO, Nelson de Luca.

A presente dissertação é uma análise da Geografia que atualmente se ensina na escola brasileira e está dividida em quatro grandes blocos: 1º) O que se quis – no qual o tema é proposto. O ensino da Geografia vem passando, nos últimos anos, por renovações significativas e, ainda, são poucos os trabalhos que tratam dessas mudanças relacionando-as com as rápidas transformações desse fim de século. 2º) O que se leu – no qual são analisadas as geografias tradicionais, a sua superação e os novos caminhos propostos através da(s) chamada(s) geografia(s) críticas(s). 3º) O que se viu – em que se descreve a metodologia, a saber, uma pesquisa qualitativa. Observou-se, durante três unidades letivas, o trabalho de Geografia de dois colégios baianos em uma análise contrastante do cotidiano de duas 6ª séries desses colégios – um privado e outro público. 4º) Ao que se chegou – em que se apresentam as análises dos dados investigados. Foram analisados, entre outros aspectos, a relação da disciplina Geografia com a estrutura geral da escola, o tratamento dispensado à relação conteúdo/forma e a significância dos conteúdos estudados. Verificou-se que, apesar das mudanças ocorridas serem importantes e significativas, a(s) geografia(s) de nossas escolas não se constituem ainda, em uma *praxis* apropriada para o momento histórico que estamos vivendo nesse fim de século.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo/Correlacional.

054. CARVALHO, Paulo Fernando Braga. *Uma proposta para o ensino introdutório da quantificação em Geografia, com uso do software Matlab*. Belo Horizonte, MG. PUC-MG. 2002. (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientadores: BARROSO, M. Leônidas Conceição e ABREU, João Francisco de.

O geógrafo trabalha constantemente com um grande volume de dados, que precisa ser organizado e apresentado de maneira sintética, mais fácil de ser manipulada e de simples compreensão. Além disso, a Geografia apresenta a especificidade de lidar, também, com a variável espacial. Assim, este estudo apresenta uma proposta de curso de introdução aos recursos da quantificação em Geografia, com aplicações do *software Matlab*, objetivando ser uma referência bibliográfica para uma área carente de publicações em língua portuguesa. Para o desenvolvimento desta proposta, fez-se necessário o levantamento dos diversos modos de se ver e conceber a educação matemática no Brasil, sendo adotada a tendência socioetnocultural, em particular a etnomatemática, como fundamentação pedagógica.

Conteúdo-Métodos, Ensino Superior, Estudo de Caso, Geografia-Matemática, Métodos Estatísticos.

055. CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de. *Educação em Geografia: caminhos e (des) caminhos da construção de uma prática pedagógica*. Belo Horizonte-MG. 1992. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: LIMA, Maria de Lourdes Rocha de.

Trata-se de proposta que se refere à construção da direção política de uma prática pedagógica em educação geográfica a favor de alunos oriundos da classe trabalhadora. A metodologia da pesquisa se constitui de três momentos que se complementam: 1º) O resgate da memória educativa refletida criticamente e costurada em análises teóricas, para revelar o caráter político das teorias pedagógicas e a luta epistemológica de geógrafos divididos entre a Geografia como “Ciência dos Lugares” e a Geografia como “Ciência da Sociedade”; 2º) O retorno a prática no sentido de recriá-la à luz das reflexões realizadas no Curso de Mestrado em Educação; 3º) Os pressupostos teórico-metodológicos subjacentes ao novo fazer pedagógico que, desvelados, revelam a direção política reconstruída e iluminam a compreensão do próprio fazer. Enfeixando o trabalho, a Geografia emerge como Ciência da sociedade e do processo pedagógico, metamorfoseado em ensino/pesquisa, como processo que se faz e sempre se refaz, guardando, em essência, o compromisso de cada um de nós com o espaço geográfico em construção.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Geografia e Ciência.

056. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. *Da Geografia que ainda é feita a uma nova visão da ciência geográfica: também se alfabetiza em e com a Geografia*. Porto Alegre-RS. 1995. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: FLORES, Terezinha Maria Vargas.

O trabalho investiga a atual situação da Geografia nas séries iniciais e busca alternativas para a educação geográfica, no que diz respeito aos seus professores. Para isso, verifica-se o que é entendido por alfabetização e a relevância da Geografia neste processo, não isoladamente, mas nas suas conexões interdisciplinares. Desmistificam-se os chamados “Estudos Sociais” e trabalha-se com questões teóricas e metodológicas da Geografia voltadas para o horizonte da alfabetização.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Alfabetização, Estudos Sociais.

057. CAVALCANTI, Lana de Souza. *O ensino crítico de Geografia em escolas públicas de ensino fundamental*. Goiânia-GO. 1991. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Goiás. Orientador: LIBÂNEO, José Carlos.

O estudo aborda a questão do ensino de Geografia em escolas públicas de 5^a. a 8^a. séries, visando aprender na realidade escolar pistas, formas e condições sob as quais o ensino se desenvolve ou pode se desenvolver numa perspectiva crítica. A investigação consistiu num estudo de caso, mediante observação direta do trabalho docente de cinco professores de Geografia e entrevistas com estes. As conclusões apontaram para a confirmação de limites de realização de um trabalho competente, crítico e criativo, já identificados em outros similares, em decorrência de condições concretas extra e intra-escolares do sistema de ensino público. No entanto, foram verificadas possibilidades de superação desses limites, partindo das condições presentes, na dependência de investimentos na luta político-pedagógica para remover aqueles limites e de intervenções na formação teórica, sociopolítica e profissional dos professores.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Estudo da Realidade Escolar.

058. CAZETTA, Valéria. *A Aprendizagem Escolar do Conceito de Uso do Território por Meio de Croquis e Fotografias Aéreas Verticais*. Rio Claro – SP. 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – Rio Claro. Orientadora: ALMEIDA, Rosângela Doin de.

Esta investigação trata da aprendizagem do conceito de uso do território por meio da elaboração de croquis a partir de fotografias aéreas verticais. Em pesquisa realizada com alunos de uma classe da 6ª série do ensino fundamental de uma escola pública de Rio Claro (SP), observou-se que a elaboração de croquis e posterior discussão em grupo favorecem a construção do conceito de uso do território, ao mesmo tempo que fundamenta o conceito de mapa. A avaliação realizada das fichas de trabalho, incluindo os croquis, baseou-se em Delval (1998), que afirma que se constrói o conhecimento com base em esquemas – padrões que orientam nosso comportamento e nos permitem atingir os objetivos propostos. Nesta investigação, utilizou-se um instrumental técnico para construir conceitos geográficos aproximando assim, Cartografia Escolar da fundamentação teórica da Geografia.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Fotografias Aéreas, Território.

059. CECCHET, Jandira Maria. *Iniciação cognitiva do mapa*. Rio Claro-SP. 1982. Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Orientadora: OLIVEIRA, Livia de.

Este trabalho aborda as relações espaciais em duas dimensões: a da percepção e a da representação espacial, por meio do mapa, em estudo da construção e a interpretação dos mapas, com base na Psicologia da Aprendizagem, de Jean Piaget. A investigação visa à elaboração de uma “cartografia infantil” e a preparação da criança para realizar as operações mentais para ler e interpretar um mapa. As ideias que orientam a busca de solução do problema do estudo consideram a criança na perspectiva do seu desenvolvimento cognitivo, em especial, com relação às suas relações com o espaço. O objetivo do trabalho é contribuir para a metodologia da aprendizagem do mapa, especificamente na iniciação cognitiva, abordando, de forma experimental, o desempenho das crianças de pré-escola no estabelecimento de relações espaciais topológicas elementares em representação do seu espaço escolar. Relata-se a experimentação das tarefas operatórias das crianças, essencialmente a representação do espaço feita pelas crianças através dos desenhos, tentando relacionar os trabalhos por elas realizados com as etapas do seu desenvolvimento gráfico. Finaliza-se com a apresentação das implicações didáticas derivadas da realização do estudo e da reflexão sobre os resultados alcançados com a experimentação.

Representação Espacial, Ensino Fundamental (Pré-escola), Pesquisa Experimental, Mapas, Percepção.

060. CHAGAS, Maria de Freitas. *O programa de Estudos Sociais (Geografia e História) de Minas Gerais – SEE/1986: mediador de uma educação transformadora nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro-RJ*. 1992. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: BASTOS, Lilia da Rocha.

A pesquisa faz uma avaliação intrínseca do Programa de Estudos Sociais (Geografia e História) de Minas Gerais (SEE, 1986), destinado às quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, investigando a linha educacional adotada nesta proposta curricular, o seu processo de desenvolvimento e a sua exequibilidade tendo em vista a realidade educacional mineira. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de um questionário e de uma entrevista, e revelaram, entre outros, que: 1) O programa avaliado reflete, de uma forma significativa, os pressupostos da tendência educacional progressista; 2) O domínio do programa, por parte da maioria dos professores, está muito mais em nível de discurso, que da prática educativa concreta; 3) A exequibilidade do programa depende da capacitação profissional dos educadores.

Estudos Sociais, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Currículos e Programas.

061. CHAGAS, Walter Karwatzki. *Avaliação dos objetivos gerais de programas de educação ambiental em empresas privadas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre – RS. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes.

Esta dissertação trata de uma avaliação dos objetivos gerais propostos em dois programas de educação ambiental desenvolvidos por empresas privadas no estado do Rio Grande do Sul – Souza Cruz e Klabin Celulose Riocell. A principal meta desta pesquisa é avaliar os objetivos gerais desses autodenominados programas de educação ambiental tendo como referencial de comparação os objetivos da educação ambiental estabelecido na Recomendação nº 02 da Primeira Conferência Intergovernamental Sobre Educação Ambiental de Tbilisi, de 1977. Para tanto, foi utilizado o método analítico constituído na análise dos objetivos gerais propostos por cada um dos programas e a sua concordância com os estabelecidos na referida recomendação. Assim, esta pesquisa apresenta as diversas ações educacionais desenvolvidas nos programas de educação ambiental referidas, através de suas metodologias para seus públicos-alvo. Como resultado desta avaliação, fica exposto o significativo distanciamento existente entre os objetivos da educação ambiental estabelecidos na Recomendação nº 02, da Conferência de Tbilisi, e os que servem como norteadores de cada um destes programas. A pesquisa revela a existência de um forte caráter preservacionista/conservacionista no ensino da educação ambiental existe em grande parte das ações destes autodenominados programas de educação ambiental, a qual é evidenciada por seus objetivos gerais propostos. Isso exige uma reavaliação de vários dos objetivos

gerais de tais programas para que suas ações resultem em uma educação ambiental efetiva e não se torne apenas um agente de interpretação da natureza.

Educação Ambiental, Análise de Conteúdo, Empresas Privadas.

062. CHAVEIRO, Eguimar Felício. *O ensino de Geografia e o desenvolvimento do pensar geográfico - elementos para uma avaliação do curso de Geografia da UFG*. Goiânia-GO. 1996. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Goiás. Orientador: LIBÂNEO, José Carlos.

O estudo teve por objetivo analisar e avaliar alguns aspectos do Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás relacionados com a ciência geográfica e seu ensino. Foram tomados como pontos de partida a consideração dos desafios provocados pelas mudanças do mundo *hodierno* e as oportunidades de aprendizagem oferecidas pelo curso aos seus alunos. A pesquisa desenvolveu-se tomando como suporte empírico dois lastros fundamentais: a compreensão de alunos sobre categorias e conceitos geográficos através de leitura de seu lugar de moradia e de sua avaliação dos elementos pedagógico-didáticos do curso. Os dados foram coletados por meio de entrevistas e questionários aplicados a alunos do 1º e do 4º anos e, adicionalmente, pela análise dos componentes epistemológicos e pedagógico-didáticos da atual proposta curricular. Tomou-se como referência o cenário histórico no qual se insere o curso de Geografia, isto é, o Movimento de Renovação da Geografia brasileira, e o cenário lógico, isto é, os componentes epistemológicos pedagógicos-didáticos e psicocognitivos implicados no processo de ensino e aprendizagem, dentro da perspectiva de compatibilização entre ciência e matéria de ensino, ou seja, de pedagogização do científico. A análise dos depoimentos dos alunos possibilitou verificar que, enquanto os alunos do 1º apresentaram notórias dificuldades na internalização e utilização dos conceitos geográficos, os do 4º ano, embora soubessem nomear os conceitos, não desenvolveram suficientemente habilidades cognitivas para sua utilização para pensar e problematizar. Com isto, a crítica que elaboraram nas situações apresentadas nas perguntas e em relação ao curso, permaneceu “externa” ao objeto, sem dar conta de uma crítica analítica. Tais constatações apontam para debilidades do curso nos aspectos epistemológicos e pedagógicos-didáticos. Procurou-se entrever, finalmente, os grandes desafios atuais do ensino de Geografia, analisando-se diante das categorias como trabalho, natureza, espaço geográfico frente às novas realidades, e sua interferência na formação profissional do geógrafo bacharel e/ou licenciado.

Currículos e Programas, Ensino Superior, Estudo Comparativo/Correlacional, Formação de Conceitos, Geografia e Ciência.

063. CHAVES, Sandra Isabel. *A Implantação da Coleta Seletiva como Instrumento da Educação Ambiental. Goiânia – GO. 2002.* (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Orientadora: OLIVEIRA, Sandra de Fátima.

Este estudo analisa o papel da coleta seletiva como instrumento da transversalidade da Educação Ambiental, numa perspectiva humanista, holística, inter, multi e transdisciplinar, a partir de um estudo de caso. Destacam-se quatro momentos tidos como referenciais para essa dissertação, a saber: primeiro, o cenário e as implicações do surgimento do movimento ambientalista, História da Educação Ambiental e Educação Ambiental e construção de valores; segundo, a problemática dos resíduos sólidos e o desafio da coleta seletiva; terceiro, é descrita a trajetória do Projeto Coletar é Preservar, objeto de análise da pesquisa; o quarto apresenta a análise dos resultados, as considerações finais e as perspectivas para a implementação da prática. Durante todo o trabalho dissertativo, destaca-se a importância da Educação Ambiental na formação de valores, hábitos, atitudes necessários à construção de novas bases éticas, adequadas ao estabelecimento de novas relações entre todos os seres vivos e o meio, o que irá contribuir para a superação da dicotomia entre o desenvolvimento social, econômico e ambiental. A Educação Ambiental precisa constituir-se como prioridade nas políticas públicas, devendo ser prática processual, participativa e democrática.

Educação Ambiental, Estudo de Caso, Coleta Seletiva.

064. CIRQUEIRA, Miguel Soares. *O Ensino de Geografia em Escolas Estaduais de Nível Médio em Goiânia. Goiânia - GO. 2001.* (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Goiás. Orientadores: NUNES, Heliane Prudente.

A dicotomia entre o meio físico e o meio social sempre esteve presente nos estudos de geografia do ensino fundamental e médio, sustentada nesses anos todos como “a ciência da boa memória”, em que inúmeros dados devem ser decorados. Como ensinar uma geografia que não seja só descrever o espaço físico, mas relacioná-lo com o que o homem construiu através dos tempos no espaço? Estudar uma Geografia em que o fio condutor é a sociedade, suas formas de organização e modificação é um desafio. Desse modo, este trabalho é uma tentativa de fornecer contribuições para o desafio de um ensino de Geografia, nas escolas de nível médio, mais dinâmico, contemporâneo e crítico – mapeando o espaço com sua especificidade natural configuradas à ação ininterrupta do trabalho coletivo da sociedade. No papel de agente coadjuvante da transformação social, o professor de Geografia deve contribuir para que o aluno – a partir de suas condições de vida e de trabalho – negue suas condições de agente passivo e, pela aquisição ativa dos conhecimentos, assuma o papel de sujeito na superação dessas condições. Este trabalho busca encontrar, na escola pública atual, os indícios

de uma prática de ensino renovadora/crítica/cidadã. Para isso, foram explicitados, como matriz de análise, os componentes básicos do ideário de renovação da Geografia, a fim de se proceder ao levantamento empírico, análise e interpretação das práticas vigentes e verificar as direções que tais práticas vêm tomando para, em seguida, avaliar as possibilidades de uma proposta teórico-prática diferenciada.

Prática Docente e educativa, Ensino Médio, Análise de Conteúdo, Cidadania.

065. COELHO, Ana Maria Simões. *Para uma caracterização do Raciocínio geográfico*. Belo Horizonte-MG. 1997. Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: LE SANN, Janine G.

Neste trabalho são examinados alguns elementos do raciocínio do geógrafo, com o objetivo de melhor caracterizá-lo. Parte-se da noção de que, enquanto função do pensamento, o raciocínio estrutura-se em diferentes operações, entre elas a seleção de informações e a sua articulação. Supõe-se que a formação profissional em geografia signifique a aprendizagem de uma certa maneira de ver a realidade, e que essa aprendizagem torna necessário o recurso a certas operações mentais, entre elas a seleção de determinadas informações, responsável, pelo menos parcialmente, pela especificidade do raciocínio do geógrafo. Para testar essa hipótese, compara-se o processo de solução de um mesmo problema por dois grupos: um de geógrafos, outro, de arquitetos. Os procedimentos utilizados incluem, entre outras, a técnica de verbalização, pelos sujeitos, de todo o processo mental de busca de solução do problema, gravado e transcrito. A frequência, maior ou menor, e, também, a maneira como cada grupo se refere a certos temas, são interpretadas como indícios de sua importância para o raciocínio dos sujeitos. Conclui-se que a prioridade dada pelos geógrafos e pelos arquitetos aos elementos temáticos de conteúdo do raciocínio, para a solução do problema proposto, não é suficientemente diferente para que se possa considerar a seleção das informações como um aspecto diferenciador do raciocínio do geógrafo, embora alguns traços específicos possam ser notados. Os resultados sugerem a possibilidade de que a especificidade do raciocínio do geógrafo seja buscada na articulação dos elementos utilizados, feita em função das relações espaciais.

Conteúdo-Método, Análise de Conteúdo, Raciocínio Geográfico.

066. COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno. *O ensino da Geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971*. Rio Claro-SP. 1984. Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Orientadora: OLIVEIRA, Livia de.

Esta dissertação analisa, de modo respectivo, os livros didáticos de Geografia, utilizados e produzidos no Brasil desde a primeira reforma no ensino no período republicano até o ano de 1971, resultado da criação da LDB de 1961. No primeiro capítulo trata das reformas educacionais e dos programas de ensino da Geografia. No segundo capítulo, da relação dos livros didáticos com o ensino de Geografia em cada reforma, destacando-se os conteúdos geográficos dos livros comentados segundo os autores, os títulos, as datas de publicação e o próprio conteúdo. Ao final utiliza-se como exemplo o estudo do clima, pois segundo a autora, é o assunto tratado na maioria dos livros analisados.

Livro Didático, Ensino Fundamental e Médio, Análise de Conteúdo, Currículos e Programas, Estudo do Clima.

067. CORREA, Francinete Massulo. *A representação da Amazônia no livro didático de estudos sociais do primeiro grau*. Manaus-AM. 1992. Mestrado em Educação. Universidade do Amazonas. Orientadora: MARTINS, Isis de Araujo.

Este trabalho analisa a representação da Amazônia em sete livros didáticos de Estudos Sociais, destinados a 4ª série do 1º grau, escolhidos entre os títulos mais usados nas escolas da rede pública de Manaus, AM, em 1988. A metodologia utilizada foi análise de conteúdo, sendo o tratamento dado à Amazônia operacionalizado através das seguintes categorias: conceito geográfico da Amazônia; processo de ocupação da região; exploração das riquezas naturais e interpretação da Amazônia. Os resultados demonstraram que as mensagens sobre a Amazônia veiculada nos livros didáticos de estudos sociais são embasadas em concepções positivistas, portanto, há a necessidade de o livro didático de estudos sociais ajustar seu conteúdo à realidade concreta amazônica, ou então este instrumento do processo ensino-aprendizagem continuará a constituir-se em fator de desinformação para a juventude amazonense. Impõe-se, assim, uma revisão política do livro didático, hoje sob o controle de um número restrito de editoras contratadas nos principais pólos industriais do país. É preciso capacitar o aluno a interpretar, analisar e compreender a realidade para que possa estabelecer ligações entre região-espaço-tempo-relações sociais.

Livro Didático, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Amazônia, Ensino de Estudos Sociais.

068. CORREA, Sônia Maria Mafassioli. *Bases teórico-metodológicas de livros didáticos de Geografia*. Santa Maria-RS. 1991. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Orientadora: COSTA, Maria Tomazia Gomez.

Trata-se de dissertação que identifica as bases teórico-metodológicas que fundamentam as propostas dos livros didáticos de 2º grau utilizados nas escolas de Santa Maria, RS. Para tanto, foi organizado um referencial teórico abrangendo o objeto de estudo, os temários dele decorrentes e os procedimentos metodológicos de análise do espaço das principais tendências do pensamento geográfico. A seguir, realizou-se uma análise documental dos livros didáticos. Concluiu-se que os autores examinados aproximam-se do Movimento de Renovação da Geografia em sua vertente crítica, no que se refere ao temário, divergindo quanto ao método e ao nível de abordagem do estudo. Embora apresentem divergências conceituais, os autores se aproximam ao trabalharem o conceito de espaço social.

Livro Didático, Ensino Médio, Análise de Conteúdo, Espaço Social.

069. COSTA, Fabio Luiz Letieri da. *A Internet como recurso do ensino da Cartografia*. São Paulo-SP. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: ALMEIDA, Regina Araújo de.

O presente trabalho tem como principal objetivo a utilização da Internet como recurso no ensino da Cartografia e da Geografia. Sugere-se o desafio do professor utilizar a tecnologia com a metodologia, na perspectiva de transformar a informação recebida em conhecimento, demonstrando que o uso do computador motiva o aluno no aprendizado da disciplina. Para isso, relacionam-se as opções disponíveis para o uso do computador no ensino da Cartografia e da Geografia, mediante uma abordagem que busca viabilizar o acesso a dados geográficos em formato de hipertexto, através do desenvolvimento de uma interface que trabalha com o conceito de objetos geográficos, transmitindo informações e imagens pela rede mundial de computadores. Esta interface apresenta uma Home page com o conteúdo básico de Cartografia, destacando os seguintes temas: coordenadas geográficas, escala de um mapa, legenda de um mapa e fuso-horário. Indica a possibilidade de utilização de programas desenvolvidos para a linguagem da Internet, cujos recursos ainda garantem o atendimento aos requisitos de interatividade e dinamismo no acesso às informações geográficas e linguagem cartográfica. Apresenta, também, propostas de integração das novas tecnologias com as já existentes, implementando a utilização destes recursos em ambientes de ensino-aprendizagem.

Representação Espacial, Estudo de Caso, Cartografia, Multimídia.

070. COSTELLA Roselane Zordan. *A alfabetização cartográfica interdisciplinar nas séries iniciais do ensino fundamental e a interação do educando no contexto sócio-ambiental*. Porto Alegre-RS. 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: REGO, Nelson.

O tema central da presente monografia é a importância da alfabetização cartográfica nas séries iniciais do ensino fundamental. O processo de alfabetização se dá através da construção do conhecimento, que é norteado por atividades prático-teóricas, em que se utilizam oficinas e a sistematização das mesmas. A análise desse processo de aprendizagem se faz diante de duas realidades socioeconômicas: alunos de uma escola da rede particular de ensino e alunos de uma escola da rede pública. As duas escolas localizam-se na mesma rua, uma ao lado da outra, porém a ambiência dos alunos é completamente diferente. O trabalho enfatiza a importância da análise da ambiência dos alunos, respeitando as suas subjetividades, para uma interpretação consciente dos resultados produzidos pelos educandos e retomando a ideia de que o espaço onde se localiza a escola nem sempre representa o espaço de ambiência de quem nela estuda. Os grupos pesquisados apresentam diferenças de resultados tanto no processo de habilidades desenvolvidas para superar os problemas cartográficos quanto na representação das maquetes. Os alunos da escola pública apresentaram uma falta de habilidades mais significativa que o outro grupo, porém, na maquete, têm uma preocupação maior em mostrar um espaço mais real e capaz de ser comparado com o cotidiano. Já os alunos da escola particular representam, nas maquetes, espaços virtuais ou uma grande desorganização espacial com representações não condizentes aos contextos cotidianos. Esse trabalho, através das diferentes análises realizadas no segundo semestre do ano de 1999 e no decorrer de 2000, apresenta algumas propostas de trabalhos seguidas de análises e sugere a interdisciplinaridade dessas propostas com o objetivo de efetivar com clareza e dinamicidade a construção do conhecimento. O trabalho apresenta uma grande preocupação com o nível de maturidade dos alunos. Essa análise é feita não só na compreensão da idade e suas características, mas na maturidade representada pela ambiência e vivência dos alunos. Uma das preocupações que embasam o tema proposto é a tomada de consciência que próprio aluno deve ter ao pensar sobre o espaço. Na idade pesquisada, entre 6 e 10 anos, de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, é imprescindível representar e interpretar os espaços de vivência, seja real ou virtual. Essa interpretação proporcionará ao aluno um conhecimento de sua identidade espacial para, mais tarde, transferi-la para uma representação ou leitura de mapas.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo/Correlacional, Alfabetização, Ambiência.

071. COURI, Paulo Rogério Xavier. *Geografia e educação ambiental*. Niterói-RJ. 1991. Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense. Orientador: FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de.

Analisa os livros de Geografia do 2º grau mais usados em escolas públicas do Rio e de Niterói nos anos 1980, verificando o tratamento dado por eles a educação ambiental. Para isso, trata-se dos seguintes aspectos: fundamentação teórica do tema; discussão sobre educação ambiental, crescimento urbano e apropriação da natureza pelo homem; metodologia usada no estudo, com livros-texto de Geografia do 2º grau, que são estudados tendo por base a Análise de Conteúdos de Bardin, 1977. Por último, discutem-se os resultados encontrados, evidenciando a influência positivista dos textos e a ausência de tópicos sobre educação ambiental.

Educação Ambiental, Ensino Médio, Análise de Conteúdo, Livro Didático.

072. COUTO, Marcos Antonio Campos. *O tema do trabalho na Geografia que se ensina*. Niterói-RJ. 1994. Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense. Orientador: BASTOS, João Baptista.

Exame da categoria trabalho na disciplina de Geografia ensinada no 2º grau, por meio de entrevistas com professores e análise de livros didáticos. As obras analisadas oferecem subsídios para compreensão do tema e das questões como: a divisão de trabalho e especialidade diferencial, de Yves Lacoste; modos de produção, formação econômico-social e formação sócio-espacial, de Milton Santos. O processo de desterritorialização da sociedade, na forma de uma nítida distinção entre o campo e a cidade, e de uma megaurbanização, de M. Quaini. Conclui-se ser necessário repensar o lugar da categoria trabalho no ensino de Geografia e tratá-la como fundamento econômico das sociedades. Mas também é necessário explorar o que acarreta o alienado e o alienante do processo de trabalho capitalista. É dentro da Filosofia da alienação/desalienação dos homens que se situa a categoria trabalho, na Geografia que se ensina.

Conteúdo-Método, Ensino Médio, Análise de Conteúdo, Trabalho, Livro Didático.

073. CRUZ, Luiz Eduardo Monteiro de Barros. *A Práxis Educativa e a Problemática do Lixo em uma Comunidade Pantaneira – Mimoso - MT*. Cuiabá – MT. 2002. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Orientador: SATO, Michèle Tomoko.

O presente trabalho tem como proposta a reflexão sobre a trajetória do pesquisador em um projeto interinstitucional de educação ambiental realizado no Pantanal mato-grossense. Intitulado Educação Ambiental como prática sustentável da comunidade pantaneira ou simplesmente Projeto Mimoso, aborda distintas linhas de pesquisa, sendo a nossa em particular a questão dos resíduos sólidos e a compostagem,

inserida na práxis educativa, que consagra a relação dialética entre a prática e a teoria. A opção pelo tema revelou a complexidade que o problema do lixo representa em uma área rural pantaneira pertencente à Bacia do rio Cuiabá, onde se situa o distrito de Mimoso no município de Santo Antônio de Leverger, MT. A comunidade local, ainda que contribua relativamente pouco para a produção dos resíduos sólidos, sofre com o aumento do problema na região, através de dejetos advindos também de outras localidades pelo rio Cuiabá, poluindo as baías e rios próximos a Mimoso. O envolvimento de outros atores sociais, como turistas e pescadores amadores que visitam (invadem) a região, aliado à ineficaz ação do município na gestão ambiental, corroboram para o agravamento da situação. Ao ancorarmos o trabalho na visão biorregionalista, sublinhamos a importância de se buscar o conhecimento local através da análise do impacto dos resíduos sólidos, privilegiando as narrativas regionais. O desafio, portanto, é compreender e valorizar as percepções da comunidade quanto à problemática dos resíduos sólidos na biorregião pantaneira, encorajando seus membros a uma postura crítica e participativa, através da dialogicidade necessária à construção do processo educativo, tendo como ponto de partida a escola local.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Escola Rural.

074. CRUZ, Maria Tereza Souza. A Geografia na escola de 1º grau: uma proposição teórica sobre a aprendizagem de conceitos espaciais. Rio Claro-SP. 1982. Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Orientadora: OLIVEIRA, Livia de.

O trabalho critica a Geografia tradicionalmente ensinada nas escolas, valorizando o ensino das relações espaciais e a organização do espaço, especialmente a formação de conceitos geográficos (representação, localização, distribuição e interação espaciais). Busca-se por meio da Psicologia do Desenvolvimento de Piaget, discutir a orientação desta linha preconizada pela Lei nº 5692/71, no ensino de Geografia. A crítica é ao sistema educacional, por não conseguir levar esta proposta para a sala de aula, por falta de conhecimento do professor, pela escassez de orientação didática para a compreensão dos pressupostos da lei. E como proporcionar ao educando, em sala de aula, uma aplicação ativa dos conhecimentos geográficos? O possível equacionamento estaria numa metodologia em que os conceitos e a organização cognitiva se encontrassem o mais possível relacionadas. A partir, portanto, dos estudos psicogenéticos, pretende-se contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem da Geografia na escola de 1º grau, mediante reflexões sobre a situação da Geografia na escola de 1º grau quanto à aprendizagem geográfica a partir da formação de conceitos. Além disso, propõem-se princípios teóricos sobre o desenvolvimento e a formação de conceitos espaciais e sugerem-se alternativas teóricas para a aplicação de atividades operatórias em geografia.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Relações Espaciais.

075. DEGGERONI, Catarina Alici A. L. *Como a Geografia pode auxiliar os alunos com necessidades visuais especiais na construção de sua integração escolar*. Porto Alegre - RS. 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: REGO, Nelson.

A dissertação aborda a temática da educação inclusiva do aluno portador de necessidades visuais especiais, em sala de aula regular, através da disciplina de Geografia. No contexto da educação especial, a exclusão escolar ocorre quando as necessidades especiais não são atendidas. Assim, procurando fazer interagir aportes teóricos da Educação e da Geografia, com a prática vivenciada de criação de recursos pedagógicos especiais, a dissertação procura apresentar relatos e avaliações reflexivos, relativos à vivência dessas práticas necessárias à inclusão escolar e, por extensão, social. Com base nos relatos e avaliações das práticas pedagógicas, propõem-se alguns indicativos para a construção dialógica de metodologias que promovam a inclusão escolar.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Educação para Necessidades Especiais (Visual), Recursos Didáticos.

076. DIAS, Luciana Fava. *O Croqui Cartográfico no Ensino da Geografia: Ensaio Metodológico*. São Paulo-SP. 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: SIMIELLI, Maria Elena Ramos.

Neste trabalho, procuramos discutir os croquis cartográficos como um recurso metodológico no ensino de Geografia. Encontramos nas teorias de Comunicação Cartográfica e de Visualização Geográfica um caminho para o entendimento da eficácia dos croquis cartográficos como método didático. Em complemento, a análise da linguagem gráfica nos forneceu um instrumental para abordar a questão da construção das representações. Estas análises nos proporcionaram uma maior compreensão da maneira como os indivíduos extraem informações e constroem os mapas. A partir das bases citadas, procuramos desenvolver nossa pesquisa, trabalhando com alunos da 5ª série do ensino fundamental, na faixa etária de 11-12 anos, elaborando atividades nas quais o croqui cartográfico é utilizado como um método de ensino da Geografia.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Cartografia, Recursos Didáticos.

077. DINIZ, Maria do Socorro. *Do espaço vivido ao ensinado: o desafio do ensino da Geografia no 1º grau*. Rio de Janeiro-RJ. 1989. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientadora: CANDAU, Vera Maria F.

Este estudo propõe-se a analisar criticamente o conceito de espaço geográfico apreendido e o ensinado para diferentes classes sociais, tomando como base, para levantamento de dados empíricos, alunos e professores de geografia da 5ª série do 1º grau regular diurno, da escola pública do município do Rio de Janeiro. Este estudo incorpora a dialética como método de investigação. Nessa perspectiva, a apreensão dos conceitos de espaço geográfico dos diferentes grupos permitirá a recuperação de uma visão do todo que inclui o aluno, o professor, a geografia e o social. Os dados da pesquisa foram obtidos através de instrumentos qualitativos tais como: entrevista realizada com pessoal discente e docente envolvido no processo, a observação em atividades técnico-pedagógicas, e a análise de documentos do tipo técnico, pessoal e do material instrucional. Esses dados foram sistematizados com a preocupação de conhecer essa realidade e a forma como ela se produz, e reproduz, tomando como base o resgate crítico da produção teórica existente e que subsidiasse a temática proposta. A partir do conhecimento anterior, das questões colocadas pela realidade e a redefinição as categorias e conceitos, numa discussão crítica em torno dos seus resultados, procuramos avançar na colocação de questões que contribuam para uma ação concreta. Chegou-se à conclusão de que o espaço geográfico ensinado reforça a ideia de que as diferenças socioespaciais são naturais; aluno e professor são considerados objeto do conhecimento; a escola é importante veículo de reprodução da realidade social diferenciada, ou seja, “o lugar de classe”. A geografia ensinada na 5ª série não tem permitido saber pensar o espaço porque desconhece as contradições de classe, havendo portanto, uma dicotomia homem-espaço; sujeito-objeto do conhecimento, conteúdo-método, produtor e transmissor do conhecimento.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Espaço Vivido.

078. DOCKHORN, Sumara Gomes C. *A Geografia como possibilidade de instrumentalização interdisciplinar na escola ciclada em uma turma em processo de alfabetização*. Porto Alegre – RS. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: REGO, Nelson.

A experiência apresentada neste estudo atendeu a uma turma de vinte alunos do segundo ano do primeiro ciclo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente João B. M. Goulart, da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre-RS - RMEPA, localizada na periferia da Zona Norte da cidade. O estudo fundamenta-se na construção do conceito de cidade, surgido a partir da seguinte fala da comunidade: “cada um faz suas coisas, cada um cuida da sua vida.” Tal fala foi retirada da pesquisa sócio-antropológica realizada na comunidade escolar, que participa desta escola. A partir desta fala, criou-se um complexo temático, com o seguinte título: “Qualidade de vida.” Este originou o mapa conceitual, que sugeria o estudo do tema central –

meio ambiente –, que foi desmembrado, e fez-se a opção de estudar o meio. Qual meio? Que meio? Um meio conhecido, mas não percebido como um todo: a cidade. Seleccionadas as categorias que compõem o conceito de cidade, foi feita uma relação com os elementos que formam o conceito de identidade. E os dois estudos (cidade e identidade) seguiram em paralelo, em que se percebe a trama que há entre os mais diversos conceitos e conteúdos, propostos por todas as áreas de conhecimento. É importante destacar a intenção de propiciar às crianças um ensino-aprendizagem onde os alunos teriam a oportunidade de pensar, expor estes pensamentos, analisar e sintetizar. Dessa forma estariam incluídos, não só no sistema educacional, mas também no meio ao qual pertencem. Estariam, assim, atendendo a um anseio da autora, em oferecer aos seus educandos o mesmo tipo de ensino que procurou para se filho. Um ensino que percebesse o aluno como um todo, e não em partes distintas. Faz-se necessário esclarecer que este estudo não teve a pretensão de acelerar o processo de alfabetização, mas apresentar a Geografia como possibilidade de instrumentalização interdisciplinar em uma turma de escola ciclada em processo de alfabetização.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Interdisciplinaridade, Alfabetização, Cidade.

079. EILERT, Vera Brenner. *Adoção de inovação no ensino de Geografia*. Santa Maria-RS. 1981. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Orientador: ALMEIDA, Joaquim Anécio de Jesus.

Neste trabalho realiza-se estudo diagnóstico-interpretativo sobre os fatores condicionantes do processo de adoção de inovação no ensino da Geografia em Santa Maria, RS, tendo como finalidade a renovação do ensino dessa disciplina. O pressuposto inicial é que o processo de adoção de inovação no ensino da Geografia está condicionado ao acesso às fontes de informação, à inovatividade, às características dos subsistemas de ensino. Conclui-se que o processo de adoção de inovação no ensino de geografia em Santa Maria, RS, está em fase inicial e que resulta, principalmente, de um processo de aprendizagem em que a aquisição do conhecimento e seu aprofundamento constituem condições essenciais para o professor chegar ao estágio decisório quanto à inovação.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental/Médio, Estudo de Caso.

080. ERAS, Edilene. *As condições de leitura e de produção de respostas em atividades de interpretação de textos na sala de aula*. Belo Horizonte - MG. 2000. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: VAL, Maria da Graça Ferreira Costa.

O objeto de análise deste estudo são as condições de leitura e de produção de respostas em atividades de interpretação de textos no contexto da sala de aula. A opção por realizar a pesquisa nesse espaço social me permitiu analisar aspectos do material impresso para essa leitura, aspectos da mediação das professoras e aspectos da função dessa atividade para os alunos, inter-relacionando elementos que compõe a dinâmica discursiva desse trabalho pedagógico e fundam as condições de realização dessa prática escolar. Para a análise dos dados, tomaram-se como referência estudos de inspiração bakhtiniana, segundo o entendimento de que a linguagem é constitutiva das relações humanas e, por isso, do pensamento do sujeito concebido como constituído historicamente. Foram selecionadas, para análise, três situações de leitura com textos mimeografados e uma situação de leitura com livro didático, todas na área de estudos integrados (história e geografia), registradas por escrito e gravadas em áudio, em três escolas públicas de Belo Horizonte. A análise dos dados indicou que: a) os alunos são submetidos a uma situação de desempenho escolar em que a leitura é conduzida e o produto (resposta) prevalece sobre o processo (pensar); b) a configuração linguística do texto lido e dos enunciados das perguntas condiciona a forma de leitura dos alunos e, conseqüentemente, suas respostas escritas; c) a mediação da professora pode favorecer ou desfavorecer o tratamento processual das informações bem como a contextualização sócio-histórica destas. Com este trabalho, aponta-se para a necessidade de aprofundamento das discussões sobre essa prática de leitura e, desse modo, oferecem-se elementos que possam ser convenientes para os educadores pensarem a formação escolar e como ela se apresenta em sua prática em sala de aula, a partir das atividades de leitura com interpretação de textos.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Leitura/ interpretação de textos.

081. ESAÚ, Marília Alves Pedrosa. *Avaliação de planos de ensino de Estudos Sociais - problemas conceituais e metodológicos*. São Paulo-SP. 1973. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo.

Este trabalho analisa o grau de eficácia de planos de ensino de Estudos Sociais, baseado num modelo de avaliação de planos de ensino. Dadas as limitações encontradas, a eficácia só foi verificada diante dos objetivos educacionais propostos. Integram a amostra 21 escolas, particulares e municipais, com seus planos de ensino, com aspectos de renovação pedagógica, que incluem Estudos Sociais em suas 5^a séries. Dos planos estudados, dez foram considerados eficazes e 11 não-eficazes; dentre os primeiros, 70% são de escolas particulares e 30% de municipais; dentre os não-eficazes todos são de escolas municipais. Foram testadas hipóteses sobre a relação

entre eficácia do plano de ensino e variáveis do professor e da escola e os resultados apresentados no trabalho.

Estudos Sociais, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo-Correlacional.

082. EVANGELISTA, Armstrong Miranda. *A Geografia no ensino fundamental: uma proposta de prática docente*. Teresina-PI. 2000. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí. Orientador: ARAÚJO, José Luis Lopes.

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver, junto a estudantes e professores da 5^o série do ensino fundamental, um conjunto de metodologias alternativas de ensino de Geografia, visando abordar de forma sistemática a construção dos conceitos de orientação, localização e representação do espaço, considerados fundamentais para a análise da realidade de um ponto de vista geográfico. Utilizou-se como apoio teórico a contribuição de estudos sobre a formação dos conceitos na criança que afetam de forma direta ou indireta o ensino de Geografia, destacando especialmente aqueles ligados à visão piagetiana sobre as relações espaciais necessárias para compreender a estruturação do espaço, denominadas de relações topológicas, projetivas e euclidianas. O estudo foi realizado através de intervenção direta em duas turmas de escolas situadas na cidade de Teresina-PI, uma particular e a outra pública, durante o primeiro semestre de 1999. No desenvolvimento do trabalho adotou-se como metodologia a observação participante, mediante coleta de informações feitas em questionários e entrevistas gravadas em fita cassete. Analisando-se tais informações coletadas através desses instrumentos, observou-se que as duas escolas se constituíam em ambientes bem distintos, o que influenciou no ritmo e na qualidade do aprendizado das turmas. Como um parâmetro importante para avaliar o desenvolvimento do trabalho, aplicou-se uma prova sobre os conceitos espaciais. A análise interna indicou um bom rendimento para a turma de intervenção da escola particular, sendo pouco satisfatório a *performance* geral da turma de intervenção da escola pública. Comparando esses desempenhos com uma outra turma da própria escola, verificou-se que os resultados da prova foram melhores para a turmas de intervenção, mesmo que, na maioria dos casos, essas diferenças não tenham sido significativas, como demonstrou o teste estatístico utilizado.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Pesquisa-Ação, Localização e Orientação.

083. FAE, Maeli. *A contribuição do ensino de Geografia para a prática da Educação Ambiental nas 1^o e 2^o séries do Ensino Fundamental*. Florianópolis-SC. 2003.

(Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: BUSS, Maria Dolores.

Neste estudo foram analisados aspectos do processo pedagógico do ensino de Geografia e sua contribuição para a prática da Educação Ambiental nas 1ª e 2ª séries do ensino fundamental da Escola Básica Municipal José do Valle Pereira, em Florianópolis, com sugestões de atividades a serem desenvolvidas. A preocupação é conhecer as políticas educacionais vigentes que definem o sistema educacional e estabelecem a análise do ensino da Geografia e o Meio Ambiente nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), além da proposta curricular veiculada na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, com destaque o ensino fundamental. As atividades do ensino da Geografia e Educação Ambiental, na etapa em que as crianças iniciam sua vida escolar, devem basear-se no concreto, através do seu espaço vivido, e as vivência torna-se importante para o desenvolvimento das relações espaciais, ambientais e sociais, numa construção gradativa e contínua, partindo da percepção até a representação e envolvendo as relações que interagem em suas vidas. O lugar vivido e as experiências cotidianas, manifestam as características da escala local para global e vice-versa. Este é um desafio que deve ser construído no dia-a-dia, a partir das referências dos alunos, fundamentadas na construção dos conceitos e nos conhecimentos teóricos. As atividades foram desenvolvidas com professores e alunos mostrando as etapas que devem ser trabalhadas na faixa etária de 7 a 8 anos, etapas essas fundamentais para a compreensão das noções espaciais e na construção das relações com o ambiente.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, PCN.

084. FANTINEL, Lúcia Maria. *Práticas de Campo em Geologia introdutória: papel das atividades de campo no ensino de Fundamentos de Geologia do Curso de Geografia na UFMG*. Belo Horizonte-MG. Campinas-SP. 2000. (Mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. Orientador: CUNHA, Carlos Alberto Lobão da Silveira.

Atividades geológicas de campo são ferramentas fundamentais do processo de aprendizado de Geologia, principalmente quando o ensino está circunscrito a apenas uma disciplina geológica de caráter simultaneamente introdutório e terminativo (Geologia Introdutória). Assim, caracteriza-se a influência que as atividades de campo exercem no aprendizado de disciplina de Geologia Introdutória do curso de graduação em Geografia do IGC-UFMG, adotando-se, como pressupostos teóricos, as bases que estruturam o raciocínio geológico e o raciocínio geográfico e a identificação dos papéis didáticos desempenhados por essas atividades. As práticas de campo de Fundamentos de Geologia constituem oportunidade única de aproximação do aluno com as formas de inquerimento geológico da natureza e podem exercer diferentes

funções formativas: aprendizado contextualizado dos conteúdos de pré-requisito; aquisição de habilidades e técnicas de identificação e mapeamento de materiais terrestres e, por fim, desenvolvimento de operações cognitivas essenciais para a compreensão dos processos geodinâmicos e da relação do homem com o restante da natureza. Considera-se que as atividades de campo constituem metodologia de ensino-aprendizado fundamental para desenvolver o conjunto de elementos constitutivos do tipo de raciocínio próprio da Geologia de bases histórica e hermenêutica, destacando-se, para esse fim, as atividades da categoria investigativa. A categoria indutora é a mais comum nas atividades geológicas de campo de Fundamentos de Geologia, justificada pela forte articulação curricular da disciplina. A função treinadora está sempre presente nas práticas de campo, exercendo grau de influência secundário em relação às categorias indutora e motivadora. A adoção da categorização dos papéis didáticos do campo contribui para definir estratégias de ensino de campo mais adequadas aos objetivos didáticos e curriculares pretendidos, para planejar as atividades e para estabelecer critérios de avaliação dos resultados.

Conteúdo-Método, Ensino Superior, Estudo de Caso, Trabalho de Campo.

- o85. FAZZINI, Maria Inez Moura. *O desenvolvimento da representação do espaço e o ensino de Geografia: estudo de caso na escola pública de Itupeva - SP*. São Paulo – SP. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: FRANCESCONI, Lea.

O trabalho ora apresentado é fruto da análise dos desenhos espontâneos de aluno da escola pública da cidade de Itupeva, SP, com o objetivo de identificar o desenvolvimento da noção e representação do espaço nessas crianças, a partir da observação sistemática dos desenhos em séries diferentes e acompanhadas em três anos consecutivos. Trata-se de estudo que tem como proposta a valorização do desenho como instrumento revelador dos elementos essenciais do espaço vivido. E procurou demonstrar a importância do conhecimento prévio da criança como ponto de partida para o ensino para o desenvolvimento do conhecimento crítico do aluno.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Desenho.

- o86. FELBEQUE, Rosilene. *A Cartografia no ensino fundamental no Brasil e no Quebec/CA: O Atlas Escolar como um instrumento para o desenvolvimento do potencial didático da cartografia*. Belo Horizonte – MG. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: LE SANN, Janine Gisele.

As reformas no campo educacional estão acontecendo em vários países. No Brasil e na província do Quebec (Canadá), as novas propostas curriculares têm procurado adequar os sistemas de ensino às mudanças ocorridas na sociedade atual. Assim, esta pesquisa, propõe uma análise do papel da Cartografia no contexto das novas orientações oficiais de Geografia no Brasil e no Quebec, mediante a utilização dos seguintes procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho foram: pesquisa bibliográfica, análise comparativa de programas curriculares, entrevistas, análise das propostas teórico-metodológicas de Atlas escolares brasileiros e do *Atlas Scolaire du Québec* e estágio na Université du Québec à Montréal (UWÀM). Os resultados desta pesquisa apontaram para uma diferença significativa em relação à valorização da Cartografia no ensino de Geografia entre os dois países, no sentido de que as orientações curriculares brasileiras de Geografia são mais amplas e coerentes com uma formação do cidadão voltada para a compreensão e aquisição das habilidades espaciais. Outra questão trabalhada nesta pesquisa foi o potencial didático da Cartografia ao proporcionar a estruturação de um raciocínio lógico, base para a formação de competências espaciais. Este raciocínio pode ser desenvolvido a partir do trabalho com os atlas escolares. A análise das propostas de Atlas escolares evidenciou a importância destes, no formato papel ou digital, como um instrumento para o desenvolvimento do potencial didático da Cartografia. Contudo, o principal desafio é propiciar aos professores o conhecimento de Cartografia, de forma simples e objetiva, para que estes sintam segurança e possam ter autonomia no trabalho com a educação cartográfica.

Representação Espacial, Estudo Comparativo/Correlacional, Cartografia, Atlas Escolar.

087. FERNANDES, Margarida de Oliveira Almeida. *Formação acadêmica e a prática pedagógica do professor de Geografia do 1º e 2º grau de Londrina-PR*. São Paulo-SP. 1991. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: MARANGONI, Ana Maria Marques Camargo.

Neste estudo apresenta-se uma análise e uma avaliação do ensino nas escolas de 1º e 2º graus de Londrina-PR, em relação à formação acadêmica e à prática pedagógica dos professores de Geografia. Compreende-se a “formação escolar” do professor o conjunto dos conhecimentos teóricos e práticos de Geografia dos três graus de ensino, e “prática pedagógica” como aquela vinculada ao cotidiano do professor, do aluno e da comunidade escolar. Considera-se que muitos problemas da prática do professor na sala de aula reproduzem sua formação acadêmica, deste modo os conteúdos de Geografia tendem para os moldes tradicionais e assim ele passa a reproduzir a ideologia dominante e o aluno um mero receptor. Discutem-se, desse modo, a formação e a prática do professor buscando vislumbrar para o ensino, uma

prática capaz de produzir, refletir, compreender e analisar criticamente a realidade, no sentido de resgatar a motivação do professor.

Formação de Professores, Ensino Superior, Estudo Comparativo/Correlacional, Prática Docente e Educativa, Licenciatura.

- o88. FERRAZ, Claudio Benito Oliveira. *O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira - 1913-1942*. São Paulo-SP. 1995. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: MARANGONI, Ana Maria Marques.

Neste trabalho trata-se dos processos que levaram a construção do atual discurso geográfico principalmente em nível escolar, e de vital importância para o resgate da memória desse conhecimento. Uma maior clareza que se possa ter dos determinantes que levaram a oficialização do discurso escolar geográfico, fica mais palpável refletir e analisar os limites e possibilidades atuais a geografia, de modo que se trilhou a análise da obra de Carlos Miguel Delgado de Carvalho, um dos pioneiros da moderna geografia brasileira, para estabelecimento dos principais pontos de seu pensamento para a geografia escolar. Verifica-se que, para resolver os embates da época, muitas facções da sociedade brasileira entendiam como necessárias para solucionar os vários problemas que o Brasil passava. Dentre estes caminhos, a maior participação do estado na coordenação e implementação de projetos e políticas que tiraria a sociedade brasileira do atraso em que se encontrava.

História da Geografia Escolar, Análise de Conteúdo, Pensamento Geográfico, Discurso/ Ideologia.

- o89. FERREIRA, Adriana Angélica. *Limites e possibilidades da Educação ambiental no conhecimento sobre a metropolização: um estudo a partir do Projeto Manuelzão*. Belo Horizonte – MG. 2002. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio.

Partindo do pressuposto de que a Educação Ambiental não é panacéia para todos os problemas comumente associados ao processo de metropolização, esta dissertação tem como objetivo central abordar os limites e potencialidades do seu fazer pedagógico, no que diz respeito às questões que envolvem o processo de produção do espaço urbano. Tal análise ampara-se na pesquisa documental e de campo das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, chamado Projeto Manuelzão. Este projeto tem como objetivo a disseminação de práticas baseadas nos princípios da Engenharia Ambiental voltadas

à recuperação da bacia hidrográfica do rio das Velhas, o que coloca Belo Horizonte na condição de um espaço importante para a realização de suas ações. Neste trabalho será discutida a recepção que as práticas político-pedagógicas do Projeto Manuelzão assumem para a população diretamente envolvida por suas proposições.

Educação Ambiental, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Metropolização.

090. FERREIRA, Priscila Ribeiro. *O ensino de Estudos Sociais nas séries iniciais do ensino fundamental: contribuições da perspectiva Histórico-Cultural para uma revisão metodológica do ensino*. Florianópolis–SC. 2000. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: MORAES, Maria Célia Marcondes de.

O Estudos Sociais, como disciplina do currículo do ensino fundamental, tem sofrido transformações que alcançam as séries iniciais. Diante da compreensão de que a transformação da disciplina em História e Geografia como estratégia para superação das dificuldades de conteúdo e de metodologia não é suficiente para enfrentar as transformações que o currículo necessita, discutem-se na presente pesquisa as ações pedagógicas de professores e alunos diante dos conteúdos já transformados em História e Geografia e analisa uma proposta alternativa com base na elaboração conceitual, amparada na perspectiva histórico-cultural. Como procedimento metodológico a pesquisa recorreu a técnicas de entrevista e questionário e acompanhamento de professores em serviço na rede pública de SC.

Estudos Sociais, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo/Correlacional.

091. FERRI, Inês. *Reflexões sobre a prática da geografia no Curso Normal do Instituto de Educação Nossa Senhora da Glória - um estudo de caso*. Porto Alegre – RS. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: REGO, Nelson.

A pesquisa tem como objetivo refletir sobre o ensino de Geografia no Curso Normal em Nível Médio. Procura também avaliar como este ensino está sendo desenvolvido no referido curso, oferecido pelo Instituto de Educação Nossa Senhora da Glória, localizado no município de Carazinho, RS.

Prática Docente e Educativa, Ensino Médio, Estudo de Caso, Cidadania.

092. FILIZOLA, Roberto. *Orientação espacial: implicações na leitura de mapas* - Curitiba-PR. São Paulo-SP. 1996. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: SIMIELLI, Maria Elena Ramos.

A presente pesquisa está centrada nos estudos sobre a orientação espacial em turmas de 2^a e 3^a séries da Escola Anjo da Guarda, situada em Curitiba, PR. Sua análise se desenvolve em dois momentos, a saber: um que privilegia a tradição do ensino da Geografia, associada ao papel ideológico da disciplina e como a cartografia escolar contribui para tal, além de colocar em evidência a crise desse tipo de ensino no momento atual; o outro refere-se a um trabalho junto aos alunos da Escola em questão, avaliando-se os procedimentos pedagógicos de uma educação para o mapa, com ênfase nas atividades voltadas para a orientação por meio das direções cardeais e sua correlação com a leitura de mapas.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Orientação Espacial.

093. FONSECA, Raquel Alves. *Formas de percepção espacial por crianças cegas da 1^a série do ensino fundamental*. Belo Horizonte-MG. 1999. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: LE SANN, Janine Gisèle.

Com este trabalho, procuramos, através de um teste aplicado a sete crianças cegas de dois professores da escola Estadual São Rafael, identificar quais são os elementos significativos do processo de construção de noções de tempo, bem aqueles que melhor utilizam para compreender a organização do espaço, além das atitudes que os educadores devem tomar para que as crianças cegas aprendam e sejam realmente livres. O teste implica a descrição do espaço que as crianças vivenciam na sala de aula e a representação de espaço em três e duas dimensões, utilizando uma maquete e uma planta da sala de aula. Através deste teste, identificaram-se as potencialidades e as necessidades das crianças cegas, a partir de estudos que antes levantamos do desenvolvimento, no que diz respeito à importância da atenção do ensino pré-escolar; à importância da família; das técnicas cartográficas e as obras existentes de Cartografia tátil. Com isso, podem-se verificar quais são os recursos disponíveis e quais são as dificuldades existentes da Escola Estadual São Rafael.

Representação Espacial, Ensino Fundamental (Pré-escola), Pesquisa Experimental, Cartografia para Deficientes Visuais.

094. FRANCO, Maria Madalena Alencar. *O livro didático de Geografia do Brasil: Análise das bases teóricas numa visão dialética – o caso da Amazônia*. Fortaleza-CE. 1990.

(Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Orientador: BEYLIER, Charles.

Trata-se de pesquisa de cunho analítico-descritivo, realizada em livros didáticos de Geografia do Brasil, 6ª série do ensino de 1º grau, para mostrar em qual corrente do pensamento geográfico estão enquadrados e que tipo de espaço geográfico. Após fundamentação teórica sobre espaço geográfico correntes do pensamento geográfico, correntes do pensamento geográfico e o livro didático, fez-se um estudo em que se associa essa visão teórica ao espaço da região amazônica descrito pelos livros didáticos analisados, propondo uma análise dialética na perspectiva da Geografia radical ou crítica.

Livro Didático, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Amazônia.

095. GEBRAN, Raimunda Abou. *Como o rio não cabia no meu mapa, eu resolvi tirá-lo...: O ensino da Geografia nas séries iniciais do 1º grau (Assis-SP)*. Campinas-SP. 1990. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: ARAGÃO, Rosália Maria Ribeiro.

O presente estudo é resultado de inúmeras inquietações e reflexões ligadas à Geografia e especialmente ao ensino da Geografia nas séries iniciais do 1º grau. Orientados por inúmeros questionamentos que envolvem a crise da Geografia e o movimento de renovação a ela vinculado, representado pela Geografia Crítica ou Radical, propusemos- nos a analisar e compreender como o ensino da Geografia se desenvolve nas primeiras séries do 1º grau e detectar os entraves que configuram a problemática desse ensino, em escolas de diferentes níveis socioeconômicos. Através de observações do cotidiano das salas de aula, de entrevistas com alunos e professores, e análises de documentos, pudemos obter um rol de informações que nos permitiram desenvolver as análises da situação do ensino de Geografia de 1ª a 4ª série. De posse dos dados, estabelecemos critérios de análise que nos permitiram traçar a configuração dessa disciplina nesse nível de ensino. Ao mesmo tempo, sentimos que poderíamos nos envolver em tentativas de repensar este ensino, procurando abordá-lo em função da realidade social.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Espaço Vivido, Realidade Social.

096. GIL, Isabel Castanha. *O caminho se constrói caminhando: em busca da renovação do ensino de Geografia sobre a temática ambiental*. Presidente Prudente-SP. 1995.

(Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista-PP. Orientador: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.

Este trabalho versa sobre a apresentação de uma experiência pedagógica desenvolvida em 1992, com alunos da 5ª à 8ª série do 1º grau da EEPG Dr. Getúlio Vargas, em Osvaldo Cruz, SP, na disciplina Geografia. O desenvolvimento e a análise da experiência foram feitos pela professora pesquisadora como exercício sistematizado, tendo como centro a reflexão sobre a própria prática pedagógica. Há alguns anos, por impulso da própria sociedade, a escola pública, a ciência geográfica e o seu ensino vêm passando por um intenso processo de renovação. Para o professor que queira atuar de acordo com a realidade de seu tempo, faz-se necessária uma reflexão sobre este movimento e sobre a sua própria prática vislumbrando uma adequação ao momento em que se vive. A transformação, porém, só ocorre quando o amadurecimento das reflexões produz uma proposta concreta de ação renovada. No estado de São Paulo, em 1984, foi criada a Proposta Curricular CENP/SEE, para o ensino de Geografia, após um debate relativamente significativo entre professores dos três graus de ensino. O embate entre a Geografia Tradicional, de raízes positivistas e historicistas e o materialismo histórico e dialético, em que se assenta o novo documento, tem caracterizado o momento presente do ensino de Geografia na escola básica. No 1º grau, o ensino de Geografia visa a formação de conceitos que permitem ao aluno a construção das primeiras noções de compreensão da realidade. Entre os temas abordados, foi dedicada atenção especial, neste trabalho, à temática ambiental por constituir-se numa questão relativamente nova no ensino e de grande expressividade no mundo moderno. A temática ambiental foi abordada como uma consequência do modo de apropriação da natureza empreendido pela natureza moderna. Este modo de apropriação assenta-se na concepção de natureza como fonte de lucro e de recursos, contrapondo-se à essência do próprio homem, que se constitui ele próprio num elemento da natureza. Trazer esta discussão para a sala de aula tornou-se uma necessidade premente e sua viabilização pedagógica tem trazido dificuldades para os professores e para a escola. Sensível a esta problemática, o trabalho se propõe a discutir as possibilidades e os limites da abordagem da temática ambiental na escola de 1º grau, particularmente através do ensino de Geografia.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Questões Ambientais.

097. GIRARDI, Gisele. *A Cartografia e os mitos*. Ensaio de leituras de mapas. São Paulo-SP. 1997. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: SIMIELLI, Maria Elena Ramos.

Este trabalho tem como objetivo discutir a relação da geografia com a cartografia. Primeiramente é identificado o momento de ruptura entre esses dois campos do saber e, tentando superar este fato, buscou-se estruturar um conjunto de procedimentos de leitura crítica dos mapas que possibilitasse a leitura da sociedade por meio de suas representações cartográficas, colaborando com uma “teoria geográfica das representações cartográficas”. Apresenta-se fundamentação teórica pautada na semiologia e linguagem cartográfica e utilizam-se como referencial metodológico às mitologias de Roland Barthes. São encaminhadas análises de três tipos de mapas: de propaganda imobiliária (área do Butantã-SP); temático oficial (Município de Santo André); carta topográfica (IBGE - 1:50.000 – folha arealva). Busca-se com esta análise identificar os discursos e os valores sociais presentes nas representações cartográficas. Discute-se, ainda, a pertinência deste encaminhamento para o ensino de Cartografia nos cursos de Geografia, particularmente no 3º grau.

Representação Espacial, Ensino Superior, Análise de Conteúdo, Cartografia, Leitura de Mapas.

098. GOES, Lucila Elisa Lorenz. *O ensino/aprendizagem das noções de latitude e longitude no 1º grau*. Rio Claro-SP. 1982. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista-RC. Orientadora: OLIVEIRA, Lúvia de.

A dissertação busca analisar a aprendizagem das coordenadas geográficas, em especial as noções de latitude e longitude, conceituam-se essas noções e apontam-se as maneiras de determiná-las, mostrando os conhecimentos astronomia e matemática envolvidos nessa determinação. A partir das orientações da Secretaria da Educação e dos Livros didáticos, busca-se uma maior sistematização da abordagem destas noções considerando as diferentes séries. Para isso, consideram-se a o conhecimento do professor e a etapa de desenvolvimento dos alunos. O segundo aspecto é baseado nas ideias de Piaget sobre a representação espacial. Finalmente, apresenta-se a aplicação das tarefas operatórias na sala de aula.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Pesquisa Experimental, Latitude – Longitude.

099. GOMES, Isabel Filomena Moreno Lopes. *Atividades de ensino em Geografia e as questões ambientais: uma experiência com alunos de 8ª séries do ensino fundamental (Presidente Prudente – SP)*. Marília-SP. 1998. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista-MA. Orientador: CARVALHO, Luiz Marcelo de.

A crescente importância das questões ambientais no cenário mundial evidencia cada vez mais a necessidade de um processo educativo no sentido de proporcionar aos cidadãos elementos básicos em termos de conhecimentos, valores e possibilidades de participação efetiva em questões relacionadas com problemas ambientais. Nesse sentido, acreditamos que a escola é uma das instituições que devem estar em condições de consolidar projetos. Assim, através de um plano de ação e o planejamento de atividades de ensino de geografia e de educação ambiental desenvolvemos um trabalho com alunos de 8ª séries de ensino fundamental buscando garantir ao máximo um trabalho de mediação entre os conhecimentos dos alunos e os conhecimentos elaborados pela Geografia. Através do trabalho com alunos de três escolas pudemos identificar seus conhecimentos em relação as questões ambientais, bem como propostas e sugestões no sentido de solucionar os problemas ambientais. Por meio dos temas escolhidos para o desenvolvimento das atividades – poluição (do ar e das águas) e lixo, pudemos também avaliar os possíveis caminhos para que as questões ambientais discutidas pelo meio científico sejam incorporadas em propostas de atividades de ensino de Geografia e de educação ambiental. No desenvolvimento da pesquisa, algumas características fundamentais para o bom desempenho no trabalho de mediação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos elaborados pelos alunos ficaram muito claras para nós. Uma primeira questão relaciona-se ao fato de que, o professor de Geografia precisa reconhecer a verdadeira necessidade de trabalhar os conteúdos geográficos considerando as relações sociedade-natureza. Uma segunda questão diz respeito à importância de valorizar e coletivizar os conhecimentos dos alunos que se fazem presentes em sala de aula. É necessário criar situações de aprendizagem significativa. Por fim, importa ainda que é preciso que o professor estude e tenha fundamentação teórica dos conteúdos a serem trabalhados, para tentar garantir que seus alunos elaborem/reelaborem os seus conhecimentos a partir da prática escolar. Para a realização dessa tarefa, parece-nos imprescindível a formação.

Educação ambiental, Ensino Fundamental, Estudo de Caso.

100. GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. *Abordagem Metodológica de Elaboração e uso de SIG em bacias hidrográficas: Contribuição à Educação Ambiental*. Presidente Prudente – SP. 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente. Orientadora: MENEGUETTE, Arlete Aparecida Correia.

Esta pesquisa discute a viabilidade do Sistema de Informações Geográficas (SIG) no Ensino de Geografia, bem como evidencia as suas contribuições para a Educação ambiental. Para isso, no bojo de uma pesquisa-ação, firmou-se parceria com duas escolas, uma pública e outra particular, em Presidente Prudente, SP. Atividades foram realizadas com dezoito alunos (nove de cada escola) do ensino fundamental (7ª e 8ª

série) e com três professores de Geografia (sendo um da Escola Estadual Francisco Pessoa e dois do Colégio Cooperativo). Para o seu desenvolvimento, elaborou-se um projeto de Educação Ambiental no âmbito das microbacias hidrográficas dos Córregos da Malanda e do Botafogo, onde as escolas estão localizadas. A pesquisa envolveu também alunos de graduação e pós-graduação em Geografia da Unesp – Campus de Presidente Prudente, com os quais foram realizadas atividades práticas empregando o SIG. Para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, foi elaborado o SIG das duas microbacias e, posteriormente, realizadas as análises ambientais das áreas. A realização do projeto de Educação Ambiental em microbacias integrando a tecnologia SIG foi fundamental não só para o desenvolvimento da pesquisa, mas, principalmente, para o processo de ensino-aprendizagem de diferentes conceitos e habilidades. A pesquisa possibilitou verificar as limitações do uso desta tecnologia no ensino bem como as contribuições do SIG na educação ambiental.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Pesquisa-Ação, Bacias Hidrográficas, SIG.

101. GONÇALVES, Maria Aparecida de Almeida. *A Cartografia e o ensino: abordagem da temática industrial*. Juiz de Fora-MG. Belo Horizonte–MG. 1998. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: LE SANN, Janine Gisele.

Trata-se de trabalho que apresenta uma análise das referências utilizadas pelo professor de Geografia, para o desenvolvimento do tema indústria, com base em tendências teórico-metodológicas da Geografia, que servem de base à avaliação da bibliografia básica da disciplina Geografia da Indústria, dos cursos de graduação em Geografia, nas universidades da região Sudeste brasileira. Para tanto, examina-se o programa para o ensino fundamental – Geografia – 5^a à 8^a série, do estado de Minas Gerais, considerada a referência “oficial” apresentada ao professor. Realiza-se análise comparativa das fontes anteriores, com os livros didáticos de Geografia de 5^a e 6^a séries, relacionando conteúdo, textos, objetivos, exercícios, conceitos e documentos cartográficos. Além disso, desenvolvem-se reflexões sobre ensino, geografia e cartografia, exemplificadas pela proposta de atividade, de construção de documentos cartográficos, que visam a elaboração de conceitos sobre o tema.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental e Superior, Estudo Comparativo/Correlacional, Cartografia, Indústria.

102. GONZAGA, Márcia Maciel Reis. *A terminologia das Geografias Tradicional e Crítica na perspectiva da Análise do Discurso*. Uberlândia-MG. 2000. (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: COSTA, Luiz Carlos.

O objetivo principal deste trabalho é fazer uma abordagem crítico-contrastiva entre os discursos da Geografia Tradicional e da Geografia Crítica em dois livros adotados em escolas brasileiras de nível médio. Com esse propósito organizamos a nossa pesquisa tomando como referência os livros-texto de Aroldo de Azevedo, *O Brasil e suas regiões*, tradicional, ufanista, nitidamente inclinado para a espacialização física e a memorização e *Sociedade e Espaço* de José Willian Vesentini, preocupado com o raciocínio e o espírito crítico do aluno, com a formação de um cidadão crítico e participante da sociedade e de suas transformações. Em decorrência de razões estruturais, delimitamos nosso *corpus* num conjunto vocabular terminológico constituído por 400 sequências enunciativas e 35 fragmentos em excertos maiores, retirados dos discursos pedagógicos desses dois autores, para, do ponto de vista da Análise do Discurso de linha francesa e, sobretudo, das epistemes de Foucault - questionar a mudança que acreditamos ter acontecido no discurso da Geografia no ensino médio. A partir dessas 400 sequências enunciativas objetivaremos alcançar o distanciamento entre essas duas maneiras diferentes de se abordar uma mesma questão. Quanto ao critério por nós adotado na escolha desse conjunto vocabular terminológico, a que denominamos sequências enunciativas, e desses 35 excertos, aqui nomeados fragmentos, pela nossa aspiração de analista do discurso, conveniente se faz dizer que o mesmo, não é exaustivo, tarefa melhor desempenhada por um terminólogo, mas apenas seletivo. Convictos de que a disciplina imprimida a um discurso que se desdobra sequencialmente predispõe o leitor/ouvinte a pensar em termos históricos, dificultando a visão do mesmo com um mapa, uma geografia de relações e sentidos simultâneos vinculados por uma lógica espacial, não temporal, intentaremos associar, à extensão temporal (duração) que permeia tais discursos, uma Geografia humana crítica permanente.

Livro Didático, Ensino Médio, Análise de Conteúdo, Análise do Discurso.

103. GOULART, Lígia Beatriz. *Dificuldades para aprender Geografia: uma proposta de oficina de Zona de Desenvolvimento Proximal*. Porto Alegre-RS. 1993. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientador: MOSQUERA, Juan José Mourino.

A partir da prática pedagógica da autora, iniciou-se uma investigação-ação que a redefinissem a oficina, na proposta de Zona de Desenvolvimento Proximal, de Vygotsky, caracterizada como espaço teórico-metodológico construtivista, onde participantes trocam experiências, estabelecem metas, definem projetos e constroem seu saber. As dificuldades encontradas pelos alunos em aprender Geografia estão relacionadas muito mais aos níveis de pensamento/instrumentais cognitivos do que aos conteúdos específicos da disciplina. A oficina, assim caracterizada, aparece como

um espaço de avanço no processo de ensino-aprendizagem, enquanto catalisadora da interdisciplinaridade e da constituição da visão emancipatória na educação.

Prática Docente e Educativa; Ensino Fundamental, Pesquisa-ação, Zona de Desenvolvimento Proximal.

104. GOULART, Maria de Lourdes Milanez. *A busca da compreensão do meio ambiente e de suas relações: um desafio para a educação*. Criciúma-SC. Florianópolis-SC. 2000. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: BUSS, Maria Dolores.

Esta pesquisa-ação retrata um trabalho interdisciplinar de ensino realizado por um grupo de professores em uma classe de 5^a série do ensino fundamental em uma escola pública estadual no município de Criciúma, SC, em que se apresenta a problemática ambiental e a visão sistêmica como superação da visão fragmentada, para o tratamento das questões ambientais. Mostra-se, assim, a preocupação com a educação ambiental, as concepções e os objetivos estabelecidos por pensadores e educadores ambientais, bem como a importância do pensamento interdisciplinar, com uma discussão sobre a possibilidade da realização de uma prática interdisciplinar, tendo o diálogo como uma necessidade na concretização da atividade educativa. Nesse sentido, o ambiente como resultado de suas relações naturais e humanas, com fundamentando nos pressupostos de uma educação ambiental sistêmica. A proposta elaborada e realizada sustentou-se pelos fatores determinantes de qualidade de vida citados pelo grupo, em que os conteúdos específicos, desenvolvidos por cada professor, tinham como objetivo mostrar aos alunos, a importância desses conteúdos para o tratamento das questões relativas à qualidade de vida. Relatam-se, desse modo, as contribuições e os avanços conseguidos pelos professores em suas respectivas disciplinas, a saber: Matemática, Português e Artes, apresentadas como instrumentos para explicar as situações vivenciadas: a História e a Geografia como conhecimento do espaço vivido, a partir do qual pode-se estabelecer uma comparação com o estilo de vida do passado com o presente; e a Ciências com estudo dos fenômenos observados, do cotidiano vivido pelos alunos.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Pesquisa-ação, Interdisciplinaridade.

105. GRECO, Fátima Aparecida da Silveira. *Geografia(s), saberes, práticas e vivências culturais de jovens adolescentes*. Uberlândia-MG. 2000. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora: FONSECA, Selva Edilamar Guimarães.

Esta pesquisa trata da geografia escolar, dos aprendizes e das aprendizagens, a partir da constatação de que uma das principais dificuldades encontradas em sala de aula pelos professores tem sido despertar o interesse dos alunos em apreender. Este estudo, assim, busca discutir a relação entre os alunos e a Geografia escolar, abordando temas como sujeito histórico-cultural, cultura juvenil, mídia, lugar, mundo e mundialização. Considerando-se a geografia como um saber e um prática em movimento e constituindo-se os alunos da última série do ensino fundamental como sujeitos desta análise, focalizam-se suas práticas espaciais e vivências culturais dentro e fora do espaço escolar. Para tanto, delinea-se o ser aluno em suas múltiplas dimensões, no seu processo de adolecer e ser/estar jovem no mundo contemporâneo, para mapear os lugares e os meios de comunicação por onde esses jovens adolescentes entre 14 e 17 anos, heterogêneos socioculturalmente, moradores de diferentes bairros, vivenciam seu tempo, seu espaço e seu mundo e analisa-se a leitura que esses alunos, entre a 5ª e a 8ª série, na disciplina de Geografia ensinada e aprendida na rede pública de ensino. Conclui-se que a configuração de uma rede multicultural de referências identitárias, de linguagens, discursos “pedagógicos” e expressões da cultura juvenil, presente na geografia vivida por esses jovens adolescentes, contrasta com a linguagem, práticas e conteúdos da Geografia do currículo escolar, fornecendo pistas para compreender por que, apesar de reconhecerem a importância da Geografia, esta disciplina não desperta seu interesse. Esse descompasso de tempo-espaço entre o mundo fora e o dentro da escola expõe a necessidade da discussão sobre as questões curriculares de forma-conteúdo, teoria-prática, especialmente no processo de ensino e aprendizagem da Geografia, com o objetivo de estabelecer um diálogo entre professor-aluno e conhecimento geográfico coerente com o tempo-espaço dos jovens adolescentes no mundo contemporâneo para possibilitar-lhes superar o saber de senso comum diante das realidades aparentes do espaço social.

Características dos Alunos, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo/Correlacional, Espaço Vívido.

106. GUEDES, Elisabete Aguirre. *Sociedade e educação: disputa de interesses antagônicos na prática educativa*. Fortaleza-CE. 1989. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Orientador: TESSER, Ozir.

O presente trabalho tem como preocupação básica analisar a oposição entre teoria e prática, evidenciada no saber escolar, através do conteúdo transmitido. Particularmente, questiona-se o ensino da História e da Geografia na 8ª série do 1º grau, diante de um saber que é transmitido de forma sistemática, fragmentada, idealista. Trata-se de saber não liga teoria e prática, uma vez que os conteúdos tendem a infantilizar os alunos, aproximando-os muito mais da observação empírica do

concreto e da visão superficial dos grandes temas. A educação brasileira, tal como ela se dá na escola, está marcada pela função de reproduzir as relações sociais dominantes, uma vez que as sociedades de classes, sob o domínio do modo de produção capitalista, impingem às instituições os interesses específicos da classe dominante.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Relação Teoria-prática.

107. GUIMARÃES, Eliana Maria Alves. *Trabalhos de Campo em Bacias Hidrográficas: Os Caminhos de uma Experiência em Educação Ambiental*. Campinas-SP. 1999. (Mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: LOPES, Maria Margaret.

Nesta pesquisa realizo uma análise das atividades do Projeto de Educação Ambiental nas microbacias dos córregos Areia e Areia Branca/Projeto Microbacias, enfatizando os trabalhos de campo desenvolvidos por professores das escolas públicas de Campinas, Incluo as atividades do Projeto de Descentralização do Museu Dinâmico de Ciências, considerado como desencadeador do Projeto Microbacias, e as contribuições do Projeto Microbacias nas atividades educativas do Museu Dinâmico de Ciências, especialmente na atividade Geologia à beira da estrada. Realizo um levantamento bibliográfico qualitativo sobre trabalho de campo em publicações de Geografia, visando aprofundar as reflexões sobre o campo e os trabalhos de campo, as concepções de trabalho de campo, sua importância para o ensino, seu potencial educativo, os papéis didáticos desempenhados e as metodologias empregadas em sua execução. Abordo a importância do desenvolvimento de trabalhos de campo em bacias hidrográficas, com o objetivo de subsidiar ações de Educação Ambiental e contribuir para a concepção de uma nova visão da bacia hidrográfica como unidade espacial adequada ao desenvolvimento de estudos que abordem o meio ambiente e, em particular, a gestão das águas. Desta forma, a contribuição que pretendo oferecer com este estudo consiste em uma reflexão sobre o campo e o potencial educativo dos trabalhos de campo para a melhoria da qualidade do ensino, enfatizando o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental que adotem a bacia hidrográfica como recorte temático e espacial para a realização de atividades interdisciplinares.

Educação Ambiental, Relato de Experiência, Bacias Hidrográficas, Trabalho de Campo.

108. GUIMARÃES, Iara Vieira. *Televisão e ensino de geografia: sujeitos, imagens e práticas* (Uberlândia – MG). São Paulo-SP. 1998. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: PALHETA, Iraci Gomes de Vasconcelos.

Este trabalho analisa como a televisão está presente no ensino de Geografia tendo como referência a leitura de um grupo de professores que atuam no ensino fundamental. Procuramos desvendar como esses professores vêem a TV no contexto atual e de que forma esse veículo está presente em suas vidas e em seu trabalho. Assim, a nossa análise focaliza o professor, sua prática, interpretações, suas posturas e dilemas. Sabemos que uma das principais críticas direcionadas à escola no mundo contemporâneo relaciona-se à sua incapacidade para despertar o interesse dos alunos mobilizando-os na busca do conhecimento. Ressalta-se o fato de essa instituição ser pouco sedutora e lúdica, levando o aluno a aprender mais em função das regras e pelo de obediência do que por intermédio do prazer. Por isso, se desloca como fundamental para a escola descobrir, reinventar e estar aberta a linguagens metodológicas alternativas, que encaminhe em modo mais inventivo à relação do aluno com o saber. A televisão apresenta-se nesse processo como recurso possível, tendo em vista o enorme potencial motivador que representa. Os professores de Geografia nos demonstram entender claramente que as imagens cumprem uma função importante como distribuidoras de informações impossíveis de serem conhecidas diretamente e como o estudo de lugares e realidades distantes pode ser bastante enriquecido através da utilização desse meio de comunicação. Para os docentes, se a Geografia se limitar a apresentar às crianças e jovens apenas o mundo dos “livros”, desprezando outras fontes de informação, os limites se constituirão não somente com relação a motivação dos alunos, mas também com relação a sua aprendizagem, à sua possibilidade conhecer e entender o mundo. A partir dessa constatação, abordamos a forma como a televisão está sendo inserida no trabalho pedagógico do professor de Geografia.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Televisão.

109. GUIMARÃES, Jussara Maria de Carvalho. *As faces da Educação Ambiental: uma investigação de concepções em escolas públicas de Montes Claros – MG*. Uberlândia – MG. 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora: COLESSANTI, Marlene Teresinha de Muno.

O presente trabalho consiste na descrição de uma experiência de pesquisa, vivida em escolas públicas estaduais e municipais do município de Montes Claros, MG. Tem como suporte a investigação dos conceitos meio ambiente, ecossistema e sustentabilidade com alunos da 8ª série do ensino fundamental e professores de geografia e ciências. Tem por objetivo conhecer a construção de conceitos relativos à educação ambiental, a partir da análise do processo ensino-aprendizagem.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Ecossistema, Sustentabilidade.

110. GUIMARÃES, Leila Jane Brum Lage Sena. *GIS, Internet, Espaço Virtual – A Busca da Informação: Considerações Exploratórias*. Belo Horizonte, MG, 2001. (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientador: MUZZARELLI, Aurélio.

Este trabalho desenvolve uma metodologia de busca, através de um *site* específico para prover informação qualificada a comunidade universitária e interessados, permitindo ter acesso às principais páginas, artigos, universidades, empresas particulares e governamentais que dispõem de informação e tecnologia GIS. Os mecanismos de pesquisa temáticos economizam tempo de navegação e garantem a localização mais precisa dos dados. É uma verdadeira fonte para quem está atrás de informação. Isso teoricamente, pois a informação só tem valor se puder ser encontrada na hora em que se precisa dela. A concepção nasceu e se guiou por demandas concretas de localização, no caso geográfica, e tem, como fundamentação teórica, conhecimentos da Internet e conceitos de GIS. O produto final permite acesso a informações espaciais, buscas e localização georreferenciadas, catalogadas por assuntos. A concepção do *site* foi norteada em disponibilizar uma ferramenta construída sob medida à qual podem ser anexados novas páginas. Em plena utilização, será o centro fornecedor de informação qualificada do GIS e de interação entre os diversos usuários (externos e internos). Portanto, esse site de busca específico proposto satisfaz a demanda atual dos usuários.

Conteúdo-Método, Ensino Superior, Estudo de Caso, Espaço Virtual, GIS.

111. GUIOTI, Ednilson Aparecido. *Geografia & construcionismo: subsídios para a formação continuada de profissionais de Geografia em serviço*. São Paulo, SP, 2001. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: VALENTE, José Armando.

Contata-se que, nos dias de hoje, tanto a geografia quanto demais disciplinas curriculares obrigatórias vêm sendo tratadas de forma fragmentada, abstrata, descontextualizada e quase nunca conseguem criar um ambiente propício onde os alunos possam refletir criticamente sobre os conceitos que essas disciplinas abordam. Com base no método instrucionista da repetição e da reprodução, o ensino da Geografia praticado na maioria das escolas tem-se colocado como uma barreira para que o aluno construa seu conhecimento, de modo a promover grande desinteresse e descontentamento tanto por parte dos alunos quanto dos próprios professores, que não encontram alternativas para ensinar a Geografia. Por acreditar que é possível modificar quadro, buscou-se construir ambientes de aprendizagem da Geografia dentro da abordagem construcionista de aprendizagem que possibilita ao aluno ser agente ativo dentro do processo de construção do conhecimento. Buscou-se, também,

construir com professores de Geografia da rede pública estadual um ambiente de Formação Continuada tendo como base à abordagem construcionista, contextualizada e significativa, para repensar da prática do professor de Geografia em sala de aula.

Formação de Professores, Pesquisa-Ação, Capacitação, Construcionismo.

112. HADSCHUNCH, Nilbiamater Silsear Berlese. *Comparação de estratégias para alcançar rendimento em Geografia*. Porto Alegre-RS. 1976. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: CHESTERFIELD, Ray Arthur.

Neste trabalho descrevem-se os efeitos de diferentes estratégias de ensino no rendimento de aprendizagem em geografia. Para tanto, foi realizada com oito professores e 274 sujeitos-alunos de geografia da 1ª série do 2º grau, mediante a aplicação de um pré-teste, seguido de uma aula e concluído com um pós-teste. Os resultados evidenciaram alterações, estatisticamente significativas, no rendimento de aprendizagem em geografia entre o pré e o pós-teste e entre grupos, quando se utilizam diferentes estratégias de ensino.

Prática Docente e Educativa, Ensino Médio, Estudo, Pesquisa Experimental, Escolar.

113. HESS, Elizabeth de Souza Machado. *Na busca de uma metodologia da cartografia temática para o trabalho com mapas em Geografia*. São Paulo, SP, 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: MARTINELLI, Marcelo.

Tomamos como ponto de partida que qualquer pesquisa não deve ficar atrelada somente ao desejo individual do pesquisador, pois é a própria sociedade que nos apresenta os temas de estudo. Neste sentido, a presente dissertação, busca estudar e analisar a questão metodológica da cartografia temática para o trabalho com mapas em geografia. Esta preocupação advém de nossa vivência com alunos de graduação em Geografia que, normalmente, demonstram certa dificuldade no aprendizado da disciplina de cartografia, alunos estes que serão, possivelmente, professores amanhã. Para tanto, o nosso estudo foi dividido, em quatro capítulos. O primeiro, “A cartografia e a sua dimensão social” refere-se à abordagem da cartografia, dentro de um contexto histórico-social. Assim, avaliamos a dimensão histórico-social dos mapas, da cartografia temática e da representação gráfica como linguagem. O segundo capítulo, “Geografia e Cartografia” retoma o caminho para a sistematização da geografia, pensando o mapa dentro deste processo. Interessou-nos, ainda, discorrer acerca do surgimento de uma nova proposta de geografia e de uma nova cartografia. No terceiro capítulo, “A cartografia temática e o trabalho com mapas”, trabalhamos as bases metodológicas do mapa, os temas da natureza e da sociedade na geografia, em busca

de um suporte teórico-metodológico que nos encaminhasse para um trabalho com mapas em geografia. O espaço geográfico de Goiás foi escolhido como área de estudo e representação. Por fim, tecemos com base na pesquisa, algumas considerações finais, que julgamos necessárias para uma aproximação do que foi exposto em relação à cartografia temática que entendemos.

Representação Espacial, Ensino Superior, Análise de Conteúdo, Mapas.

114. HINNAH, Nair Dill. *Sob o olhar da Geografia: os conceitos da sociedade, lugar, paisagem e natureza para docentes e discentes no ensino fundamental em Panambi, RS*. Porto Alegre, RS, 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: CALLAI, Helena Copeti.

Que elaborações conceituais de sociedade, lugar, paisagem e natureza têm os alunos que estão finalizando o ensino fundamental em Panambi, RS? Que entendimento possuem acerca da disciplina de Geografia? Para buscar responder a essas questões, iniciamos no segundo semestre de 1999 uma investigação, numa classe das 8^a série. Para realizá-la, foram elaboradas questões a serem respondidas por discentes de seis escolas de Panambi (duas de cada rede) e os respectivos docentes. As questões para os discentes versaram sobre o gosto e a importância da Geografia e a conceituação de sociedade, lugar, paisagem e natureza. Para os docentes referiam-se a currículo, plano de curso, e às conceituações dos termos citados. Inicialmente, apresentamos uma discussão a partir de teóricos sobre a importância da Educação no cenário político brasileiro e sobre o ensino fundamental, visto ser essa a etapa de ensino analisada no trabalho. A Geografia é outro ponto sobre o qual debruçamos, pois é a disciplina que desenvolve todo um referencial em relação aos conceitos analisados. A contextualização do lugar onde se desdobrou a pesquisa também está presente. De forma significativa, conduzimos teorizações sobre a identidade do adolescente e a construção de conceitos. Na sequência, objetivamos compreender o posicionamento de docentes e discentes frente à Geografia: como a vêem o gosto e a utilidade do mesmo como conhecimento presente na vida cotidiana. Para responder a primeira questão, analisamos os conceitos expressos para sociedade, lugar, paisagem e natureza por docentes e discentes, à luz de teóricos não só da geografia. Como os livros didáticos possuem papel muito importante na maioria das escolas por isso analisamos algumas coleções para estabelecer relação entre os conhecimentos científicos vinculados a eles mesmos e as conceituações expressas pelos discentes. Concluímos que, se desejarmos a construção de conceitos pelos educandos, é preciso que, como educadores, oportunizemos, através de diferentes estratégias, a ponte que proporcionará a paisagem dos conceitos espontâneos para os de maior abstração e profundidade que são os conceitos científicos.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Identidade.

115. 115-HISSA, Mara Moreira Rocha. *A prática e a formação de professores: a geografia nas séries iniciais do ensino fundamental*. Belo Horizonte, MG, 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: LE SANN, Janine Gisele.

A reflexão sobre a prática dos professores exige um duplo esforço: o da reflexão teórica e o da pesquisa empírica. O objetivo da presente dissertação é avaliar a prática de professores voltados para o ensino da geografia nas séries iniciais do ensino fundamental. A referida prática é examinada a partir das experiências dos estudantes do Curso Normal Superior da Faculdade de Pedro Leopoldo que, na sua maioria, são professores das séries iniciais do Ensino Fundamental. A revisão bibliográfica fundamenta a abordagem teórica necessária ao fornecimento de subsídios ao trabalho de investigação baseado na aplicação de questionários aos estudantes. O Curso Normal Superior e os seus papéis no processo atual de formação de professores são, também, discutidos como contexto no qual se insere o ensino da geografia para a formação profissional. Os professores que lecionam no Curso Normal Superior – vinculados a determinadas áreas do conhecimento – também contribuem, através de entrevistas, para o desenvolvimento das informações necessárias à reflexão. O esforço de pesquisa resulta na produção de informações úteis à compreensão de parte das dificuldades e dos problemas enfrentados pelos professores que ensinam geografia para os estudantes das séries iniciais do ensino fundamental. Apesar das limitações da pesquisa, que se associam aos próprios limites de um relativo estudo de caso, é possível dirigir algumas considerações para a compreensão dos próprios problemas da geografia e da sua prática em sala de aula.

Formação de Professores, Ensino Fundamental e Superior, Estudo de Caso.

116. HORTA, Celio Augusto da Cunha. *Belo Horizonte: a construção de um saber geográfico*. Florianópolis, SC, 1994. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: RESENDE, Marcia Maria Spyer.

A ideia de produzir um trabalho sobre a geografia de Belo Horizonte surgiu concretamente em função do desconhecimento geral sobre esse tema no campo do ensino (escola básica). O trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, há uma contextualização do ensino de Estudos Sociais nas escolas públicas de Belo Horizonte, uma breve exposição dos livros didáticos que abordam o tema município de Belo Horizonte, além de uma reflexão teórica sobre a noção de espaço geográfico e urbano. O segundo capítulo reúne de forma sistematizada e decodificada, uma série de tópicos específicos da geografia de Belo Horizonte: origens espaciais do Lima (BH). Apresentamos no terceiro e último capítulo um material didático alternativo referente à geografia de Belo Horizonte. Dessa forma, nosso estudo pode constituir

um importante e necessário referencial de pesquisa para os professores de Estudos Sociais/Geografia.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Espaço Urbano, Estudos Sociais.

117. JACOBS, Casimiro Medeiros. *Competência em geografia: estudo comparativo entre geógrafos e professores de geografia de 1º e 2º graus*. Porto Alegre, RS, 1982. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: SHÜTZ, Paulo.

Estuda o currículo de graduação em Geografia. As conclusões demonstraram haver significativa diferença entre os níveis de aspirações de conhecimento geográfico e os declaradamente possuídos, evidenciando, também, uma não-diferenciação na formação das duas categorias profissionais estudadas.

Currículos e Programas, Ensino Superior, Estudo Comparativo-Correlacional, Licenciatura.

118. JUNQUEIRA, Adalto Reis M. *Trabalho de Campo: importante recurso Didático-Pedagógico para o Ensino Médio da Educação Básica – Minhas Experiências*. Uberlândia, MG, 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: NISHIYAMA, Luiz.

O presente trabalho apresenta as pesquisas de campo, ou melhor dizendo, os trabalhos de campo como importante recurso didático-pedagógico para a educação básica, ensino médio. Norteados pela análise histórico-epistemológico do conhecimento rumo à transdisciplinariedade e do pensamento geográfico, tem a pretensão de demonstrar o interesse de alunos e professores do ensino médio por sua práxis, o que para a queda dos índices de evasão escolar; não obstante, possibilita nos alunos e alunas, pela simbiose teoria-prática, a construção de pesquisadores cidadãos críticos, comprometidos com valores e atitudes universais, entre os quais a ética, o cooperativismo, a solidariedade, e a fraternidade; e, como *feedback* à sociedade, norteados por minhas experiências, apresento, no último capítulo, uma discussão filosófico-metodológica acerca de como realizar trabalho de campo.

Conteúdo-Método, Ensino Médio, Relato de Experiência, Trabalho de Campo, Evasão Escolar, Recursos Didáticos.

119. KAERCHER, Nestor André. *O ensino de Geografia na visão dos alunos secundaristas: limites presentes, desafios futuros*. Porto Alegre, RS, 1995 (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: LEITE, Denise Balarine Cavalheiro.

Ouvindo-se 150 secundaristas de cinco escolas da região metropolitana de Porto Alegre, RS, esta dissertação procurou perceber como anda o ensino de Geografia: que conteúdos e valores, enfim, que linhas metodológicas o professor constrói com os seus alunos no decorrer dos anos letivos. Uma vez coletados os dados – via questionário aberto – procuraram-se respostas para: qual a utilidade da Geografia? Onde ela é aprendida? Como o aluno aprende essa ciência? Qual o grau de empatia com essa disciplina e os seus professores? O suporte teórico baseou-se em Paulo Freire, Ruy Moreira, Ernesto Sabato e Cristovam Buarque. Percebeu-se a Geografia como uma disciplina pouco interessante para os alunos, fornecedora de uma “simples descrição desinteressada do mundo”, mostrando-se assim um quadro bastante despolitizado e distante do dia-a-dia do alunado, o que torna a disciplina chata. A memorização continua sendo o principal método de aprendizagem. Antes de responsabilizar alunos, o presente trabalho procura questionar os cursos de licenciatura que formam os futuros profissionais desta e de outras disciplinas.

Características dos Alunos, Ensino Médio, Estudo de Caso, Processo Ensino-aprendizagem.

120. KATUTA, Angela Massumi. *Ensino de Geografia x Mapas: em busca de uma reconciliação*. Presidente Prudente, SP, 1997. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Orientador: SPÓSITO, Eliseu Saverio.

Na presente pesquisa procurou-se verificar a utilização de diferentes mapas pelos alunos de 5^a à 8^a séries do 1^o grau, enquanto meio de orientação e localização geográficas, e refletir sobre as possibilidades/necessidades de seu uso no ensino de geografia. Para tanto, elaborou-se um conjunto de provas, em que o aluno deveria utilizar noções, habilidades e conceitos de orientação e localização geográficas, em diferentes representações, mediante as quais pôde-se verificar que os alunos têm dificuldade em orientar-se e localizar-se geograficamente com mapas, em função de um ensino ineficiente que, em geral, separa os conteúdos, noções e habilidades de orientação e localização do restante da matéria. As práticas pedagógicas docentes são sincréticas, dada a quase ausência de pesquisa realizadas na área do ensino de Geografia sendo, concomitantemente, causa e consequência de uma formação precária. Isso sugere a necessidade de se repensar alguns pilares, sobre a questão do ensino de geografia, que ainda hoje estão consolidados na prática docente. Para que o aluno “leiturize-se”

cartograficamente, faz-se necessário resgatar a questão da Geografia, enquanto ciência e seu papel no ensino, para posteriormente redimensionar o uso do mapa.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Orientação-Localização Espacial.

121. KEMPA, Sydnei Roberto. *O tempo e o espaço na sociedade capitalista: uma reflexão para a atuação de professores*. Maringá, PR, 2003. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Orientador: ALTOÉ, Anair.

Esta pesquisa apresenta uma análise histórica acerca das percepções de tempo e espaço, no contexto das relações capitalistas de produção, que a partir de meados do século XVI passaram a ocorrer na sociedade, em função do desenvolvimento do instrumental de trabalho. Essas transformações tecnológicas ocorridas no interior da fábrica produziram mudanças não só no tempo e espaço da produção, mas também na vida dos homens, transformações tecnológicas incrementaram a produção de bens materiais por meio da potencialização do tempo e do espaço. Com o surgimento do computador, o tempo e o espaço de produção foram redesenhados na fábrica fornecendo as condições materiais para que o modelo de produção flexível se estabelecesse como novo modelo das relações sociais de produção, cujas mudanças tiveram implicações sobre a educação e sobre a formação dos homens. Nesse contexto, surgem as propostas de inserção da tecnologia do computador na escola, de modo que se preocupa em levantamento dos elementos que provoquem reflexão e inquietação nos responsáveis pelo processo de educação escolar – o professor – acerca do uso da tecnologia do computador, considerando-se seus fundamentos, possibilidades e limitações. Pondera-se que, frente à inserção da tecnologia do computador na escola, seu uso deve conduzir-se pela construção dialética do conhecimento, para possibilitar a superação e desvelamento das ideologias que a sustentam no atual estágio da sociedade capitalista.

Conteúdo-Método, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Educação e Tecnologia.

122. KINOUCI, Rui Percio. *O professor de Supletivo e a compreensão das funções técnicas e políticas em história e geografia*. São Carlos, SP, 1993. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. Orientador: PUCCI, Bruno.

A problematização revela a compreensão dos professores sobre as funções técnicas e políticas no âmbito da história e geografia, em que a função técnica e entendida como o raciocínio lógico e a função política como a crítica consciente da realidade. Tem-se como hipótese relata que os professores não compreendem os elementos técnicos e políticos porque se encontram sem capacitação docente e desconhecem material adequado a

essas disciplinas no que diz respeito à educação de jovens e adultos. Esta hipótese tem por origem a carência de cursos de capacitação para professores de supletivo em Araraquara e a dificuldade de se conseguir material didático e teórico específico para esta modalidade de ensino. Básicos foram estes autores: Paulo Nosella; Guiomar Melo; Dermeval Saviani; Antonio Gramsci. Seis professoras responderam questionário sobre a carreira, a relação com os alunos e atividades extraclasse. Também procedeu-se a entrevistadas para aprofundar temas do questionário e responderam objetivamente sobre suas concepções do técnico e político. Conclusões: o Estado é incapaz de atender suas professoras; o ensino-aprendizagem das professoras é precário em história e geografia; as professoras desconhecem as funções técnica e política em história e geografia.

Prática Docente e Educativa, Ensino Supletivo, Estudo de Caso, Formação do Professor.

123. KOBAYASHI, Mércia Mitsuko Suzuki. *Uma Contribuição para o ensino de Geografia: estudos dos últimos programas curriculares de 1º grau para o Estado de São Paulo*. São Paulo, PR, 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: MARANGONI, Ana Maria Marques Camargo.

Este trabalho consiste numa análise dos últimos currículos escolares vigentes para o ensino de geografia de 1º grau no Estado de São Paulo. Os documentos em análise – Guia de Estudos Sociais; Proposta CENP de geografia e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Geografia – forneceram-nos uma visão sobre o que vem sendo definido como currículo na área de geografia, respectivamente, a períodos referentes aos anos de 1970, 1980, 1990. Utilizamos-nos de alguns autores da primeira metade do século XX, para podermos perceber que a geografia escolar vem desde há muito destacada como um ensino que necessita de mudanças. Com a análise de tais documentos, procuramos contraditar a visão de que tudo o que foi produzido antes dos anos de 1980 não possa representar valiosa contribuição ao ensino de geografia escolar, na atualidade.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental, Pesquisa Bibliográfica e Documental, PCN.

124. KOHN, Neuza Beatriz Prestes. *Olhai os olhos que te olham!* Um estudo de percepção urbana. Ijuí, RS, 2003. (Mestrado em Educação em Ciências). Universidade de Ijuí. Orientadora: CALLAI, Helena Copetti.

Este trabalho é um estudo de percepção urbana que procura verificar as possibilidades das cidades serem educadoras. É um trabalho centrado em Ijuí, RS, uma

cidade de porte médio. Divide-se em três partes: na primeira parte são analisados os requisitos necessários para que ocorra a percepção e por que as cidades são educadoras; na segunda parte são analisadas as cidades e o imaginário sobre elas e apresentados os resultados das entrevistas realizadas sobre as características mais marcantes de Ijuí; na terceira parte, apresentam-se a cidade de Ijuí e as conclusões sobre os resultados dos levantamentos feitos junto a estudantes, população e representantes das etnias.

Conteúdo-Método, Estudo de Caso, Percepção Urbana, Imaginário, Cidade.

125. LAMPERT, Albino Roque. *Educação Ambiental: o turismo como fator de potencialização da sustentabilidade econômica regional*. Rio Grande, RS, 2002. (Mestrado em Educação). Universidade do Rio Grande. Orientador: RUSCHEINSKY, Aloísio.

Este trabalho buscou, através da análise ambiental microrregional da “área de abrangência” do Campus da Universidade Regional Integrada, em Santiago, RS, chegar ao conhecimento adequado da lógica espacial que presidiu a evolução sócio-econômica deste espaço de heterogêneas condições socioambientais. A proposta volta-se à educação ambiental, que, via estratégia turística, pode contribuir para uma economia sustentável, em nível local e regional. Neste trabalho os elementos sócio-ambientais foram identificados, descritos e avaliados em um diagnóstico abrangente, entrevistas direcionadas a diferentes atores sociais e saídas de campo que subsidiaram a caracterização da paisagem, a evolução histórica e o diagnóstico ambiental da área. Para se obter o consenso, em uma proposta de desenvolvimento regional, reforçam-se as visões de meio ambiente, educação ambiental, sustentabilidade e turismo. Crê-se que estes aspectos dão suporte ao presente trabalho, dentro da ótica de que a educação ambiental prepara os cidadãos para intervir na sociedade sob o olhar ambientalista, utilizando os recursos de meio ambiente na busca de uma sustentabilidade econômica e social, visando ao desenvolvimento regional e integrado. Os resultados embasaram a elaboração de uma proposta metodológica, educativa e teórica, de integração da informação, como uma ferramenta viável no sentido de incorporar ao processo de tomada de decisão sobre questões ambientais, estudos científicos e demanda social. O ecoturismo assenta-se como uma perspectiva que valoriza um nexos positivo entre homem e meio ambiente e que redimensiona a economia regional.

Educação Ambiental, Estudo de Caso, Turismo, Ecoturismo, Sustentabilidade.

126. LASTORIA, Andréa Coelho. *O ensino de Geografia na 5ª série: proposta curricular e sala de aula*. São Carlos, SP, 1996. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. Orientadora: MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti.

Neste trabalho investiga-se a geografia ensinada em 5^a séries do ensino de 1^o grau, posto que a atual situação da ciência geográfica nas escolas brasileiras vem sofrendo transformações estruturais teóricas e acadêmicas, as quais servem para redefinir e apontar caminhos metodológicos para os profissionais ligados a essa questão. Configura-se este ensino tecendo considerações sobre a proposta curricular desenvolvida pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) e a prática pedagógica do professor de Geografia. Opta-se pela abordagem qualitativa de pesquisa por razões de coerência teórico-metodológica. O trabalho de campo foi realizado em três diferentes escolas localizadas na cidade de Piracicaba, SP. A inserção da pesquisadora no campo de pesquisa fez-se através de observações em classes de 5^a série do 1^o grau e estendeu-se por um semestre letivo. O material coletado inclui descrições de atividades realizadas em sala de aula, entrevistas com professores e alunos, questionários, avaliações, assim como documentos relativos a ensino de Geografia em tal série. A descrição e análise das três realidades investigadas objetivam configurar a prática docente do professor de Geografia do 1^o grau, assim como os possíveis referenciais teóricos que embasam tal prática. Finalizando o trabalho, procura-se configurar o atual ensino de geografia, destacando-se sugestões para os professores no sentido de superar dificuldades.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Proposta Curricular

127. 127-LEÃO, Vicente de Paula. *O uso da mídia no Ensino da Geografia na Educação Básica*. Belo Horizonte, MG, 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: VALADÃO, Roberto Célio.

Com a evolução dos meios de comunicação de massa, passamos a ter uma nova forma de linguagem interagindo como o ensino da Geografia. É fundamental entender o processo de construção da notícia, pois desde a fonte até o receptor final – no caso desde trabalho o aluno-receptor – a informação passa por várias mediações. Nessas mediações se incorporam à notícia as visões de mundo daqueles que codificam a mensagem. O texto mediático e os programas televisivos refletem apenas uma parcela da realidade. Seu aproveitamento como material didático para o ensino da geografia requer um processo no qual o interdiscurso como o conhecimento geográfico possibilite a criação de novos espaços para novas mediações. O professor, os alunos e o conhecimento geográfico atribuirão novos significados ao material mediático. Nesse processo de ressignificação da linguagem produzida pela mídia, é importante ter claro o papel da geografia. Assim, com esta pesquisa buscou-se conhecer a relação do professor de geografia com o material mediático, mediante questionários aplicados nas redes pública e particular, visando estabelecer aspectos dessa realidade e sua influência na utilização do material mediático. A pesquisa apontou os veículos dos

grandes meios de comunicação os professores mais utilizados pelos professores nas aulas de Geografia, bem como a ausência de mediações que pudessem dar ao texto mediático novos significados e, assim, ampliar sua possibilidade de utilização. Alguns dados, colhidos ao longo dessa pesquisa, fazem nos acreditar na necessidade de um melhor planejamento no processo de seleção e incorporação do material produzido pela mídia. Nesse planejamento, deve-se conhecer a linguagem dos grandes meios, assim como, saber qual Geografia deve ser ensinada. Dessa forma será mais fácil definir, no processo pedagógico, a função do material mediático e quais suas possibilidades para o ensino da Geografia.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Mídia e Educação, Recursos Didáticos.

128. LEONEL, Zélia. *Geografia: do discurso pedagógico a uma questão anterior a qualquer discussão: crítica a ciência geográfica*. São Carlos, SP, 1985. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. Orientador: TREVISAN, Péricles.

A geografia se propõe, teoricamente, a ser a ciência síntese integrando os fatos físicos e os fatos humanos; mas, na prática, permanece o corte entre Geografia Física e Geografia Humana. Portanto, a questão teórica mais importante da Geografia, na prática científica, é negada. Este estudo procura mostrar que esta crítica à ciência geográfica gira em torno de uma falsa questão, porque a unidade do conhecimento é, antes de pensada, uma unidade prática. É na prática produtiva dos homens (na indústria) que se dá essa unidade homem-natureza. No momento em que a história produziu as condições materiais necessárias para que essa unidade prática fosse também uma unidade pensada, o conflito histórico entre forças produtivas e relações sociais se revela negando a prática que o engendrou, ao mesmo que põe as possibilidades de sua superação. Eis a verdadeira contradição que não pode ser entendida como um problema só dos geógrafos. Portanto, se a questão da Geografia é a relação homem-natureza, ela não tem nenhuma questão a resolver, pois ela já foi resolvida historicamente pelo processo do trabalho. Marx é a expressão teórica dessa verdade prática. O aparecimento da Geografia, assim como da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia, na virada do século XX, destrói, a nível ideológico, a unidade do conhecimento.

História da Geografia Escolar, Análise de Conteúdo, Prática Docente e Educativa, Pensamento Geográfico.

129. LIMA, Ilvis Ponciano Araujo. *Teleensino: uma opção para o ensino da Geografia*. Fortaleza, CE, 1999. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará. Orientadora: LEITINHO, Meiricele Calíope.

Esta pesquisa, realizada no período de agosto/98 a julho/99, investigou, com base no Sistema de Teleensino da Fundação de Teleeducação do Ceará, a contribuição do Teleensino para a democratização do saber geográfico no nosso estado, verificando se a Geografia ofertada está em consonância com as necessidades culturais do lugar de inserção do telealuno e se contribui para a formação de um ser integral capaz de assumir o seu papel na História. Pretende servir como um instrumento para detectar acertos, falhas e distorções, contribuindo para que o ensino de geografia, adequado às necessidades do telealuno, seja melhor aproveitado e aumente o seu interesse por essa disciplina. Assim, ele poderá compreender melhor a complexidade do espaço geográfico em que habita e aprender a relacionar-se adequadamente com os recursos de que dispõe para a sua sobrevivência. A pesquisa bibliográfica procurou identificar os indícios da existência de outros temas relevantes que possuem interfaces com a geografia e que podem ser importantes para esta ciência e para quem dela se utiliza. Foi examinada uma amostra de 30% dos telealunos da 7ª e 8ª séries de nove escolas sorteadas da 2ª e da 4ª regiões, as mais emblemáticas da cultura urbana, do Centro Regional de Desenvolvimento da Educação de Fortaleza. Através de entrevistas estruturadas, foram colhidas as opiniões dos orientadores de aprendizagem, das autoridades envolvidas com o teleensino e dos dirigentes educacionais das escolas pesquisadas. A pesquisa concluiu que: o ensino de Geografia por este sistema é bem aceito porque, trazendo à presença do telealuno a realidade de diversos lugares, mesmo de forma virtual, desperta emoções semelhantes às vivenciadas concretamente e que a geografia ofertada, em consonância com as necessidades culturais do aluno, tem permitido que ele compreenda melhor o seu lugar de inserção e possa agir como agente da própria história.

Características dos Alunos, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Teleensino. Educação à Distância.

130. LIMA, Márcia Helena de. *Educação e reforma agrária: (re)configurações entre a cidade e o campo*. Uberlândia, MG, 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora: VLACH, Vânia Rubia Farias. ,

Esta pesquisa trata da relação da educação com a reforma agrária, e as dimensões pedagógicas existentes neste processo, as quais (re)configuram os espaços escolares na cidade e no campo; vislumbra a compreensão do papel do educador e do educando numa perspectiva histórico-social e enfatiza o ensino de geografia. É no contato com a sociedade e com a natureza que os indivíduos, e os agentes executivos e legislativos

contribuem para a formulação de políticas públicas que estejam de acordo com as reais necessidades da população. Valoriza-se o resgate das especificidades regionais e culturais, bem como a difusão de propostas que se originam em contextos históricos e sociais que redimensionam a educação, tomando como parâmetro as experiências dos sujeitos do campo e da cidade. Considerou-se a proposta pedagógica dos movimentos de luta pela terra, que resgata a cultura presente no campo, aproveitando os saberes sociais e culturais para a organização de uma educação que ultrapasse o sistema oficial de ensino, que, historicamente, priorizou a cultura da cidade. Buscam-se teorias e práticas que envolvam a construção do espaço escolar em assentamentos de reforma agrária, enfatizando a identidade cultural com a área de formação e/ou atuação, a concepção de planejamento de ensino, o relacionamento professor-aluno, a relação entre conteúdo aplicado e proposta curricular oficial, e, por fim, os paradigmas que envolvem os aspectos referidos acima. Para facilitar a compreensão do tema abordado, priorizou-se uma postura metodológica que possibilite constatações e reflexões sobre a questão agrária no Triângulo Mineiro, com ênfase em Uberlândia, mas apontam-se aspectos dessa estrutura em nível nacional.

Currículos e Programas, Estudo Comparativo/Correlacional, Reforma Agrária, Identidade.

131. LIMA, Maria de Lourdes. *Sensibilização Ambiental no processo educativo: o tema dos resíduos sólidos urbanos no Programa Curricular de 1ª Série do Ensino Fundamental*. Maringá, PR, 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: PASSINI, Elza Yasuko.

Este trabalho investiga a prática educativa relacionada ao ambiente e aos resíduos sólidos, envolvendo duas professoras, duas turmas de alunos da 1ª série do ensino fundamental e duas coordenadoras da Escola Estadual Maria Balani Planas, situada no município de Maringá, próximo ao Córrego Cleópatra, local onde foram constatados problemas de degradação ambiental, entre os quais, a presença de resíduos sólidos urbanos. O presente trabalho apresenta uma proposta de ação e reflexão para a prática pedagógica relacionada ao ambiente e os resíduos sólidos urbanos, a partir da realidade vivenciada pelo aluno, tendo como referencial metodológico o estudo do meio e a educação cartográfica. Busca, através do planejamento interdisciplinar, criar estratégias de ensino e o despertar para a sensibilização aos problemas ambientais, desde a 1ª série do ensino fundamental. Propõe ações transformadoras e reflexões críticas de educadores e educandos, enquanto sujeitos pesquisadores e agentes de transformação, tendo como objetivo final a construção de uma sociedade voltada para a preservação e conservação do ambiente. A proposta metodológica tem como pontos norteadores a articulação entre teoria e prática para a compreensão da realidade, a

organização das etapas fundamentais para o despertar da sensibilização dos alunos e professores, a avaliação contínua em todo o processo e, como parte dele, a orientação voltada para o “aprender fazendo”.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Pesquisa-Ação, Estudo do Meio.

132. LIMA, Otavio Buffi. *A formação de professores de Geografia no Conesul: o caso do Brasil (UFRGS) e do Chile (Universidad de Concepción)*. Porto Alegre, RS, 1997. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva.

Esta dissertação busca investigar através de um estudo comparativo de casos a formação atual de professores de Geografia da UFRGS e da Universidad de Concepción. Possui como objetivos analisar e interpretar os três pontos considerados essenciais do currículo em seu desenvolvimento que são: a) as disciplinas de conteúdo específico de Geografia, b) as disciplinas de conteúdo específico de educação e c) as disciplinas de ensino da Geografia; para conhecer seus interesses ideológicos. E, ainda, analisar e interpretar as principais contradições nas formações em estudo, principalmente contradições quanto ao conhecimento geográfico, pedagógico e prática pedagógica. Ambas as formações possuem um currículo que está estruturado para a “coleta” do conhecimento da Geografia e da educação. Estão dirigidas pela lógica da racionalidade técnica. A formação de professores de Geografia deve ser entendida em sua interpeleção com um contexto maior que é econômico e político, ao qual hoje denominamos de globalização, e especificamente no nosso caso a constituição de um bloco regional que é o Mercosul. Concomitantemente a isto percebe-se que esta realidade também se manifesta como espaço geográfico, que é por sua vez conhecimento desta formação.

Formação de Professores, Ensino Superior, Estudo Comparativo/Correlacional, Mercosul.

133. LIMA, Salete Teixeira de. *O processo de capacitação docente e o ensino de Geografia: angústias e reflexões*. São Paulo, SP, 1993. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: TOLEDO, Gil Sodero de.

O cerne desta pesquisa está centrado no estudo do processo de capacitação docente voltado ao ensino da geografia. Nesta perspectiva a análise enfatiza três momentos distintos levando-se em consideração inclusive o nosso próprio processo de capacitação docente. O 1º momento – “Otimismo” – a capacitação docente e suas implicações revela uma visão de mundo simplista, calcada na lógica das aparências e na crença de que ações imediatas e eficientes resolveriam as questões angustiantes de um determinado

momento conjuntural. Para tanto, discute-se treinamento de professores para resgate das preocupações e os objetivos que caracterizam esta prática, assim como aspectos da política educacional ao oferecer os cursos de capacitação docente. Essa discussão teve como subsídio um estudo de caso, que serviu de suporte para evidenciar a reflexão deste momento. O 2º momento – “Dúvidas e incertezas” – refere-se à reflexão, em que se busca resgatar o significado do conhecimento geográfico nos currículos e a prática docente como decorrente da prática social. O 3º momento – “Realidade e contradição” – objetiva desvelar o movimento contraditório do processo em pauta. A relação escola-sociedade fundamenta essa abordagem, evidenciando as contradições que o processo educativo encerra, deixando evidente as reais possibilidades de um “treinamento”. Assim pretendeu-se elucidar o processo pedagógico no contexto educacional de forma mais consistente e objetiva.

Formação de Professores, Capacitação Docente, Relato de Experiência.

134. LOPES, Maria Deuceny da Silva. *A percepção cartográfica de alunos da 3ª série do 1º grau no município de Cachoeiro de Itapemirim, ES*. Belo Horizonte, MG, 1996. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: LE SANN, Janine Gisèle.

Na realização deste estudo, tentou-se identificar qual o tipo de representação cartográfica que melhor caracteriza os aspectos gerais do município de Cachoeiro de Itapemirim, ES, e que, conseqüentemente, seria melhor assimilada pelo aluno da 3ª série do 1º grau. Para elaboração do material cartográfico e análise dos dados obtidos fundamentou-se em Jacques Bertin, Serge Bonin e Janine Le Sann, no que se refere à semiologia gráfica e tratamento gráfico da informação. A pesquisa foi realizada em onze escolas públicas, da zona rural e urbana, com 350 alunos da 3ª série do 1º grau, entre a faixa de oito e catorze anos de idade. Os resultados da pesquisa revelam aspectos já estudados por outros pesquisadores em relação ao ensino de Estudos Sociais de 1ª a 4ª série e ao conceito que as crianças têm de mapa. Revelam, ainda, a necessidade de se trabalhar mais o mapa em sala de aula e, principalmente, de se construir um documento que represente o município, já que todas as crianças entrevistadas não reconheceram o formato do documento que lhes foi apresentado. O desenvolvimento dos alunos do formato do seu município demonstra que esse não é trabalhado em sala de aula. Ao mesmo tempo, explica a carência de uma representação cartográfica do município, responsável pelo desconhecimento dos professores. No final do trabalho, foi proposta a elaboração de um atlas do município de Cachoeiro de Itapemirim, para ser trabalhado com alunos da 3ª série do 1º grau, pretende-se resgatar o ensino de Estudos Sociais, especificamente da Geografia nas séries iniciais.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Cartografia (Mapas Temáticos), Ensino de Estudos Sociais.

135. LOPEZ, Pilar Martin. *O projeto Bananal: caminhos para leituras críticas da realidade*. São Paulo, SP, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: TOLEDO, Gil Sodero de.

Este trabalho relata o desenvolvimento de um processo envolvendo a escola em um projeto educacional, tendo por base o ensino de geografia, a questão ambiental e a interdisciplinaridade. O Projeto Bananal-SP, que num primeiro momento (de 1986 a 1988) se desenvolveu, basicamente, nesse município, como projeto piloto de uma metodologia que mais tarde (até 1991) foi aplicada em outros municípios do Estado de São Paulo, teve como base a reflexão sobre a prática de preservação do patrimônio histórico-cultural-ambiental e a tentativa de uma abordagem feita pela escola nesse sentido. Envolveu técnicos de instituições públicas de ensino, meio ambiente e patrimônio histórico, tais como escolas de 1º e 2º graus de diversas cidades do Estado, envolvendo professores PI, PII e PIII de todas as disciplinas, diretores de escolas, coordenadores e supervisores; o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP); a Companhia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e, por último, o Pró-Memória. Discorre sobre a importância do diálogo e do trabalho participativo; o trabalho com conteúdos organizados por temas significativos para aqueles professores; a Proposta Curricular de Geografia, elaborada pela CENP em conjunto com professores da rede estadual de ensino; e a questão do ambiente e da realidade vivida pelo aluno, embasando o ensino de Geografia numa postura interdisciplinar. Formula-se o desenvolvimento de uma metodologia para a construção de cursos de capacitação de docentes, que em um período curto de duração (30 horas) possibilitava ao participante fazer uma releitura de sua prática pedagógica e de seu objetivo como professor, percebendo a escola inserida na sociedade mais ampla.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental e Médio, Relato de Experiência, Educação Ambiental, Interdisciplinaridade.

136. LOURENÇO, Claudinei. *A natureza no ensino de Geografia de 1º e 2º graus: perguntas ao passado*. São Paulo-SP. 1996. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: TOLEDO, Gil Sodero de.

Este trabalho apresenta preocupações em relação ao ensino do tema natureza na geografia no 1º e 2º graus, apresentados nos livros didáticos. Entre estas preocupações, resgata a memória geográfica brasileira, as características da geografia destinada ao ensino de 1º e 2º graus nas escolas no contexto histórico e como o livro didático tem

subsidiado a prática docente. Analisa-se, assim, o tema natureza nos livros comparando o enfoque nos livros antigos (antes de 70) e nos atuais (década de 80 e 90), com base nas discussões ecológicas/ambientais, apresentando-se o entendimento atual do papel da geografia no ensino e a importância da natureza nesse papel. No capítulo 1, discutem-se as concepções de natureza no pensamento ocidental; no capítulo 2, a visão “marxista” de natureza e as incorporações na geografia; no capítulo 3, a história do livro didático de geografia no ensino oficial brasileiro; no capítulo 4, a renovação do ensino da natureza na geografia no início do século XX, com destaque para o livro “Geographia do Brasil”, de 1913, de Delgado de Carvalho; no capítulo 5, aborda-se a natureza na renovação da geografia no final do século XX. Entre suas conclusões, destaca-se a importância do estudo do meio para a compreensão da totalidade das questões que envolvem a sociedade e a natureza na geografia.

Livro Didático, Ensino Fundamental e Médio, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Natureza, Questões Ambientais.

137. LOURO, Guacira Lopes. *Concordância entre valores em uma equipe de estudos sociais e seus grupos de alunos*. Porto Alegre, RS, 1976. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: MARQUES, Juracy C.

O trabalho apoia-se nas hipóteses de que alunos de 6^a, 7^a e 8^a séries com maior rendimento na aprendizagem concordam em maior número de valores com o professor e o apreciam mais do que os alunos de menor rendimento; e ainda que os professores com maior concordância em valores com seus colegas de equipe são os mais apreciados por estes colegas. Resultados significativos confirmaram as hipóteses que se referiam aos alunos, em duas das cinco unidades de investigação. Não foi encontrada correlação entre professores com maior concordância em valores com seus colegas e professores mais apreciados por estes colegas.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo/Correlacional, Ensino de Estudos Sociais, Valores.

138. LUIZ, Angela. *Paisagem: representação e interpretação – Uma análise da paisagem no ensino de Geografia*. São Paulo, SP, 2001. (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. Orientadora: PONTUSCHKA. Nídia Nacib.

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida em duas escolas públicas, com turmas de 5^o série do ensino fundamental. O objeto de estudo da pesquisa foi o conceito de paisagem e as formas utilizadas pelos alunos em sua representação. Fez-se também um levantamento sobre

o tratamento dado ao conceito pelos livros didáticos indicados no Plano Nacional de Livros Didáticos. A hipótese que norteou o trabalho de pesquisa foi a de que o ensino da paisagem no primeiro e segundo níveis de escolarização não tem se apropriado da linguagem cartográfica e seus recursos na elaboração de representações da realidade que possam permitir aos alunos momentos diferenciados de aprendizagem: desde o levantamento de dados da paisagem local onde desenvolvem suas atividades até a sistematização dos dados com diferentes formas de representação – desenhos, mapas, gráficos – e desta forma não possibilita aos alunos a construção do conceito de paisagem de modo significativo, ou seja, que aprenda a fazer uso do conceito na interpretação da realidade social em que é sujeito ativo. Sendo, assim, inicialmente realizaram-se atividades com o intuito de verificar qual a concepção prévia dos alunos e, em seguida, desenvolver, em conjunto com o professor de geografia das escolas públicas, um trabalho utilizando desenhos, trabalhos de campo e mapas conceituais, os quais permitiram um avanço na construção conceitual dos alunos e uma aprendizagem mais sólida dos conceitos envolvidos. O intuito dessa dissertação é compartilhar os resultados desse estudo, do trabalho conjunto entre pesquisador (acadêmico)-professor (escola pública) e sugerir caminhos para a construção de conceitos fundamentais no ensino de geografia.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Paisagem, desenhos, aprendizagem significativa, conhecimento.

139. MACEDO, Ana Maria. *O Lixo Urbano: Possibilidades de Realização de Práticas Educativas Ambientais no espaço Público da UEG - Unidade Universitária de Porangatu*. Goiânia, GO, 2002. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás. Orientadora: CAVALCANTI, Lana de Souza.

Para a verificação das possibilidades de realização de práticas educativas ambientais com o lixo urbano e escolar no espaço público da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Unidade Universitária de Porangatu –, desenvolveu-se essa pesquisa, de caráter qualitativo, fundamentada na teoria da percepção ambiental. Entre os diversos problemas ambientais da cidade de Porangatu, tem-se no lixo o instrumento de referência que começou a se intensificar com o advento da Revolução Industrial, (século XVIII). A partir da década de 1970, o lixo ganha proporções em volume e qualidade, sendo formado pelos resultados das atividades humanas nas cidades e pelo processo capitalista industrial que produz grande diversificação de produtos. Os meios de comunicação de massa e tecnologia avançada despertam nos seres humanos o desejo consumista que traz desperdícios e conseqüente geração de lixo. Objetivase conhecer as percepções de professores, moradores, autoridades competentes e frequentadores da Unidade sobre a problemática do lixo urbano e escolar x educação

ambiental e práticas educativas ambientais para a cidade e UEG. Para tanto, utiliza-se de coleta de dados, na cidade e Unidade, através de: percepção ambiental, observação *in loco*, entrevistas formais, semi-estruturadas e informais, relatório técnico ambiental, fotografias, fontes documentais etc. Para a pesquisa de campo no espaço público da Unidade, aplicou-se cento e noventa questionários a alunos e dezessete a professores dos cursos regulares. Apontam-se como resultados a superficialidade e quase inexistência de práticas educativas ambientais com o lixo urbano e escolar. Concluiu-se que há urgência e necessidade de inclusão teórica e prática da educação ambiental nos cursos ministrados na Unidade, fazendo-se uso das modalidades educativas: não-formal e formal.

Educação Ambiental, Ensino Superior, Estudo de Caso, Lixo, Percepção Ambiental.

140. MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *O ensino de Estudos Sociais nas séries iniciais: em busca de novos caminhos*. Porto Alegre, RS, 1990. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. LOURO, Guacira Lopes.

Este trabalho buscou desvendar o tratamento dispensado aos Estudos Sociais nas escolas estaduais de Caxias do Sul, RS, nas três primeiras séries do 1º grau. No capítulo I, explica-se como se concebe a pesquisa e de que maneira os dados foram coletados e analisados. No capítulo II, responde-se às questões que nos preocupavam e trata-se das concepções de história vinculadas nas séries iniciais, além da consequência que o uso destas concepções traz para a construção de conceitos que facilitem a aprendizagem da história e da geografia. Ainda, procurou-se entender como a criança constrói em seu pensamento os conceitos de tempo e espaço, para que estudos sociais se tornem substantivos. Vale dizer, o tempo social com durações maiores e menores, e velocidades diferentes, obedece às contingências da experiência coletiva. É, portanto, nessa experiência coletiva – que se dá em um tempo de duração variáveis e em espaços com características diferentes segundo a atuação dos seus membros – que devemos centrar nossas atenções.

Estudos Sociais, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Formação de Conceitos, Tempo-Espaço.

141. MAGALHÃES, Márcia Andréa Nogueira. *As representações sociais dos professores de geografia sobre a questão ambiental*. Belo Horizonte – MG. 2003. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: BRAGA, Rosalina Batista.

Consideramos que o ensino de geografia deva proporcionar ao discente a busca da compreensão do espaço produzido pela sociedade, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nele se desenvolvem, bem como apropriação que essa sociedade faz da natureza. Deve preocupar-se com o estudo da organização da natureza, no sentido de conhecê-la melhor, levando o discente a sentir sua fragilidade, a fim de utilizá-la de forma sustentável. Cabe à geografia explicar como as sociedades produzem o espaço, conforme seus interesses, ideologias e valores em determinado momento histórico, mostrando que este processo implica uma transformação contínua, pois o resultado da relação entre a sociedade e a natureza é o espaço geográfico, caracterizado pela existência contínua de ações humanas e naturais que o transformam continuamente. Por ter esta referência espacial, ou seja, de que o espaço geográfico é dinâmico e não estático, é que pautamos nossa prática na conciliação do ensino de geografia e das práticas de educação ambiental, pois esta, segundo a proposição da Unep-Unesco é uma prática educacional, fundamentalmente, voltada para a resolução de problemas que comprometem a qualidade de vida, numa escala espacial que vai do local para o global.

Educação Ambiental, Estudo Comparativo/Correlacional, Questão Ambiental.

142. MAGNONI JÚNIOR, Lourenço. *Globalização, neoliberalismo e exclusão calculada: reflexões sobre o ensino de Geografia*. Marília, SP, 1999. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista-MA. Orientador: VALE, José Misael Ferreira do.

Este trabalho tem como objetivo de evidenciar o papel da escola pública popular e do ensino de Geografia numa concepção cidadã, em contexto sob a égide do neoliberalismo e da globalização da economia, em que o mercado é promovido a entidade acima e além de todas as coisas. A pesquisa aponta que, diante da inserção submissa da economia nacional à globalização capitalista e da investida neoliberal contra o patrimônio público nacional através das privatizações e destruição da pequena e média indústria nacional, a desigualdade social se aprofunda, aumentando a miséria, a fome e a violência, bem como desencadeando o processo de degradação e exclusão social extremamente perverso. O processo de degradação e exclusão em curso faz parte da estrutura do novo paradigma capitalista, isto é, calcula-se o aumento da exclusão social para possibilitar a ampliação da riqueza em favor de pouco mais de 20% dos habitantes do planeta Terra. A partir da experiência de vida de um geógrafo/educador e de questionamentos, indagações e reflexões sobre o neoliberalismo, a globalização capitalista, as tecnologias da terceira revolução industrial e do novo paradigma do mundo da produção e do trabalho, situamos no contexto da globalização e da exclusão calculada, a importância da educação pública popular e do ensino da geografia cidadã, como caminho viável para a construção da escola pública democrática capacitada para

promover a prática da educação libertadora e transformadora, formando educandos críticos-reflexivos capacitados para lutarem em prol da construção da cidadania negada para milhões de brasileiros.

Currículos e Programas, Estudo Comparativo/Correlacional, Globalização, Neoliberalismo.

143. MALDANER, Marivalda Bonfanti. *A Geografia como conhecimento crítico da realidade: uma proposta e uma experiência no Rio Grande do Sul*. Campinas, SP, 1983. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Orientador: ALMEIDA, Milton José de.

Acreditamos na ideia que a geografia deveria constituir-se numa abordagem de reconhecimento, interpretação e análise do espaço geográfico. Esta abordagem é sumamente importante porque remete o jovem ao estudo das transformações próprias da natureza e aquelas que acontecem no meio natural provocadas pelo trabalho social. Entretanto, ainda são poucos os que levam em conta este estudo ao elaborar um programa de ensino de geografia. A maioria dos professores considera o estudo da geografia como uma disciplina que irá oferecer as mais importantes informações sobre a descrição de lugares. Outros reconhecem a precariedade e a falsidade dessa abordagem do ensino geográfico, mas não conseguem fazer dele um verdadeiro instrumento de *praxis* social com o objetivo a uma prática de transformação da sociedade. Dessa forma, propusemo-nos realizar um estudo que buscasse alternativas metodológicas para o ensino de geografia no 1º grau. Uma proposta que rompesse com os velhos esquemas de abordar a geografia, realizando um trabalho de estudo da organização espacial, através da visão de como o espaço se organiza a função do modo de produzir. O estudo refere-se a elaboração, aplicação e avaliação de um projeto de ensino de Geografia para a 6ª série. O programa foi trabalhado por um grupo de licenciados do curso de Estudos Sociais (Fidene-Ijuí, RS) aplicado em diversas escolas do Sul do País. Os resultados evidenciam a importante atuação dos licenciados na condução dos trabalhos. A partir dela, o projeto de ensino tomou forma, conquistou espaço, alterou situações cristalizadas, foi passível de críticas, desempenhou função de redimensionamento da prática pedagógica.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Formação de Professores, Métodos de Ensino.

144. MARCANTE, Rosilene. *Estudo do uso das novas tecnologias de informação e comunicação no ensino de climatologia*. Belo Horizonte, MG, 2002. (Mestrado em

Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: ABREU, Magda Luzimar de.

Nesta dissertação, foi trabalhada a possibilidade do uso de tecnologia de *software* aplicadas à área de climatologia para ensino não-presencial. Dessa forma, o presente trabalho teve por objetivo a criação de material didático destinado ao ensino de climatologia no curso de geografia. Para isso foi desenvolvido o tema “pressão atmosférica”, através de uma metodologia própria que pudesse atender a contento as necessidades pedagógicas e de adequação ao meio informático. Com um protótipo definido, este foi avaliado por um grupo de amostragem dos discentes de graduação em Geografia da UFMG e obteve deles a aprovação. Sendo assim, neste universo da pesquisa e com base nos resultados obtidos, pôde-se concluir que alguns procedimentos pedagógicos, operacionais e arquitetônicos são próprios deste tipo de material e devem se constituir em objetos de extrema relevância para outras pesquisas e propostas voltadas para o ensino não presencial.

Conteúdo-Método, Ensino Superior, Estudo de Caso, Climatologia, Recursos Didáticos.

145. MARCHIORATO, Sonia M. *O trabalho de campo e o estudo em laboratório: importância e viabilidade no ensino de geografia segundo posicionamento do professor de escola de 1º grau e 2º grau de Curitiba*. Curitiba, PR, 1987. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Orientador: BECKER, Lauro da Silva.

A partir de um questionamento sobre a importância e a viabilidade do trabalho de campo e do estudo em laboratório no ensino de Geografia na escola de 1º e 2º graus, a presente pesquisa teve por objetivos a validação de um conjunto de objetivos orientadores propostos em vista dessas alternativas de ensino, caracterização e viabilidade das mesmas nos níveis escolares referidos. O estudo foi diagnóstico-exploratório, compreendendo revisão bibliografia específica e a elaboração de um instrumento composto de duas partes aplicado a professores licenciados em Geografia e atuantes no ensino regular e diurno das redes escolares estadual, particular e municipal de curitibanos. Os dados foram analisados e interpretados sob critérios específicos para cada parte do instrumento, e os resultados da 1ª parte mostraram uma convergência dos professores quanto à validação dos objetivos propostos; na 2ª parte ficou caracterizada uma viabilidade parcial do trabalho de campo e do estudo em laboratório no ensino de Geografia em 1º e 2º graus.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental e Médio, Análise de Conteúdo, Trabalho de Campo, Recursos Didáticos (Laboratório).

146. MARINHO, Genilson Cordeiro. *Os parâmetros curriculares nacionais no contexto das reformas neoliberais: o caso de geografia*. Recife, PE, 2003. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: POLICARPO JÚNIOR, José.

Este trabalho investiga as questões relativas às reformas educativas empreendidas no atual estágio de mundialização do capitalismo, em que busca o desvendamento crítico das apropriações simbólicas (Bourdieu) de categorias e o léxico das lutas democráticas nas propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental. Foi possível perceber que, em grande medida, as informações e orientações, principalmente as que envolvem a problemática dos valores, atitudes, procedimentos e conteúdos, presentes nos documentos oficiais da Secretaria do Ensino Fundamental (volume introdutório dos PCNs e PCN de Geografia), são seletivamente recicladas e reincorporadas pelos expedientes ideológicos do neoliberalismo em sua luta hegemônica. Constatou-se que, no meio educacional, na maioria das ocasiões, é construído um discurso “sobre” a educação que faz as vezes do discurso que seria “da” educação. Vale dizer, com noções e conceitos produzidos no tensionamento de realidades datadas e específicas, destacados das condições de produção que lhes forneciam sentido e utilizados arbitrariamente (e por que não dizer, ideologicamente) como eixos analisadores de realidades distintas, sem que seja posta em causa a pertinência de tal uso. A recontextualização nos campos pedagógicos oficial e não-oficial opera apropriando-se, reenfocando-se, deslocando-se e relocalizando-se para justificar o injustificável, produzindo questões (a fatal necessidade de inclusão no mundo “globalizado”, justificando todos os tipos de sujeições, parece ser uma delas; a pretensa “crise do Estado”, legitimando recuos múltiplos de conquistas sociais, outro) ou expressões como “cidadania” ou “autonomia” que acabam por pautar o debate – tanto na mídia, quanto nos meios acadêmicos – na busca de circunscrever o campo simbólico ao âmbito dos interesses do capital em suas formas atuais. Os objetivos estabelecidos neste estudo levaram-nos a optar por um estudo analítico, orientado pelos pressupostos da abordagem qualitativa em educação, elegendo a análise documental como método de construção de dados. Com o intuito de apreender as percepções, as concepções e a historicidade do objeto pesquisado, utilizaram-se, como fonte de dados, documentos oficiais (legislações, diretrizes curriculares e relatórios) e a literatura especializada. Tratou-se de identificar na aparente democratização da produção simbólica o seu inerente potencial de manipulação da subjetividade dos indivíduos. A mesma educação – que tanto prega nos referenciais curriculares a autonomia, a liberdade e a democracia, com seus mais altos valores – opera nos indivíduos a mais brutal padronização.

Currículo e Programas, Ensino Fundamental, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Neoliberalismo, PCN.

147. MARTINEZ Rogério. *Geografia e meio ambiente: uma análise do pensamento geográfico da problemática ambiental nos parâmetros curriculares nacionais*. Marília – SP. 2003. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Orientadora: FELIX, Sueli Andruccioli.

Este trabalho analisa a inserção da ciência geográfica e da temática ambiental no contexto das reformas educacionais implantadas recentemente em nosso país. Apontamos como essas reformas, que culminaram com a elaboração dos chamados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), fazem parte de um contexto político-econômico associado às transformações que vem ocorrendo no cenário mundial. Discutimos a evolução histórica da geografia, passando pelas principais correntes de pensamento que marcaram a trajetória dessa ciência. Analisamos detalhadamente os fundamentos teóricos propostos no documento dos PCNs da área de geografia, como forma de identificar a concepção de geografia sugerida nessa proposta curricular. Procuramos analisar se os conteúdos sugeridos nessa proposta curricular refletem a concepção de Geografia nela adotada. Examinamos os fundamentos teóricos da atual crise ambiental, apontando como a degradação da natureza está intimamente relacionada ao modelo da sociedade contemporânea. Ressaltamos a incorporação da temática ambiental no âmbito escolar, analisando o meio ambiente no âmbito dos PCNs, e destacando a relação entre o discurso ambiental contemporâneo e a abordagem do meio ambiente nessa proposta curricular. Por fim, manifestamos a nossa opinião a respeito das reflexões que realizamos sobre a incorporação da Geografia e da temática ambiental na referida proposta curricular. Em suma, é sobre a análise do pensamento geográfico e do meio ambiente no contexto dos PCNs que se dedicam às páginas deste trabalho.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, PCN.

148. MASCARIN, SÍLVIA REGINA. *Produção (trans)formação do professor de geografia: uma abordagem teórico-prática na região de Campinas-1968-1998*. Campinas, SP, 1999. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de.

A proposta desta dissertação de mestrado é tornar evidente os processos que têm contribuído para a formação do professor de Geografia que atua no ensino fundamental e médio na região metropolitana de Campinas, SP. A partir do desenvolvimento de uma pesquisa junto aos docentes de Geografia da 1ª Delegacia de Ensino de Campinas, procuramos conhecer a tensão entre o cotidiano destes e as condições teórico-metodológicas e estruturais que lhes tem sido oferecidas. Visando uma busca significativa de suas raízes até a Geografia do nosso tempo, destinamos à (re)construção das etapas que influenciaram a postura destes profissionais.

Os resultados permitem estabelecer um diálogo complexo e inacabado entre as dificuldades dos professores hoje, levando às preocupações-chave do pensamento geográfico contemporâneo e suas implicações na postura teórico-metodológica e filosófica deles. Nesse sentido, o trabalho que ora se apresenta serve para exemplificar a insatisfação, a precariedade, como também a força e coragem que têm influenciado o processo de construção pedagógica do professor de geografia.

Formação de Professores, Ensino Fundamental e Superior, Análise de Conteúdo. Prática Docente e Educativa.

149. MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a Missão Francesa na Universidade de São Paulo*. São Paulo, SP, 1991. (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: CORREA, Mariza.

O trabalho tem como objetivo central fazer uma avaliação das presenças estrangeiras nas ciências sociais brasileiras, com ênfase especial na missão francesa convidada para inaugurar as atividades docentes na Universidade de São Paulo, nos anos 1930. A primeira parte da dissertação (Capítulo I) se propõe a colocar um quadro geral que dê conta do ponto de vista explicativo, dos franceses e dos norte-americanos que estiveram no Brasil entre 1930 e 1960: os franceses como docentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, os norte-americanos como pesquisadores, normalmente vinculados a amplos projetos de investigação. Na segunda parte, trata-se da viagem e a sua narrativa, tristes tópicos. Na terceira, discute-se a contribuição francesa na história e na geografia através das figuras de F. Braudel e P. Mombeig, ambos ligados a celebre escola dos “Anales” na França.

História da Geografia Escolar, Ensino Superior, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Missão Francesa no Brasil.

150. MASTRANGELO, Ana Maria. *A construção coletiva do croqui geográfico em sala de aula*. São Paulo, SP, 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: ALMEIDA, Regina Araújo de.

Os usuários de mapas atualmente, independente de ter ou não formação em cartografia, de ter ou não uma visão normal, precisam ler e entender os símbolos e figuras de qualquer produto cartográfico – guias de ruas, mapas turísticos, temáticos, croquis imobiliários entre outros. A cartografia vive hoje uma intensa reformulação em seus produtos cartográficos, impulsionada pelas novas tecnologias. Porém, a garantia de acesso, leitura e entendimento desses produtos é privilégio de uma minoria nas sociedades modernas. Diante disso, alfabetizar-se como um todo, inclusive

cartograficamente, é a necessidade maior da população para enfrentar as dificuldades decorrentes dessa nova ordem mundial. Propomos, então, uma abordagem didática para trabalhar os elementos de linguagem cartográfica a partir de um tema: a desigualdade social da cidade de São Paulo, utilizando esses mapas e construindo um croqui coletivo. Assim, poderemos contribuir para a formação do aluno crítico e mapeador consciente, desmistificar a cartografia-desenho e romper com a estrutura do pensamento geográfico da “geografia do professor”.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Pesquisa-Ação, Cartografia.

151. MATOS, Marilene Acioly de. *A análise da cidade, do urbano e do processo de urbanização na perspectiva do livro didático de geografia*. Recife, PE, 1995. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: BITTON, Jan.

Em linhas gerais esta pesquisa trata da análise da cidade, do urbano e do processo de urbanização, quando trabalhados especificamente no contexto dos livros didáticos tradicionais de geografia. Entende-se aqui por tradicionais os livros e manuais mais utilizados nas redes pública e particular de ensino, nos anos 1960 e 1970. O objetivo principal do estudo seria detectar, nesses livros a manifestação da pedagogia tecnicista e da geografia teórica ou quantitativa, que foram muito valorizadas como concepções teórico-metodológicas nos períodos citados. A metodologia privilegiada neste trabalho foi centrada na pesquisa documental ou se entender o grau de relacionamento que há entre desenvolvimento capitalista/escola reprodutora das relações sociais de produção e Estado tecnocrata autoritário, analisando-se as consequências da interferência deste nos assuntos de educação. Com a pesquisa concluiu-se que, muito embora portador de uma proposta educacional modernizante, o discurso pedagógico do período em questão era, na sua base extremamente conservador e autoritário.

Livro Didático, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Processo de Urbanização.

152. MEDEIROS, Edna Maria Ribeiro de. *A Geografia nas Propostas Curriculares 1930-1992*. Recife, PE, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: BITTON, Jan.

Em análise das propostas curriculares elaboradas por órgãos governamentais, o trabalho em pauta procura refletir sobre o significado das diferentes configurações da Geografia escolar, no interior do Projeto de Educação Institucional no Brasil, dos anos 1930 até 1992. Inicialmente, é feita uma reflexão sobre educação e currículo, na qual se enfatiza a relação entre a escola e a sociedade, evidenciando, de um lado, a subjacência dos interesses sociais e políticos na organização dos currículos e, de outro,

o destaque dado à geografia escolar para atendimento a esses interesses. No sentido de particularizar essa relação, há referências às principais orientações curriculares no Brasil. Em seguida, através de um esboço histórico-sociológico, procura-se identificar como o Estado, no Brasil, vem traçando as diretrizes para que o sistema educacional e, particularmente, o ensino da geografia sejam adequados ao ensino no País, efetuada de 1930 a 1992, assim como das propostas curriculares de geografia elaborada no período de 1930 a 1992, tanto pelo poder central, como pela Secretaria de Estado de Pernambuco. Para tanto, destacam-se as diferentes formas assumidas pela disciplina geografia no sentido de produzir identidades e subjetividades e mudanças da Geografia escolar, expressas nas propostas curriculares elaboradas em Pernambuco, nas décadas de 1980 e 1990, articuladamente às transformações ocorridas no interior do espaço político e da educação/geografia acadêmicas no Brasil.

Currículos e Programas, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Identidades Sociais, Propostas Curriculares.

153. MEDEIROS, Luciene das Graças Miranda. *A Amazônia na ótica do livro didático: uma análise dos livros de Estudos Sociais de primeira a quarta séries do primeiro grau utilizados em Belém, em 1984*. São Paulo, SP, 1989. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: MASETTO, Marcos Tarcísio.

Este trabalho desenvolve uma análise da visão de Amazônia, na perspectiva dos livros didáticos de Estudos Sociais que foram utilizados em trinta escolas de Belém, de 1ª a 4ª série, no ano de 1984. Os dados empíricos foram obtidos nessas escolas que foram selecionadas em função de sua localização por bairros, foram colhidos por meio de questionários, através dos quais levantaram informações relacionadas a: critérios adotados na escolha do livro; período em que a escolha foi feita, bem como pessoas envolvidas nesse processo. Estudou-se o material acionando-a com a política nacional e com a Lei 5692/71. Como pano de fundo do estudo, tomou-se a problemática da Amazônia em suas dimensões física, social, política e cultural para se verificar a relação com que o livro transmitia. Isso foi possível através da eleição de temas que denominamos de “núcleos temáticos”, que possibilitaram a análise do livro didático na perspectiva da abordagem que faz, ou não, de questões como os grandes projetos econômicos; a questão agrária; o fenômeno da migração; a flora; a fauna e o índio.

Livro Didático, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Estudos Sociais, Amazônia.

154. MELGAÇO, Jairo. *Geomorfologia, educação ambiental e produção agrícola em municípios do Alto Jequitinhonha: Serra do Espinhaço Meridional–MG*. Belo

Horizonte, MG, 1999. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: AUGUSTIN, Cristina Helena Ribeiro Rocha.

O problema inicial foi adequar contextos nos quais a geografia se relacionasse de forma evidente com a educação ambiental. Levou-se em consideração o fato de existir um consenso quanto à eficácia de propostas impostas de fora para dentro, nos programas e planos de desenvolvimento econômico. Tal constatação implicou a mudança de abordagem e a se considerar como fundamental a participação do grupo-meta ou população-alvo em todo o processo de planejamento, execução e gestão ambiental, garantindo, dessa maneira, uma maior possibilidade de êxito e alcance dos objetivos. Em primeiro lugar, é preciso, salvo exceções, realizar investigações das características, situações de vida e relacionamento com a natureza dessas comunidades, para que seja possível a identificação dos problemas e potencialidades a serem mitigados e aproveitados. Uma alternativa que contribui nessa direção é a de tornar comuns os objetivos da educação ambiental, entendida como meio e não como fim, e a utilização de uma abordagem geomorfológica, enquanto instrumento de macro-leitura da paisagem, através da definição de um contexto mais geral, no qual seja possível uma aplicação dos recursos teórico-metodológicos dessas duas áreas do conhecimento de forma complementar. No caso específico deste trabalho, que enfoca a questão da atividade agrícola, o fundamental é a melhoria das condições de vida, o que, necessariamente, nos remete diretamente às relações do homem com seu ambiente. Duas referências básicas foram utilizadas para o estabelecimento desses critérios: o sistema-paisagem e as escalas de abordagem da temática geográfica. Essas duas referências, conjugadas com as etapas da Metodologia para formulação de projetos de educação ambiental locais-participativos para comunidades agrícolas sustentáveis, estabeleceram um fio condutor para a investigação.

Educação Ambiental, Estudo Comparativo/Correlacional, Geomorfologia.

155. MELO, Adriany de Ávila. *Trajelórias do Ensino de Geografia no Brasil: 1978-1996*. Uberlândia, MG, 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora: VLACH, Vânia Rubia Farias.

Trata-se de uma tentativa de compreender a discussão teórico-metodológica feita pelos autores nacionais sobre ensino da geografia, a partir de artigos publicados em periódicos, apresentados sob a forma de um levantamento bibliográfico. Os artigos foram classificados em três grandes temas: conteúdos de geografia humana; conteúdos de geografia física; e discussão teórica sobre o ensino. Nos trabalhos que contemplam a discussão teórica, os autores se propõem a debater questões que envolvem a geografia escolar, como formação docente, recurso didático, livro didático, questão política, conteúdo e objetivos, entre outros temas que se referem ao ensino da geografia. Para

fazer a discussão dos artigos publicados pós-década de 1970, considerou-se pertinente a introdução de alguns aspectos históricos da geografia escolar brasileira. Por sua vez, a discussão teórico-metodológica analisa os trabalhos dos autores que debatem as raízes teóricas de nossa disciplina, assim como suas implicações quanto ao método de abordagem da geografia ensinada na escola. A periodização de nosso trabalho considerou dois marcos: 1978, ano do 3º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza, no qual se projetou o movimento da(s) geografia(s) crítica(s); e 1996, ano da promulgação da Nova LDB, Lei n.9394/96, que definiu os novos parâmetros para a educação nacional.

História da Geografia Escolar, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Geografia Crítica, PCN.

156. MENDONÇA, Sandra. *Contribuição do ensino de Geografia para a construção da autonomia e do conhecimento na escola de 1º e 2º graus*. São Paulo, SP, 1997. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: VESENTINI, José William.

Este trabalho pretendeu discutir o ensino de geografia, no 1º e 2º graus, a partir das mudanças teórico-metodológicas ocorridas nas últimas décadas. A pesquisa teve como universo os professores de geografia dos Colégios de Aplicação da Universidade de Goiás, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Porto Alegre, colégios esses que ao longo destes anos têm procurado desenvolver uma prática pedagógica vinculada a um discurso crítico. Assim discute-se, aqui, a educação numa perspectiva mais positiva, no sentido de se passar a escola como um espaço possível de preparar o indivíduo para uma atuação consciente e transformadora.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental e Médio, Estudo de Caso.

157. MENEZOZI, Arnaldo Rodrigues. *O mapa didático no ensino do 1º grau: leitura técnica e interpretação política*. Campo Grande, MS, 1995. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orientador: ALVES, Gilberto Luiz.

O mapa, enquanto recurso didático, tem suscitado reflexões de cunho técnico sobre a sua utilização em sala de aula. Assim, o presente trabalho pauta-se em discutir o mapa, acrescentando uma preocupação considerada ponto de partida para se compreender a produção e a organização do espaço geográfico cartografado: a interpretação política desse espaço. Analisando a história da cartografia, conclui-se que a paisagem cartografada expressa o ponto de vista de uma determinada classe e, evidentemente, demonstra as necessidades do momento em se conhecer os aspectos

filtrados pela ótica do mapeador e que a concepção ideológica vai permear a paisagem qualquer. Em última instância, cabe ao professor em sala de aula dar a historicidade do mapa negada pela cartografia dominante.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Organização do Espaço, Mapas.

158. MICHELETTO, Eliana Villaça. *A construção do conhecimento geográfico: uma experiência na escola pública de 1º grau Várzea Paulista-SP*. São Paulo. SP, 1996. (Mestrado de Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: CAPPELLETTI, Isabel Franchi.

Os rumos atuais da Geografia impõem a revisão de seu ensino, bem como a reformulação do currículo. A discussão de novas alternativas de trabalho docente, com procedimentos integrando teoria e prática, é urgente, de modo que aqui algumas reflexões sobre esse trabalho em escola pública de 1º grau. A educação é apresentada como compromisso social político, em que a realidade do aluno é tomada como base de estudo. Isso pressupõem um currículo crítico que implique uma visão de homem concreto, com cultura e conhecimento, situado no seu tempo, voltado para uma consciência crítica e emancipatória. Pressupõe também levar os alunos a observar, pensar, estabelecer relações e raciocinar, orientá-los e contribuir para desenvolver sua capacidade de refletir e criticar, participar e criar é um desafio permanente para o professor que se preocupa e propõe compartilhar com os alunos a construção do seu conhecimento geográfico. A geografia, como ciência que busca estudar a sociedade através do espaço por ela construído, analisa os lugares como manifestações paisagísticas e sociais concretas. Com essa concepção, procurou-se propor ao aluno a compreensão de um espaço dinâmico que sofre alterações pela ação do homem, sujeito que faz parte de todo um processo histórico, em experiência realizada em Várzea Paulista, SP, com classes de 7ª série. O contexto onde se desenvolveu a experiência é descrito com dados significativos para a compreensão da realidade próxima ao aluno. Buscou-se desenvolver um processo de ensino-aprendizagem centrado no educando, para ele tornar-se agente crítico e produtor de saber geográfico, a partir da sua realidade. As etapas dessa experiência são descritas e os dados obtidos pelos alunos constam de quadros anexos. Expõem-se a interpretação e análise do trabalho desenvolvido com os alunos, além de considerações finais. Apresenta-se uma breve visão histórica do pensamento geográfico e suas diversas concepções foi apresentada, não incluindo todos os trabalhos produzidos na atualidade, porque a plena atividade acadêmica não se esgota. Falou-se da geografia renovada e de seu ensino envolvendo a participação, tendo em vista a importância da ação humana na transformação da sociedade. Propôs-

se revisão do uso do livro didático, à luz de uma concepção crítica e emancipatória da educação, que se acredita fundamental para a construção de conceitos geográficos.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Construção do Conhecimento

159. MIRANDA, Maria Eliza. *Educação, espaço e poder*. São Paulo-SP, 1992. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: JUNQUEIRA, Claudette Barriguela.

A dissertação estuda a dominação e controle do espaço resultante das políticas educacionais geradas pelo Estado. Considera que a problemática educacional, também é uma problemática espacial. Na hipótese afirma que a estrutura educacional do Estado de São Paulo contém uma dimensão espacial que reflete um conteúdo de dominação de classe e do território, sendo que a rede física escolar é o resultado concreto e ao mesmo tempo um mecanismo regulador dessa dominação. O estudo realizado procura a unidade das relações entre espaço e poder, por meio da noção de totalidade, baseado na ideias de Henri Lefebvre. A escola é vista como aparelho ideológico do Estado (Althusser), e a educação em uma visão reprodutivista. A dissertação analisa as relações entre a educação e o Estado no contexto da expansão do capitalismo monopolista e a modernização conservadora da educação passando por diversas reformas educacionais desde a década de 1950 até 1970.

Currículos e Programas, Estudo Comparativo/Correlacional, Políticas Educacionais.

160. MORAES, André Vagner Peron de. *As representações do meio ambiente de Antonina (PR) como reflexão para a educação ambiental*. Curitiba, PR, 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Orientadora: TEIXEIRA, Salete Kozel.

As transformações legais que ocorreram na educação nas duas últimas décadas, com exceção de algumas iniciativas, não proporcionaram mudanças na metodologia mecanicista de ensino. Nesse sentido, muitos trabalhos apontam que as mudanças cabíveis ao planejamento escolar consistem em fazer da interdisciplinaridade um meio para o processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, com uma atenção especial para o ensino médio, esta pesquisa, ao buscar um norte interdisciplinar quanto à abordagem da educação ambiental na escola, trabalhou com representações gráficas do meio ambiente, buscando estabelecer uma relação do conteúdo aprendido com o método tradicional do ensino vigente. No quadro atual, a escola trabalha a problemática ambiental de maneira estanque e pobre, não levando os alunos a construir seus valores subjetivos, pautados também nessa relevante questão. Exercitar essa representação de

meio ambiente, isto é, torná-la mais elaborada, mais consciente, torna-se um modo de qualificar a própria relação do sujeito da representação com o seu mundo. Numa perspectiva fenomenológica de estudo, buscamos ressaltar como o lugar pode ser o início de um processo pelo qual o aluno compreenda o que está em torno de si, o mundo em diversas escalas. As representações efetivadas em Antonina, PR, demonstraram uma significativa inquietação dos alunos do ensino médio com as condições socioambientais do município, entretanto, também apresentaram uma Educação Ambiental estanque em relação com o mundo vivido. No intuito de dinamizar e dar uma nova perspectiva ao processo, destacamos algumas possibilidades pedagógicas para esse ensino.

Educação Ambiental, Ensino Médio, Estudo de Caso, Interdisciplinaridade.

161. MORAES, Climério Manoel Macêdo. *Ecós(?) em “redes de comunicação” da disciplina Geografia*. Belo Horizonte, MG, 1998. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: BRAGA, Rosalina Batista.

Em busca do entendimento de onde partem as orientações que vêm impulsionando mudanças em livros didáticos e propostas curriculares, esta dissertação teve como objetivo central de análise investigar em que medida há uma influência entre as produções paradigmáticas acadêmicas no campo geográfico dos últimos vinte, trinta anos – em 34 livros didáticos de Estudos Sociais de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, adotados ou tomados como referência pelo professor na cidade de Salvador, BA, nos anos 1980 e 1990. De igual maneira, investigou-se qual tem sido a influência destas produções acadêmicas do campo geográfico, do período correspondente, em duas propostas curriculares da SEE/BA (1984-1994). Trata-se de um estudo de caso, tendo como base referencial, de um lado, alguns estudos sócio-históricos das disciplinas escolares, principalmente os contributos de Ivor Goodson e André Chervel, acrescido da noção de campo científico de Pierre Bourdieu. De outro lado, têm-se como referência de análise alguns estudos que revelam a trajetória da disciplina Geografia, desde seus prenúncios na antiguidade clássica até os últimos anos, com ênfase para o debate acadêmico dessa área no Brasil, sobretudo nos últimos anos da década de 1970 e nos anos 1980. Os resultados revelam existir ressonâncias do referido campo acadêmico fundamentalmente nas propostas curriculares mencionadas, enquanto que nos livros didáticos analisados tais ressonâncias praticamente não se manifestaram. A ausência da Geografia acadêmica dos últimos vinte, trinta anos nesses livros, explica-se, dentre outras razões, pela completa ausência dos intelectuais da área na escrita deles. O que se constatou, nesses livros, foi a ressonância da Geografia regional inspirada por Vidal de la Blache, formulada no século passado e nas primeiras décadas deste. E, no que diz respeito às mudanças que vêm se dando, ainda nesses livros didáticos analisados, constatou-se que elas partem principalmente de fatores externos motivados pela

dinâmica social e que coloca novas questões para a escola, sobretudo pelo discurso da construção da cidadania relativo aos tradicionais direitos – civis, políticos e sociais – e da emergência de uma nova noção de cidadania, dos novos direitos – do meio ambiente, da mulher, da criança, do idoso, do deficiente físico, de raça (negros e índios), dentre outros, inclusive dos animais.

Livro Didático, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Estudos Sociais, Cidadania.

162. MORAES, Loçandra Borges de. *Goiânia em mapas: a cidade e sua representação no ensino de geografia*. Goiânia, GO. 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Orientadora: CAVALCANTI, Lana de Souza.

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no segundo semestre de 1999 e em 2000, com 277 alunos de 3^a, 4^a e 5^a séries de duas escolas, de Goiânia, a respeito da utilização de mapas no ensino de Geografia. Considerando o potencial dos mapas para a compreensão da organização do espaço, a necessidade de compreender o espaço para dominá-lo e propor mudanças em direção a uma sociedade mais justa, e o evidente interesse dos alunos pelas representações espaciais, decidiu-se por buscar uma associação entre cartografia e ensino de geografia que proporcionasse uma educação significativa e contribuísse efetivamente para a formação do cidadão. A compreensão da linguagem dos mapas mostrou-se de fundamental importância para o conhecimento do espaço. Considerando-se que a maior parte da população mundial atualmente habita cidades, o conhecimento do espaço urbano torna-se essencial para o exercício da cidadania. Assim, após analisar as possibilidades e requisitos da educação cartográfica de crianças e jovens para a vida na cidade, apresentam-se algumas indicações concretas para o trabalho com a cidade de Goiânia. Para finalizar discutiu-se a necessidade de formar os docentes para a promoção da educação cartográfica. Essa formação de professores pressupõe tanto a alfabetização para a visão cartográfica como o conhecimento de novas linguagens e tecnologias que começam a ser disponibilizadas para o professor.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Mapa, Cidade.

163. 163-MORAES, Verônica Soares de Paula. *Um Estudo Exploratório Sobre a Necessidade de Educação do Consumidor*. Viçosa, MG. 1996. (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa. Orientadora: SILVA, Neuza Maria da.

O objetivo geral do presente trabalho foi avaliar o grau de conhecimento dos estudantes da 8^a série do 1^o grau da cidade de Viçosa, Minas Gerais, bem como de seus pais, sobre consumo, de modo a obter subsídios para o desenvolvimento de programas

de educação do consumidor, tanto em nível de instituições formais como de informais. Para tal foram analisados os currículos das disciplinas Geografia e História. O estudo engloba a análise de 40 Procons em que se avaliaram os profissionais envolvidos, os recursos utilizados, o local e o material didático destinados ao desenvolvimento de atividades de educação do consumidor. Finalmente, aplicou-se um questionário em uma amostra de 103 estudantes de 8ª série do 1º grau da cidade de Viçosa-, MG, frequentadores de escolas municipais, estaduais e particulares e em seus respectivos pais. Os resultados deste trabalho indicam que as informações existentes são deficientes no que diz respeito a cuidados, compras e uso dos alimentos, justificando o desenvolvimento de programas efetivos e contínuos de educação do consumidor.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Educação do Consumidor.

164. MOREIRA, Carlos. *A educação ambiental na escola: o que fazer? Um estudo com professores de Geografia e alunos do ensino fundamental da escola pública de São Miguel do Oeste, SC. Presidente Prudente-SP, 1999. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista-PP. Orientadora: MARINI, Thereza.*

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada sobre a concepção de educação ambiental presente entre os professores de Geografia e alunos do ensino fundamental – 5ª a 8ª séries da escola pública de São Miguel Do Oeste, SC, fundamentado no método fenomenológico. Os dados mostram as dificuldades, tanto de professores quanto de alunos, para entender os problemas ambientais como consequência do atual processo de produção e consumo e estabelecer relações entre o ensino de Geografia e as questões socioambientais. Nesse sentido, considera-se necessário que a prática pedagógica seja desenvolvida através de uma didática guiada pelos princípios da dimensão humana, técnica e política, na perspectiva da construção da cidadania para a transformação social. Na expectativa de contribuir com a reflexão dos professores do ensino de Geografia e de outras áreas, apresentaram-se sugestões de atividades pedagógicas possíveis para construir caminhos em educação ambiental, para servir de apoio para à redimensão de princípios e valores de cidadania, presentes nos professores de Geografia e nos alunos.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Cidadania

165. MORONE, Rosemeire. *Representações Cartográficas e leitura do espaço geográfico. São Paulo, SP. 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: SIMIELLI, Maria Elena Ramos.*

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a prática pedagógica no ensino escolar de geografia, focalizando as dificuldades enfrentadas pelo professor iniciante na transposição didática do saber universitário para o saber ensinado e na escolha das metodologias a serem utilizadas em sala de aula. Procurou-se uma metodologia que auxiliasse nossos jovens a sistematizar e compreender o grande volume de informações a que temos acesso hoje e correlacioná-las a sua própria realidade. Optou-se por testar a proposta de Simielli (1996), para o ensino de geografia e cartografia, através de um teste elaborado para ser aplicado em escolas de ensino médio. Inseriram-se as representações cartográficas em sala de aula, com o propósito de capacitar os educandos a: compreender a utilização de dados estatísticos na elaboração de mapas e, a partir dessa compreensão, ter uma leitura mais crítica das representações cartográficas; utilizar representações cartográficas através da análise, correlação e síntese, para uma melhor compreensão do mundo e discutir a subjetividade dos mapas temáticos e da linguagem cartográfica, a partir do mapa-síntese. Acredita-se que, assim, nosso encaminhamento valorizou o conhecimento prévio do aluno e buscou a autonomia dos educandos, proporcionando-lhes um aprendizado contínuo. Embora, *a priori*, essa não fosse a preocupação, trata-se de pesquisa que pode ser considerada como uma tentativa de desenvolver as competências e habilidades que têm sido amplamente discutidas no ensino atualmente.

Representação Espacial, Ensino Médio, Relato de Experiência, Cartografia.

166. MOTA, Airam da Paz Fonseca. *O lúdico e o ensino da geografia no 1º ciclo do ensino fundamental no município de Montes Claros, MG*. Uberlândia, MG. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora: VLACH, Vânia Rubia Farias.

A geografia é percebida na escola como uma disciplina secundária, gerando um grande desinteresse, por parte dos alunos. Como tornar a geografia interessante para as crianças? O que fazer para que a aprendizagem seja algo prazeroso e agradável? Qual a contribuição das metodologias, associadas a novas alternativas, para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizado da geografia no município de Montes Claros? Essas e outras perguntas vêm tornando-se tema de debates, discussões, estudos e reflexões. Difundir e desmistificar o uso das atividades lúdicas favorecem um aprendizado efetivo. A ludicidade, tão importante para o desenvolvimento do ser humano, precisa ser utilizado com mais seriedade; o espaço lúdico da criança não deve se restringir à hora do recreio. Nesse contexto, o trabalho propõe a utilização de atividades lúdicas como metodologia de ensino nas séries iniciais do ensino fundamental, procurando conduzir os alunos a conhecer, interagir e vivenciar a geografia.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Atividades Lúdicas.

167. MOTA, Maria Arlete Silva. *Parâmetros Curriculares Nacionais e a questão ambiental nas escolas de Montes Claros, MG. Uberlândia, MG. 2002.* (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora: BACCARO, Claudete Aparecida Dallevedove.

Com base na observação e pesquisa de campo, correlacionada à pesquisa bibliográfica, este estudo propõe uma discussão sobre as concepções ecológicas dos professores de geografia e educação ambiental e do desenvolvimento desta disciplina no permear da história contemporânea, destacando como recortes as aulas oferecidas aos alunos da Escola Estadual Eloy Pereira, Escola Estadual Gonçalves Chaves e Escola Municipal Mariana Santos. Buscou-se levantar dados sobre os momentos pedagógicos com o intuito de detectar em que paradigmas se sustentam o pensamento dos professores e dos alunos das instituições estudadas. A pesquisa pretende, igualmente, perceber a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na prática cotidiana de tais professores, tendo em vista a busca de explicações para as posturas destes profissionais, relativamente às implicações do processo aprender-ensinar-aprender, visando à promoção de um repensar contínuo desses agentes da educação sobre as questões consideradas decisivas (formação da consciência ambiental nos alunos e professores) para uma justificativa de adoção e da prioridade dada a tais paradigmas.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, PCN.

168. MOTA, Rosina Maria Turano. *As concepções de espaço geográfico do professor das séries iniciais do Ensino Fundamental – Montes Claros, MG, 2001-2002.* Uberlândia, MG. 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora: VLACH, Vânia Rubia Farias.

O tema central desta dissertação é as concepções de espaço geográfico processadas pelos professores das séries iniciais do ensino fundamental. A análise reporta aos anos 1980 e 1990, quando foram elaboradas as propostas curriculares, hoje implementadas nas escolas, e que provocaram um repensar do fazer pedagógico. A pesquisa foi realizada com professores e alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental das redes estadual, municipal e particular da cidade de Montes Claros, MG, através de questionários, entrevistas e observação de atividades em sala de aula, em 2001. Os dados foram interpretados a partir de referenciais teóricos obtidos em estudos de geógrafos que se destacaram no final do século XX, não só daqueles representantes da chamada geografia crítica, como também de outros, defensores ou estudiosos de outras correntes do pensamento geográfico – geografia tradicional, geografia teórico-

quantitativa, geografia da percepção, geografia cultural –, apontadas como aquelas que, de fato, estiveram presentes na produção geográfica brasileira no último século. Os resultados da pesquisa revelam que, em meio à crise de paradigmas já estudada por outros pesquisadores em relação ao ensino da geografia, observa-se, subjacentes ao trabalho docente, um ecletismo empirista, entendido como uma mistura de traços das várias concepções da ciência geográfica, profundamente calcada no senso comum.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo.

169. MOTTA, Marlene François. *Espaço vivido/Espaço pensado: o lugar e o caminho*. Porto Alegre, RS. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: CALLAI, Helena Copetti.

Este trabalho procura verificar como a geografia contribuiu para a formação de docentes e para a construção de uma cooperação de mundo que vá além de uma simples percepção de formas. Investiga o caminho sociointelectual de um grupo de dez acadêmicos de Geografia, buscando saber como eles se percebem como pessoas e como, cotidianamente, percebem e constroem os seus espaços. Reflete sobre o que é o espaço e como nele se estabelecem as diferentes relações.

Formação do Professor, Ensino Superior, Estudo de Caso, Licenciatura, Espaço Vivido.

170. MYANAKI, Jacqueline. *A paisagem no ensino de geografia: uma estratégia didática a partir da arte*. São Paulo, SP. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: ALMEIDA, Regina Araujo de.

Este trabalho propõe um caminho para viabilizar a articulação entre geografia e arte na prática de ensino de geografia no ensino fundamental, a partir do experimento de um conjunto de atividades enfocadas no estudo da paisagem geográfica, nas noções básicas conceituais e sua percepção, utilizando reproduções de quadros de pintores brasileiros. O experimento foi realizado, na sua maior parte, com alunos de 6^a série de diferentes instituições em duas etapas bem definidas. Na primeira etapa, o roteiro de atividades foi desenvolvido com três turmas de três escolas diferentes e cujos professores participaram como observadores e coadjuvantes durante a aplicação das atividades. Na segunda etapa o roteiro foi desenvolvido de maneira autônoma por sete professores de cinco instituições que receberam antecipadamente o material e as instruções necessárias e assistência à distância, quando solicitada. Os resultados das duas etapas demonstraram que é possível articular arte e geografia no estudo da paisagem geográfica de maneira a ampliar a capacidade de percepção e apreensão

da paisagem geográfica, bem como sobre as manifestações artísticas, além dessa estratégia representar um aumento no entusiasmo e despertar o interesse dos alunos para o processo de construção do conhecimento.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Pesquisa-Ação, Paisagem, Artes, Interdisciplinaridade.

171. MUTTI, Jane Conceição Wischral. *Prática docente do professor de geografia no Ensino Médio*. Uruguaiana, RS. Porto Alegre, RS, 2000. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientador: POLETTI, Dorivaldo Walmor.

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, é um estudo de caso, para tentar compreender a prática docente do professor de Geografia que atua em escolas de um município da fronteira oeste, do Estado do Rio Grande do Sul, a qual foi construída a partir das observações e entrevistas semi-estruturadas, realizadas com oito professores. A investigação teve como objetivo conhecer a percepção do professor a respeito de seu trabalho, método de seleção dos conteúdos, facilidade ou dificuldade no desempenho didático-pedagógico e a maneira como realiza a prática docente, considerando-se as vivências de trabalho no cotidiano da sala de aula. A análise de conteúdo permitiu organizar os dados em unidades de significado, de, tal forma que a realidade do ensino da geografia em suas dimensões e complexidades foram evidenciadas, o que permitiu compreender o pensamento a respeito de seu trabalho. Os dados mostraram que os professores ainda estão vinculados ao pensamento epistemológico da geografia tradicional, dissociados da convivência cotidiana dos alunos e centrados no Programa Experimental de Ingresso no Ensino Superior (Peies) da Universidade Federal de Santa Maria. A pesquisa acentuou a necessidade de programas de atualização para os professores refletirem sobre a prática pedagógica do ensino da geografia. Considera-se que o ensino da geografia tem caráter teórico-metodológico e que seu aprofundamento deva ser feito no coletivo das escolas com professores de todos os níveis (fundamental, médio e superior).

Prática Docente e Educativa, Ensino Médio, Estudo de Caso, Capacitação de Professores.

172. NASCIMENTO, Maria Joselma Franco. *Questões cruciais da escola básica: democracia, ensino de qualidade, cidadania*. Panorama educacional da rede pública do Município de Caruaru, PE. Piracicaba, SP, 1998. (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Orientadora: SILVA, Rinalva Cassiano.

O trabalho analisa, através das ações no cotidiano, até que ponto a formação de professores tem contribuído para que os mesmos desenvolvam uma prática qualitativa que contemple os princípios democráticos e a formação para a cidadania. A partir da compreensão dos instrumentos educacionais declarados e os realizados pelos sujeitos, pretende-se reafirmar ou não se a formação de professores atende ao objetivo maior proposto neste trabalho. O foco em questão foi o ensino de história e geografia nos 2º e 3º ciclos do Ensino Fundamental no Município de Caruaru, PE. A pesquisa desenvolveu-se entre julho de 1995 e dezembro de 1997, tendo como campo de ação quatro realidades educacionais públicas estaduais e municipais, com enfoque qualitativo e procedimentos etnográficos. Fez-se uma pesquisa bibliográfica e documental, procurando nos ater-se aos referenciais que apontam para as necessidades emergentes da escola na contemporaneidade, tendo a formação do professor como um dos seus principais motes de referência. Com base nos referenciais bibliográficos, entrevistaram-se professores, alunos, coordenadores e técnicos da educação. Observaram-se aulas de História e Geografia, vivenciou-se o cotidiano das realidades educacionais e participamos da capacitação dos professores. Para a análise dos dados, configuramos três categorias colocadas pelos educadores como elementos de constituição de seus projetos pedagógicos ou planos de trabalho, a saber: ensino público de qualidade; princípios democráticos; e cidadania –colocados como categorias que estão intrinsecamente ligadas à formação dos educadores. Embora as práticas observadas nas realidades pesquisadas estivessem centradas num enfoque memorístico, descontextualizado e autoritário, os alunos traziam elementos contextuais, com os quais os professores não conseguiram estabelecer relações, restringindo suas práticas à leitura, cópias e respostas a questões dos livros didáticos. A conclusão a que chegamos aponta para a compreensão de que as realidades educacionais – com raras exceções – têm se voltado para ações internas, e por isso não amplia o olhar para além de seu contexto local e reproduz, no seu interior, as relações de poder presentes no social.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Formação Continuada (Capacitação).

173. NEVES, Ronaldo José. *Ensino da Geografia e a Linguagem Cartográfica: o real, o necessário e o possível*. Maringá, PR. 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: PASSINI, Elza Yasuko.

Essa pesquisa objetivou analisar a realidade do ensino e conhecimento da cartografia como linguagem de representação, dos professores de Geografia da 5ª série do ensino fundamental em escolas públicas de Cáceres, MT. As informações de campo foram obtidas nos anos de 2000 e 2001, através de: 1) questionários e atividades práticas com mapas, para investigarmos o conhecimento dos professores quanto à

linguagem cartográfica e seu compromisso com procedimentos metodológicos ao utilizar a Cartografia como linguagem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem da geografia; 2) ficha catalográfica, para analisarmos os mapas temáticos do livro didático, utilizado pelos professores em sala de aula. Os principais problemas encontrados foram os seguintes: 1) dificuldades conceituais e metodológicas/procedimentais dos professores quanto à linguagem cartográfica e ao ensino de geografia; 2) ausência de uma metodologia de ensino da linguagem cartográfica no livro didático. Os dados levantados nas investigações de campo foram analisados com base na pesquisa bibliográfica, o que nos possibilitou caminhar da identificação das necessidades dos professores de sala de aula para discussão das possibilidades/alternativas para superar as dificuldades e contribuir para a melhoria do ensino-aprendizagem de Geografia nos diferentes níveis.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Cartografia.

174. NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. *Mapa mental: recurso didático no ensino de Geografia no 1º grau*. São Paulo, SP, 1994. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: SIMIELLI, Maria Elena Ramos.

Este trabalho tem como discussão central o ensino de geografia/cartografia, e nele investigamos como e quando o conhecimento cartográfico entra nos debates ligados à geografia e a partir de que momento estas ciências se desvinculam. Procuramos com este tema uma forma didaticamente possível de ensinar os alunos a lerem e interpretarem uma carta, respeitando suas limitações de idade e séries. Com este objetivo, partimos para a busca de como fazer, e foi, então, que surgiu a discussão dos mapas mentais. Mapas mentais são as representações dos lugares que o indivíduo adquire a partir de sua percepção do mundo. São imagens construídas e aproveitadas para iniciar as crianças nas primeiras noções de cartografia, mais especificamente, na leitura e interpretação de cartas/mapas.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo-Correlacional, Cartografia, Mapa Mental.

175. NOVAES, Luiz Carlos. *O Tratamento da Questão Ambiental em Documentos Oficiais: Análise dos Propostas Curriculares da CENP/SEE e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. São Paulo, SP, 1999. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: SAVIANI, Nereide.

Esta dissertação analisa o tratamento proposto por documentos oficiais, para a discussão da temática ambiental. São escolhidos para análise documentos elaborados

pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP/SEE), da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo relativos às propostas curriculares para as disciplinas Ciências e Programas de Saúde, Geografia e História, bem como textos elaborados como subsídios a estas propostas. Também se constituíram materiais de pesquisa os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), dos quais foram analisados: o documento introdutório, o documento de apresentação dos temas transversais e a proposta de organização curricular para as áreas de Ciências Naturais, Geografia e História. A análise de propostas oficiais para o tratamento da temática ambiental no currículo do ensino fundamental busca compreender a importância que está sendo dada a essa discussão, quais concepções e conceitos a têm orientado e, principalmente, quais orientações são apresentadas para o desenvolvimento da chamada educação ambiental na esfera escolar. A partir das argumentações e justificativas apresentadas por esses documentos podem-se apreender as concepções de meio ambiente, natureza e sociedade que conforma os diferentes discursos oficiais acerca do trabalho com a temática ambiental. Questões ligadas à educação ambiental foram abordadas como decorrência direta das justificativas e propostas de trabalho verificadas no documentos estudados. Para a análise das orientações pedagógicas contidas no documentos, recorreu-se a contribuições de obras que abordam temas sobre currículo e disciplinas escolares, aí compreendidas questões relativas a interdisciplinaridade e transversalidade.

Currículos e Programas, Análise de Conteúdo, Normas Pedagógicas, Questão Ambiental.

176. NUNES, Flaviana Gasparotti. *A geografia econômica na produção científica acadêmica dos programas de pós-graduação em Geografia no estado de São Paulo (1970-1998)*. Presidente Prudente, SP. 2000. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista-PP. Orientador: SPOSITO, Eliseu Savério.

Na perspectiva de contribuir para o campo de investigação relacionado à epistemologia da Geografia, procurou-se, neste trabalho, fazer uma avaliação crítica de uma de suas áreas, no caso, a Geografia Econômica, a partir de sua produção científica mais recente, tendo em vista a importância exercida pelos processos econômicos na sociedade. A metodologia utilizada baseou-se na análise de trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) defendidos nos três cursos de pós-graduação em Geografia do Estado de São Paulo: USP, Unesp-PP e Unesp-RC no período de 1970 a 1998. Na análise dos trabalhos procurou-se verificar as temáticas abordadas, as estruturas, as metodologias, os referenciais teóricos utilizados. Concluiu-se que o econômico passou

de parte do trabalho geográfico a um elemento explicativo dos fatos e situações que possuem uma natureza econômica e podem ser abordadas com um enfoque geográfico.

Currículos e Programas, Ensino Superior, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Produção científica, Geografia Econômica.

177. OLIVE. Léa Salomão. *Uma experiência de microclasse na formação de professores*. Niterói, RJ, 1975. (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Orientadora CASTRO, Célia Lúcia Monteiro de.

Neste trabalho sistematiza-se e divulga-se uma experiência vivenciada de ensino-aprendizagem na formação de professores de 1º e 2º graus, além de incorporar-se ao acervo de conhecimentos sobre a problemática de treinamento de educadores a tarefa realizada pela equipe de Didática de Geografia, do Departamento de Teoria e Prática de Ensino da UFF. Assim, analisa-se a prática de ensino de Geografia desenvolvida em microclasses e suas implicações com uma didática funcional e suficientemente flexível, capaz de gerar experiências utilizáveis nos sistemas educacionais. Conclui-se pela viabilidade de implantação metódica de microclasse, que resulta na superioridade da média final, maior concentração e homogeneidade de notas alcançadas pelos alunos das classes experimentais.

Formação de Professores, Ensino Fundamental e Médio, Relato de Experiência, Prática de Ensino.

178. OLIVEIRA, Adriano Rodrigo de. *A cartografia escolar e as práticas docentes nas séries iniciais do ensino fundamental*. São Carlos, SP. 2003. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. Orientador: PIERSON, Alice Helena Campos.

Neste trabalho procuramos identificar e analisar as práticas que duas professoras das séries iniciais do ensino fundamental construíram para promover o ensino de conteúdos específicos destas séries por meio do uso de mapas municipais. Iniciamos com um texto sobre a construção no Brasil da linha de pesquisa em Cartografia Escolar e a formação do grupo de pesquisa que deu origem à produção do *Atlas Municipal Escolar de Limeira-SP*, na Unesp em Rio Claro, SP. Em seguida, destacamos uma literatura sobre a construção do conhecimento escolar e a construção dos saberes docentes, bem como discussões acerca da geografia e cultura escolar. Considerando os objetivos da pesquisa delimitamos nossa opção metodológica a uma abordagem qualitativa, utilizando-se de registros em caderno de campo, observações de aulas e entrevistas. Os dados obtidos apontam que são as concepções e modelos didáticos construídos pelas professoras os geradores das formas de conhecimento transmitidas

na sala de aula. O uso de mapas no ensino possibilita duas formas de construção de conhecimentos: a primeira concebe o ensino como transmissão de conhecimentos, a segunda concebe o ensino como construção coletiva. Os conhecimentos das professoras sobre a linguagem cartográfica tem origem na experiência cotidiana, envolve saberes advindos do contato e aprendizagem com outras professoras e do uso de livros didáticos. Os elementos do mapa como legenda e escala são pouco esclarecidos para as professoras, o que dificulta o ensino do conteúdo do atlas municipal. O atlas gera, no contexto escolar, processos de ensino e aprendizagem motivadores no sentido de tratar de problemáticas locais vivenciadas pelas professoras e alunos.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Cartografia Escolar, Atlas Municipal.

179. OLIVEIRA, Célia Regina de. *Análise da complexidade discursiva em textos didáticos de História e Geografia*. Niterói, RJ. 1995. (Mestrado em Letras). Universidade Federal Fluminense. Orientadora: OLIVEIRA, Célia Therezinha Guid.

Por que que alguns alunos têm desempenho favorável em Língua Portuguesa e não conseguem o mesmo em História e Geografia? Esta indignação que me tem sido feita, por professores de outras áreas, ao longo de meus anos de magistério, em Língua Portuguesa no 1º grau, foi o que me levou a investigar as causas da dificuldade destes alunos, em leitura de textos informativos. Para tal, examinei a complexidade discursiva apresentada no material escrito utilizado em aulas das referidas disciplinas, tomando por base os tópicos, as anáforas e a paragrafação. Conclui haver necessidade de um trabalho em conjunto do professor de Língua Portuguesa.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Português Instrumental, Textos Didáticos.

180. OLIVEIRA, Cesar Alvarez Campos de. *Uma abordagem crítica no ensino da Geografia: o caso CAP/UFRJ*. Rio de Janeiro, RJ, 1997. (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientador: MOREIRA Antônio Flávio Barbosa.

Esta dissertação tem como objetivo compreender os fatores facilitadores da adoção de uma abordagem crítica para o ensino de Geografia e como o processo de sua elaboração se verifica. O objeto central de análise é a seleção, a organização e o ensino de conteúdos curriculares de Geografia para o segundo segmento do ensino fundamental, no contexto de uma experiência bem-sucedida de trabalho em uma abordagem crítica desta disciplina. Foi escolhido como campo do nosso estudo o Colégio de Aplicação da UFRJ (CAP/UFRJ), onde se desenvolve esse tipo de abordagem. Lá foram realizadas,

além de análise documental, entrevistas com a equipe de professores do colégio, com um ex-professor da disciplina, com o diretor, com uma ex-diretora e com a coordenadora de ensino de 1º e 2º graus. Para atender aos objetivos do estudo, foram utilizados os subsídios da História das disciplinas escolares e da História da Geografia. Ao se analisar um contexto institucional específico, que possibilita realização de estratégias de trabalho reconhecidamente bem-sucedidas, espera-se que esta dissertação possa ser aproveitada para discussões entre aqueles que estão preocupados com a melhoria do ensino em outras instituições escolares, particularmente, as instituições de ensino público.

História da Geografia Escolar, Ensino Fundamental, Pesquisa Bibliográfica e Documental.

181. OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. *Qual o sentido de ensinar Geografia? Um estudo do fenômeno geográfico para a formação da espacialidade*. São Paulo, SP, 1993. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: VESENTINI, Jose Willian.

Trata-se das dificuldades do ensino de Geografia no que diz respeito a sua organização metodológica na escola fundamental. Ao fazer um questionamento filosófico sobre o papel formativo da disciplina de Geografia, é levantada a hipótese de ser a especialidade (sistema de conceito espaciais significativos ao sujeito) o propósito principal desta ciência no ensino. O caminho tomado pela pesquisa adquiriu as características do envolvimento do pesquisador com o objeto de sua investigação. E, no decorrer do levantamento de dados para a análise deste sentido de ensinar, o trabalho buscou um respaldo teórico de combinação pouco habitual nas pesquisas que tem sido realizadas sobre o ensino de Geografia, que buscam expressar o estudo como o momento decisivo de uma viagem analítica realizada pelo professor-pesquisador da ciência em questão. Na introdução, o centro de suas dificuldades são apresentados, através de um paralelo com o capítulo XV do *Pequeno Príncipe*. Depois, tais dificuldades são contextualizadas (fundamentação) e estruturadas teoricamente (problematização e organização metodológica). Nos capítulos seguintes, são feitas as análises e sínteses propriamente ditas, estabelecendo os resultados do estudo sobre a formação da espacialidade e propondo reorientações no ensino voltado para esta formação.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Pesquisa-Ação, Metodologia de Ensino.

182. OLIVEIRA, Eva Mariusa de Camargo. *Buscando caminhos para o ensino de Estudos Sociais nas quatro séries iniciais do primeiro grau: relato de experiência*. São Paulo,

SP. 1990. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: CAPELETTI, Izabel.

O trabalho sistematiza-se e fundamenta-se uma experiência de ensino de Estudos Sociais nas séries iniciais do 1º grau em escola pública de periferia urbana assumida coletivamente por professores e equipe pedagógica na tentativa de se buscar novos caminhos e formas de ensinar os mais variados conteúdos curriculares que permitam ao aluno compreender a realidade social. Centrou-se este estudo no objetivo de conhecer, explicitar e compreender como são trabalhados temas do cotidiano dentro dos estudos sociais com vistas a compreensão dos principais aspectos do conhecimento histórico e geográfico. Em virtude da natureza qualitativa deste estudo, tendo como base científica da aprendizagem a teoria de Piaget, valoriza-se a construção do conhecimento pela criança. Vale-se dizer, a criança tem a sua própria visão e concepção de mundo, que é muito diferente da forma de ser do adulto ao relatar a experiência. Elaborou-se o esboço de uma perspectiva metodologia de trabalho através da busca da consistência metodológica do professor a qual depende de sua postura frente a realidade e ao conhecimento. Para Tanto, fez-se a leitura crítica da experiência em torno de tratamento dado às noções de espaço tempo e trabalho.

Estudos Sociais, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Formação de Conceitos, Espaço-Tempo.

183. OLIVEIRA, Irani Martins de. *O livro didático – esse velho (des)conhecido*: em questão o livro didático de Estudos Sociais. Rio de Janeiro, RJ, 1995. (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: LEITE, Siomara Borba.

Este estudo visa contribuir para que o livro didático, esse velho (des)conhecido, tenha compreensão ampliada, entendendo tratar-se de um recurso pedagógico de grande relevância no processo ensino-aprendizagem. Examinando a questão, verifica-se que o livro é visto pelo professor como uma autoridade máxima em sala de aula, cabendo-lhe a última palavra em termos de conhecimento, embora seus críticos o acusem, sistematicamente, de exercer uma função essencialmente reprodutora da ideologia dominante. Retoma-se, então, a discussão teórica que busca superar tanto as teorias que vêem a escola fora das determinações sociais quanto as que acusam o livro didático de constituir em mais um produto da indústria cultural. Desse modo, trabalhou-se a noção de racionalidade técnica e conhecimento. Aponta-se, também, o entrelaçamento entre linguagem e conhecimento, na busca do sujeito que o racional teima em desfazer.

Livro Didático, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Estudos Sociais, Avaliação.

184. OLIVEIRA, Maynara Maria Cotinha de. *Ensino de Geografia num curso técnico de Agrimensura: espaço vivido e o espaço pensado*. Cuiabá, MT, 1995. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso. Orientadora: BANDEIRA, Maria de Lourdes.

Busca-se analisar o ensino da Geografia no Curso Técnico de Agrimensura da Escola Técnica Federal de Mato Grosso e a sua importância na formação profissional do técnico agrimensor. Os pressupostos básicos que orientam o estudo são: a questão do preconceito e a dualidade que sempre acompanharam esta modalidade de ensino e o conceito de espaço articulado ao conceito de relações sociais de produção. A partir desses pressupostos, faz-se uma breve retrospectiva histórica do ensino técnico no Brasil e procura articular a sua criação em Mato Grosso com a problemática do espaço, advinda do processo de ocupação a que foi submetido, principalmente a partir da década de 1970. Em relação à disciplina de Geografia, procura-se mostrar sua desarticulação com as disciplinas que compõem o currículo do curso e o tratamento fragmentado a ela dispensado, fazendo com que o espaço não seja apreendido como objeto de trabalho do agrimensor. Finalmente, o trabalho contribui para uma reflexão sobre o ensino de Geografia, mostrando a necessidade de se estabelecer formas de atuação que oportunizem novas práticas, de modo a permitir ao educando se transformar de receptor de informações em sujeito participante de sua formação.

Currículos e Programas, Ensino Técnico, Análise de Conteúdo, Relações Sociais.

185. OLIVEIRA, Mirna Gertrudes Ribeiro. *A educação ambiental na base do ensino: uma análise do real e a construção de uma convivência ecológica na escola*. Uberlândia, MG, 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Orientadora: VLACH, Vânia Rubia Farias.

Diante das proporções do desafio ambiental, a temática foi incluída nos currículos do ensino formal, caracterizando uma linha específica de educação ambiental. Com o passar de tempo, foi estabelecendo um padrão na maneira de trabalhar com educação ambiental, padrão que vem se repetindo há anos e não consegue avançar, apesar dos esforços de alguns. Somado à cultura de que é preciso encontrar uma solução rápida e definitiva para todos os problemas, e também à ideia de que meio ambiente é apenas a natureza intocada, esse padrão faz com que os desafios ambientais, tão afastados, complexos e profundos, se tornassem temas cujas saídas estão longe da realidade da sala de aula, e a educação ambiental uma prática frustrante, difícil e inútil. Pelo caminho da pesquisa-ação, este trabalho faz um levantamento da realidade da educação ambiental e de suas contribuições ao processo educacional em nove escolas do ensino fundamental do município de Araguari, MG, e apresenta uma proposta alternativa

para as escolas que se fundamenta na adoção dos princípios ecológicos como caminhos para se construir uma convivência mais equilibrada entre os seres.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Pesquisa-Ação.

186. PAGANELLI, Tomoko Iyda. *Para a construção no espaço geográfico na criança*. Rio de Janeiro, RJ, 1982. (Mestrado em Educação). Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (IESAE-FGV). Orientadora: BRAZIL, Circe Navarro Vital.

Através da análise do conceito do espaço-tempo, da aplicação da epistemologia genética e da pesquisa realizada sobre um espaço concreto-real, tenta-se aclarar o processo de construção dos conceitos ao nível da ciência e do desenvolvimento da criança, para chegar a uma concepção de espaço, objeto de estudo da geografia. Para a análise dos “aspectos figurativos e operatórios”, relacionados com a construção do espaço pela criança, foram construídos instrumentos ligados às atividades escolares e experimentos de Jean Piaget adaptados para o espaço urbano escolhido. Os resultados definem claramente um desempenho significativamente mais elevado dos alunos da escola particular em algumas provas.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Espaço Vivido.

187. PAVANI, Marcos Roberto. *A Geografia e o trabalho em sala de aula: o real e o necessário*. Rio Claro, SP, 1997. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Orientadora: MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira.

As constantes e rápidas transformações em todo mundo exigem da educação geográfica novas funções, que possibilitem a compreensão da configuração atual do espaço. Por outro lado, a experiência pedagógica indica que prevalecem no ensino procedimentos tradicionais, centrado na exposição do professor, e que há dificuldades para a alteração deste quadro. Estudos apontam para a necessidade de mudanças didáticas, adequadas à realidade atual, e o ensino da Geografia se encontra inserido neste contexto. Com base nessas informações, procurou-se, com esta pesquisa, identificar os principais problemas existentes nos atuais encaminhamentos das aulas de Geografia, realizando o contraste entre proposta curricular da CENP, prática dos professores e as expectativas dos alunos. O ensino da Geografia também foi examinado quanto à sua aplicabilidade à prática cotidiana. Os resultados destes estudos oferecem subsídios para a aplicação de modelos de ensino baseados na ação do aluno, abordando os aspectos cognitivos e sociocognitivos. A análise da evolução dos níveis conceituais apresentados pelos alunos no decorrer das aplicações indica

a possibilidade e viabilidade de tais mudanças. Faz-se necessário colocar em prática os avanços pedagógicos obtidos, para que o processo educativo adquira o dinamismo exigido pelo novo contexto social.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo-Correlacional, Prática Cotidiana.

188. PAVELACKICAL, Maria Madalena. *A construção do conhecimento geográfico: uma análise dos conceitos nos livros didáticos*. Ijuí, RS, 2002. (Mestrado em Educação em Ciências). Universidade de Ijuí. Orientadora: CALLAI, Helena Copetti.

Este trabalho tem por objetivo mostrar que as mudanças impulsionadas pelo desenvolvimento técnico-científico-informacional impõe à geografia um novo desafio: superar o ensino tradicional (homem-meio), construindo práticas que possibilitem aos cidadãos conhecer o mundo em que vivem. No ensino, mudanças importantes acontecem, num processo que vem considerando a construção do saber como emancipação humana. Neste sentido, procuramos contextualizar a importância dos conceitos fundamentais da geografia para desenvolver o raciocínio geográfico e fazer a interpretação da realidade. No contexto da geografia crítica, este trabalho centrou-se na análise de livros didáticos de geografia para a sexta série, distribuídos às escolas públicas de Porto Alegre, RS, através do Plano Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação e do Desporto, para o período 1999-2001. Buscou-se, através desta análise, observar o enfoque dado aos conceitos geográficos no contexto integral de cada livro, verificando a contribuição destes na construção do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem. Partiu-se do pressuposto de que pensar a educação como emancipação humana, exige uma postura clara diante do conhecimento, ou seja, não basta ensinar, é necessário construir o conhecimento com os educandos, através de situações desafiadoras e de problematização do mundo da vida, colocando os educadores como mediadores nesse processo. Por isso, buscou-se entender novas metodologias, como a pesquisa para compreender a realidade, indo além da transmissão de conteúdos para investigar, refletir e pensar sobre o espaço geográfico, para nele se organizar e construir cidadania.

Livros Didáticos, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Geografia Crítica, Cidadania.

189. PEREIRA, Diamantino Alves Correia. *Origens e consolidação da tradição didática na Geografia escolar brasileira*. São Paulo, SP, 1989. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.

Este trabalho pressupõe que a fonte básica da geografia que se ensina no ensino médio é a mesma que se produz na academia. Através das evidências encontradas nos livros didáticos, esclarece-se a forma pela qual os autores se apropriam das categorias científicas na construção do seu discurso geográfico, evidenciando suas filiações teórico-metodológicas, considerando que as mesmas repetem-se nos livros. No capítulo I, trata-se do nascimento da geografia científica no Brasil e suas abordagens; no capítulo II, analisaram-se as obras didáticas de Aroldo de Azevedo com a geografia francesa; no capítulo III, apresentam-se as tentativas de ruptura realizadas por Melem Adas e a renovação da Geografia; no capítulo IV, analisa-se a obra de Vesentini. Demonstra-se que todos os autores mantêm a mesma estrutura na organização dos livros didáticos, apenas atualizando os temas do momento. Ao final, tecem-se considerações sobre teoria e método e a Geografia escolar no Brasil, abordando temas tais como: essência e aparência, paisagem e espaço, a sociedade como sujeito etc.

Livro Didático, Ensino Médio, Pesquisa Bibliográfica e Documental, História da Geografia Escolar, Didática.

190. PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Da Geografia que se ensina a gênese da Geografia moderna. Florianópolis–SC, 1988. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: ASSMANN, Selvino José.

A geografia escolar encerra um discurso aparentemente neutro em que se destaca a dificuldade de articular satisfatoriamente a relação entre sociedade e natureza. A forma fragmentária e dualista da geografia escolar explica-se, em parte, pelas relações entre esta disciplina e a expansão da escolaridade que são muito mais profundas do que se pode imaginar à primeira vista, pois tanto a geografia moderna como o sistema público de ensino são frutos do século XIX. Outra fonte para o entendimento da dualidade no interior da geografia é o estudo da particularidade histórica da Alemanha, país onde floresce a geografia moderna e onde se dá a introdução dessa ciência como disciplina escolar obrigatória na composição curricular dos três níveis de ensino. Razões históricas específicas, de ordem material e ideológica, explicam o seu nascimento, apesar de que ao abordar a problemática da dualidade homem-natureza no seio da geografia tradicional, o presente estudo demonstra sua presença muito além dos limites da própria Geografia.

História da Geografia Escolar, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Pensamento Geográfico.

191. PERETTI, Gláucia Aparecida Rosa Cintra. *Proposta de conscientização turística na EE 18 de Junho de Presidente Epitácio, SP*: Uma experiência de como trabalhar o tema

turismo nas escolas de ensino fundamental. Presidente Prudente, SP, 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente. Orientador: GARMS, Armando.

O presente trabalho tem como principal objetivo propor, desenvolver e avaliar a formação de conscientização turística nas escolas públicas de ensino fundamental. Vale destacar que os estudos e as pesquisas científicas sobre o turismo vêm crescendo consideravelmente nos últimos anos, pelo papel importante na economia mundial, e por isso está entre os maiores produtores e geradores de riquezas. Além disso, constitui uma atividade que envolve o social, o político, o ambiental e o econômico, que não se realizam isoladamente, mas que se inter-relacionam onde ela ocorre: o espaço geográfico. O turismo contemporâneo caracteriza-se como grande consumidor da natureza. Nas últimas décadas, a busca pelo verde e a fuga dos tumultos gerados pela intensa urbanização têm levado as pessoas a procurarem lugares que lhe propiciem um maior contato com a natureza. As diversas pesquisas realizadas pelos geógrafos e por outros cientistas sociais destacam as causas e consequências do turismo no espaço e apontam a necessidade de mudança na atual forma de concepção desta atividade e na sua organização. Tal mudança é possível através da formação de uma consciência turística na população local, e também dos representantes do estado e empreendedores. Com consciência, o turismo deixa de ser meramente atividade geradora de lucros para uma minoria para gerar benefícios a toda população da área receptora e meio ambiente. Nesta pesquisa, as ações de conscientização se restringem ao âmbito escolar, discutindo como o tema turismo pode ser abordado pela geografia e demais disciplinas, num trabalho interdisciplinar e fundamentalmente propondo, desenvolvendo e avaliando práticas de educação ambiental para a formação da consciência crítica.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Turismo.

192. PERIM, Sílvia Maria Coelho. *Professores de geografia e a cartografia da educação ambiental*. (Governador Valadares – MG). Piracicaba, SP, 2001. (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Orientadora: CERRI, Yara Lygia Nogueira Sáes.

Este trabalho visa identificar e compreender, por meio de questionário e de entrevista não-dirigida, os elementos que envolvem as práticas educativas dos graduados em Ciências Sociais na Universidade Vale do Rio Doce (Univale). Esses graduados lecionam Geografia no ensino público fundamental no município de Governador Valadares, MG. Divididos em duas categorias – professores experientes e professores recém-graduados –, procurou-se verificar se o tempo de serviço em sala de aula e a formação acadêmica poderiam ser determinantes no desempenho

para das práticas educativas em educação ambiental, nas dimensões interdisciplinar e transdisciplinar que a temática requer. Também foi objetivo deste trabalho, compreender a leitura que tais professores fazem dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na abordagem da sustentabilidade, da preservação e resolução de problemas do meio ambiente. Discute-se ainda o papel da universidade na formação do professor para o enfrentamento da crise ambiental e de seu papel perante a sociedade na resolução desse grave problema. A conclusão aponta para a revisão do projeto pedagógico do curso de Ciências Sociais e da própria Universidade. Constatase que os domínios dos professores experientes e dos professores recém-graduados estão limitados a uma abordagem crítica dos problemas que a sociedade enfrenta, destacando o capitalismo como o grande responsável. Assim, atribui-se às práticas um caráter crítico e denunciador das consequências, distanciando-se de uma relação afetiva com o meio e o planeta motivando-os à preservação dos recursos naturais. As duas categorias de professores não conseguem orientar suas práticas educativas, no ensino da Geografia no terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental, nos princípios orientadores da UNESCO, a partir da Conferência de Tbilisi.

Educação Ambiental, Ensino Superior, Estudo de Caso, Interdisciplinaridade.

193. PICCOLI, Lúcia de Fátima B. Marques. *Construindo a Geografia na 5ª série do 1º grau: o pedagógico, o lúdico e o teórico-metodológico na sala de aula – uma experiência*. São Paulo, SP, 1996. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: PALHETA, Iraci Gomes Vasconcelos.

Procuramos, neste trabalho, contribuir para o debate teórico-metodológico e didático-pedagógico do ensino da Ciência geográfica no 1º grau. Através de uma reflexão geral e particular, sobre as causas e consequências de algumas questões referentes às dificuldades do seu ensino e aprendizagem, propomos alternativas nas quais o ensino da geografia se alimenta da realidade dos alunos, do seu espaço vivido. “*Construímos um caminho educacional*” que levou em consideração o seu universo cultural – assim, para o conteúdo da sala de aula, utilizamos os elementos trazidos e representados por eles próprios. A partir dos seus signos, símbolos e simbolismos, construímos “nosso” material didático – desenhos, mapas e maquetes. Exploramos técnicas didático-pedagógicas “inovadoras” (motivadoras), criando situações tanto para despertar o interesse e a criatividade da criança e do professor na relação ensino-aprendizagem da geografia, como o sentimento do lúdico, a partir do conteúdo das atividades desenvolvidas na sala de aula. Demonstramos, por outro lado, que o conteúdo de geografia é construído da observação da paisagem e do espaço experienciado, e que este encaminhamento pode levar o professor e aluno a percorrerem, respectivamente, o caminho da autonomia e co-autoria do conhecimento da ciência geográfica.

194. PIERUCCINI, Ilda Scanagata. *A educação escolar indígena nos aldeamentos Guarani do Estado do Paraná*. Uberlândia, MG, 2001. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Orientadores: FONSECA, Selva Guimarães.

Esta dissertação tem como objeto de estudo a educação escolar indígena nos aldeamentos Guarani no Estado do Paraná, Brasil. Procurou-se contribuir para o repensar do processo de educação escolar indígena, para a busca de novas formas de ensino que possibilite a cada sociedade indígena a preservação de sua cultura, a sua sobrevivência e continuidade enquanto povo distinto. A pesquisa objetivou, inicialmente, analisar as prerrogativas expressas nas Constituições Brasileiras e as políticas públicas voltadas para o atendimento da escolarização indígena na história do Brasil. Na sequência, procurou-se refletir sobre como a questão curricular está sendo abordada nas escolas guarani do Estado do Paraná, especialmente sobre a utilização do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (Recnei), caracterizando o processo de educação escolar indígena nas comunidades guarani existentes no estado. Num terceiro momento, buscou-se compreender os saberes e práticas escolares, especialmente no ensino de História e Geografia no contexto do processo educacional das aldeias guarani do estado do Paraná. Foram selecionadas nove comunidades indígenas Guarani e um grupo de professores indígenas Guarani que atuam nestes aldeamentos. Para a realização da pesquisa, optou-se por uma metodologia que combina a utilização de documentos escritos: leis, diretrizes, currículos, complementados por recursos visuais, entrevistas orais, pautadas nas temáticas dos Guarani. Buscou-se construir um diálogo que permitisse a narração e o registro de experiências educacionais indígenas no Estado do Paraná. A imagem construída, da realidade vivenciada, caracteriza um processo de educação escolar indígena ainda fragilizado, muito embora a legislação brasileira tenha, a partir da Constituição Federal de 1988, promovido significativos avanços em relação aos períodos colonial, imperial e republicano. Neste sentido, a educação escolar indígena Guarani no estado do Paraná caracterizou-se, ao longo da história, de modo integracionista. As propostas pedagógicas que se encontram em fase de discussão e elaboração, necessitam compreender a educação escolar como um “galho da cultura guarani”, pautada em sua intuição e religiosidade, definidos em seu *reko* etc. – modo de ser guarani. Neste contexto, a escola indígena, quando instituída, deve estar ao lado das lideranças para a valorização das tradições culturais do povo Guarani.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Educação Indígena, Aldeamento Guarani.

195. PINHEIRO, Antonio Carlos. *A construção da “maquete dinâmica”*: uma estratégia sócio-histórica para o ensino de Geografia. Campinas, SP, 1997. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Orientadora: NORONHA, Olinda Maria.

A construção da “maquete dinâmica” é uma estratégia pedagógica que permite, por meio de um trabalho prático, estabelecer uma analogia com a sociedade atual, particularmente, em relação à produção do espaço urbano. Possibilita também a compreensão da representação e reprodução dos aspectos sociopolítico-culturais e ambientais do espaço social. Pode motivar e tornar as aulas mais significativas, porque, após sua construção, passa a ser referencial comum a todos os participantes, na qualidade de um produto socialmente construído, que materializa as relações, os conflitos, as ideias e as percepções. Esta estratégia permite, tanto na sua realização, como depois de pronta, constituir-se em um instrumento para o estudo de diversos conteúdos.

Conteúdo-Método, Ensino Médio e Superior, Relato de Experiência, Recursos Didáticos.

196. PIZZATO, Maria Dilonê. *Espírito e os propósitos do ensino da geografia, segundo as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio, preconizadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)*. Maringá, PR, 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Orientadores: MORO, Dalton Áurea.

Busca-se compreender o espaço da Geografia, na reforma curricular do ensino médio preconizada pela Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) – que dispõe sobre as diretrizes básicas da educação brasileira. A reconstituição do percurso da Geografia, sob a ótica das Reformas Educacionais dos anos de 1930 até hoje, permitiu a constatação de que, como resultado de um construto social, a Geografia sofreu pressões de diferentes ordens, seja das contingências político-econômicas, seja ligada a questões internas da própria ciência. O foco de análise desta pesquisa foi o papel da Geografia na formação do cidadão, o que retrata as imposições feitas à educação pelo mercado de trabalho face às exigências do capitalismo monopolista. Para tanto, foi importante desvendar as transformações no mundo do trabalho, a ruptura com o passado, os novos processos de produção e sua influência nas propostas educacionais, que disseminam a ideologia da orientação política hegemônica, hoje, a neoliberal. Ao comprovar essas vinculações, esse estudo contribui para engrossar as discussões dessas questões apresentando ainda possibilidades de resistência, traduzida num ensino que contribua para a formação de uma cidadania democrática e emancipatória.

Currículos e Programas, Ensino Médio, Reformas Educacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais.

197. POLONI, Delacir Aparecida Ramos. *A escola rural no contexto da agricultura paulista: uma escola desejada*. São Paulo, SP, 1990. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.

Existem alguns temas que são frequentemente debatidos e estudados na área de educação, e um deles é a problemática da escola rural e a escolarização da população do campo. Para estudar a problemática da escola rural, temos que analisar criticamente a situação do homem do campo, que está sujeito às leis do capital, e os alunos desta escola são resposta e reflexão das transformações que ocorrem no meio rural, expondo-se à dinâmica socioeconômica do setor agrícola. Este estudo enfatiza, assim, as alterações sofridas pela escola rural a partir das transformações da agricultura paulista, tentando mostrar a vinculação da política educacional com o desenvolvimento da agricultura e com interesses envolvidos no período 1950-1980. A preocupação também se volta para as culturas agrícolas, periodicamente e sazonalidade; organização e funcionamento da escola rural – adequação ou inadequação curricular, formação e uso da mão-de-obra infantil e na adequação ou não dos termos da relação ou razão aluno-escola; ensino-trabalho; ensino-vida. As regiões pesquisadas foram: Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, Ribeirão Preto, Araçatuba e Presidente Prudente.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Política Educacional, Escola Rural.

198. PORTO Iris Maria Ribeiro. *Brinquedos e brincadeiras na educação infantil: construindo conhecimentos em geografia*. São Luís, MA, 2003. (Mestrado em educação). Universidade Federal do Maranhão. Orientador: CASTRO, César Augusto.

Neste texto trata-se da construção de conhecimentos geográficos através dos brinquedos, das brincadeiras e dos jogos na educação infantil, objetivando oferecer elementos de estudo e reflexão sobre a temática. Fundamentam a construção de conhecimentos através do brincar neste trabalho, as matrizes interacionistas de Wallon, Vygotsky e Piaget e outros autores. Apresenta-se uma pesquisa de campo realizada em duas escolas da rede municipal de ensino de São Luís, utilizando-se a pesquisa qualitativa, mediante o instrumento da observação participante da rotina da escola e da prática das professoras como reflexo de sua história de vida e de visão do brincar. Utiliza-se o método empírico com a análise documental do planejamento das escolas, das temáticas geradoras indicadas pela Coordenação de Educação Infantil da Secretaria de Educação e de documentos oficiais da Educação Infantil do Ministério da Educação.

Utiliza-se ainda entrevista semi-estruturada com professores e supervisores, buscando nessa investigação refletir a importância da geografia para a vida do pré-escolar na visão das professoras. Ressaltam-se os resultados dessa investigação apontando a ausência dos brinquedos, das brincadeiras e dos jogos na construção geográfica, e a conclusão de que é necessário reescrever a história lúdica da educação infantil nessas duas escolas, assim como das temáticas geográficas de localização, orientação e representação do espaço nas relações topológicas elementares. Isso permitirá abrir espaço para que haja uma alfabetização em que a leitura da palavra seja aliada à leitura de mundo, de forma que a criança adquira as condições necessárias para codificar e decodificar sua realidade, entenda o mundo entorno, a forma como a sociedade se organiza e organiza seu espaço, e construa um novo modo de compreender cientificamente esse mundo, redescobrimo significados ao construir sua identidade.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Pesquisa-Ação, Brinquedos e Brincadeiras, Recursos Didáticos.

199. PREVE, Orlandina da Silva Damian. *A participação do Boletim Geográfico do IBGE na produção da metodologia do ensino de Geografia – 1943-1978*. Campinas, SP, 1989. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: CASTRO, Amélia Americano Franco Domingues de.

Considerando a Metodologia de Ensino enquanto produzida na relação geografia ciência – geografia ensinada, estudamos o papel do *Boletim Geográfico*, publicação editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na formulação das concepções trabalhadas no ensino da Geografia do período 1943-1978. Quatrocentos e noventa e sete trabalhos, que integram a Secção do Boletim, intitulada “Contribuição ao Ensino”, são analisados a partir de leitura compreensiva e levantamentos qualitativo-quantitativos de suas características, no que diz respeito às concepções de ciência e de ensino repassadas ao professor-leitor. O IBGE e o *Boletim Geográfico* são objeto de estudo em capítulos específicos, que contextualizam a ação pedagógica exercida por eles na produção da metodologia do ensino da Geografia, ontem e hoje.

História da Geografia Escolar, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Boletim Geográfico, Pensamento Geográfico.

200. RAMIRES, Regina Rizzo. *Cartografia e cognição: aspectos da aprendizagem do mapa no início do processo de escolarização*. São Paulo, SP, 1996. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: SIMIELLI, Maria Elena Ramos.

A pesquisa trabalha com as representações gráficas que se processam através dos mapas, considerando-os como formas gráficas imbuídas de um sistema complexo de símbolos, cores, hachuras, linhas, etc. Preocupa-se como alguns indivíduos se caracterizam como usuários capacitados para compreender as informações representadas de forma gráfica em um mapa para aplicá-la ao seu cotidiano, ou melhor, para o entendimento da realidade prática. As dificuldades do uso da representação gráfica expressa pelo mapa no ensino escolar e suas relações com a representação gráfica e a cartografia, e por consequência com a geografia, são avaliadas na pesquisa. O trabalho objetiva oferecer uma linha de raciocínio que contribua para a elucidação de questões sobre o uso da representação, dos conceitos utilizados, da representação do espaço, da realidade espacializada e simbólica. A abordagem reúne a cartografia, a representação do espaço, via mapa, e a psicologia do desenvolvimento, baseados nas teorias de Jean Piaget. A verificação empírica foi realizada entre crianças de 6 e 7 anos, observando como elas conseguem lidar com diferentes tipos de representação em diferentes escalas. Analisa o processo de conhecimento de diferentes tipos de representação do espaço pelas crianças no início do processo de escolarização do 1º grau. Num primeiro nível de investigação foi realizado com crianças de 6 anos, que ainda não estavam alfabetizadas, depois com crianças de 7 anos, no início da escolarização ainda não alfabetizadas.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Gráficos, Mapas.

201. RAMOS, Marcelo Japiassú. *A produção geográfico-acadêmica na UFRJ, Unesp-Rio Claro e USP e o processo de renovação teórica e política da Geografia brasileira no período 1978-2001 ou Onde estão os movimentos sociais na Geografia brasileira?* Niterói, RJ, 2002. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal Fluminense. Orientador: OLIVEIRA, Marcio Piñon de.

Este trabalho busca situar o interesse da Geografia no campo dos movimentos sociais urbanos a partir de uma análise sobre a produção acadêmica na UFRJ, Unesp-Rio Claro e USP e o processo de renovação teórica e política da Geografia brasileira no período 1978-2001.

História da Geografia Escolar, Ensino Superior, Análise de Conteúdo, Pensamento Geográfico.

202. RAMOS, Nely Ribeiro. *As Ciências Sociais. História e geografia no ensino de 2º grau.* Santa Maria, RS, 1972. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria. Orientadores: Comitê de Orientadores do CNPq.

Neste texto trata-se da conscientização do aluno para a realidade político-social-econômica de seu país, com destaque para a importância da história e geografia do Brasil no ensino de 2º grau e a participação da comunidade na obra educativa. Na pesquisa realizada para fundamentação do trabalho, fez-se uma revisão bibliográfica e posteriormente de levantamento de dados realizados entre professores e alunos das escolas de 2º grau de Santa Maria, RS. Como resultado, chegou-se às seguintes conclusões: há necessidade de desenvolvimento de atividades desde o mais global ao mais próximo, enfatizando sempre o duplo sentido – a formação humana e profissional; há necessidade de reformulação de conteúdos programáticos adaptados à realidade nacional; de organização de “salas ambiente” e o envolvimento do aluno no processo ensino-aprendizagem. Atualização do professor voltada para os objetivos da educação.

Prática Docente e Educativa, Ensino Médio, Relato de Experiência.

203. REFFATTI, Lucimara V. *Geografia/educação e apropriação psicossocial dos lugares*. Porto Alegre, RS, 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: REGO, Nelson.

A pesquisa procura demonstrar e refletir sobre convergências conceituais entre análise psicossocial sobre o significado dos lugares e a análise geográfica, sobretudo em relação ao encontro geografia-educação. Demonstra-se como a geografia vem desenvolvendo teórica e praticamente uma abordagem capaz de produzir uma solução societária para a reapropriação selvagem dos lugares, por parte de indivíduos e grupos que perderam o sentimento de pertencimento, em relação a seus contextos sociogeográficos.

Conteúdo-Método, Estudo Comparativo/Correlacional, Lugar.

204. RESENDE, Marcia Maria Spyer de. *Integração do espaço real com o espaço geográfico no ensino de Geografia na escola de 1º grau*. Florianópolis, SC, 1983. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: ARROYO, Miguel Gonzalez.

Neste trabalho o objetivo fundamental é o de demonstrar que: a) cada aluno, antes mesmo de ingressar na escola, possui um saber especial próprio, fruto de sua experiência imediata de vida; b) este saber que brota da relação homem-natureza é sempre mediado pelo trabalho social e, em última análise, pelas relações sociais de produção; c) fruto do trabalho social – trata de saber, ao contrário da geografia positivista, não encara os dados do espaço como estanques e atemorizados, mas ao contrário sempre integrados a totalidade social; d) as divisões que este saber identifica

no espaço, não são fruto de uma operação mental teórica, que o fragmenta, mas percepção objetiva da divisão social do trabalho; e) logo, para ensinar aos nossos alunos uma “nova geografia” é necessário aproveitar este saber, integrando-o sem solução de continuidade ao espaço geográfico que desejamos levá-lo a aprender; f) tal integração é não somente desejável mas de fato possível no dia a dia de nossa escola formal e trará considerável benefício à prática de ensino de Geografia, motivando o aluno e levando-o à descoberta progressiva do seu espaço na escola – o de sujeito do processo de conhecimento.

Características dos Alunos, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Espaço Vivido.

205. RIBEIRO, Luiz Antonio de Moraes. *O estudo da população nos livros didáticos de Geografia para 5ª séries do 1º grau*. São Paulo, SP, 1987. (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo. Orientadora: ROSSINI, Rosa Ester.

Este trabalho analisa o tema população nos livros didáticos relacionando-o com a prática em sala de aula. Tem por objetivos, compreender a relação existente entre os estudos de população feitos pela pesquisa acadêmica em geografia e os conteúdos de população dos livros didáticos de geografia de 5ª série, com propostas de algumas formas alternativas para o tratamento do estudo de população no livro de 5ª série. O trabalho foi desenvolvido considerando-se o processo de formação dos estudos de população em geografia e o processo de formação do estudo da população nos livros didáticos de geografia no Brasil. A análise crítica que foi feita nos conteúdos de população, identificando a visão de geografia que esses livros contêm.

Livro Didático, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo-Correlacional, População.

206. RIBEIRO, Telma Fernanda. *A educação ambiental no ensino formal: o Projeto Novo Goiabinha na Escola Municipal Frei Edgard Groot*. Belo Horizonte, MG, 2002. (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientador: LOBATO, Wolney.

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa que teve como objeto de estudo a proposta de educação ambiental desenvolvida na Escola Municipal Frei Edgard Groot, a partir da inserção, em 1999, do Projeto Novo Goiabinha. O objetivo geral da pesquisa foi verificar se o programa implementado propiciou aos alunos a construção de uma percepção ambiental e de conceitos acerca da construção do espaço e da proteção aos recursos naturais. A pesquisa teve como objetivos específicos verificar se o projeto estava articulado com a realidade local e identificar as dificuldades e facilidades que

os professores encontram para desenvolver atividades pedagógicas relacionadas à temática ambiental. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, tendo como instrumentos a análise documental, entrevistas semi-estruturadas com professores e entrevistas estruturadas com alunos. Embora tenham sido identificadas fragilidades relativas às concepções sobre meio ambiente e educação ambiental, constatou-se que a inserção da proposta da escola no Projeto Novo Goiabinha propiciou o desenvolvimento de experiências pedagógicas que contribuíram para a consolidação de aprendizagens significativas para os docentes e discente da escola, favorecendo a construção de uma percepção ambiental e promovendo a formação de comportamentos compatíveis com a proteção ambiental.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Percepção Ambiental.

207. ROCHA, Florisvaldo Silva. *O uso da história de vida do aluno de Geografia como prática motivadora e conscientizadora*. Aracaju, SE, 1996. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. Orientadora: AMORA, Zenilde Baima.

Este trabalho é, na verdade, uma tentativa de compreender como os alunos e professores de geografia de 1º grau, de escolas públicas de Aracaju, SE, percebem o uso da metodologia de história de vida, enquanto estratégia didático-pedagógica. Parte-se da hipótese de que ensinar a geografia através da associação do espaço vivido aos conteúdos trabalhados por esta disciplina, torna-se mais fácil e prazeroso para se compreender o espaço geográfico, bem como para que o aluno se enxergue como construtor desse espaço. Este trabalho apoia-se na pesquisa qualitativa e na fenomenologia, entretanto, utiliza-se de alguns referenciais marxistas, os quais se fazem necessários para fundamentar questões referentes às classes opostas e em luta. Tenta-se, em suma, perceber, a partir dos próprios sujeitos do ensino noturno de Geografia, se eles consideram que: trabalhar com a metodologia de história de vida pode proporcionar o aumento do nível de motivação da relação ensino-aprendizagem; e se também pode contribuir para que os alunos se percebam enquanto construtores do mundo, e não apenas como espectadores dele.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental e Médio, Estudo de Caso, História de Vida, Espaço Vivido.

208. ROCHA, Genylton Odilon Rego da. *A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro: 1837-1942*. São Paulo-SP, 1996. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: SAUL, Ana Maria.

Este trabalho analisa a história da geografia escolar brasileira no período de 1837 a 1942. A partir da análise da “*vulgata*” existente sobre a disciplina se desvelaram-se as transformações/conservações das tendências que orientaram o ensino no Brasil desta disciplina. Constatou-se que, por ser um construto social, a geografia escolar brasileira, em sua trajetória curricular, foi marcada por pressões de diferentes atores sociais e reflete tanto fatores ligados ao contexto social mais amplo, como aqueles ligados às questões internas a própria disciplina. A Geografia, enquanto disciplina escolar, não se constitui apenas em “vulgarização” do saber erudito produzido nas academias; ela é dotada de uma dinâmica própria, de uma autonomia caracterizada, sobretudo, pela reelaboração dos conhecimentos científicos e a sua conseqüente transposição didática. Refere-se ao que foi sendo ensinado ao longo do tempo como conhecimento geográfico e o resultado de uma seleção internacional realizada pelos detentores do poder de Estado e tornada “natural” através de um processo de “tradição seletiva”. É o que podemos denominar “Geografia dos(as) professores(as)”.

História da Geografia Escolar, Pesquisa Bibliográfica e Documental. Currículos e Programas.

209. ROCKENBACH, Denise. *Geografia Urbana no livro didático*. São Paulo-SP, 1993. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: CARLOS, Ana Fani Alessandri.

O livro didático pode ser encarado como mediador do processo de produção/transmissão do conhecimento geográfico na sala de aula, uma vez que apresentasse como sistematizador e organizador do conhecimento produzido. O livro didático aparece assim como modelo a ser adotado e reproduzido, o que justifica o emprego do termo indústria do livro didático, que não se restringe apenas ao processo de produção da mercadoria livro, mas também à padronização do conteúdo. Quanto ao conteúdo do livro didático, questiona-se até que ponto ele tem contribuído para formar nossos alunos em espírito crítico diante da realidade, em especial do urbano, posto que a vivência da/na metrópole nos leva a buscar compreendê-la melhor para nela exercer nossa cidadania. Com tais inquietações procuraram-se estabelecer relações entre a produção acadêmica e o produto desta produção dirigido ao ensino de 1º e 2º graus.

Livro Didático, Ensino Fundamental e Médio, Estudo Comparativo/Correlacional, Geografia Urbana.

210. RODRIGUES, Duílio Furtunato. *A educação para o trânsito no ensino de geografia: conhecimento e cidadania*. Goiânia, GO, 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Orientadora: CAVALCANTI, Lana de Souza.

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada na Escola Senador Darcy Ribeiro, no Colégio Santa Clara e na Escola Municipal Engenheiro Robinho M. Azevedo em Goiânia, GO, entre 160 alunos. A interlocução Geografia-trânsito passa pela leitura das paisagens da cidade, e da concepção que a rua é um espaço de encontros, de disputas e confrontos espaciais, mediados pelos ícones da cidade. Os procedimentos referentes aos deslocamentos humanos são carregados de processos de aprendizagens não-sistematizadas, de modo que a sistematização desses processos pode e deve ocorrer na escola. O trânsito, especificamente, é pouco discutido em geografia, quando comparado com a cartografia, com as migrações, com a questão ambiental, entre outros. Todavia, vários autores dessa área do conhecimento apresentam discussões teóricas que permitem estabelecer relações entre a geografia e o trânsito, ou seja, entre o espaço e a circulação. Nesse contexto, a geografia escolar, desempenha um importante papel, pois, no ensino, é possível ensinar, utilizando as categorias de análise espacial na perspectiva da mobilidade, isto é, relacionar o corpo, a rua e paisagem. Visando à sistematização das atividades relacionadas à circulação, foi necessário inicialmente fazer um levantamento das condições locais das escolas, conhecer a comunidade escolar, a qualidade e distribuição dos equipamentos públicos voltados para a circulação, os meios de transportes usados para deslocarem de casa para escola e vice-versa. A cidade permite uma leitura de suas ruas, de suas paisagens, especialmente as paisagens relacionadas ao trânsito, dispostas nas placas de sinalização, nos semáforos, nas praças, no caso de Goiânia, nas inúmeras rotatórias, entre outros ícones urbanos. Ou seja, o espaço local constitui um importante instrumento pedagógico, um livro aberto, com várias possibilidades de ações educativas, além do que, pela experiência, nota-se que os alunos gostam de atividades que são ligadas ao corpo e à prática espacial, à circulação. A possibilidade de auxiliar nos deslocamentos faz dos conhecimentos geográficos, um dos mais importantes instrumentos utilizados na vida urbana, marcada, cada vez mais, pela necessidade da leitura e do reconhecimento espacial. A compreensão da dinâmica da circulação serve como meio auxiliar ao exercício da cidadania. O direito à cidade pressupõe o direito à circulação, a circulação com segurança, com respeito ao outro, ao próximo. A relação do homem com os outros homens pode, pois, ser mediada pelos conhecimentos que a Geografia pode propiciar, voltados para a circulação e para o exercício da cidadania.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Educação para o Trânsito, Cidadania.

211. RODRIGUES, Maria Helena *O desenvolvimento da dimensão ambiental pelos professores de geografia de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental em escolas municipais de Araucária*. Curitiba, PR, 2003. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Orientador: CARNEIRO, Sonia Maria Marchiorato.

Este trabalho tem por objetivo avaliar o processo educativo quanto à relação educação ambiental-educação geográfica no ensino fundamental. Na Introdução, são focalizadas as questões ambiental e educacional no contexto do ambientalismo. Destacam-se as principais conferências e encontros sobre educação ambiental em nível mundial. São também enfocados dispositivos e diretrizes de educação ambiental sob os aspectos legal e curricular no Brasil. O Capítulo I estabelece, inicialmente, uma contextualização do problema em estudo no sentido de mostrar iniciativas em educação ambiental no Paraná, bem como reforçar a necessidade de ensino dessa dimensão no processo educativo no município de Araucária. No Capítulo II é tratado o referencial teórico do estudo, primeiramente na perspectiva de uma reflexão sobre as questões teórico-metodológicas da educação ambiental. Numa segunda parte, destaca-se a educação ambiental em conexão com a educação geográfica, partindo das próprias relações entre geografia, enquanto ciência, com a questão ambiental. O Capítulo III apresenta a metodologia da pesquisa de campo, que se caracteriza como diagnóstico-qualitativa quanto ao desenvolvimento da dimensão ambiental pelos professores de Geografia de 5^a a 8^a séries do ensino fundamental em escolas municipais de Araucária, PR. No tratamento dos dados foi utilizada a técnica da análise de conteúdo. O Capítulo IV traz a análise interpretativa dos dados de campo com base no referencial teórico do estudo. E, finalmente, o Capítulo V apresenta as considerações finais do trabalho em termos de síntese dos resultados da análise e as considerações indicativas para o desenvolvimento da Educação Ambiental na disciplina de Geografia nas escolas de 5^a a 8^a séries do ensino fundamental.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo.

212. RODRIGUES, Meire Marta da Silva. A Geografia no 2º ciclo do Ensino Fundamental: uma reflexão crítica sobre as orientações oficiais e os Atlas Escolares Municipais Interativos como mediador do ensino por competência. Belo Horizonte, MG. 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: LE SANN, Janine Gisele.

Este trabalho tem por principal objetivo avaliar a relevância do Atlas Escolar como mediador do processo de construção de conceitos geográficos, no 2º ciclo do ensino fundamental, diante das orientações contidas nos instrumentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Geografia para o 2º Ciclo do Ensino Fundamental; Sistema de Avaliação de Educação Básica (Saeb) e os Conteúdos Básicos curriculares da escola pública de Minas Gerais. Foi feita uma análise da nova dimensão do “ensinar por competências” a partir do contexto teórico trazido por esses instrumentos oficiais. Realizou-se, previamente, um estudo dos aspectos inerentes ao processo de ensino-aprendizagem e a definição dos termos “competências”, “habilidades”, “conceitos” e

“noções” que conduzem as análises. Esse estudo norteou a realização de inventários de habilidades, ações e conceitos contidos nesses instrumentos e em Atlas Escolares Municipais, verificando se atendem à nova proposta postulada nos instrumentos oficiais. Para entender a estrutura de cada instrumento analisado quanto à coerência para cada ciclo de ensino a que se destina, o texto foi organizado em forma de quadros para uma melhor análise. Constatou-se que os instrumentos oficiais não oferecem suporte suficiente para o professor colocá-los em prática, dada a complexidade em seu entendimento. Quanto ao *Atlas*, este serve como mediador no processo de construção de competências devido à forma como está estruturado. Não é um material que privilegia apenas o ensino do mapa, pelo contrário, o uso interativo desse meio de comunicação auxilia o entendimento e desvelamento da realidade local, ponto de partida para que o aluno aprenda a geografia em outras escalas de análise.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Cartografia, Atlas Municipal, PCN.

213. ROSA, Odelfa. *A Cartografia na escola rural – ações e proposições para 5ª série: um estudo de caso Catalão–GO*. Presidente Prudente, SP, 1999. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Orientadora: GEBRAN, Raimunda Abou.

A preocupação fundamental desta pesquisa está vinculada ao processo ensino-aprendizagem de uma área específica da ciência geográfica – a cartografia. Na tentativa de melhor entender os conceitos/conteúdos cartográficos trabalhamos com uma escola pública de 1º grau do meio rural, realizando um estudo no 2º semestre de 1997. A escola escolhida para trabalhar chama-se Maria Bárbara Sucena, localizada na comunidade Morro Agudo (Cisterna) por ser uma área rural produtora de alho que dificulta a educação escolar, com a diminuição de alunos na escola na época do plantio e da colheita do alho. A decisão de trabalhar com alunos de 5ª série decorreu da consideração de que a geografia efetiva-se e configura-se como disciplina nesta série, etapa em que o aluno encontra grandes dificuldades para trabalhar a parte cartográfica. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa teve como objetivo geral: verificar como os alunos de 5ª série do meio rural compreendem os conceitos/conteúdos cartográficos, construindo uma simbologia pictórica sobre o mapa mental, representando os diferentes produtos do Norte, Sul, Leste e Oeste. Procurando atingir o objetivo a opção pela pesquisa qualitativa, envolvendo o estudo de caso e a observação participante, foram assumidas como abordagem metodológica. Assim, o texto da pesquisa ficou estruturado em quatro capítulos. O primeiro procura refletir sobre a geografia no contexto escolar, discutindo a educação escolar e o ensino de geografia. No segundo capítulo descreve-se o conhecimento geográfico através das representações cartográficas – a criança e a linguagem cartográfica. No terceiro capítulo, enfoca-se a escola e a educação rural. No

quarto capítulo, delinea-se a percepção cartográfica dos alunos de 5ª série. Ao buscar compreender o processo ensino-aprendizagem, espera-se estar contribuindo para o repensar geográfico, através das atividades desenvolvidas com os alunos.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Escola Rural, Cartografia.

214. ROSSI, Dariane R. *Deficiência visual: desafios para o ensino de geografia em sala de aula*. Porto Alegre, RS, 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: REGO, Nelson.

O presente trabalho foi desenvolvido visando avaliar e aprimorar algumas técnicas de ensino de geografia para deficientes visuais a partir de um estudo de caso realizado no Instituto Santa Luzia, durante o ano de 1999, nas turmas de 5ª série. Apesar das turmas terem sido avaliadas como um todo no tocante à aplicação das atividades e seu resultado na interação entre os alunos videntes e DVs no despertar do interesse destes últimos para com a matéria, foram selecionados quatro alunos portadores de deficiência visual para serem avaliados individualmente quanto à receptividade e resultados obtidos com as técnicas de ensino aplicadas. Inicialmente, foram utilizados materiais fornecidos pela própria escola, geralmente polígrafos em braile ou utilitários didáticos em forma de tábuas contendo mapas – em sua maioria, defasados – e outros fenômenos geográficos. Após consulta bibliográfica, foram criados, pela professora, auxiliares didáticos adaptados para realidade (em especial, socioeconômica) da sala de aula e para o ensino de geografia. As impressões iniciais e sugestões do grupo dos alunos DVs e videntes contribuíram para o aperfeiçoamento e criação de novos materiais diferenciados. Com a aplicação dos materiais didáticos e atividades lúcidas, foi possível perceber uma melhora na integração social do grupo de alunos DVs entre si com seus colegas videntes. Os quatro alunos DVs observados tiveram uma mudança de atitude, saindo de um estado de apatia em relação às aulas nas quais tinham baixo aproveitamento em razão da metodologia inadequada, passando a participar mais ativamente, externando suas opiniões e conclusões. Com a utilização dos utilitários táteis e das atividades lúcidas houve uma melhora significativa na auto-estima e no entendimento dos conceitos geográficos. Dessa maneira, foi possível observar que foram atingidos os objetivos iniciais, fundamentados numa educação mais inclusiva e reflexiva, que visa transformar o ambiente escolar num local, não só de aceitação dos indivíduos com necessidades educativas especiais, mas, principalmente, que possibilite o desenvolvimento de suas potencialidades e de uma personalidade crítica e participativa.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Educação para Necessidades Especiais (Visual), Recursos Didáticos.

215. RUA, João. *Em busca da autonomia e da construção do conhecimento: o professor de geografia e o livro didático*. São Paulo, SP, 1992. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: VESENTINI Jose William.

A construção do conhecimento não é privilégio da universidade ou dos institutos de pesquisa. Ela ocorre, também, no cotidiano escolar sempre que houver reflexão crítica e análise do indivíduo como agente social (sujeito da própria história). Esse conhecimento, realizado na escola (não apenas aí), levará o aluno a uma autoconstrução, em que a sua autonomia como ser pensante se manifestará. Para que a educação seja um processo contínuo, permanente, criativo e de construção coletiva, é necessário que o professor perceba a dimensão política do ato pedagógico, isto é, que sinta vontade de transformar a realidade a partir da criação. O próprio professor (e os autores didáticos) pode apresentar ideias que “subvertam” o processo educacional. Uma delas é a que repousa na mudança das relações entre o professor, o livro didático e o aluno como parte de uma “guerra de posições” contra a ideologia dominante. Este, pois, é um dos pontos de partida para uma mudança que redunde numa menor subordinação do professor (e do aluno) ao saber instituído.

Livro Didático, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Prática Docente e Educativa.

216. RÜCKER, Margarida. *Educação no Mercosul: ensino em Geografia*. Porto Alegre, RS, 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: REGO, Nelson.

Esta dissertação se constitui em uma reflexão sobre o Mercosul e o ensino da Geografia. Tem por objeto o estudo do Mercosul pela disciplina de Geografia, ensino básico médio do Brasil e da Argentina, e, por objetivo, a análise da contribuição do ensino geográfico à compreensão da nova configuração espacial Mercosul. Parte-se da premissa de que o Mercosul representa um novo e incisivo passo para a inserção dos países-membros no cenário internacional e de que cabe à disciplina Geografia um papel de destaque na compreensão desse processo, sobre tudo no que se refere ao entendimento da nova configuração espacial, representada pelo Mercosul. A ela cabe possibilitar a compreensão da complexidade desse espaço em redefinição. Para tanto, empregou-se o método comparativo, com análise da disciplina Geografia da educação básica pública da Argentina (ciclo polimodal) e do Brasil (ensino médio). Verificaram-se semelhanças e diferenças nas Leis de Educação dos dois países, na estrutura orgânica do ensino médio e do ciclo polimodal, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nos currículos escolares e nas representações que os professores de Geografia das escolas públicas fazem sobre o tema Mercosul. Constatou-se que a Geografia Escolar formalmente tem tido papel ativo na busca da compreensão dessa nova configuração

espacial. Nas atividades do setor educacional do Mercosul, ela, inclusive, tem merecido papel de destaque. No entanto, justamente, no lócus onde o conhecimento toma voz e fisionomia, a escola ela vem enfrentando dificuldades para trabalhar a temática Mercosul.

Currículos e Programas, Ensino Médio, Estudo Comparativo-Correlacional, Mercosul.

217. RUDZIT, Gunther. *O processo de formação do oficial do Exército brasileiro e a geografia (1850-1930)*. São Paulo, SP, 1997. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: MORAES, Antonio Carlos Robert.

A produção do trabalho em Geopolítica teve início no Brasil em meados da década de 1920, e sempre teve grande participação de oficiais do Exército. Análises desses trabalhos somente começaram a ser feitos pelas Universidades na década de 1980, procurando identificar as influências dos clássicos da geopolítica em tais obras. Assim, este trabalho procura levantar na formação dos oficiais do exército brasileiro, no período que vai de 1850 a 1930, para verificar a importância dada à disciplina de Geografia. Constatou-se que as mudanças por que passa o ensino militar, estão vinculadas à participação do exército na política brasileira, de modo que se fez necessário descrever estas intervenções no decorrer do período estudado. Assim, ao final da pesquisa, chegou-se à conclusão de que há uma correlação entre a participação do exército na política do país, as mudanças no ensino militar e a consequência desta correlação, e o ensino da disciplina de Geografia.

História da Geografia Escolar, Ensino Superior (Militar), Pesquisa Bibliográfica e Documental, Geografia Política.

218. RUFFINO, Sonia Maria Vanzella Castellar. *Distinção palavra-objeto e a representação do espaço geográfico por alunos da 5^o a 8^a séries*. São Paulo, SP, 1990. (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. Orientador: BARUFI, Luadir.

No presente estudo, procurou-se analisar a distinção entre palavras e objetos, bem como aspectos da representação do espaço geográfico, por alunos de 5^a a 8^a séries, de escola particular ou pública. Para isso, aplicaram-se quatro questionários em 123 crianças, 60 delas da escola particular. No questionário 1, colheram-se dados sobre as características socioeconômicas e escolares das crianças estudadas. No questionário 2, analisaram se questões relativas ao realismo nominal, ou seja, a distinção que a criança faz em relação ao objeto e seu nome. No questionário 3, sobre direção e localização, analisou-se o domínio das noções topologia (direita/esquerda; em cima/embaixo; frente/atrás) e as coordenadas geográficas em relação aos pontos cardeais. No último

questionário, sobre espaço e lugar, analisaram-se questões relativas a representação e a percepção do espaço por meio de respostas escritas (elaboração de texto) e desenhos.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Percepção, Espaço Geográfico.

219. RUIVO, José Carlos Vieira. *Pensar o ambiental desde o local: os precursores do movimento ambientalista em Rio Grande -RS*. Rio Grande – RS. 2002. (Mestrado em Educação). Universidade do Rio Grande. Orientador: VELASCO, Sírío Lopez.

Na tentativa de esclarecer o dístico “pensar global e agir local”, traçamos um histórico das relações da sociedade com o ambiente, dos impactos da não percepção dos limites da natureza em absorver os resíduos e subsistir aos atos equivocados das sociedades humanas, particularmente no espaço urbano. Assim, consideramos alguns conceitos relativos ao ambientalismo, enquanto mobilização da cidadania, na busca de um ambiente mais saudável. Na defesa do ambientes, foram elaboradas diferentes perspectivas e dramáticos golpes contra o mesmo. Gradualmente, algumas vezes, em particular as dos naturalistas profissionais e os “amantes da natureza”, promoveram a mudança inicial de atitude, aquela que culminou em um movimento organizado em diferentes segmentos, hoje popularmente conhecido como ONGs (Organizações não governamentais). Percursos destas atitudes foram os mencionados “admiradores” da natureza, especialmente os grupos excursionistas e os escoteiros. Estes deram início a ação necessária rumo a descoberta do ambiente. Para melhor orientar esta proposta, sugerimos refletir sobre os conceitos que devem referenciar este “Pensar e agir ambiental”, base para a prática da Educação Ambiental.

Educação Ambiental, Pesquisa Bibliográfica e Documental, ONG, Espaço Urbano.

220. SÁ, Cláudio Henrique Ribeiro de. *O Bairro e a Cidade: o ensino de geografia nas séries iniciais do ensino fundamental*. Goiânia, GO, 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás. Orientadora: CAVALCANTI, Lana de Souza.

O momento atual tem sido marcado por uma ampla discussão quanto à finalidade da educação escolar. No âmbito dessa discussão, o ensino de Geografia tem sido alvo de amplas considerações sobre sua contribuição para o exercício da cidadania e quanto ao trabalho com esta disciplina nas séries iniciais do ensino fundamental. Diante dessa realidade, este trabalho busca empreender um estudo sobre o ensino de geografia nas séries iniciais do ensino fundamental, discutindo a abordagem do bairro e da cidade como conteúdos desse ensino e as orientações teórico-metodológicas que precisam direcioná-lo. A pesquisa consistiu em uma pesquisa-ação, efetuada em uma escola

da rede pública municipal de Goiânia, e se baseou em discussões realizadas em um grupo de estudos constituído por pesquisador, coordenação pedagógica e professora. O texto apresenta uma discussão do ensino de Geografia em uma perspectiva crítica, contextualizando sua realidade histórica e contemporânea. São discutidos importantes elementos desse ensino, tais como seus objetivos, conteúdos e metodologias, abordando ainda a questão da formação inicial e seu papel na qualificação do profissional docente para o exercício de seu trabalho.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Pesquisa-ação, Cidade.

221. SÁ, Gilberto Borges. *Os dilemas das licenciaturas no Curso de Ciências Sociais: um estudo de caso na UNIPLAC-Lages, SC*. Florianópolis, SC, 2000. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: SCHEIBE, Leda.

Esta investigação aprofunda o estudo dos dilemas que se apresentam para a formação de professores licenciados no ensino superior, tomando como objeto a licenciatura em Ciências Sociais, e como categoria mais ampla de análise, a relação entre formação e o trabalho. Para isso, inicialmente contextualiza-se a temática mais geral das licenciaturas e os tradicionais dilemas, no interior do debate encontrado na literatura educacional brasileira. Em um segundo momento, trata-se do histórico e dos atuais desafios enfrentados pelos cursos de Ciências Sociais no país, particularmente aqueles que se voltam para as licenciaturas. De um ângulo mais específico, realiza-se um estudo de caso do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Uniplac, Universidade situada na cidade de Lages, SC. Este curso forma professores para as séries iniciais do ensino fundamental e para o ensino médio, nas áreas de História, Geografia e Sociologia. A relação entre o currículo desenvolvido e a formação à qual se destina a maioria dos seus alunos é fraca, evidenciando-se desarticulação entre formação e trabalho.

Formação do Professor, Ensino Superior, Estudo de Caso, Licenciatura.

222. SANSOLO, Davis Gruber. *A importância do trabalho de campo no ensino de Geografia e para a educação ambiental*. São Paulo, SP, 1996. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: CAVALHEIRO, Felisberto.

O presente trabalho trata de uma pesquisa participante com professores do município de Osório, RS, sobre a importância do trabalho de campo no ensino de Geografia e para educação ambiental. Desenvolvemos um processo de construção de conhecimento sobre a realidade ambiental de Osório, em especial, sobre a reserva

biológica de Osório, numa perspectiva de unidades da paisagem. Como resultado, alcançamos um produto de educação ambiental para professores.

Educação Ambiental, Pesquisa-Ação, Educação Ambiental, Trabalho de Campo.

223. SANTANA FILHO, Manoel Martins de. *Encontros da cultura e do conhecimento na produção do pertencimento na escola – São Gonçalo, RJ*. Rio de Janeiro, RJ, 2000. (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora: LEITE, Siomara Borba.

Realizam-se aqui um olhar e o encontro entre o senso comum – entendido como saber pré-escolar – e o conhecimento científico mantido e reproduzido na escola. A reflexão desenvolvida neste trabalho situa-se no campo da produção do conhecimento e da educação. Desenvolve-se a partir do olhar sobre o encontro do senso comum e dos conhecimentos formais no ambiente da educação escolar. Sobre este encontro, debruça-se para analisar as diferenças e distâncias culturais entre os educandos e os conteúdos da educação escolar, com enfoque para o sentido que o mundo tem para os indivíduos a partir dos conhecimentos pré-escolares e que viabiliza suas identidades – ou mais do que isso, seu pertencimento –, discute-se as concepções de escola e de educação, além do conceito de cultura com sua multiplicidade de enfoques. Vale dizer, a escola é vista e interpretada como instituição da modernidade e da cultura erudita, e o processo educativo desenvolve-se no confronto com o pertencimento dos indivíduos em relação ao seu mundo social e cultural. Em meio a essa relação conflituosa, acrescentam-se as transformações e “perplexidades” que marcam as sociedades contemporâneas, com seus desafios, para a compreensão da multiplicidade cultural e para se fazer numa educação escolar questionada por tantas mudanças de utopias e paradigmas. As ideias da pós-modernidade são vistas, então, como um campo fértil para novas questões e respostas diante dessa tamanha carência de perspectivas, ainda que repletas de inconsistências.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Geografia Cultural.

224. SANTOS, Catarina Maria dos. *A cartografia no Ensino Fundamental: construindo a percepção do espaço, a partir da vivência do aluno*. Teresina – PI. 2001. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí. Orientador: ARAÚJO, José Luis Lopes.

Pretende-se, com esta dissertação, avaliar o processo de alfabetização cartográfica, implantado no Instituto Dom Barreto (IDB), de Teresina PI, na 4ª série do ensino fundamental, a partir de 1995, visando identificar até que ponto esse método vem

facilitando a compreensão dos conteúdos cartográficos e contribuindo para estimular nos educandos o interesse pela geografia, através de uma experiência de aprendizado que parte de sua vivência cotidiana. Para tanto, recorre-se às contribuições de teóricos como Piaget, Simielli, Le Sann, Paganelli, entre outros, capazes de fornecer ao professor um modelo de alfabetização cartográfica que possa servir de instrumento pedagógico, indispensável à apreensão de conceitos geográficos, relativos à construção e representação do espaço, a partir da vivência do aluno. Para a consecução desses objetivos, fez-se uma análise comparativa dos níveis de aprendizagem dos alunos da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e da 1ª série do ensino médio, ou seja, os alunos que estudaram a 4ª série no Instituto Dom Barreto e os que começaram a estudar nessa escola a partir da 5ª série. Chegou-se à conclusão que os estudos teórico-práticos de cartografia, quando ministrados de uma maneira sistematizada, confirmam a tese segundo a qual o ensino de geografia, mediante aplicação do método de alfabetização cartográfica, sugerido neste trabalho, certamente poderá concorrer para que o aluno obtenha, com mais eficácia, conhecimentos sobre o espaço geográfico e suas representações.

Representação Espacial, Ensino Fundamental e Médio, Estudo Comparativo-Correlacional, Cartografia.

225. SANTOS, Clézio dos. A cartografia temática no ensino médio de Geografia: a relevância da representação gráfica do relevo. São Paulo – SP. 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: MARTINELLI, Marcello.

A cartografia e a geografia estão diretamente presentes na sociedade na rotina diária e em setores específicos. A escola é um desses locais cuja presença desses conhecimentos é importante na tarefa de formar e informar nossos cidadãos. O ambiente escolar nos faz refletir enquanto pesquisadores o comprometimento social que temos, em trabalhar as diversas realidades presentes no cotidiano dos alunos. As seguintes indagações guiaram nosso trabalho: o despreparo em relação aos conhecimentos de representação gráfica e cartográfica tem origem na formação do profissional em Geografia? O desinteresse em relação à representação gráfica e cartográfica está preso à não-cobrança dos programas escolares no ensino médio? Quais os principais recursos didáticos utilizados pela geografia no ensino médio? Essas indagações, atreladas ao nosso objetivo – avaliar como a realidade relevo é representada graficamente e cartograficamente nos Livros Didáticos de geografia no ensino médio – conduziram em nossa pesquisa. Pretendemos, com ela, oferecer aos professores e alunos de geografia do ensino médio alternativas de trabalho da realidade relevo em sala de aula, por meio da representação gráfica e cartográfica. Nesse sentido, colaboramos para divulgar a

relevância da cartografia no processo de ensino-aprendizagem de geografia no ensino médio, ressaltando a necessidade da linguagem visual nesse período escolar.

Representação Espacial, Ensino Médio, Análise de Conteúdo, Cartografia, Recursos Didáticos.

226. SANTOS, Clézio. *O desenho da paisagem feito por alunos do ensino fundamental*. Campinas, SP, 2000. (Mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. Orientador: COMPIANI, Maurício.

Este trabalho enfatiza como os alunos desenham a paisagem urbana e os elementos que mais representam. Para tanto, parte-se do conceito de paisagem, sua evolução, principais correntes, adotando-se a paisagem cultural como base de entendimento no trabalho. Construiu-se um modelo de análise dos desenhos tendo como pilares dessa discussão o pós-fordismo, no âmbito escolar, procurando um aprofundamento conceitual e teórico do desenho na perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento do conhecimento. A seguinte questão norteou a pesquisa: quais os elementos que se destacam no desenho da paisagem urbana em escalas diferentes? Para responder essa questão, trabalhou-se com trinta alunos com idade entre 11 e 13 anos, regularmente matriculados da 5ª série do ensino fundamental no ano letivo de 1998, que realizaram um trabalho de campo nas proximidades da escola, onde respondiam às questões e faziam desenhos no Jardim Santana na Zona Nordeste de Campinas, SP. Para analisar os desenhos, construiu-se um instrumental composto de cinco itens, sendo estes: a) plano de representação, b) desenhos conceituais e/ou figurativos, c) escalas diferenciadas, d) títulos e e) expressões culturais. Dividimos a análise em duas partes iniciais: o desenho da primeira folha – 1A (desenhar a paisagem que a criança estava vendo) e o desenho da segunda folha – 2A (desenhar o perfil de solo e destacar os aspectos diferentes). A divisão se fez necessário ao nosso ver, por se tratar de duas escalas muito diferentes, entretanto a “diferença escalar” não significa que elementos iguais sejam representados de formas diferentes. Com este trabalho, discute-se o desenho como linguagem única e diferente da escrita, guardando elementos e características cognitivas ímpares na produção do conhecimento.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Percepção, Paisagem.

227. SANTOS, Geselita Corrêa dos. *A implementação do ensino de estudos sociais na rede estadual de Maceió-AL*. Niterói, RJ. 1982. (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Orientadora: LANKENAU, Teresinha.

Investiga-se o processo de implementação do ensino de Estudos Sociais entre os professores de 5ª a 8ª séries da rede estadual de Maceió, AL, em correlação com a formação desses professores e a sua capacidade para desenvolver programa integrado. A partir da aplicação de questionários e ficha de análise, conclui-se que um elevado percentual de professores de 5ª a 8ª séries não conhece o significado e os objetivos da disciplina para a escola de 1º grau; não participou de cursos de reciclagem após a Lei 5692/71 (que estabeleceu inovações nessa área) e não se sentem capazes de desenvolver um currículo integrado.

Estudos Sociais, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Estudos Sociais, Currículos e Programas.

228. SANTOS, Marcia Maria Duarte dos. *O sistema gráfico de signos e a construção de mapas temáticos por escolares*. Rio Claro, SP, 1990. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Orientadora: OLIVEIRA, Livia de.

O mapa é um instrumento comum na geografia, pois eles têm sido construídos para intervir nas etapas de coleta, análise e interpretação de dados de intervenção científica geográfica, representando um dos recursos didáticos mais usados em situações de ensino-aprendizagem no ensino de 1º e 2º graus. Em geral, as pesquisas realizadas concentram os estudos no desenvolvimento cognitivo, pré-operatório e operatório concreto. Assim, este trabalho objetiva a construção de mapas temáticos por alunos de 7ª e 8ª séries do 1º grau e 1ª e 2ª séries do 2º grau, no período do desenvolvimento denominado de operatório formal. O trabalho apoia-se na teoria do desenvolvimento de Piaget e na linguagem cartográfica de Bertin, designada de Sistema Gráfico de Signos. Aborda-se a atividade de mapeamento, denominado simbolização, enfocando-se a representação gráfica de um conhecimento, construído cognitivamente através de mensagens verbais e pré-mapas. Consideram-se também regras e aspectos semânticos e sintáticos de uma linguagem gráfica.

Representação, Ensino Fundamental e Médio, Relato de Experiência, Mapas Temáticos.

229. SANTOS, Wanda Pacheco dos. *Pensei que no Brasil só existia o sul e o norte... As noções de orientação e localização geográfica no ensino fundamental*. Paranavaí, PR, 1994. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Centro-Oeste. (Convênio com UNICAMP). Orientadora: ARAGÃO, Rosalia Maria Ribeiro de.

As noções de orientação e localização geográfica estão sendo trabalhadas de maneira a possibilitar a construção de noções e conceitos básicos sobre espaço? Partindo desta questão, estabeleci os meus objetivos procurando investigar como as noções de

orientação e localização geográfica estão sendo trabalhadas no ensino fundamental e repercutem nas práticas cotidianas vivenciais do aluno e, também, verificar se o ensino destas noções está auxiliando este aluno a adquirir efetivamente conceitos espaciais. Este trabalho foi delineado com base nas considerações “do que o aluno diz” sobre o ensino e a aprendizagem dos conteúdos escolares. Para isso, busquei obter uma variedade de dados, coletados em diferentes situações: observações, conversas informais, entrevistas individuais e coletivas e análise documental. Considerando suas histórias de vida e o conhecimento que os alunos têm e trazem para as aulas de geografia, verifiquei que suas ideias não são conhecidas e nem levadas em consideração pelos professores que continuam transmitindo uma geografia memorística, fragmentada e sem significado.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Orientação e Localização.

230. SCHEIBE, Leda. *Avaliação do curso de Estudos Sociais, licenciatura de 1º grau, UFSC, através da opinião de seus participantes*. Porto Alegre, RS, 1979. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: SALDANHA, Louremi.

O curso de Estudos Sociais, licenciatura de 1º grau, da Universidade Federal de Santa Catarina, foi avaliado através da coleta de opiniões de seus participantes, com vistas à detecção das causas de descontentamento verificado empiricamente e à obtenção de subsídios para tomada de decisões a respeito do curso. Nos resultados, as variáveis referentes ao contexto sócio-cultural, objetivos educacionais, organização do ensino, inter-relacionamento pessoal, procedimentos de ensino, implementação, acompanhamento e controle e resultados foram classificadas como pobres; características dos alunos e realimentação, como insuficientes; e desempenho dos professores, como satisfatórias.

Estudos Sociais, Ensino Superior, Estudo de Caso, Formação do Professor, Licenciatura.

231. SCHROTER, Louisa Carla Farina. *Dando nomes aos bois: uma proposta de inserção da geografia nas séries iniciais do 1º grau a partir do estudo do meio*. Florianópolis, SC, 1997. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadores: SCHEIBE, Leda.

Esta dissertação procura analisar o ensino de Geografia nas séries iniciais do 1º grau partindo do pressuposto de que o estudo do meio é uma metodologia que proporciona ao aluno uma compreensão ampla e crítica da sociedade e do espaço.

Para tanto, o trabalho abordou a dualidade Estudos Sociais x Geografia, privilegiando a reflexão acerca das especificidades da Geografia nas séries iniciais e a importância da formação do professor do ensino fundamental nessa área.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Estudo do Meio. Estudos Sociais.

232. SCHWERTZ, Cesar Antonio. *A pesquisa na prática educativa do professor e na consequente aprendizagem do aluno*. Blumenau, SC, 1995. (Mestrado em Educação) Universidade Regional de Blumenau. Orientador: BECKER, Lauro da Silva.

Este estudo procurou analisar a pesquisa na prática educativa do professor e na consequente aprendizagem do aluno, segundo a percepção de estudantes e professores dos cursos de licenciatura da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc – Campus de Joacaba-SC. Como sujeitos participantes do estudo, foram tomados todos os professores e formadores dos cursos de licenciaturas e todos os alunos das turmas finalistas dos cursos de Geografia, Ciências 1º grau e Pedagogia (séries iniciais) da Unoesc – Campus de Joacaba-SC – totalizando 32 professores e 72 alunos. O estudo foi desenvolvido segundo o modelo que pode ser testado e validado previamente. A interpretação dos dados foi realizada em função dos seguintes questionamentos: a) Qual a importância dada à pesquisa educacional nos cursos de licenciatura? b) Qual a relação entre pesquisa e ensino? c) Qual a importância da pesquisa na formação do educador? d) A pesquisa facilita o processo de aprendizagem do educando? e) A pesquisa é importante para a prática educativa do professor?

Prática Docente e Educativa, Ensino Superior, Estudo de Caso, Ensino-aprendizagem, Licenciatura.

233. SCORTEGAGNA, Adalberto. *Trabalhos de campo nas disciplinas de geologia introdutória: Cursos de Geografia no Estado do Paraná*. Curitiba, PR, Campinas, SP, 2001. (Mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. Orientador: NEGRÃO, Oscar Braz Mendonza.

A pesquisa busca analisar as atividades de campo na disciplina Geologia Introdutória nos cursos de Geografia no estado do Paraná. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com os professores responsáveis pela disciplina, nas instituições de ensino que mantêm o curso de Geografia no estado. A análise dos resultados possibilitou caracterizar a prática dos professores nas atividades de campo, desde a preparação até a execução, além de se constatar as diferentes visões de ensino dos diferentes profissionais que atuam nesta disciplina. Os depoimentos dos

professores foram examinados a partir de duas categorias de análise: as características das saídas de campo e as concepções sobre a disciplina de Geologia Introdutória. A análise demonstrou que não há diferenças significativas entre os professores no que diz respeito aos trabalhos realizados em campo, independentemente da formação, titulação e instituição onde atuam. As diversas alternativas de trabalhos de campo ainda estão distantes da prática da maioria dos professores, que optam por atividades voltadas ao reconhecimento no campo de conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Entretanto, revelaram-se duas concepções distintas quanto ao papel da disciplina no curso e os conteúdos que deve abranger: a visão do professor geólogo e a visão do professor geógrafo. Em que pese tais diferenças, as concepções de ambos os profissionais não são, de modo geral, compatíveis com as características e conteúdos dos trabalhos de campo que promoveram.

Prática Docente e Educativa, Ensino Superior, Análise de Conteúdo, Geociências, Geologia, Trabalho de Campo.

234. SENA, Carla Cristina Reinaldo Gimenes de. *O estudo do meio como instrumento de ensino de geografia: desvendando o Pico do Jaraguá para deficientes visuais*. São Paulo, SP, 2002. (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo. ALMEIDA, Regina Araújo de.

O trabalho discute a prática de estudo do meio, compreendida como atividade interdisciplinar e enriquecedora no ensino de geografia, e sua viabilidade com alunos deficientes visuais. Foi escolhido o Parque Estadual do Jaraguá como área a ser avaliada para a realização dessa prática, por ser de fácil acesso dentro da cidade de São Paulo e por apresentar características relacionadas a diversas temáticas possíveis de abordagem em um estudo do meio. Técnicas, materiais e novas tecnologias para a construção e reprodução de representações gráficas táteis são abordadas objetivando a acessibilidade desses materiais aos alunos deficientes visuais, podendo também ser utilizados dentro do desenvolvimento de um estudo do meio. A pesquisa comprovou que é possível a realização de atividades de campo, com alunos deficientes visuais desde que haja um conhecimento da área a ser estudada, a definição clara dos objetivos a serem alcançados e quais os procedimentos e matérias didáticos, mais adequados a realidade desse grupo de alunos.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Pesquisa-ação, Estudo do Meio, Cartografia tátil, Educação para necessidades Especiais (Visual).

235. SILVA, Ana Maria Radaelli da. *Dos Estudos Sociais da 4ª série à Geografia da 5ª série: polemizando sobre descontinuidades a partir da vivência de ensinar à vivência*

de ensinar a ensinar. Campinas, SP, 1999. (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: GOUVEIA. Mariley Simões Flória.

Este trabalho resulta de um olhar sobre a escola, referendado pela experiência nela, na escola, tomado na perspectiva da intervenção sobre a ela. Atendendo aos procedimentos de uma pesquisa qualitativa e às referências teóricas da educação e da geografia, foi interpretado o trabalho pedagógico dos professores com base nas informações que prestavam e nos seus posicionamentos, nas suas propostas de planejamento e atuação em sala de aula, que tomam uma dimensão de maior significância pela reação que provocam nos alunos, os sujeitos coadjuvantes da pesquisa, cujo objetivo precípua foi o de responder às seguintes perguntas: quais as características do trabalho pedagógico nos componentes curriculares de Estudos Sociais e/ou Geografia? E que fatores presentes neste trabalho evidenciam a ruptura no processo ensino-aprendizagem entre a 4ª e a 5ª série do ensino fundamental? Para responder a essas perguntas, foram consideradas as formas de organização do trabalho pedagógico, que é desenvolvido em cada uma das séries, a partir das intenções expressas em seus planejamentos, mas, especialmente, a partir dos aspectos observados no cotidiano das ações em sala de aula e que foram considerados no sentido de sua relevância para indicar os que se constituem em promotores da ruptura. Um aspecto presente neste trabalho é o da reflexão mediada pela memória, com o objetivo de demarcar os horizontes teóricos do trabalho, clarificando as concepções de educação e de geografia. Um cotejamento foi necessário para conceituar o trabalho pedagógico que se procurou caracterizar a partir da relação entre a categoria conhecimento (o saber do professor) e a categoria pedagógica (o fazer do professor), tendo como pano de fundo uma terceira categoria: a contextual (as intervenções e relações de poder no cotidiano do professor).

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Pesquisa-Ação.

236. SILVA, Antonio Carlos da. *As relações espaciais: um estudo analítico do ensino-aprendizagem na escola rural*. Fortaleza, CE, 2000. (Mestrado em Geografia). – Universidade Estadual do Ceará. Orientadores: LEITINHO, Meiricele Calíope.

O entendimento das relações espaciais é fundamental para a leitura das representações cartográficas e nos permite interpretar os fenômenos que ocorrem no espaço geográfico. Essas relações nem sempre são compreendidas pelas crianças no ensino fundamental e revelam-se nas dificuldades com atividades e ações envolvendo a localização, a orientação e a representação espacial. Essa referência é significativa por se considerar que, antes mesmo de entrar para a escola, a criança já tem desenvolvido algumas relações elementares estabelecidas a partir de suas interações no dia-a-dia. Nesse sentido objetivamos estudar as condições que favorecem ou interferem na

construção das relações espaciais no plano do ensino e da aprendizagem, analisar as orientações presentes nas propostas curriculares e visualizar novas hipóteses ou possibilidades para o entendimento das relações espaciais. Desse modo, a pesquisa está referenciada numa abordagem qualitativa, com base no estudo de caso etnográfico. A configuração do objeto pesquisado partiu de observações de sala de aula, reflexões e leituras realizadas sobre a temática, considerando-se os seguintes recursos: entrevistas e depoimentos da professora e dos alunos, fotografias, desenhos, atividades escritas, mapas mentais, análise de documentos e observações participantes. Os dados levantados revelaram que as situações de ensino têm se constituído numa prática de reprodução conteudística orientada pelo livro didático. No atendimento das relações espaciais é relevante a retomada dos pressupostos que definem a proposta curricular adotada e a reavaliação do livro didático utilizado, considerando as orientações dos Parâmetros Curriculares. A aprendizagem voltada para a alfabetização geográfica não é sistematizada nas aulas, embora seja reconhecida a sua importância na aprendizagem dos alunos. Os mapas mentais produzidos pelos alunos evidenciam os espaços vividos e o domínio das relações espaciais topológicas. A proposição dos mapas mentais deve ser considerada como ponto de partida para ampliação das relações espaciais. A representação dos lugares vividos e percebidos revelou a capacidade de representação, a visualização da organização espacial do lugar e a reflexão sobre a forma de organização apresentada. Essas habilidades expressadas estão em consonância com os conhecimentos produzidos pelos alunos através das brincadeiras e jogos realizados no dia-a-dia.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Escola Rural, Espaço Vivido.

237. SILVA, Carmen Aide Hermes. *Análise da prática docente: um estudo da dinâmica de modernização pedagógica*. Florianópolis, SC, 1989. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: SCHEIBE, Leda.

A preocupação fundamental deste estudo e a de buscar, na prática pedagógica, indícios de avanço do novo considerando-se este novo no sentido histórico-social. Partiu-se da consideração de que a escola exerce uma função mediadora entre o aluno e a sociedade, através da cultura que cabe a ela transmitir. Considerou-se também que, exercendo esta função, é possível a escola contribuir tanto para a adaptação do aluno à sociedade como para a formação do cidadão que luta e participa para a sua transformação. Preocupou-se entender, em primeiro lugar, a dinâmica da modernização pedagógica que ocorreu ao longo da história do colégio, entretanto, especificidades próprias em função do contexto em que a escola está inserida. Analisou-se nos depoimentos dos professores de História, Geografia e Português, que

trabalham com alunos de primeiro grau da mesma escola, a representação que eles fazem de sua própria prática pedagógica. Destacaram-se ao longo da análise aqueles elementos que se caracterizam como indícios de superação da dinâmica conservadora da modernização pedagógica constituindo-se, como afirmado antes, no novo avanço, considerados no sentido histórico-social.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Visão Histórico-social.

238. SILVA, Claudionir Borges da. *Cenário armado, objetos situados: o estudo da geografia na educação de surdos*. Porto Alegre, RS, 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: REGO, Nelson.

A pesquisa teve por objetivo apresentar atividades didáticas envolvendo a Língua Brasileira de Sinais, com o intuito de estabelecer uma relação de mútuo reforço entre o ensino de geografia e a utilização da leitura e escrita da língua portuguesa a partir da inclusão de alunos surdos em uma escola de Ensino de Jovens e Adultos. Na primeira parte da dissertação, trata-se do histórico das propostas pedagógicas para educação de surdos e os conflitos gerados pela disputa de saber e poder. Na segunda parte, apresenta-se a abordagem do espaço na perspectiva geográfica e pedagógica em busca de elementos que propiciem partir da potencialidade visual dos surdos e a espacialidade da língua de sinais como instrumentos do processo de ensino-aprendizagem. A terceira parte, resgata-se a reflexão sobre a educação de surdos e análise das atividades didáticas desenvolvidas.

Conteúdo-Método, Ensino de Jovens e Adultos, Estudo de Caso, Educação para Necessidades Especiais (Auditivas).

239. SILVA, Dora Martins Dias e. *Migrações internas no Brasil: da ficção à realidade – uma experiência de ensino*. Presidente Prudente, SP, 1994. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Orientador: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.

Este trabalho discute a necessidade de mudanças na metodologia do ensino de geografia nas escolas de ensino fundamental e médio, mediante apresentação de uma experiência de trabalho integrado entre as disciplinas de geografia, português e educação artística, desenvolvida com alunos da 6ª série do 1º grau, embasada na teoria sociointeracionista. Por meio dessa experiência, demonstra-se a eficácia do uso de livros paradidáticos, como ponto de partida para a discussão do tema migrações internas no Brasil, com ênfase para as migrações Nordeste-Sudeste. Procura-se, com isso, propor uma alternativa coadjuvante que se aproxima da arte, voltado para aqueles de famílias

mais favorecidas, desde que lhes sejam dadas as oportunidades necessárias, através do uso de uma metodologia adequada. Para isso, parte-se do princípio de educar, antes de tudo, comprometer-se com as classes menos favorecidas, evitando assim que a miséria (material, cultural e espiritual) se reproduza.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Migrações Internas no Brasil.

240. SILVA, Jailson de Souza. *A Geografia crítica do poder na/da escola*. Rio de Janeiro-RJ, 1991. (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: GARCIA, Pedro Benjamin.

Discute-se de que maneira esta disciplina pode contribuir para que mais sujeitos construam uma visão crítica do espaço social, tendo como referência formas metodológicas que permitam aos educandos uma perspectiva mais global do real. Esta apreensão deve gerar uma busca de transformação desta realidade na qual estamos inseridos, em um processo permanente de construção da *praxis*.

Conteúdo-Método, Análise de Conteúdos, Espaço Social.

241. SILVA, José Augusto da. *Recursos de apoio didático-pedagógico na educação ambiental*. Presidente Prudente, SP, 2001. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Orientadora: MENEGUETTE, Arlete Aparecida Correia.

Com esta pesquisa, procura-se compreender e verificar o uso, no cotidiano escolar, dos recursos de apoio didático-pedagógico na educação ambiental, fazer uma reflexão sobre a utilização deles e contribuir com a exemplificação de técnicas e conceitos para produção e adequação de recursos didáticos com vistas à abordagem do tema no ensino fundamental, médio e superior. Para alcançar tais objetivos, procurou-se, através de cursos, assessorias, oficinas pedagógicas e entrevistas, identificar os recursos de apoio didático que são utilizados nas escolas públicas do Pontal do Paranapanema, com abordagem da educação ambiental e sugerir, por meio de capacitação técnica, os recursos didáticos mais adequados para tal. Pode-se verificar, mediante as experiências o uso inadequado dos recursos didáticos para abordagem da educação ambiental e falta de uma orientação técnica permanente para capacitação dos professores. No desenvolvimento da pesquisa, foi possível fazer a capacitação de 310 professores e coordenadores pedagógicos, além de contribuir para a formação de 78 acadêmicos de cursos de Geografia. A educação ambiental no ensino formal das escolas públicas, precisa de um direcionamento objetivo e uma resposta política, para que verdadeiramente seja viabilizada adequadamente.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Médio e Superior, Relato de Experiência, Recursos Didáticos, Cartografia.

242. SILVA Lincoln Tavares. *Os Sentidos da Educação para com o Meio Ambiente para Professores de Geografia: olhares sobre a Questão Ambiental*. Petrópolis, RJ, 2002. (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Petrópolis. Orientadora: MADEIRA, Margot Campos.

O presente trabalho objetiva captar os sentidos atribuídos por professores de geografia que atuam no Estado do Rio de Janeiro ao que se convencionou chamar de educação ambiental (EA), com base na abordagem teórica das representações sociais de Serge Moscovici e Denise Jodelet. O objetivo deste estudo foi conhecer o que/como pensam os(as) professores(as) de Geografia, “a partir do seu lugar”, sobre a prática educativa ambiental, diante do princípio que caracteriza a representação como uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto. Entende-se que as práticas estabelecidas pelos docentes pesquisadores inserem-se em tempos-espacos não cristalizados, sujeitos às dinâmicas socioculturais que ora seguem, ora modificam, ora transgridem as regras estabelecidas por atores hegemônicos (Estado, mercado etc). Por meio de questionários, buscou-se aspectos aventados pelos professores relacionados aos processos constituintes de suas representações, ou seja, como as relações estabelecidas por eles, na articulação do ensino de geografia e educação ambiental, se constituem mediante processos de objetivação e ancoragem. Outro instrumento de campo que possibilitou captar mais profundamente as representações dos professores de Geografia foi a entrevista. Ela serviu para aprofundar e esclarecer as ações, discursos, possíveis contradições, propostas, valores, normas, entre outros aspectos mencionados pelos sujeitos. Houve uma gama de polarizações a respeito da educação ambiental, constituídas dentro e fora do ambiente escolar. Tais polarizações são resultantes possíveis das inserções diferenciadas dos sujeitos nas culturas e das práticas desenvolvidas por eles para cada um dos contextos vividos. Resultam de sínteses, retrocessos e avanços, compartilhados ou não, de uma novidade, no emaranhado dos espaços-tempos-relações.

Educação Ambiental, Análise de Conteúdo, Questão Ambiental, Representação Social, Professores.

243. SILVA, Míriam Aparecida Bueno da. *A Cartografia e o ensino de Geografia na escola fundamental: um estudo de caso*. Belo Horizonte, MG, 1998. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadores: LE SANN, Janine Gisele.

A crise no ensino brasileiro, seja ele público ou privado, em especial nas séries iniciais do ensino fundamental, tem sido motivo de preocupação de muitos educadores. A literatura a respeito do tema é vasta e, na maioria das vezes, rica, porém, marcadamente teórica. Entretanto, trabalhos mais recentes, têm acrescentado, à teoria, a riqueza da prática. Assim, esta pesquisa, partindo da prática e a ela retorna, propondo uma metodologia para a prática docente em geografia, nas 3^o e 4^o séries do ensino fundamental. Entrevistas, observações, análises de planos de aula e de anotações de alunos, treinamentos e orientações embasam uma pesquisa qualitativa cuja característica essencial é envolver todo o universo humano pesquisado. O produto resultante compõe um material didático alternativo e complementar que, fundamentado na dimensão formadora da cartografia, certamente, contribuirá para a melhoria da prática docente dos professores de geografia.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Cartografia, Recursos Didáticos.

244. SILVA, Reinaldo Antonio da. *A Geografia-crítica e a sala de aula – 1978: um ponto de inflexão?* Niterói-RJ, 1994. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense. Orientadora: LINHARES, Célia Frazao Soares.

O que se denomina hoje de Geografia Crítica no Brasil – uma corrente de pensamento dentro dessa ciência escolar que e a Geografia – é um amplo campo no qual os marxistas se expressam, cuja penetração hoje ocorre desde a escola de 1^o grau, da 5^a a 8^o séries. No Encontro Nacional dos Geógrafos ocorrido em 1978, procurou-se nele perceber a emergência do confronto entre esta geografia e a velha geografia, em que destacam questões em torno de rupturas e mudanças por dentro desta ciência e da prática pedagógica com ela relacionada. Assim, apresentam-se um trabalho de campo em duas redes municipais de ensino: a de Angra dos Reis, RJ e a de Niterói, RJ, por meio de participação no trabalho escolar dos professores, em reuniões, aulas e entrevistas, para identificação das concepções teóricas que atravessam suas práticas escolares.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo.

245. SILVA, Rita Elizabeth Durso Pereira da. *O espaço da cidadania na aula de geografia: uma questão de mudança do discurso?* Belo Horizonte, MG, 1993. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: CURY, Carlos Roberto Jamil.

Trata-se de pesquisa, no discurso da prática, o ponto de partida para avaliar as possibilidades de mudança efetiva dos professores na sala de aula, mudança essa proposta a partir da década de 1980. Cobrem-se algumas lacunas da formação de professores de geografia, no Brasil, pesquisando a história da produção do conhecimento geográfico e do ensino de geografia. Conclui-se que o espaço da cidadania na aula de geografia precisa ser construído numa interlocução que depende da diminuição da distância entre os centros de produção e os de distribuição e consumo do conhecimento geográfico. É, portanto, um trabalho voltado para a formação de professores.

Formação de Professores, Ensino Superior, Análise de Conteúdo, Cidadania.

246. 246-SIMÕES, João Elson Ribas. *A individualização do ensino através de fichas didáticas como fator de melhoria do rendimento dos alunos do presídio regional de Santa Maria, RS em geografia*. Santa Maria, RS, 1985. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Orientador: CORREA, Ayrton Dutra.

Este estudo visou analisar os resultados da aplicação da técnica de fichas didáticas no ensino de Geografia a detentos, com a finalidade de testar o rendimento dos destes. Participaram do estudo 12 presidiários reclusos no Presídio Regional de Santa Maria, RS, que frequentaram as aulas intermediárias a alfabetização e ao ensino supletivo de 5ª. série. A idade média da população-alvo foi de 24 anos. Os instrumentos de coleta de dados foram em teste de conhecimento em Geografia e uma ficha de acompanhamento diário. O material instrucional utilizado constou de uma bateria de 17 conjuntos de fichas didáticas cujo conteúdo relacionou-se a relevo brasileiro. Pela análise dos resultados, verificou-se a perfeita adequação da técnica aplicada e o rendimento dos alunos-detentos alcançou um nível satisfatório, atingindo a media correspondente ao conceito “muito bom” para o grupo. Os dados foram tratados pelo teste qui-quadrado, correlação de Spearmann, média aritmética, mediana, desvio-padrão e coeficiente de variação. Correlacionaram-se idade e nível de criminalidade com o rendimento, ficando estabelecido que estas duas variáveis não interferiram no rendimento dos sujeitos.

Características dos Alunos, Ensino Supletivo, Pesquisa Experimental, Rendimento Escolar.

247. SOBARZO, Liz Cristiane Dias. *Educação Ambiental, lugar e imaginário social: um repensar para o ensino da geografia*. Presidente Prudente, SP, 2003. (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Orientador: LEAL, Antonio Cezar.

A dissertação apresentada teve como objetivo construir, executar e avaliar uma prática pedagógica para o ensino de geografia a partir da educação ambiental presentes nos meio urbano e rural. A pesquisa foi realizada com os alunos do 2º ciclo do ensino fundamental de duas escolas: a primeira, Colégio Cotiguara, particular, localizada na cidade de Presidente Prudente, SP, e a segunda, a Escola Estadual José Nunes dos Santos, do distrito de Guachos, município de Martinópolis, SP, localidade voltada predominantemente as atividades agrícolas. A escolha dessas escolas teve como objetivo possibilitar a construção conjunta, com os alunos, de um conhecimento acerca das relações socioambientais presentes em áreas urbanas e rurais, uma vez que o conteúdo utilizado foi o proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia para este ciclo de ensino – meio ambiente, urbano e rural. Procurou-se, no ensino de Geografia, desenvolver uma prática pedagógica que parta da visão de mundo do aluno e, no trabalho com diferentes segmentos sociais, sensibilizá-lo sobre a importância do trato com o meio ambiente, a fim de torná-lo sujeito consciente de seu papel no mundo.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo-Correlacional, Lugar, Imaginário.

248. SOBREIRA, Paulo Henrique Azevedo. *Astronomia no ensino de geografia: análise crítica nos livros didáticos de Geografia*. São Paulo, SP. 2002. (Mestrado em Geografia) –Universidade de São Paulo. Orientadora: SIMIELLI, Maria Elena Ramos.

Trata-se de pesquisa que trata dos temas de astronomia que constam nos livros didáticos de geografia. Nos últimos anos, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu critérios para a análise de livros didáticos, visando melhorar a qualidade dessas obras. Foram analisados exclusivamente, os temas de astronomia nos livros didáticos de geografia da 5ª série recomendados pelo MEC, no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 1999), e constatou-se grande quantidade de erros conceituais nos textos e nas ilustrações. Verificou-se que os autores de obras didáticas de geografia têm dado considerável atenção à astronomia, assim como os Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental para a Geografia do Terceiro Ciclo. As obras foram submetidas aos critérios classificatórios do MEC, os quais permitiram o exame da qualidade desses livros quanto aos aspectos tipográficos, metodológicos, específicos de conteúdos e gerais deles e dos manuais dos professores. Os temas selecionados e avaliados estão na interface dos estudos geográficos e astronômicos, que pode ser denominada por cosmografia, a saber: a orientação geográfica, as estações do ano, os movimentos da Terra e as marés. Os erros das obras analisadas foram apontados e corrigidos. Propôs-se que os estudos cosmográficos veiculados pelos livros didáticos empreguem termos e ilustrações corretos e adequados. São apresentadas também propostas para a

confeção de modelos tridimensionais e a realização de atividades práticas, para cada um dos temas, adequadas ao nível cognitivo do Terceiro Ciclo.

Livro Didático, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Astronomia.

249. SONA, Silvana de Campos. *Análises e propostas à formação do geógrafo no Curso de Licenciatura Plena em Geografia/CUR/UFMT, a partir das especificidades do lugar e da região*. (Rondonópolis, MT). Uberlândia, MG, 2001. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: SANTOS, Rosselvelt José.

A pesquisa analisa a importância das atividades curriculares como norteadores do ensino, em especial de questões socioambientais, no curso de Licenciatura Plena de Geografia campus Avançado da Universidade Federal de Mato Grosso em Rondonópolis, MT. Avalia se os objetivos curriculares do curso estão direcionados para promover uma educação que considere as necessidades sociais do local e da região onde está inserido. Também identifica e analisa a função social do curso na formação de cidadãos conscientes dos processos que envolvem as transformações socioambientais de sua comunidade e região.

Currículos e Programas, Ensino Superior, Estudo de Caso, Formação Profissional.

250. SOUZA, Izolda Falcão de Azevedo. *A construção crítica do conhecimento e a mediação do professor*. Salvador, BA, 1990. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Orientador: Não consta.

Trata-se de um estudo de caso que aborda a prática docente e a construção crítica do conhecimento em escola do sistema público de ensino (Colégio Governador Lomanto Junior – Bairro Itapoã, Salvador, BA). Foram escolhidas três disciplinas (Comunicação e Expressão, História e Geografia), áreas de conhecimento consideradas como potencialmente favoráveis à construção crítica. O estudo analisou qualitativamente falas de professores (3) das disciplinas citadas. Os dados obtidos revelaram que apenas o professor de comunicação e expressão valoriza, e embora não deliberadamente, desenvolve de modo parcial, ações capazes de levar à apropriação crítica do conhecimento pelos alunos, não trabalhando neste sentido. A professora de História revela domínio do conceito de crítica mas considera seus alunos incapazes de realizar as operações mentais que a esta poderiam conduzir. Portanto, sua mediação não tem esse direcionamento.

Prática Educativa e Docente, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Construção do Conhecimento.

251. SOUZA, José Gilberto. *Cartografia e formação docente*. Presidente Prudente, SP, 1994 (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Orientador: SPOSITO, Eliseu Savorio.

A pesquisa discute os problemas relativos à formação de professores em geografia na área de cartografia, do ponto de vista técnico-pedagógico e do compromisso político. A partir de uma discussão sobre a cartografia e o movimento de renovação geográfica no Brasil, procura-se avaliar a qualidade de domínio conceptual cartográfico dos professores de geografia das escolas-padrão da Delegacia de Ensino de Presidente Prudente, SP, resgatando-se a importância da cartografia no ensino de 1º e 2º graus.

Formação de Professores, Ensino Fundamental, Médio e Superior, Análise de Conteúdos, Cartografia.

252. SOUZA, Nadier Silva de. *Proposta de conteúdo programático para geografia de 5ª à 8ª séries do 1º grau*. Rio Claro, SP, 1988. (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Orientador: OLIVEIRA, Livia de.

A dissertação preocupa-se com o como e o que ensinar em geografia. Desenvolve conteúdos para o ensino de geografia da 5ª a 8ª séries do 1º grau, em sala de aula. O trabalho está embasado na teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget, ressaltando os critérios de interação, continuidade e sequência. A experiência foi realizada no Colégio Regina Múndi em Maringá, PR, com vistas à obtenção, por parte do aluno, a obter um conhecimento da ampliação do horizonte geográfico, conduzindo-o ao desenvolvimento da capacidade de observação, de descrição, de análise e de crítica. Na 5ª série, aborda-se Maringá – cidade e município; na 6ª série: Paraná: o norte e o Estado; na 7ª série: Região Sul e o Brasil; na 8ª série: Brasil no mundo atual. A pesquisa foi realizada com duas classes, a do turno matutino e experimental, e do vespertino, a classe de controle, seguindo da 5ª até a 8ª série no período de quatro anos.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental, Pesquisa Experimental, Espaço Geográfico.

253. SOUZA, Neila Nunes de. *Mercosul – integração Brasil e Uruguai: uma análise comparativa dos currículos de História e Geografia do ensino fundamental*. Brasília,

DF, 2000. (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília. Orientadora: CAPANEMA, Clélia de Freitas.

O trabalho pretende despertar interesse acerca do Mercosul, com o objetivo de conhecer se o Protocolo de Integração Educativa está sendo cumprido no que se refere aos Currículos de História e de Geografia no Brasil e no Uruguai. O estudo foi direcionado para quatro escolas, sendo duas do Brasil – em Brasília e duas no Uruguai – Montevidéu, com um universo de oito professores (três de Brasília, cinco de Montevidéu) e de cinquenta e oito alunos em Brasília e sessenta e um em Montevidéu, divididos em quatro turmas. A metodologia empregada para análise da massa de dados foi descritiva e indutiva. O trabalho foi estruturado em cinco capítulos. O primeiro apresenta um histórico da educação mundial, um olhar na América do Sul e a História do Brasil e Uruguai com o fim de comparar as diferentes e comuns histórias dos dois países; o segundo traz a justificativa e os objetivos; o terceiro tem como título “A Globalização e os caminhos para a integração”, mostrando o processo de integração, na América Latina, os Antecedentes do Mercosul, os temas de integração, as línguas portuguesa e espanhola e o currículo. Procedeu-se, no quarto capítulo, ao exame do Protocolo de Integração Educativa – a História e a Geografia no Mercosul. Verificou-se que nas escolas de Brasília e Montevidéu não ocorrem mudanças significativas após a assinatura do referido Acordo; não houve aumento de interesse pela cultura de seus países vizinhos; os alunos de Brasília sabem muito pouco da história, da geografia, da cultura e da língua do Uruguai e que, em contrapartida, os alunos do Uruguai têm mais conhecimento da história, cultura e língua do Brasil. O quinto e último capítulos resumem as conclusões, partindo das hipóteses do estudo e tecem comentários acerca de sugestões, com o fim de que os professores sejam mais bem formados e informados para repensarem o ensino da História e da Geografia – áreas de conhecimento imprescindíveis à educação.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental, Estudo Comparativo-Correlacional, Interação Internacional, Mercosul.

254. SOUZA Sônia Magali Alves de. *A prática pedagógica do professor de geografia no ensino dos conteúdos cartográficos*. Recife, PE, 2002. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: BATISTA NETO, Jose.

O tema da presente pesquisa é a prática pedagógica do professor de geografia no ensino de cartografia na 5ª série do ensino fundamental. A cartografia é um meio de transmissão de informações objetivando a análise das relações que ocorrem no espaço geográfico. A análise dessa prática pedagógica baseou-se em seus elementos constituintes como: objetivos de ensino dos conteúdos cartográficos, conteúdos cartográficos ensinados, desenvolvimento metodológico (tratamento dos conhecimentos

prévios dos alunos, relação entre os conteúdos ensinados e as experiências sociais dos alunos no cotidiano, atividades de ensino dos conteúdos cartográficos), tempo pedagógico consumido, avaliação da aprendizagem e reinsino. Esses elementos foram selecionados a partir de uma abordagem metodológica qualitativa utilizando como instrumentos a entrevista semi-estruturada com professores de Geografia, a observação das aulas referentes aos conteúdos cartográficos e o jornal de campo. Os dados coletados nas observações e nas entrevistas da prática pedagógica nos levaram a propor modelos de ensino-aprendizagem. Esses modelos são identificados na prática de ensino, e são assim denominados: “ensino-aprendizagem reprodutivo”, “espontaneísmo didático” e “esboço do ensino-aprendizagem significativo”. O tipo de prática denominada de “ensino-aprendizagem reprodutivo” tem como principal característica a aprendizagem memorística, em que os materiais de aprendizagem são ordenados exclusivamente de acordo com a lógica da disciplina, mediante a indução e o reforço de uma atividade de repasse verbal, esperando-se sua correta reprodução. No tipo “espontaneísmo didático”, o processo de ensino-aprendizagem caracteriza-se também num modelo memorístico, mas esquecendo da estrutura da disciplina, favorecendo o espontaneísmo na aprendizagem do aluno. No tipo de prática apresentada como “esboço do ensino-aprendizagem significativo”, encontra-se uma combinação da aprendizagem memorística com a aprendizagem significativa, onde em determinados momentos observamos a utilização de metodologias que relacionavam aprendizagens com as experiências, com os fatos e com os objetos do real, ou seja, relacionavam os conhecimentos novos com as aprendizagens anteriores, e em outros momentos as metodologias geravam nos alunos uma orientação passiva tornando os esforços posteriores mais difíceis de orientá-los para a compreensão.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Cartografia.

255. SOUZA, Vanilton Camilo de. *A construção do saber docente pelo professor leigo de Geografia*. Belo Horizonte, MG, 1999. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora: SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão.

O presente trabalho tem como objetivo a descrição e análise das estratégias utilizadas pelos professores leigos de geografia na construção de seu conhecimento referente ao ensino da disciplina. O foco da pesquisa centra-se na prática docente de quatro professores de 5^a a 8^a séries e a observação, a análise de documentos e a entrevista constituíram a metodologia utilizada na pesquisa. O trabalho mostra a necessidade de investigação da prática de professores como aspecto importante na formação de docentes, destacando os processos constitutivos do saber desses profissionais. Procuram-se identificar as estratégias mais utilizadas pelos professores na construção de seu saber e a influência da trajetória escolar na construção do

conhecimento para o exercício de sua profissão. Além disso, investiga-se o tipo de relações que contribuíram na construção de seus saberes profissionais, bem como a concepção de geografia e de professor desta disciplina presentes em sua prática na sala de aula. As análises evidenciaram a complexidade do processo de construção de conhecimento nos professores investigados, com referência à forte influência de representações do senso comum e do saber da experiência, como elementos marcantes na prática desses professores. Evidencia também a necessidade de novas investigações na prática docente de professores de geografia, como forma de subsidiar projetos de formação de professores desta disciplina, bem como para implementação de políticas de formação inicial para o grande número de professores leigos existentes no país, a fim de que seja possibilitada a superação dos desafios inerentes ao desenvolvimento de todo processo educacional.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Professor Leigo.

256. STRAFORINI, Rafael. *Ensinar Geografia nas Séries Iniciais: O Desafio da Totalidade-Mundo*. Campinas, SP, 2001. (Mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. Orientador: PEREZ FILHO, Archimedes.

Este trabalho teve por objetivo discutir o ensino de geografia para as primeiras séries só ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) no que se refere ao entendimento do espaço geográficos enquanto totalidade-mundo, uma vez que o atual período de globalização as escassas não se apresentam dispostos linear e independentemente, assim: a casa, a rua, o quarteirão, o bairro, a cidade, o estado, o país, o continente e por fim o mundo. Foram aplicadas várias atividades de ensino apoiadas na metodologia da pesquisa-ação e fundamentadas nas teorias da educação (sociointeracionismo) e geográfica (geografia crítica). Nas séries iniciais o ponto de partida deve ser sempre o imediato concreto ou lugar, mas este entendido como o ponto de encontro de lógicas locais globais, longínquas e próximas. A partir das atividades de ensino as crianças puderam compreender que o lugar que moram ultrapassa suas explicações egocêntrica, estabelecendo, assim, relações com outras escalas e tempos.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Pesquisa-ação, Geografia Crítica, Sociointeracionismo.

257. TAUSCHECK Neusa Maria. *Quando é preciso mudar o saber: um (re)fazer da metodologia do ensino de Geografia no estado do Paraná*. Curitiba, PR, 2000. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Orientadora: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos.

O estudo sobre a especificidade da disciplina de Metodologia do Ensino de Geografia, nos Cursos para Formação de Professores, no Estado do Paraná, no período de 1979 a 1996, revela como os saberes a serem ensinados nesta disciplina foram definidos em dois contextos de mudança. O primeiro contexto refere-se à implantação da Lei 5.692/71, e o segundo está relacionado ao “movimento” em defesa da escola democrática. No contexto da Lei 5.692/71, os saberes a serem ensinados por meio da Metodologia de Conteúdos Específicos estão associados à disciplina de Didática Especial de Integração Social. Esta disciplina caracterizou-se por integrar saberes das ciências sociais, especialmente de história, geografia e OSPB. Já no segundo contexto, destacam-se mudanças nos saberes a serem ensinados, nas quais a escola passa a ser pensada como instituição social que tem como princípio norteador o conhecimento científico produzido e acumulado pelo homem. Este princípio deveria visar à crítica e “transformação da sociedade”. A constituição da Metodologia do Ensino de Geografia, como disciplina específica neste contexto, vem ao encontro dos debates sobre a finalidade e a identidade da geografia e seu ensino. Os elementos instituidores de saberes e práticas escolares nestes contextos foram: as diretrizes curriculares; propostas pedagógicas; pareceres e manuais de metodologia do ensino. Tais elementos demonstraram como a Metodologia de Conteúdos Específicos tratou os saberes a serem ensinados das ciências sociais, em específico da Geografia nas séries iniciais. Os aspectos teóricos da transposição didática (Chevallard, 1991) foram norteadores das análises feitas sobre as documentações oficiais e os manuais de metodologia do ensino.

Formação do Professor, Ensino Médio, Análise de Conteúdo, Saberes Escolares.

258. TEDESCO, Ermerita Luiza Sandoval. *Representação do espaço em crianças, jovens e adultos: um estudo de caso Cáceres, MT. Cuiabá, MT, 2000.* (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Orientador: RODRÍGUEZ, José Adolfo.

A presente pesquisa teve como objetivo geral o registro da percepção do espaço cotidiano das crianças, jovens e adultos do município de Cáceres, MT. O trabalho pedagógico foi desenvolvido com as crianças da Escola de Aplicação Lázara Falqueiro de Aquino da Unemat, Escola Estadual Senador Mário Motta, e com jovens e adultos do II semestre do curso de Geografia da Unemat. A partir dos desenhos confeccionados pelas crianças, jovens e adultos, do caminho percorrido da escola até a sua casa, identificam-se quatro tipos de percepções, que forma relacionadas com quatro tipos de descrição, oral escrita. Coletados os dados, a análise realizada, teve como suporte a linha teórica de Tuan. O resultado obtido confirma a hipótese, levantada pelos professores da rede pública, de que os jovens e adultos têm uma representação do espaço cotidiano nos mesmos níveis de percepção que as crianças. Observou-se, também, que o sexo não se constitui em uma variável a ser considerada nesta pesquisa. Propõe-se uma reflexão

no sentido de pensar a escola como uma instituição inserida numa comunidade social e cultural, portanto sujeita a todos os seus condicionantes, estendendo esta reflexão ao ensino e de como se processa a aprendizagem na atualidade.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Médio e Superior, Análise de Conteúdo, Percepção.

259. TOMASI, Dinara Bortoli. *As Vertentes da Educação Ambiental: a ocupação de São Luiz Gonzaga, RS, a preservação dos banhados e dos recursos hídricos*. Ijuí, RS, 2002. (Mestrado em Educação em Ciências). Universidade de Ijuí. Orientadora: ARAUJO, Maria Cristina Pansera de.

A água é um recurso natural de valor inestimável, fundamental para a sobrevivência das diferentes espécies de seres vivos. O ser humano ao longo do tempo tem se estabelecido próximo aos cursos dos rios com a intenção primeira de suprir suas necessidades biológicas, bem como de seus rebanhos (além de explorar as planícies para a agricultura). Em muitas regiões, em especial no município de São Luiz Gonzaga, RS, onde foi realizada esta pesquisa, os rios têm suas nascentes em banhados, os quais estão ameaçados de extinção. A presente dissertação abordou a problemática referente à necessidade de preservação dos banhados, acompanhada de uma educação ambiental significativa. Para isso se tornar possível, busca-se entender as transformações da paisagem, das edificações, as relações estabelecidas entre sociedade humana e natureza, ao longo de ocupação de São Luiz Gonzaga, RS, e a sua repercussão hoje, bem como a influência das interações sócio-histórico-culturais, no estabelecimento de uma política de ecodesenvolvimento e de preservação desses ecossistemas. Para tanto, foram analisadas as descrições da paisagem da região das Missões, feitas por alguns pesquisadores e entrevistadas doze pessoas formadoras de opinião desse município, a fim de conhecer a sua atual percepção sobre as questões da água (disponibilidade, potabilidade e a necessidade de preservação) e da educação ambiental. Alguns dos entrevistados conhecem o percurso do arroio Ximbocuzinho (uma das principais fontes de água do referido município), mas 50% deles desconhecem a localização das nascentes desse rio, o que pode justificar as dificuldades encontradas em preservá-las. Ao sugerirem ações para promover a preservação das nascentes, os entrevistados foram unânimes em destacar a necessidade de implementar a educação ambiental nas escolas e na comunidade em geral, bem como salientam a urgência de “conscientização” a partir das crianças.

Educação Ambiental, Estudo de Caso, Recursos Hídricos, Água.

260. TOMITA, Luzia Mitiko Saito. *Paisagem e ensino: estudo geográfico aplicado à bacia hidrográfica do rio Apucarantina-PR*. São Paulo, SP, 1995. (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientadora: SIMIELLI, Maria Elena Ramos.

Este trabalho teve como enfoque principal a relação homem-meio, ou seja, as vinculações entre a sociedade e a natureza, considerando-se o estudo da organização do espaço. A área estudada foi a bacia do rio Apucarantina no município de Londrina, PR. O objetivo foi levantar dados físico-naturais e a análise da dinâmica da bacia. O estudo foi articulado ao ensino de geografia no 3º grau na Universidade Estadual de Londrina (UEL), visando o emprego didáticos de recursos gráficos. No inventário forma levantados os dados físicos e humanos para o entendimento dos processo que levaram a alterar a paisagem local e regional. Após a confecção das cartas temáticas, foram eleitas três áreas de estudos para a elaboração de um quadro comparativo e análise posterior: 1. as disposições naturais e processo de sua ocupação; 2. o conhecimento da clientela do 3º grau e área do município; 3. o potencial de leitura gráfica dos alunos com possibilidades de aplicação no ensino. A abordagem da bacia hidrográfica foi referência para a análise de técnica cartográfica aplicada ao ensino e na compreensão da organização da área estudada.

Representação Espacial, Ensino Superior, Estudo Comparativo-Correlacional, Cartografia, Bacias Hidrográficas.

261. TONINI, Ivaine Maria. *Ciência geográfica e o ensino de geografia: qual a relação?* Porto Alegre-RS, 1993. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientadora: ABRAHAO, Maria Helena Menna Barreto.

Tenta-se compreender a natureza da articulação entre o ensino de geografia em escolas de 1º e 2º graus e a ciência geográfica, a partir da análise das diferentes concepções de geografia subjacentes ao ensino dessa disciplina, de forma a desvendar suas determinações históricas, mostrando a quem ela é útil. O material foi estruturado em três grandes divisões: características gerais do professor, a articulação dos discursos dos professores de Geografia com a ciência geográfica e o pensamento e a prática desses professores. A realidade que surge é a de que a maioria dos professores apresenta uma vinculado fortemente atrelada ao pensamento epistemológico da geografia tradicional, decorrendo com isto a inculcação nos alunos de um saber pronto e acabado. Conseqüentemente, o ensino da Geografia encontra-se dissociado da prática de vida.

História da Geografia Escolar, Ensino Fundamental e Médio, Análise de Conteúdo, Natureza.

262. TORRES, Eloiza Cristiane. *Educação ambiental: da contextualização à aplicabilidade na pré-escola*. Iepê, MS. Presidente Prudente, SP, 2000. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Orientador: PASSOS, Messias Modesto dos.

Através da experiência com as atividades desenvolvidas pelo grupo de educação ambiental da Unesp e Centro de Ciências e na pesquisa de monografia em Geografia, Atividades em Educação Ambiental na Cidade da Crianças em Presidente Prudente, SP, pode-se perceber a carência das escolas no que diz respeito ao acesso a materiais didáticos em educação ambiental. Isto gera uma visão equivocada das práticas, pois os professores acabam optando por modelos prontos e estabelecidos, tendo por base uma realidade distanciada daquela em que seus alunos estão inseridos. O ensino e aprendizagem em educação ambiental devem ocorrer através de uma prática pautada no local, interagindo, a partir desta, com outros espaços. Esta pesquisa visa transmitir tal perspectiva de trabalho para professores de pré-escola e refletir sobre sua contextualização, é que esta pesquisa constitui-se, tendo como ponto de partida para as atividades a produção de material didático para a Cidade da Criança em Presidente Prudente, SP, sendo que a metodologia aplicada para tal produção foi explorada com professores da pré-escola da rede pública de ensino. Estes professores, a partir da participação em curso de capacitação, desenvolveram um plano de atividades em educação ambiental, pesquisando suas experiências e vivência nas escolas, cujos trabalhos eram acompanhados e orientados para uma prática multi e interdisciplinar, como resultados desta pesquisa, espera-se ter contribuir para a reflexão conceitual e produção de materiais didáticos nos trabalhos de educação ambiental na pré-escola.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental (Pré-escolar), Pesquisa-ação, Recursos Didáticos.

263. TURRA, Juleusa Maria Theodoro. *Água pra que te quero*. Anotações sobre o ensino de geografia, a água e o meio ambiente em Campinas, SP. São Paulo-SP, 1994. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: VESENTINI, Jose William.

O processo de ensino-aprendizagem tem sido compreendido como indissociável da experiência vivencial dos alunos, principalmente no primeiro grau. A atenção a esta experiência que se da em um espaço-ambiente ao mesmo tempo em que o constrói, dirige-nos a repensar a importância dos estudos de base local na geografia. No interior dessa diretriz, realizamos um trabalho que procura avaliar o atual estágio do ensino no que diz respeito à água no meio ambiente urbano. Tomando como base à situação de Campinas, SP, cidade localizada na área das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba e Capivari, avaliamos o significado dos problemas, para caracterizar o contexto em que o problema de pesquisa tem sua origem e traçar um quadro no ensino de geografia no que diz respeito as questões do meio a ambiente e o ambiente urbano. Ampliamos as

informações sobre as questões relacionadas a água, introduzindo a dimensão política e resgatando aspectos da história de Campinas, para verificar as potencialidades do estudo de base local.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdos, Meio Ambiente Urbano.

264. ULLER Adriana Salviato. *A formação prática dos professores de Geografia egressos da UEPG: problemas e perspectivas*. Ponta Grossa, PR, 2002. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Orientadora: LUPRORINI, Teresa Jussara.

Esse trabalho de pesquisa, teve como objetivo analisar o que se passa no período de formação de professores de geografia, em especial na UEPG, de modo a diagnosticar os principais problemas que afetam seus trabalhos em sala de aula, numa intenção de abordar a problemática do distanciamento entre o que se aprende no curso de Licenciatura em Geografia e o que se ensina nesta disciplina na escola. Para tanto, desenvolvemos como metodologia um estudo exploratório descritivo, ou seja, uma pesquisa de caráter qualitativo, com enfoque histórico e dialético, se reportando às tendências pedagógico-educacionais, às diversas concepções de currículo e às últimas políticas educacionais brasileiras (entendendo, aqui, política apenas no aspecto legal). Para atrelar essa abordagem ao momento atual, apresentamos também as discussões sobre as competências do professor e os saberes necessários ao século XXI. As análises efetuadas tanto no campo da Educação como no campo da Geografia permitiram observar e discutir sobre a formação e prática dos professores egressos da UEPG neste período (entre 1996 e 2000), que foi marco de muitas mudanças para a escola, como a instauração da nova LDB e dos PCNs no ensino fundamental e médio. Isso possibilitou fazer uma correlação entre a formação desses professores e as dificuldades encontradas em suas práticas. Consideramos no final da pesquisa que existem problemas no período de formação referente à sobreposição de conteúdos e desvinculação entre conhecimentos técnicos e pedagógicos. No entanto, uma de nossas preocupações, que era a de como mobilizar os demais professores do curso para atender essas deficiências, já se transformara numa boa perspectiva, pois, no interior do curso, estão sendo fomentadas grandes discussões para promover a reformulação curricular visando superar tais conflitos. Temos a consciência, no entanto, de que isto é apenas um primeiro passo para pensar em mudanças.

Formação de Professores, Ensino Superior, Estudo de Caso, Licenciatura.

265. VARANI, Adriana. Um olhar sobre a (complexidade da) aula: componentes do trabalho pedagógico a partir da análise de uma professora sobre sua própria prática. Campinas-

SP, 1998. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: FREITAS, Helena Costa Lopes de.

Através da análise de minha atuação no curso de formação de professores, projeto Cefam, na disciplina de Conteúdo e Metodologia do Ensino de Estudos Sociais, a presente pesquisa aponta componentes do trabalho pedagógico em aula. Para tanto, utilizei-me de observações de minha prática, registradas em diário de campo e gravadas em vídeo, além de estudos teóricos sobre a temática do trabalho pedagógico. A análise dos dados apontou alguns indicadores que possibilitam a compreensão de componentes do trabalho pedagógico em aula, que são: a produção coletiva de conhecimento na prática pedagógica; o processo de alienação e resistência do aluno no trabalho pedagógico; o inesperado em aula; a avaliação da disciplina e o uso do tempo de aula. Algumas lições foram extraídas desta análise: a constatação da complexidade da aula, o que impossibilita uma análise determinista sobre seus acontecimentos; a mudança do olhar sobre alguns aspectos do ensino de História e Geografia; a possibilidade da reflexão na prática docente.

Formação de Professores, Ensino Médio, Relato de Experiência, Trabalho Pedagógico.

266. VASQUEZ, Lherme Irene Flores. *Avaliação das disciplinas de formação pedagógica da área de História e Geografia da Universidade Nacional Federico Villarreal, Lima – Peru*. Brasília, DF, 1984. (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Orientadora: CLOSS, Iria Gehlen.

A avaliação curricular constitui elemento essencial para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de qualquer curso. Esta avaliação pode ser realizada a partir da opinião das pessoas diretamente envolvidas no processo de ensino-aprendizagem – os alunos e os professores. A Universidade Federal Federico Villarreal, Lima, Peru, nunca avaliou os currículos de seus programas acadêmicos. Por esta razão, considera-se importante avaliar o currículo da formação pedagógica, constituído por Aprendizagem Universitária, Pedagogia Geral, Didática I, Didática II, Didática da História, Didática da Geografia, Elaboração de Material Didático, História da Educação e Prática Profissional das especialidades de História e Geografia do Programa de Educação, a partir da opinião de seus alunos e professores, o que constitui o objetivo principal do estudo. Em virtude do número reduzido de sujeitos, trabalhou-se com toda a população: 29 alunos e de 2 a 9 professores, dependendo da disciplina. Utilizou-se como instrumento uma escala de avaliação aplicada na Universidade Federal do Rio de Janeiro e reformulada pela autora em alguns aspectos. Por se tratar de um estudo descritivo da população, empregou-se a técnica estatística da percentagem, de acordo com um modelo da OEA, e se estabeleceu o critério da diferença percentual relevante com base no teste de Fisher. Comparou-se a percentagem de pontos de

alunos e professores em duas etapas: primeiro, sem controle, depois com controle das variáveis de sexo, idade e experiência de trabalho. Verificou-se que o controle efetuado não alterou sensivelmente o resultado inicial, isto é, que os alunos consideram as disciplinas de formação pedagógica regulares, enquanto os professores as avaliam como boas.

Currículos e Programas, Ensino Superior, Estudo de Caso.

267. VESTENA, Carla Luciane Blum. *Sensibilização ambiental: um diagnóstico na Bacia Hidrográfica do Rio Belém, Curitiba, PR, a partir da percepção de alunos do Ensino Fundamental*. Curitiba, PR, 2003. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná. Orientadora: MURATONI, Ana Maria.

O presente estudo teve como objetivo principal avaliar o nível de sensibilização ambiental de alunos do ensino fundamental, especificamente, das 3^a e 4^a séries, de escolas públicas e privadas, situadas na bacia hidrográfica do rio Belém, que atravessa uma área intensamente urbanizada do município de Curitiba, no estado do Paraná, e apresenta um elevado grau de degradação ambiental. A partir dessa avaliação, fez-se uma análise sobre o nível de conhecimento e da percepção desses alunos quanto às condições ambientais do rio Belém, considerando-se as metodologias empregadas pelos professores na prática da Educação Ambiental neste nível de ensino. As escolas escolhidas localizam-se nas proximidades do curso superior do Rio Belém, abrangendo um universo de 156 alunos das 3^a e 4^a séries e 25 professores destes, e envolveram o Colégio Marista Santa Maria, da rede particular de ensino, a Escola Estadual São Francisco de Assis e o Colégio Estadual Ernani Vidal, da rede pública estadual, além da Escola Municipal Mirazinha Braga da rede pública municipal de ensino. A metodologia utilizada, pautou-se na abordagem qualitativa de Lüdke e André (1986) com análise dos conteúdos dos dados de acordo com Bardin (1977) e Piaget (1977 e 1978). A coleta dos dados deu-se por meio da aplicação de questionários com questões abertas e um mapa mental aos alunos e a realização de entrevista com professores das 3^a e 4^a séries pesquisadas. Os resultados obtidos mostram que grande número de alunos das 3^a e 4^a séries apresenta pouca sensibilização ambiental, apesar de a grande maioria conhecer o rio Belém, embora alguns desconheçam o seu nome. As metodologias empregadas pelos professores na prática da Educação Ambiental não estão alcançando seus objetivos propostos. Os meios de atualização em educação ambiental e os recursos didáticos utilizados pelos professores são os mesmos – a televisão, revistas e jornais.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Bacia Hidrográfica, Percepção Ambiental.

268. VIEIRA, João Roberto. *O saber geográfico: uma abordagem fenomenológica do saber do professor nas séries iniciais do ensino fundamental*. Goiânia, GO, 1997. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás. Orientador: DOMINGUES, José Luiz.

O presente trabalho aborda o fenômeno do saber geográfico das séries iniciais do ensino fundamental (1ª à 4ª série). A preocupação central de compreender como o referido saber é constituído pelo professor induziu a investigação a evidenciar o que é o saber geográfico no âmbito da docência, bem como esclarecer como esse saber é vivenciando. O estudo teve origem na trajetória profissional do investigador durante os trabalhos de docência e coordenação da área de geografia no ensino fundamental e médio. Ao longo do exercício no ensino superior como docente na disciplina Geografia, para início de escolarização as interrogações delinearão melhor o campo de investigação sobre as questões que envolvem o trabalho docente nas primeiras séries. O conhecimento geográfico é trabalhado na matéria Estudos Sociais por meio de noções. A indagação sobre o sentido desse saber deve-se ao fato de ser ensinado por professores sem a formação específica na área do conhecimento e gerar nos alunos diferentes formas de relacionamento com o referido conteúdo. O trabalho delinea a situação, a origem e o caminho da investigação. Expõe a constituição do saber geográfico, as dimensões históricas da estrutura do fenômeno, o espaço da geografia escolar e a dimensão educativa da geografia.

Estudos Sociais, Ensino Fundamental e Superior, Relato de Experiência.

269. VIEIRA, Noemia Ramos. *As relações entre o conhecimento científico e a realidade imediata do aluno no ensino de Geografia*. Marília, SP, 2000 – (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista-MA. Orientador: DUARTE, Newton.

Nos últimos anos, a busca de alternativas metodológicas que promovam um ensino significativo para o aluno, no qual os conteúdos ensinados tenham relações concretas com a sua realidade imediata, tem conduzido a geografia escolar a um empobrecimento teórico do seu ensino, na medida que a análise da realidade espacial tem restringido-se aos elementos do espaço que são vivenciados imeditamente pelo indivíduo. A análise realizada das orientações teórico-metodológicas contidas nos PCNs para o ensino de Geografia certificou-nos deste fato. Os conteúdos aí propostos não se mostram suficientes para levar o aluno a compreender a sua realidade enquanto totalidade e a enxergá-la de maneira crítica. Assim, o presente trabalho objetiva contribuir tanto para engrossar as discussões que se travam em torno de questões teórico-metodológicas desta área do ensino como para que a geografia escolar sintonize-se com uma concepção educacional que objetive a formação de indivíduos conscientes e livres, capazes de gerir o seu próprio destino.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Realidade do Aluno.

270. VIERO, Lia Margot Dornelles. *A elaboração de um Atlas Escolar Municipal como uma contribuição para o Ensino de Geografia – Santa Maria (RS)*. Rio Claro, SP, 2002. (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. Orientadora: ALMEIDA, Rosângela Doin de.

A presente pesquisa constituiu-se, basicamente, na fundamentação e construção de um material didático no formato de um Atlas Escolar para o município de Santa Maria, RS. O material construído foi tecnicamente referenciado em fontes científicas ou oficiais. Para a realização da pesquisa foram seguidas as etapas de levantamento bibliográfico, cartográfico e fotográfico, bem como trabalho de campo e uma enquête realizada com professores da rede municipal de Ensino. O trabalho está organizado em três partes: a primeira refere-se ao Atlas no contexto escolar, a segunda à geografia de Santa Maria e a terceira à construção do Atlas Escolar Municipal de Santa Maria, RS, destinado a usuários do ensino fundamental.

Representação Espacial, Relato de Experiência, Atlas Municipal, Cartografia.

271. VILAR, Edna Telma Fonseca e Silva. *Ressignificando o saber-fazer/dizer da prática pedagógica de professoras ao ensinar geografia às crianças do 2º ciclo*. Niterói, RJ, 2003. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense. Orientadora: SELLES, Sandra Lúcia Escovedo.

O presente estudo objetivou investigar no âmbito da prática pedagógica, os saberes subjacentes ao saber-fazer/dizer de sete professoras da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte, ao atuarem, especificamente, na área de conhecimento da geografia no segundo ciclo do ensino fundamental. Para tanto, buscou-se ressignificar o saber das professoras em dois momentos que se completam: o da observação e o das entrevistas, compreendidos numa articulação entre o que se denomina de saber-fazer e saber-dizer. Os dados foram produzidos e analisados no contexto de uma estrutura conceitual que se distancia da perspectiva da idealização de um fazer, para compreender as condições de uma prática situada – o que fazem as professoras, o que dizem sobre o seu fazer e em que se referenciavam para saber-fazer-dizer na sua prática pedagógica – são aspectos enfatizados neste trabalho. Como fundamento teórico do estudo estão as ideias de Tardif (2002), Shulman (1986) e Barth (1994), no que se refere aos aspectos de constituição, caracterização e validação do saber docente. Apresenta-se como principal contribuição deste trabalho, a investigação da prática como instância produtora de saberes, e acentua-se a pertinência da utilização

dos dados e resultados evidenciados para (re)pensar as propostas/programas de formação docente. Finalmente, como indicativos dos saberes subjacentes à prática investigada ou dos saberes docentes, aponta-se que estes são condicionados, sujeitos a imperativos, obstaculizados por fatores nem sempre observáveis pelo próprio sujeito da ação e se apresentam com traços morfológicos e estilísticos que são histórico-culturais e marcadamente didáticos.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Professores.

272. VIOTTO FILHO, Sergio Antonio Viotto. *Educação ambiental: impactos ambientais nos fundos de Vale na Bacia do Ribeirão Maringá*. Maringá, PR, 2002. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: BATRES, Vera Beatriz Kohler.

O trabalho de educação ambiental realizado na área dos fundos de vale da bacia do Ribeirão Maringá desenvolveu práticas pedagógicas visando estudar impactos ambientais na área de fundos de vale da bacia do Ribeirão Maringá. Do ponto de vista metodológico, essas práticas apoiaram-se fundamentalmente na utilização de estratégias que disponibilizaram os conteúdos estudados ao saber agir situacionalmente, isto é, em conformidade com as necessidades do contexto apresentado nos fundos de vale, procurando adequar o planejamento didático de cada série e as faixas etárias dos alunos. Após a realização de cada etapa foram avaliados os objetivos alcançados, a fim de selecionar e dar sequência as práticas pedagógicas. Durante a caminhada, professores, alunos e demais profissionais da educação perceberam que não só as relações construídas dentro de sala de aula eram importantes para despertar e desenvolver a consciência ambiental mas a vivência cotidiana de cada um dos alunos envolvidos. Assim, as experiências realizadas fora dos estabelecimentos de ensino também eram relevantes, e desta forma, experiência individual e prática coletiva puderam ser utilizadas com frequência a fim de conduzir, a um processo pedagógico efetivo, em que alunos, professores e estabelecimento de ensino perceberam-se parte integrante da realidade apresentada na área dos fundos de vale, exercendo sua cidadania e agindo no sentido de melhorar a qualidade ambiental do meio no qual está inserido.

Educação Ambiental, Relato de Experiência, Bacia Hidrográfica, Impactos Ambientais.

273. VITIELLO, Marcio Abondanza. *Educação e participação em áreas naturais protegidas: caminhos e obstáculos no Parque Estadual da Cantareira, SP*. São Paulo, SP, 2003. (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientadora: PONTUSCHKA, Nídia Nacib.

A criação e gerenciamento de áreas naturais protegidas, assim como a difusão de práticas pedagógicas associadas ao meio ambiente, são ações mundialmente propagadas com o objetivo de se reverter o atual quadro de degradação ambiental e buscar a melhoria da qualidade de vida da população. Em uma perspectiva socioambiental, estas ações devem promover, também, maior articulação entre os diversos representantes da sociedade e diminuir as disparidades sociais. Graças à rápida expansão urbana de muitas cidades no planeta, as poucas unidades de conservação existentes nessas áreas sofrem uma série de pressões, como a especulação imobiliária e as demandas por uso público. Por outro lado, ao concentrarem sedes de governo, importantes empresas, meios de comunicação, universidades, institutos de pesquisa e instituições educacionais, as grandes cidades tornam-se lócus privilegiados para a prática da educação ambiental e formação de opinião pública. Na Região Metropolitana de São Paulo, o Parque Estadual da Cantareira (PqEC), com quase 8.000 hectares, é considerado uma das maiores áreas naturais protegidas dentro de limites urbanos no mundo. Sua proximidade com esta relevante área urbana, onde se localiza uma rede de ensino básico de aproximadamente 8.300 escolas e 5,1 milhões de estudantes, torna-o um importante referencial dentre as unidades de conservação existentes. Sua proteção, no entanto, depende de ações que transcendam as políticas setorializadas e de medidas que envolvam a população local e grupos organizados da sociedade por meio de programas de educação e planejamento participativos. Com esse objetivo, esta dissertação apresenta uma análise de práticas pedagógicas promovidas por professores e educadores que realizam atividades de educação ambiental no PqEC e reflete sobre os caminhos possíveis para um gerenciamento interativo e mobilizador na região.

Educação Ambiental, Estudo de Caso, Unidade de Conservação.

274. VLACH, Vânia Rubia Farias. *A propósito do ensino de geografia em questão: o nacionalismo patriótico*. São Paulo, SP, 1988. (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: SEABRA, Manoel F. G.

Esta dissertação trata do ensino de geografia e de sua função na inculcação do nacionalismo patriótico na construção da noção de Estado-Nação. Na formação social capitalista, o ensino público exerceu papel fundamental para os interesses do Estado Nacional burguês. A institucionalização do ensino utilizou-se de várias disciplinas para homogeneizar os conhecimentos sobre o Estado, como a língua, a história e a geografia. A presente dissertação apresenta um histórico da introdução da disciplina geografia nas escolas no contexto da unificação do Estado alemão. Posteriormente, aponta as proximidades deste ensino com os projetos hegemônicos dos Estados na Europa, destacando no ensino as linhas predominantes na ciência da época (o iluminismo e a

preponderância da razão instrumental) que atendiam a estes objetivos. Neste sentido, o ensino de geografia constitui-se ferramenta para atingir o propósito da inculcação da ideologia do nacionalismo patriótico. No Brasil, este papel foi estimulado inicialmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, depois estendendo-se para o ensino de forma geral no século XX.

História da Geografia Escolar, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Pensamento Geográfico, Nacionalismo Patriótico.

275. WADA, Satsuki. *Percepção ambiental e realidade local em Águas Lindas, Goiás*. Brasília, DF, 2003. (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília. Orientadora: PELUSO, Marília Luiza.

Águas Lindas é um município goiano do Entorno de Brasília, distante cerca de 50 km da capital brasileira. É uma cidade com uma explosão demográfica sem precedentes, e um dos municípios que mais cresce na América Latina. Tem uma população estimada em 105.746 habitantes e, em virtude desse crescimento, a cidade e o município enfrentam uma série de problemas ambientais que comprometem a qualidade de vida da população local e do DF. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos destaca a falta de aterro sanitário e o desmatamento e assoreamento dos córregos motivados pela intensa expansão habitacional. Apesar de toda a preocupação das autoridades com o crescimento e consolidação de Águas Lindas e com os problemas acarretados para o próprio município e para o abastecimento de água do DF, na prática, o que se viu foi o agravamento das condições ambientais. Há, na verdade, uma falta de ordenamento e disciplinamento do crescimento urbano, assim como uma falta de planejamento conjunto entre os governos do DF e de Goiás. Em vista das questões levantadas, o primeiro objetivo deste trabalho foi o de analisar os problemas ambientais urbanos de Águas Lindas de Goiás a partir da percepção que a população local tem de seu ambiente pela vivência e prática quotidianas. O segundo objetivo foi o de levantar as questões relevantes para um programa de educação ambiental a ser oferecido nas escolas de ensino fundamental. Por último, foi intenção da autora contribuir para a formulação de estratégias necessárias para proporcionar melhor qualidade de vida aos moradores. A estrutura básica do trabalho foi resumida nos seguintes tópicos: os problemas ambientais de Águas Lindas; as relações entre educação percepção ambiente; a percepção ambiental dos moradores de Águas Lindas de Goiás; resultados preliminares; possíveis ações para melhorar as condições de vida de Águas Lindas. A tudo isto a autora juntou a metodologia e procedimentos usados em sua pesquisa e trabalho.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Percepção Ambiental.

276. ZAGURY, Tânia. *Construção e validação de testes com referência a critério para medir competências básicas em estudos sociais, ao final da 8ª série do 1º grau*. Rio de Janeiro, RJ, 1979. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: GASMAN, Lydinéia.

O desenvolvimento do trabalho fez-se em três estágios: seleção das competências a serem medidas, construção das especificações e respectivos itens do teste, e avaliação do teste. A metodologia utilizada seguiu o modelo proposto por Popham e o campo escolhido para testagem do instrumento foi um distrito de educação e cultura do município do Rio de Janeiro.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Pesquisa Experimental, Estudos Sociais.

277. ZANATTA, Beatriz Aparecida. *A relação conteúdo-método no ensino de Geografia: estudo sobre o desenvolvimento da ciência geografia e sua repercussão em programas de ensino no Brasil (período 1978/90)*. Goiânia, GO, 1996. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás. Orientador: LIBÂNEO, José Carlos.

O presente estudo teve por objetivo principal a análise de propostas de ensino de geografia para o ensino fundamental e médio, formuladas no decorrer da década de 1980, no contexto do movimento de crítica e de renovação da geografia brasileira. Optou-se por buscar tais propostas não em documentos oficiais, mas em geógrafos que, ao longo do período mencionado (1978-1990), destacaram-se pela produção de livros, artigos, livros didáticos e paradidáticos de larga aceitação entre o professorado, bem como pelo seu engajamento nos movimentos de renovação da geografia escolar. A investigação constou de análise do material bibliográfico e de depoimentos de seis autores, considerando-se, basicamente, a questão da relação conteúdo-método no ensino de geografia, a partir da concepção didática da pedagogia crítico-social dos conteúdos. Pretendeu-se, com isso, lançar um olhar crítico, de cunho pedagógico-didático, sobre as concepções de ensino e aprendizagem que estariam subjacentes às propostas formuladas pelos autores analisados. Os quatro capítulos que compõem a dissertação apresentam, sucessivamente, bases sociais e filosóficas dos movimentos críticos da ciência geográfica e da geografia escolar dos anos 1960-1980, teorias críticas da educação e suas implicações para as concepções de ensino, descrição e análise das propostas de ensino de geografia dentro do movimento de renovação da geografia escolar brasileira e aproximações possíveis entre o campo da didática e o da metodologia de ensino da geografia. A conclusão aponta para a identificação de um fértil discurso pedagógico-didático entre os geógrafos dedicados às questões do ensino que, no entanto, não está em conexão com as investigações no âmbito da pedagogia e da didática.

Relação das teses de doutorado – dados bibliográficos, resumos e descritores

278. AGUIAR, Valéria Trevizani Burla de. *Atlas geográfico escolar*. Rio Claro-SP. 1996. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Orientador: OLIVEIRA, Livia de.

Esta pesquisa tem por objetivo acompanhar a trajetória da elaboração dos atlas geográficos escolares, conduzindo a uma proposta de ampliação de estudos acerca da cartografia infantil e juvenil. Ela está organizada em três capítulos. O primeiro trata da história e da geografia dos atlas. O segundo aborda a concepção de espaço, no mundo ocidental, assim como a concepção e o processo de mapeamento do espaço geográfico. O terceiro contém uma leitura dos atlas geográficos escolares, concluindo com diretrizes concernentes à cartografia infantil.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Recursos Didáticos, Análise de Conteúdo, Atlas Geográfico.

279. ALMEIDA, Rosangela Doin. *Proposta metodológica para a compreensão de mapas geográficos*. São Paulo, SP, 1994. (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo. Orientador: MELCHIOR, Jose Carlos de Araújo.

Trata-se de uma proposta para o ensino de mapas que tem como princípios: a reflexão, a construção de modelos tridimensionais e gráficos, a problematização e a participação ativa dos alunos. Sua finalidade é desenvolver a *maitrise* (domínio) sobre o espaço através de sua representação. A proposta foi organizada em três fases que aprofundam paulatinamente os conceitos cartográficos de escala projeção no plano, referências de localização e símbolos cartográficos. A proposta fundamentou-se nos estudos psicogenéticos de Jean Piaget. Foi realizado um experimento para avaliar os efeitos da primeira fase da proposta de ensino em classes de 4ª e 5ª séries. Foram feitas três modalidades de análise: mensuração de dados através de testes estatísticos, avaliação de fatores intervenientes na aprendizagem através de entrevistas e análise de produções gráficas (desenhos). Constatou-se que, nos desenhos dos alunos dos grupos experimentais, os objetos eram representados conservando o ponto de vista (vertical) e com proporção, de modo significativamente superior aqueles dos grupos de controle.

Descobriu-se que o uso de um plano de base pode servir como pista para a projeção no plano, pois engendra representação projetiva do ponto de vista vertical, no caso de áreas pequenas e bem conhecidas.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Mapas e Gráficos, Cartografia.

280. ARCHELA, Rosely Sampaio. *Análise da cartografia brasileira: bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935-1997*. São Paulo, SP, 2000. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientadora: SIMIELLI, Maria Elena Ramos.

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise da cartografia produzida pela Geografia a partir da implantação dos cursos de geografia no Brasil, com base nas publicações periódicas de boletins e revistas de Geografia. Apresenta dois volumes. O primeiro situa a Cartografia na evolução do pensamento geográfico e realiza uma discussão técnica e metodológica de acordo com os principais segmentos da Cartografia mundial, enfocando pesquisas realizadas no Brasil. O capítulo sobre o desenvolvimento histórico da cartografia brasileira contribui para melhor compreensão da participação da cartografia na geografia. Por fim, a partir de uma análise crítica da produção cartográfica da geografia, identifica as principais linhas de pesquisa cartográfica na geografia brasileira. O segundo volume constitui uma ampla bibliografia analítica da cartografia brasileira, também apresentado em CD-ROM. Esta bibliografia é a primeira tentativa de agrupar a literatura cartográfica com cunho analítico, visando contribuir para a elaboração de novas pesquisas.

História da Geografia Escolar, Ensino Superior, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Cartografia.

281. BORTOLOZZI, Arleude. *Educação ambiental e o ensino de geografia: bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá*. Campinas, SP, 1997. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Orientador: PEREZ FILHO, Archimedes.

A pesquisa objetivou detectar as potencialidades das escolas públicas de 1º grau, localizadas na área das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá no estado de São Paulo, para o desenvolvimento de um processo educativo que incluía a temática ambiental. Analisando qualitativamente as atividades da chamada educação ambiental através do ensino de geografia, visou integrar a questão ambiental e o sistema educacional, e contribuir para a capacitação dos professores e a melhoria da qualidade de ensino, oferecendo sugestões para o desenvolvimento de uma proposta de realização de programas interdisciplinares, que devem considerar a compreensão

dos problemas ambientais da região, através dos aspectos tanto do meio físico como também do meio socioeconômicos, políticos e culturais. Informações foram coletadas por questionários e entrevistas com professores que ensinam geografia na região. Analisando suas visões de crise ambiental e de educação ambiental, procurou-se por uma análise mais aprofundada de uma experiência escolhida como sendo portadora de alguns *insights* para uma prática integradora do ensino (o Projeto de Educação Ambiental das micro-bacias do Areia e Areia Branca), detectando também as razões que motivaram os professores para ações mais inovadoras.

Educação Ambiental, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo.

282. BRAGA, Rosalina Batista. *Construindo o amanhã: caminhos e (des)caminhos dos conteúdos geográficos na escola elementar*. São Paulo, SP, 1996. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.

Este trabalho é uma tentativa de interpretação da prática pedagógica geográfica na escola elementar. Busca-se com essa interpretação compreender aquela prática e oferecer contribuições para a sua reconstrução na atualidade. Parte-se do pressuposto de que o acesso aos conhecimentos espaciais básicos é fundamental para a inserção no mundo moderno. A prática de sala de aula é o lugar de onde tenta-se olhar o fenômeno estudado. Foi realizada uma investigação daquela prática a partir do discurso dos professores e dos cadernos de anotações utilizadas por professores e alunos. Estabelece-se como limite inferior do período de tempo para a coleta dos dados empíricos a década de 1930 do século atual. Para construir um referencial de análise foi feito uma abordagem da construção da ciência geográfica, da escola elementar como escola para as massas e da construção da profissão docente, identificando os elementos de permanência e de mudança de suas origens até os dias atuais. Na construção da geografia buscou-se identificar seus objetivos e métodos e suas principais clivagens metodológicas e teológicas. Na problematização dos objetos de estudo da ciência geográfica, discute-se as construções dos autores que contribuíram para levar o processo de questionamento da geografia até aos profissionais da escola básica.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo.

283. CALLAI, Helena Copetti. *Geografia: um certo espaço, uma certa aprendizagem*. São Paulo, SP, 1996. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: TOLEDO, Gil Sodero de.

O objetivo deste trabalho é compreender o ensino de Geografia, na escola de 2º grau, como um instrumento para construção da cidadania. Para tanto, se considera a trajetória da geografia, no seu processo de institucionalização, o ensino de geografia no 2º grau e caracterizado a partir de levantamento e análise dos planos de ensino de Geografia das diversas escolas de segundo grau de Ijuí, RS; da representação que fazem dos professores que atuam com a geografia, sobre o ensino desta disciplina neste nível escolar; e da representação dos alunos de 2º grau sobre o ensino de geografia. Segue-se uma proposta de como operacionalizar, a educação para a cidadania, através da Geografia, considerando-se a definição clara do objeto da disciplina, a seleção e organização do conteúdo, seu tratamento metodológico, e uma postura pedagógica de sala de aula, que considere o aluno como sujeito fundamental do processo de aprendizagem.

Conteúdo-Método, Ensino Médio, Análise de Conteúdo, Processo Ensino-aprendizagem, Cidadania.

284. CAMARGO, Dulce Maria Pompeo de. *Mundos entrecruzados – Projeto Inajá: uma experiência com professores leigos no médio Araguaia, MT (1987-1990)*. Campinas, SP, 1992. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: ZAMBONI, Ernesta.

Este trabalho narra uma experiência em história, geografia e sociologia com professores leigos do médio Araguaia, MT, hoje habilitados a nível de 2º grau. Nele expomos as impressões acerca da região e da história cidade do Projeto Inajá. Reconstruímos a metodologia de trabalho e estabelecemos os cruzamentos entre o saber local e o conhecimento estruturado.

Formação de Professores (Leigos), Capacitação Docente, Relato de Experiência, Estudos Sociais.

285. CACETE, Nuria Hanglei. *A formação do professor para a escola secundária e sua localização institucional: da faculdade de filosofia ao instituto superior de educação. A referência da formação do professor de Geografia*. São Paulo, SP, 2003. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: TOLEDO, Gil Sodero de.

Neste trabalho analisamos os modelos de formação do professor da escola secundária e sua articulação com a evolução do ensino superior brasileiro, tomando como referência a formação do professor de geografia no estado de São Paulo. A partir de uma reconstituição histórica das políticas educacionais relativas à formação do professor secundário, demonstramos que, apesar do caráter aleatório que inicialmente

marcou o estabelecimento dos cursos de formação do professor na faculdade de filosofia, fatores de ordem conjuntural acabaram por transformar a faculdade de filosofia em lócus institucional dessa formação. Assinalamos que esse processo se caracterizou pela expansão do que denominamos de “novas” faculdades de filosofia, articulado com a criação das licenciaturas curtas polivalentes e com a crescente privatização do ensino superior no país. Considerando que essa análise merecia um estudo particularizado, selecionamos uma instituição emblemática desse processo buscando expressar as características que assumiram as faculdades de filosofia isoladas de caráter privado e as especificidades que as licenciaturas adquiriam nessas instituições, sobretudo a licenciatura em Geografia. Diante das novas exigências legais em relação à formação de professores, postas pela reforma educacional em curso no País, e considerando que historicamente o modelo da faculdade de filosofia, na forma como se expandiu, não se constituiu como um ideal institucional de formação de professores para escola secundária, elaboramos um esboço de proposta institucional de formação de professores na perspectiva de contribuir para a necessária reformulação curricular dos cursos de formação e a urgente revisão do seu “ambiente” institucional.

Formação do Professor, Ensino Superior, Estudo de Caso, Licenciaturas, Políticas Educacionais.

286. CAMPOS, Antonio Pedro de Souza. *A contribuição da Geografia ao planejamento educacional*. São Paulo, SP, 1972. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo: Orientador: não consta.

A tese visa conjugar o planejamento educacional com a ciência geográfica, demonstrando que a mesma pode contribuir nas suas formulações, tornando a ação do planejamento mais eficiente, sobretudo em relação à organização e distribuição espacial. Além disso, o planejamento pode ser aplicado na organização curricular da geografia tornando o ensino mais pragmático, principalmente na racionalização da pesquisa. A tese empregou a análise de sistemas combinadas aos métodos da geografia com vistas à melhoria dos diagnósticos nacionais e regionais, utilizando entrevistas, visitas e análise documental. A pesquisa é dividida em três partes: 1 – síntese do processo educacional, o planejamento e os planos setoriais de educação; 2 – a geografia atuante; 3 – a formação do geógrafo e do professor de geografia.

Currículos e Programas, Ensino Superior, Análise de Conteúdo, Planejamento Educacional.

287. CARVALHO, Edilson Alves de. *A cartografia e os aparelhos (ideológicos) de estado no Brasil*. Rio Claro, SP, 1997. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista - Rio Claro. Orientadora: SILVA, Bárbara-Christine Marie Nentwig.

O tema deste trabalho – “A cartografia e os aparelhos (ideológicos) de estado no Brasil” – foi concebido nas nossas lides de ensino. No Brasil, a cartografia tem sido direcionada a atender aos interesses do poder, não se voltando a contribuir com os anseios da sociedade. Fizemos uma pesquisa sobre o uso da cartografia nas AIEs escolar e da informação no Brasil, entrevistando professores e avaliando a cartografia do livro didático e uma análise da cartografia veiculada em jornais, revistas e na televisão. Os resultados apontam uma cartografia pouco útil à sociedade não contribuindo efetivamente para a resolução dos problemas sociais, nem para a formação da cidadania.

Representações Espaciais, Análise de Conteúdo, Cartografia, Geopolítica, Ideologia.

288. CAVALCANTI, Lana de Souza. *Construção de conceitos geográficos no ensino: uma análise de conhecimentos geográficos em alunos de 5ª e 6ª séries do ensino fundamental*. São Paulo, SP, 1996. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: VESENTINI, Jose William.

Este estudo teve como objetivo a compreensão do processo de construção de conceitos geográficos pelos alunos no ensino, implicando a mediação do docente. Partiu-se de alguns pressupostos tais como: a defesa da racionalidade crítica como constitutiva da formação humana, a escola como *locus* peculiar da formação de sujeitos racionais, o domínio de conhecimentos geográficos, entre outros, como elemento constitutivo dessa formação. Dentre tantos processos pedagógico-didáticos propiciadores da aprendizagem escolar, elegeu-se a construção de conceitos geográficos através do estudo de representações sociais de alunos. A pesquisa consistiu de estudo sobre as representações sociais de alunos 5ª e 6ª séries do ensino fundamental de conceitos geográficos tomados como básicos para os estudos de geografia nessas séries: lugar, paisagem, região, território, natureza e sociedade. Na etapa de levantamento de dados empíricos, conforme a metodologia da pesquisa qualitativa, foram coletados dados de alunos através de observação, entrevistas e questionários. Para dados adicionais foram também entrevistados professores do ensino fundamental. As análises tiveram como referência às possibilidades didáticas de se estabelecerem pontes entre os conceitos cotidianos e os científicos e as potencialidades do conhecimento cotidiano para a construção de uma consciência espacial.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Representações Sociais.

289. CUNHA, Carlos Alberto Lobão da Silveira. *Geologia introdutória nas instituições de ensino superior no Brasil: análise dos cursos de Ciências e Geografia*. Campinas, SP, 1995. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Orientador: FRACALANZA, Hilário.

Analisa, após identificar e diagnosticar, o conteúdo geológico veiculado em disciplinas de Geologia introdutória nos cursos de Ciências e Geografia, no Brasil, e também busca identificar os elementos que influem, de modo significativo, nessa veiculação. Esses cursos, dos onze identificados em publicações específicas do MEC, e que potencialmente ministram disciplinas geológicas, são examinados a partir de respostas a dois instrumentos de coleta de dados formulados e aplicados por projeto específico: Projeto Universo de Geologia Introdutória (PUGI), executado entre 1988 e 1993 na Unicamp. As análises contemplam as características gerais dos cursos, e das Instituições de Ensino Superior (IES), onde são ministrados, por meio das discriminações conforme sua dependência administrativa, natureza e região geográfica onde se localizam; contemplam, especificamente, os próprios conteúdos programáticos, o corpo docente de cada curso, e o material didático neles utilizado. Tais aspectos são comparados, entre si, nos dois cursos, assim como ao quadro geral das IES – quando possível.

Currículos e Programas, Ensino Superior, Análise de Conteúdo, Ensino de Geociências.

290. CUNHA, Rosângela Maria. *As tecnologias multimídia-telemática na prática de ensino do meio ambiente: uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo, SP, 2002. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientadora: LOMBARDO, Magda Adelaide.

Esta pesquisa teve como objetivo investigar concretamente as possíveis contribuições do uso da multimídia-telemática no trato das questões ambientais referentes ao ensino médio em escolas públicas paulistas. Procurou-se verificar se há melhoria de aprendizagem dos conceitos ambientais pelos alunos com a introdução da multimídia-telemática no processo ensino-aprendizagem, com pesquisa de campo realizada no período de 1997 a 2000. A metodologia empregada neste trabalho partiu da pesquisa qualitativa na educação, com enfoque fenomenológico, de estudo de caso com abordagem interdisciplinar. Iniciou-se em 1997 com levantamento empírico-diagnóstico da realidade escolar na cidade de São Paulo e o estudo de caso em Rio Claro, com três escolas, do perfil do alunado: o socioeconômico e o de conhecimentos dos conceitos sobre a temática ambiental e de contato com a informática; e ainda, entrevistas com os professores participantes da pesquisa. Procura-se fazer uma análise do estudo de caso, das dificuldades encontradas na realidade escolar, da possibilidade de continuidade deste tipo de projeto no sistema escolar. Apesar das dificuldades

encontradas, os resultados deste estudo apontaram existir relações entre o ensino com o uso da multimídia-telemática e a melhora de aprendizagem. Contudo, tal melhora só é possível não só com a construção de novas tecnologias, mas principalmente com a capacitação de professores e alunos, buscando-se a contextualização dos conteúdos tratados, inseridos no currículo escolar, como parte integrante da proposta pedagógica escolar construída pela e para a escola, onde o aluno deve ser a base e o sujeito da construção do conhecimento.

Educação Ambiental, Ensino Médio, Estudo de Caso, Interdisciplinaridade, Climatologia.

291. DINIZ, Maria do Socorro. *Professor de geografia pede passagem: alguns desafios no início da carreira*. São Paulo, SP, 1999. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientadora: LEMOS, Amália Inés Geraiges de.

A análise das trajetórias de quinze professores de geografia de ensino fundamental e médio em início de carreira profissional que trabalham em escolas públicas e particulares, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, constituiu o objetivo desta tese. A partir de relatos orais, foi construída uma história de aprender e ensinar geografia, contando com a interlocução espacial de autores nacionais e internacionais que vêm discutindo a formação docente. O tecido de suas histórias foi urdido com fios da vida pessoal e do percurso profissional, impossível de separá-los. E nesse entrançado faz emergir três questões constitutivas de suas narrativas essenciais para a compreensão do trabalho com a geografia ensinada: a escolha pela Geografia “abre portas” para o mundo; a formação inicial, por não atender às necessidades da sua sala de aula, provoca “um choque com a realidade”, levando-se a constatar que a “geografia que aprendem não é a que ensinam” e que a hierarquia do conhecimento acadêmico se reflete na desarticulação entre formação específica e formação pedagógica. Como questão nuclear, surgiu o “mal-estar docente”, que, afora situações específicas do professor iniciante (insegurança, isolamento, etc.), mostrou ser a questão que perpassa toda categoria, independentemente de tempo de carreira, provocando tensões, incertezas, até mesmo abandono da profissão, e que depende mais do contexto histórico social de desvalorização do trabalho do professor do que das condições de formação. Tal “mal-estar” não impede o entusiasmo desses jovens professores “buscadores” de saída para melhor enfrentarem a direção de suas ações. Assim, a partir da ação e reflexão sobre as dificuldades enfrentadas em sala de aula, participam de “rede de reflexão e ação”, que acabam resultando em uma produção de saberes coletivos.

Formação de Professor, Ensino Superior, Estudo de Caso, Prática Docente e Educativa, Processo Ensino-Aprendizagem.

292. DUARTE, Stella Cristina Mithá. *Avaliação da aprendizagem de geografia: desvelando a produção do fracasso escolar na 10^o Classe do Ensino Secundário Geral, Cidade de Maputo-Moçambique*. São Paulo, SP, 2001. (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadores: ALMEIDA, Fernando José de.

Este estudo analisa as causas que contribuem para o fracasso escolar na 10^a classe, incluindo os exames finais de geografia do 1^o ciclo do ensino secundário geral, no Sistema Nacional de Educação em Moçambique, percorrendo o período entre 1996 e 2001. Relaciona uma inadequada avaliação aos baixos rendimentos verificados. A pesquisa parte de uma revisão teórica sobre avaliação da aprendizagem, fracasso escolar e ensino de geografia. Apresenta-se neste estudo uma breve resenha histórica do processo de ensino-aprendizagem de geografia, desde o período colonial até ao período pós-independência, evidenciando como se vai produzindo o fracasso dentro da instituição escolar moçambicana. A abordagem metodológica baseia-se na investigação qualitativa e, nesse âmbito, desenvolve um estudo de caso. Foi escolhida uma escola da periferia da cidade de Maputo, capital de Moçambique, que mais se aproxima das condições em que decorre o processo de ensino-aprendizagem no país real. Os resultados da pesquisa apontam para o caráter seletivo da educação em Moçambique e para as deficientes condições em que decorre o processo de ensino-aprendizagem, entre as quais, salários baixos, ausência de material didático, fraco envolvimento dos professores com a sua prática docente-educativa, arbitrariedades e irregularidades subjacentes no processo avaliativo, rigidez do programa de ensino e do regulamento de avaliação. A avaliação é encarada basicamente no seu aspecto quantitativo, sendo este o cenário que propicia o fracasso escolar. A investigação pretende contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, incluindo a revisão do sistema de avaliação e dos programas de ensino de Geografia do 1^o ciclo do Ensino Secundário Geral em Moçambique.

Prática Docente e Educativa, Ensino Secundário, Estudo de Caso, Fracasso Escolar.

293. FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. *A cartografia no ensino de geografia: a aprendizagem mediada*. Presidente Prudente, SP, 2001. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Orientador: SPOSITO. Eliseu Savério.

Desenvolvemos este trabalho com o objetivo de construir uma proposta metodológica de ensino-aprendizagem da geocartografia no ensino superior. Verificamos como ocorre o episódio dialógico interativo durante a ação mediadora na condução do ensino de Cartografia, numa abordagem interdisciplinar e averiguamos a importância das representações cartográficas, especificamente da maquete, para o estudo do espaço geográfico. Realizamos a experiência com maquete por três anos consecutivos. Apresentamos, no primeiro momento deste trabalho, a base teórica e

uma síntese sobre a prática básica para a construção de maquetes. Na sequência, a pesquisa empírica realizada nos últimos anos (1998/1999), com alunos do segundo ano do Curso de Geografia da Unioeste, Campus de Francisco Beltrão, PR. A maquete representa a realidade, a relação entre as faixas de altitude, ordenadas no sentido crescente. O que está sendo representado é a relação entre as faixas de altitude experimentadas concretamente no terreno. Respaldamo-nos na metodologia da pesquisa-ação. Efetuamos uma incursão no campo da linguagem, ao abordar o sistema de uso dos signos e da semiótica, destacando a teoria de Charles Peirce. Abordamos, também, a linguagem cartográfica e a maquete geográfica enquanto representação cartográfica e exploramos a mediação enquanto categoria de condução e comunicação pedagógica fundamentada em Vygotsky.

Representação Espacial, Ensino Superior, Pesquisa-ação, Cartografia, Maquete.

294. GEBRAN, Raimunda Abou. *Oba, hoje tem Geografia! O espaço redimensionado da formação-ação* (Assis-SP). Campinas, SP, 1996. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Orientador: LUTFI, Mansur.

Refere-se a uma pesquisa-ação desenvolvida juntamente com professores de 1ª a 4ª séries do 1º grau em uma escola da rede pública. Os objetivos iniciais centraram-se na elaboração, implementação e avaliação de uma proposta de trabalho para o ensino de geografia nas referidas séries que se encaminhasse na perspectiva de considerar a geografia como disciplina que investiga e pesquisa o espaço, buscando suas múltiplas relações, suas contradições e concebendo-o em continua transformação, dada pelo próprio movimento da sociedade. Nesse sentido, propõe a redimensão da ação pedagógica no cotidiano da sala de aula, considerando o aluno em formação como sujeito que, inserido num contexto espacial e histórico, necessita desvelar esse espaço, analisá-lo, compreendê-lo e sentir-se capaz de agir no sentido de sua transformação. O projeto se desenvolveu com extraordinário envolvimento dos professores e dos alunos e os resultados foram se materializando nas suas produções (textos individuais e coletivos, representações, desenhos, pesquisas, entrevistas, estudos de meio, relatórios, poesias, músicas, etc.) que constituíram a concretização do processo de mudança.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Pesquisa-ação, Espaço Vivido, Relações Espaciais.

295. GIRARDI, Gisele. *Cartografia Geográfica: considerações críticas e proposta para resignação das práticas cartográficas na formação do profissional em Geografia*. São Paulo, SP, 2003. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientadora: SIMIELLI, Maria Elena Ramos.

Objetivando a melhoria do ensino de cartografia nos cursos superiores de geografia no Brasil, esta pesquisa discute a ressignificação da cartografia geográfica e apresenta proposta de organização de conteúdos para as disciplinas de cartografia desses. Organiza-se em três partes. Na primeira, “Bases da cartografia geográfica”, são apresentados: resgate histórico da trajetória da cartografia e da geografia, identificando as razões do declínio do uso dos mapas por esta e o contraponto com as geotecnologias; panorama geral da cartografia contemporânea numa perspectiva teórica; e o escopo da cartografia geográfica a partir de tais considerações. Na segunda, “A cartografia geográfica e seu ensino no Brasil”, objetiva-se compreender as implicações da institucionalização da geografia no Brasil, por meio da criação de cursos superiores, e da “democratização” do ensino básico (Lei n. 5.692/71) na configuração da cartografia geográfica brasileira, incluindo a estruturação da pesquisa em cartografia escolar. Na terceira parte, “Proposta de organização de conteúdos para a cartografia geográfica”, são apresentadas três disciplinas-projetos, nas quais se busca articular a construção do pensamento espacial do graduando, o desenvolvimento de habilidades para atuação profissional e o arcabouço conceitual da cartografia geográfica. Para a exposição técnica e reflexão sobre procedimentos e produtos são utilizadas representações gráficas sobre a bacia hidrográfica do rio Itaúnas, Espírito Santo. Conclui-se: 1. que a compreensão da história da cartografia geográfica brasileira fornece elementos para o entendimento do momento atual, considerando o paradigma da visualização cartográfica e as alterações curriculares em curso devidas à LDB de 1996; 2. que a ressignificação da cartografia geográfica, ou seja, a compreensão do mapa como instrumento de cognição e não só como meio de comunicação, pode transformá-la em elemento articulador de conteúdos na formação; 3. que a cartografia geográfica pode compor a base de um programa de pós-graduação em cartografia, atendendo demandas de pesquisa da geografia.

Representação Espacial, Ensino Superior, Análise de Conteúdo, Cartografia.

296. ISSLER, Bernardo. *A Geografia e os estudos sociais*. Presidente Prudente, SP, 1973. (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – PP. Orientador: Não consta.

Esta tese desenvolve uma análise interpretativa do ensino de geografia no Brasil partindo da criação do Colégio Imperial D. Pedro II em 1837 até a Reforma Francisco Campos em 1931. Destaca os principais aspectos ocorridos na história da educação brasileira e as influências na Geografia. A pesquisa realiza análise com base em três variantes: 1 – conhecimento da moderna geografia no Brasil e do Brasil; 2 – organização e os conteúdos do ensino da geografia nos programas oficiais; 3 – intenções educacionais a que estavam vinculadas ou almejam. O autor demonstra que os desencontros e descompassos entre os conteúdos e os métodos e o papel da

geografia na educação deixaram de existir com a aplicação dos princípios da geografia moderna e com a criação da área de estudos sociais.

Currículos e Programas, Ensino Superior, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Estudos Sociais.

297. KIMURA, Shoko. Geografia da escola e lugar: violência, tensão e conflito. São Paulo-SP. 1998. (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. Orientador: SCARLATTO, Francisco Capuano.

Esta tese analisa duas escolas públicas, uma estadual e outra municipal, localizadas em bairros distintos da periferia do município de São Paulo, nas relações estabelecidas pelos seus frequentadores/circundantes (alunos, professores, funcionários, pais de alunos e pessoas da vizinhança) com seus lugares cotidianos. Referem-se principalmente às situações de violência, tensão e conflito tanto como comportamentos rotineiros quanto como atos de transgressão legal que, segundo os casos abordados, são praticados ou são analisados por eles. Dentre os frequentadores escolares, os alunos merecem uma análise especial, portadores de um discurso expressivo da periferia da cidade e de descendentes de migrantes nordestinos que se consideram a classe média dos bairros onde moram. As situações de violência, tensão e conflito não são a ótica exclusiva para a abordagem dos espaços vividos no dia a dia pelos frequentadores/circundantes escolares, porém, marcam profundamente a maneira deles apreciarem seus lugares de vida e o mundo em geral e contribuem para a constituição de sua subjetividade específica. Esta, juntamente com as condições objetivas dos bairros onde estão esses lugares, explicam seu comportamento geográfico no ato de tentarem o acesso à escola enquanto um equipamento urbano de oferta e demanda de um serviço público.

Características dos Alunos, Ensino Fundamental, Estudo de Caso, Espaço Vivido.

298. LIMA, Maria das Graças de. *A didática do professor de geografia: caso da cidade de São Paulo*. São Paulo, SP, 2001. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientadora: MARANGONI, Ana Maria Marques Camargo.

O estudo aqui sistematizado apresenta uma explicação para os problemas presentes no processo de ensino e aprendizagem do ensino escolar de geografia na cidade de São Paulo. Esta análise, somada à pesquisa realizada junto aos professores (questionários e entrevistas abertas: 1999-2000) possibilitou uma interpretação para os problemas encontrados com o ensino dessa disciplina escolar. A análise por nós realizada sobre os documentos – base das reformas – indicou uma séria limitação

quanto às questões didáticas, levando à necessidade do aprofundamento quanto à institucionalização do ensino no estado de São Paulo, referência adquirida com a leitura de clássicos da geografia. As informações levantadas junto aos professores, comprovaram a ausência da preocupação com o conhecimento didático. Esta peculiaridade sinaliza um caminho possível para os problemas encontrados com o processo de ensino-aprendizagem, indicando também a urgência de reflexões pautadas nas questões didáticas e não apenas pedagógicas do ensino escolar.

Prática Docente e Educativa, Análise de Conteúdo, Didática. Professor.

299. MACHADO, Monica Sampaio. *A geografia universitária carioca e campo científico disciplinar da geografia brasileira*. São Paulo, SP, 2002. (Doutorado em Geografia). Orientador: MARTIM, André Roberto.

O objetivo central do presente trabalho consiste na reconstituição da trajetória da geografia universitária desenvolvida no Rio de Janeiro, mais especificamente, do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tem suas origens vinculadas à Universidade do Distrito Federal, criada em 1935, e à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, implementada em 1939. A primeira parte será dedicada à apresentação conceitual e metodológica que orientou a investigação. A segunda, ao objeto de estudo empiricamente trabalhado, a historiografia da geografia universitária carioca, de 1935-1999.

História da Geografia Escolar, Ensino Superior, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Pensamento Geográfico.

300. MARIN, Fátima Aparecida Dias Gomes. *O ensino de Geografia fundamentado na teoria da aprendizagem significativa ausubeliana: relato de intervenção com alunos do 2º ciclo*. Presidente Prudente-SP. Marília, SP, 2000. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, MA. Orientador: PONTES NETO, José Augusto da Silva.

O objetivo desta pesquisa foi avaliar e buscar validar uma maneira de organizar o processo de ensino e aprendizagem do tema “Distâncias e velocidades no mundo urbano e rural”, sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia para o 2º ciclo. O estudo fundamentou-se na teoria ausubeliana de aprendizagem significativa, cujos pressupostos podem alicerçar e fornecer subsídios à prática pedagógica. Mais especificamente, o trabalho consistiu numa intervenção, em que houve elaboração e utilização de material didático sobre o tema escolhido. Essa intervenção enfatizou o desenvolvimento de conceitos, habilidades e atitudes relacionadas à deflagração da

aprendizagem significativa da parte dos alunos. Estes frequentavam a 4ª série do ensino fundamental de uma escola da rede pública de Presidente Prudente, SP. Os alunos, em questão foram, inicialmente, submetidos a entrevistas para identificação dos conhecimentos prévios sobre os conceitos essenciais à aprendizagem do conteúdo selecionado. Com base nesses conhecimentos prévios, foi preparado o material didático, e foram planejadas e efetivadas 17 aulas, que se subordinaram também aos princípios da diferenciação progressiva e da reconciliação integrativa, com a utilização de mapas conceituais, entre outros recursos. O registro das aulas foi realizado por meio de fotografias, gravações, cadernos de observações e requisição de material elaborado pelos alunos (exercícios, desenhos). Tais dados, após serem descritos e analisados, com base nos conhecimentos prévios dos alunos e dentro do referencial ausubeliano, permitiram inferir a ocorrência da evolução conceitual e aprendizagem significativa da parte dos alunos. A pesquisa mostrou que a teoria da aprendizagem significativa foi eficaz para a consecução do objetivo proposto, bem como apontou a importância do professor possuir formação suficiente para conseguir diferenciar progressivamente o conteúdo didático e mostrar semelhanças e diferenças entre os conceitos que pretende ensinar. Além disso, ficou clara a importância da influência dos conceitos prévios na aprendizagem significativa de conteúdo relacionado a esses conceitos, sem menosprezo à atividades que despertem a motivação do aluno, bem como a uso de estratégia de estudo que facilitem a evolução conceitual da parte do aluno.

Conteúdo-Método, Ensino Fundamental, Pesquisa-ação, Processo Ensino-aprendizagem.

301. MARQUES, Luiz Alberto de Souza. *A cultura italiana e o ensino de história e geografia nas séries iniciais do ensino fundamental*. Osório, RS, Porto Alegre, RS. 2001. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: ANDREOLA, Balduino Antonio.

O presente trabalho busca analisar uma experiência metodológica com o ensino de história e geografia nas séries iniciais do ensino fundamental – estudo do meio –, relacionando-o com a cultura dos descendentes dos imigrantes italianos, realizado durante o ano de 2000 nos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. A base teórica que alicerça esta proposta metodológica visa realizar o trabalho utilizando-se da Pedagogia de Freire – temas geradores –, aliando-os às técnicas pedagógicas de Freinet e tendo a cultura italiana pensada através das ideias de Brandão sobre cultura popular. A tese registra a construção histórica da metodologia proposta; os fundamentos teóricos do ensino de história e geografia nas séries iniciais; a cultura italiana e a escola; descreve as

etapas do experimento e analisa a experiência nas falas dos professores e alunos que participaram da pesquisa.

Conteúdo-Método, Ensino fundamental, Relato de Experiência, Cultura Popular, Estudo do Meio.

302. OLIVEIRA, Livia de. *Contribuição ao ensino de geografia*. Rio Claro, SP, 1967. (Doutorado em Geografia) – Universidade estadual Paulista, RC. Orientador: ARAÚJO FILHO, Jose Ribeiro de.

Esta tese objetiva levantar a situação da disciplina Geografia com o objetivo de verificar a distribuição por série nos currículos de escolas médias, obter informações sobre os conteúdos dos programas e, principalmente, constatar como a geografia é ensinada como matéria autônoma ou subordinada aos estudos sociais. Foram realizados levantamentos em escolas nas cidades de Santos, Rio Claro, Americana, Brotas e Guarujá, todas no Estado de São Paulo. Ao final do estudo, a autora considera que o ensino de geografia deveria se iniciar pelo estudo geral, encaminhando-se para o regional. As noções gerais serão alcançadas através do estudo da localidade, enquanto meio para a compreensão dos princípios gerais.

Conteúdo-Método, Ensino Médio, Análise de Conteúdo.

303. PAGANELLI, Tomoko Iyda. *Paisagem, uma decifração do espaço-tempo social: as representações da paisagem da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, SP, 1998. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientadora: CARLOS, Ana Fani Alessandri.

Este trabalho está circunscrito na análise de uma representação do espaço – a paisagem –, estabelecendo, de início, a distinção entre a paisagem como produto e obra de uma prática social e a representação da paisagem como *mimesis* criadora ou reprodutora de um espaço. A relação entre representação e linguagem é analisada a partir dos desenhos de paisagem e da cidade do Rio de Janeiro dos alunos 1º Grau do ensino e licenciados em Geografia da Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro, propondo como instrumental de análise de um texto social graficamente representado, um código tridimensional da linguagem proposto por Henri Lefebvre. A análise da relação entre a representação e o conceito geográfico de paisagem retoma a discussão do ocultamento dos níveis escalares no discurso dos geógrafos ao descrever as paisagens geográficas; situa a filiação comum de representação da paisagem e do mapa ao paradigma óptico-geométrico, um artifício de representação do espaço, e traz, à tona, o espaço de representação da natureza,

do campo e da cidade. A relação entre a representação e obra é analisada através da pintura de paisagem, de sua emergência no mundo moderno até a primeira metade do século XIX, na Europa, na tentativa de melhor entendimento das representações da paisagem dos pintores-viajantes (Taunay, Debret e Rugendas) sobre o Rio de Janeiro neste período. Procura diferenciar a fisionomia artística-científica humboldiana sobre uma natureza tropical de uma fisionomia histórico-social, levando, assim, uma possibilidade na leitura das contradições visíveis na cidade e do urbano, hoje, pelos professores-alunos.

Representação Espacial, Ensino Fundamental e Superior, Relato de Experiência, Paisagem.

304. PASSINI, Elza Yasuko. *Os gráficos em livros didáticos de Geografia de 5ª série: seu significado para alunos e professores*. São Paulo, SP, 1996. (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo. Orientadores: MOLINA, Olga

Este trabalho teve como objetivo entender como alunos de 5ª série lidam com gráficos: produção-leitura-interpretação dada por Ferreiro e Macedo na construção da escrita sob a teoria de Piaget. Na ótica do objeto nos apoiamos nos princípios da neográfica de Bertin que propõe um gráfico com mobilidade. Nesse sentido, tentamos interpretar o aluno de 5ª série e o gráfico em suas coordenadas: sujeito-objeto, fazendo uma ligação Piaget-Bertin. A análise dos resultados das nossas investigações confirmou a existência de problema tanto com o sujeito como com o objeto e com a formação do professor, mediador dessa coordenação. Diante da certeza da importância das representações gráficas para o ensino de geografia e para a formação do cidadão como meio de acesso a informações e fundamento para reivindicações resolvemos propor um projeto para discutir as questões metodológicas de ensino e aprendizagem de produção e leitura de gráficos, considerando as estruturas do sujeito e do objeto em suas coordenadas, com os mesmos cuidados que se tem com a alfabetização da língua escrita.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Gráficos, Livros Didáticos.

305. PEREIRA, Sérgio Luiz Nunes. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos*. São Paulo, SP, 2003. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: VESENTINI, José William.

A presente tese tem como objetivo compreender o papel desempenhado pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro na conformação e difusão do saber geográfico

no Brasil, do final do século XIX até a primeira metade do século XX. Para tanto, são examinadas as atividades, estratégias e programas de conhecimento acalentados no âmbito da instituição, traduzidos em representações e práticas de exploração do território, obras sobre a geografia do Brasil, exposições geográficas e projetos didáticos, entre outras iniciativas. Parte-se do pressuposto de que a Sociedade constituiu um lugar de autonomização do saber geográfico no Brasil e um fórum de legitimação deste saber, no interior do qual diferentes modelos de conhecimento, tradições disciplinares e concepções acerca do que deva ser o trabalho científico puderam se justapor e se confrontar. O resultado deste jogo, não necessariamente consensual ou coerente, consiste no que se entendeu como geografia durante as três primeiras décadas do século XX. Depois disso, com a chamada institucionalização da disciplina, a Sociedade passou a conhecer uma situação de relativo desprestígio, mas mesmo assim não abriu mão de falar em nome da geografia e organizar atividades em prol do desenvolvimento. Examina-se assim, no final da tese, a busca de uma nova identidade para a instituição no contexto referido.

História da Geografia Escolar, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Sociedades Geográficas, Pensamento Geográfico.

306. PEZZATO, João Pedro. *Ensino de geografia: histórias e práticas cotidianas*. Estudo de caso envolvendo três escolas e três professoras atuando no ensino de geografia nas 5^a séries do ensino fundamental de Maringá, PR. São Paulo, SP, 2001. (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo. Orientadora: PENIN, Sonia Teresinha de Sousa.

O presente estudo investiga as práticas construídas no contexto do cotidiano escolar por três professoras de geografia que lecionaram em 5^a séries de três escolas públicas estaduais de Educação Básica da cidade de Maringá, PR, Brasil no ano de 1998. Na perspectiva da história das disciplinas, servindo-nos da contribuição de Chervel, descrevemos a articulação entre os saberes de referência, a prescrição programática indicada pela proposta curricular oficial e os métodos de ensino adotados pelas professoras. O trabalho de campo utilizou-se dos recursos da etnografia e da coleta de depoimentos, envolvendo as memórias das professoras no que diz respeito às trajetórias de formação escolar e profissional. Os materiais impressos, como a proposta curricular e o livro didático, também foram descritos e analisados, pois serviram de referência para as professoras envolvidas. A contribuição de Habermas nos deu subsídios para a análise das interações ocorridas nas escolas, assim como as formulações de Lefebvre contribuíram para os estudos das representações das professoras a respeito do ensino. Os resultados indicaram que foram escassas as práticas de ensino que contemplassem a construção e o desenvolvimento de conhecimentos geográficos e a

efetiva verificação da aprendizagem por parte das professoras. A observação, a descrição, a síntese, a comparação e a análise do espaço nacional, estrangeiro e internacional foram procedimentos de ensino pouco observados. Em sala, na interação professor-aluno, raramente o diálogo foi empregado de maneira a permitir o encadeamento e ideias e atitudes que possibilitassem o entendimento recíproco dos atores concretos ou a construção de significados, a formação de conceitos e de regras de convivência com reconhecimento de responsabilidade mútua. A história de formação escolar, os anos de exercício profissional e as várias modalidades de atuação profissional vividas pelas professoras parecem não ter influenciado, de forma significativa, modificações de determinadas representações a respeito do ensino, pois se mostraram atreladas à concepção que não correspondiam às vividas pelos sujeitos, inclusive vinculadas à discriminação da clientela. Todavia, houve, por parte das professoras e dos demais envolvidos com o trabalho pedagógico, crítica unânime a práticas como hoje estão ocorrendo na escola e demonstração da predisposição para adoção de outras mais adequadas. Tais sinalizações colocam em evidência a importância da interlocução com os profissionais que estão no limiar de mudanças da prática docente para que possa discutir o rumo das modificações e fortalecer a vontade política para melhoria da qualidade de ensino.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Estudo de Caso.

307. PINHEIRO, Antonio Carlos. Trajetória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil - 1972 – 2000. Campinas – SP. 2003. (Doutorado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. Orientador: PEREZ FILHO, Archimedes.

A tese de doutorado defendida em 2003 na Universidade Estadual de Campinas, SP, é um estudo analítico-interpretativo da trajetória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de geografia no Brasil realizadas sob a forma de dissertações e teses. O estudo apresenta um levantamento, uma sistematização, análise e interpretação da produção científica defendidas nos cursos de pós-graduação instituídos com a reforma universitária em 1968 pelo Ministério de Educação. Para a pesquisa, foram levantadas 197 pesquisas, sendo 171 dissertações de mestrado e 26 teses de doutorado, em 37 universidades brasileiras no período de 1972 a 2000. Apresenta quadro das tendências em relação: à distribuição geográfica dos trabalhos, aos níveis escolares, as linhas de pesquisas, às diversas orientações teórico-metodológicas existentes nas investigações, aos gêneros de trabalhos acadêmicos e aos focos temáticos principais. Como resultados, observou-se um crescimento progressivo nas pesquisas desde a década de 70 até o ano 2000, entretanto, o conjunto das dissertações e teses estudadas revelaram diversas características, as quais destacamos: o desconhecimento das mesmas pela comunidade científica e escolar; a concentração em algumas universidades brasileiras

em detrimento de outras regiões do país, revelando a política excludente da pós-graduação e a própria concentração econômica e geográfica; e a diversidade quanto às tendências teórico-metodológicas, embora esta possa ser considerada positiva, tem sido construída desorganizada e desarticulada nos departamentos, nos programas de pós-graduação e entre as universidades do país, acarretando relativo desconhecimento da produção científica sobre o ensino de geografia.

História da Geografia Escolar, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Ensino Superior, Dissertações e Teses, Pesquisa Acadêmica.

308. POLONI, Delacir Aparecida Ramos. *A política educacional no Brasil e o ensino de Geografia: caminhos e descaminhos*. São Paulo, SP, 1998. (Doutorado de Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: SILVA, Armando Corrêa da.

“*Na corrida de nosso tempo espaços a subjetividade a objetividade tendem a convergir em direção ao futuro*” (Corrêa da Silva, 1994). A polêmica em torno da política educacional e da questão curricular no país é de tamanha ordem que vale a pena enfrentá-la, embora saibamos que é quase impossível transpô-la. Estudar a política educacional, a escola, a questão curricular e o ensino de Geografia, no 1º e 2º graus, remete-nos a investigar o passado, pois este pode revelar a problemática do presente. Estudar a Geografia como disciplina escolar implica, por exemplo, em rever a elaboração de documentos curriculares e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), sendo que alguns destes foram impostos sem a legitimação dos educadores, da escola e da sociedade. Neste trabalho, o ponto de partida está na concepção da escola, de currículo e de ensino de geografia no processo de investigação da manifestação dos aspectos relacionados aos dispositivos legais e as contradições geradas por estes, que implicam nas questões teórico-metodológicas do ensinar e do aprender. A política educacional hoje dissocia conteúdo de método e teoria da prática. Concebemos o processo educativo enquanto fenômeno social e, em consequência, o ensino de geografia, com indissociabilidade entre teoria e prática, entre conhecimento e existência, entre realidade, ciência e consciência, que não tenha apenas a dimensão de uma disciplina de erudição informativa. Para o ensino de geografia, temos que ter uma perspectiva curricular que seja democrática e atenda os desejos dos educandos e que eles possam interpretar a realidade e pensar o mundo de maneira a transformá-los. Gostaríamos de estar construindo por uma educação que respeite as diferenças e o pensar de cada cidadão de modo a construir a sua humanidade.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental e Médio, Análise de Conteúdo, Política Educacional.

309. PONTUSCHKA, Nidia Nacib. A formação pedagógica do professor de Geografia e as práticas interdisciplinares. São Paulo, SP, 1994. (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo. Orientadora: NADAI, Elza.

Fornecer subsídios para a formação inicial do professor de Geografia sem isolá-lo do processo de formação intelectual abrangente que pressupõe o conhecimento das possibilidades das demais áreas científicas e das interfaces com a ciência geográfica, para analisar a construção do espaço geográfico pelas sociedades humanas, tendo como meta o ensino-aprendizagem da geografia. Visa contribuir especificamente para o aperfeiçoamento da disciplina Prática de Ensino da Geografia na Faculdade de Educação da USP (Feusp) e de forma abrangente para as licenciaturas, através da reflexão sobre os estágios que se propõem a construir uma ponte entre a universidade e o ensino de 1º e 2º graus e as práticas interdisciplinares desenvolvidas no interior da Feusp, juntamente com outras disciplinas.

Formação do Professor; Ensino Superior, Estudo de Caso, Estágio Supervisionado, Licenciatura.

310. ROCHA, Genylton Odilon Rego da. *A política do conhecimento oficial e a nova geografia do(as) professores(as) para as escolas brasileiras*. (O ensino de geografia segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais). São Paulo, SP, 2001. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: TOLEDO, Gil Sodero de.

O objeto de minha tese é a geografia escolar presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e médio, elaborados pelo governo brasileiro, como parte de sua atual reforma curricular. Lançando mão da pesquisa bibliográfica e documental, busquei identificar e caracterizar o que chamei de “nova geografia dos(as) professores(as)”, tornada oficial através do novo currículo nacional, ora em implementação no Brasil. Constatei que houve uma opção, por parte do Estado, por uma geografia escolar de base fenomenológica e psicologizante. Como resultado de uma seleção curricular intencional, prescreveu-se um ensino de geografia baseado nos aportes teóricos da geografia humanística e da percepção, viabilizado graças a métodos de ensino fundamentados na teoria construtivista. Procuro demonstrar que esta apropriação estatal das geografias da percepção e humanística, bem como do construtivismo pedagógico, tornando-os o suporte teórico-metodológico da geografia que se quer ensinada nas salas de aula, deriva-se da demanda neoliberal de impor, para o conjunto da sociedade, as novas formas de sociabilizarão capitalista. Assim sendo, a ênfase na subjetividade, que caracteriza esta nova geografia dos(as) professores(as), é utilizada pela lógica neoliberal, enquanto potencializadora da formação de cidadãos que se percebem apenas enquanto indivíduos e nunca enquanto classe. Ao desvelar as intencionalidades subjacentes a esta opção, espero poder estar contribuindo para que

façamos uma leitura mais crítica dos Parâmetros Curriculares Nacionais e do Ensino de Geografia neles prescrito.

Currículos e Programas, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Neoliberalismo, Política Educacional, Reforma Educacional.

311. ROCKENBACH, Denise. *Resgate da identidade*: registrando um projeto e investigando a relação identidade-espço. São Paulo, SP, 1999. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.

O processo de construção dessa pesquisa está intrinsicamente ligado a minha atuação enquanto professora de geografia em escolas públicas de 1º e 2º graus (ensino fundamental e médio). Não foram poucas as vezes em que, no cotidiano da sala de aula, me deparei com alunos que resistem em se assumirem como pobres, migrantes ou filhos de migrantes, moradores de periferia ou de favelas, etc., tomando para si o estereótipo de jovem da classe média, que frequenta *shopping center* e consome produtos de grife. Por que negar o que se é realmente? O que fazer para auxiliar esses alunos a assumir sua identidade? Foram essas questões que nortearam a construção de um projeto interdisciplinar denominado Resgate da Identidade no Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam) – Butantã, SP. Mas o que é identidade? Como pode a Geografia contribuir para essa discussão? Existe alguma relação entre identidade e espaço? Estas são as questões que orientaram a elaboração dessa pesquisa, que faz o registro do projeto Resgate da Identidade e discute a identidade através de algumas tríades: identidade-tempo-espço; identidade-habitante-lugar – lugar-uso-valor – lugar-valor de uso-valor de troca; identidade-memória-vivido – percebido-concebido-vivido. A questão da identidade assume mais relevância quando atentamos para o fato de que o Cefam é um curso de formação de professores de pré-escola e séries iniciais: qual a contribuição do projeto Resgate da Identidade para a formação do professor e do cidadão? Sem a pretensão de esgotar o assunto as instigantes questões colocadas acima são abordadas neste trabalho.

Características dos Alunos, Ensino Médio, Relato de Experiência, Identidade.

312. RUFFINO, Sonia Maria Vanzella Castellar. *Noção de espaço e representação cartográfica: ensino de Geografia nas séries iniciais*. São Paulo, SP, 1996. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientadora: SIMIELLI, Maria Elena Ramos.

O tema central de nossa tese é a noção de espaço e a representação cartográfica. Analisamos os conceitos da estruturação e representação cartográfica e sua contribuição para o ensino de geografia. Concomitantemente, analisamos a existência do distanciamento entre o que se pretende ao ensinar geografia, o que o aluno é capaz de aprender, e a formação do professor. A construção dos conceitos da representação cartográfica e sua sistematização passa pela compreensão do desenvolvimento cognitivo da criança. Esses conceitos fundamentam a alfabetização em cartografia, sendo este o início do processo do ensino de geografia, no qual o aluno, enquanto observa, percebe e representa o espaço vivido, estabelece relação entre as diferentes realidades sociais. O processo do ensino de geografia passa a ter um significado tal beneficiando, então, a articulação que haverá entre a ciência e o ensino, ou seja, as questões teórico-metodológicas da ciência geográfica estarão sendo elaboradas pela criação a partir da situação onde ela terá que vivenciar na prática o objeto da geografia – o espaço geográfico.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Cartografia, Espaço Vivido.

313. SIMIELLI, Maria Elena Ramos. *O mapa como meio de comunicação: implicações no ensino da Geografia do 1º grau*. São Paulo, SP, 1986. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: CONTI, José Bueno.

A pesquisa discute o mapa como elemento transmissor de informação e avalia sua eficácia como meio de comunicação. O estudo centraliza-se nas etapas que envolvem a criação e o uso do mapa. O primeiro passo foi a construção do instrumento de pesquisa – o mapa –, considerando as especificidades da clientela a que se destinavam. Como informação a ser trabalhada foram escolhidos os temas relevo e hidrografia do Brasil do Atlas Geográfico Escolar (Simielli & De Biasi, 1983). Para a segunda etapa – leitura do mapa – foram aplicados questionários na Escola Estadual de 1º Grau Brasília Machado, situado na Vila Madalena em São Paulo, SP, com alunos de 11 a 15 anos, cursando da 5ª a 8ª séries. No trabalho, a cartografia é definida como a “teoria, técnica e prática de duas esferas de interesse – a criação e o uso de mapas”. A aplicação foi realizada por meio de testes com os alunos. As conclusões foram: o mapa será mais eficiente se o cartógrafo confeccioná-lo para uma clientela específica; o aluno precisa conhecer qual é o melhor caminho para conseguir ler o mapa e nisso deve ser orientado pelo professor; o professor também precisa estar bem informado quanto ao alfabeto cartográfico para transmiti-lo; em nível de leitura de mapas, os alunos leram de forma crescente da 5ª para a 8ª série; a colocação anterior liga-se basicamente à capacidade de abstração e correlação do aluno, que ainda é incipiente nesta faixa etária, colocando-se a necessidade de pesquisas interdisciplinares.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Relato de Experiência, Cartografia, Mapas.

314. SOARES, Maria Lucia de Amorim. *Girassóis ou heliantos: maneiras criadoras para o conhecer geográfico*. Piedade, São Paulo, 1996. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientadora: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de.

A tese combina linguagem poética com a científica. Seu trabalho reflete a trajetória de sua prática como docente como professora do ensino fundamental e médio em Piedade, SP. O texto é um mergulho de si mesma na experiência, compondo e criando palavras e expressões para significar e representar a ação pedagógica no ensino de Geografia. Para ela, a escola é um espaço real situada em um contexto concreto. Vê a escola como um espaço que tenta encerrar o aluno em um mundo distante da realidade. Afirma que é preciso suturar esses opostos, para isso propõe subverter o modelo tradicional de ensino, baseado no controle disciplinar do corpo e da ciência, por meio do uso de diversas linguagens, como o senso comum, as poéticas, as imagéticas, as filosóficas, etc. A tese é medida por fragmentos/ recortes. São alças de suspensão do cotidiano de uma sala de aula, dinâmica do/no texto. Girassóis ou heliantos, à maneira de Van Gogh, empareda a intensidade da vida de uma professora de geografia, ao mesmo tempo que tem janelas que um pedreiro, recorta na parede.

Prática Docente e Educativa, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdos, Imaginação.

315. SOARES JÚNIOR, Francisco Cláudio. *Ensino-aprendizagem do conceito de lugar geográfico no ensino fundamental*. Natal, RN, 2000. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientadores: FERREIRA, Maria Salomilde.

Este estudo está inserido numa pesquisa relativa à elaboração de um currículo escolar centrado na formação de conceitos como componentes básicos de sua organização, com a finalidade de atingir objetivos educativos que permitam o pleno desenvolvimento do educando enquanto cidadão consciente e participativo. Foi efetivado no âmbito de uma instituição escolar da rede de ensino público estadual da cidade de Natal, RN. Nesse sentido, privilegiamos intervir na mediação do professor, considerando-a um elemento básico na elaboração conceptual das crianças inscritas no 1º nível do 1º ciclo (alfabetização), do ensino fundamental, no ano letivo de 1998. O estudo foi feito em duas turmas (A e B) com um total de 43 alunos, sendo escolhidos 20 deles (10 de cada turma) para constituir-se o referencial empírico de análise do processo de elaboração conceptual de crianças no início da escolaridade obrigatória. O trabalho implicou numa intervenção pedagógica onde o conceito de “lugar geográfico”

se constituiu o elemento nuclear da elaboração dos significados conceptuais a serem trabalhados na área da Geografia, no nível de ensino anteriormente referido. Apreendemos que, de um modo geral, a mediação das professoras no processo de elaboração do significado de “lugar geográfico” foi satisfatória, uma vez que no final do 1º nível do ciclo exploratório as crianças iniciaram o processo de ruptura com os significados apresentados no diagnóstico inicial. Esse estágio de elaboração conceptual alcançado pelas crianças encontra-se relacionado às suas capacidades mentais de apreensão dos atributos inerentes aos conceitos em estudo. Elas ainda estão num estágio de familiarização com os atributos que particularizam esses conceitos, sendo capazes de compreendê-los a partir de suas vivências reais-imediatas e aplicá-los a situações referentes a esse estágio da elaboração conceptual. No entanto, algumas dessas crianças, já evidenciam indícios da elaboração de abstrações e processam relações e generalizações relacionadas a estágios mais desenvolvidos de reelaboração de conceitos. Assim, o ensino da geografia ancorado nos princípios teórico-metodológicos da formação e desenvolvimento de conceitos numa perspectiva sócio-histórica, assume um perfil que produz avanços significativos na sua forma de veicular os conhecimentos específicos dessa área do saber escolar, organizando-os a partir dos atributos essenciais que os particularizam.

Formação de Conceitos, Ensino Fundamental, Pesquisa-Ação, Lugar.

316. VASCONCELLOS, Regina. A cartografia tátil e o deficiente visual: uma avaliação das etapas da produção e uso do mapa. São Paulo, SP, 1993. (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: TARIFA, José.

Este trabalho teve como principal objetivo, a pesquisa e o desenvolvimento de uma linguagem gráfica visual e tátil. A cartografia tátil facilita o conhecimento do espaço geográfico, sendo fundamental no ensino e na mobilidade de pessoas portadoras de deficiência visual. Os recursos gráficos em relevo ou adaptados à visão subnormal, possibilitam a superação de barreiras informacionais, contribuindo para a integração do deficiente visual na escola, no trabalho e na vida cotidiana. Os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa centraram-se em quatro áreas básicas: cartografia, cartografia tátil, ensino e deficiência visual. Os materiais e as técnicas empregadas na construção e reprodução das representações gráficas destinadas ao usuário deficiente visual. Os procedimentos metodológicos delinearão as etapas do processo de comunicação cartográfica, visando o desenvolvimento e a aplicação da linguagem gráfica.

Representação Espacial, Ensino Fundamental, Análise de Conteúdo, Cartografia Tátil, Deficiente visual.

317. ZANATTA Beatriz Aparecida. *Geografia escolar brasileira: avaliação crítica das atuais orientações metodológicas para conteúdos e métodos de ensino da Geografia*. Marília, SP, 2003. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista. Orientador: LIBÂNEO José Carlos.

Este trabalho apresenta elementos para interpretação das propostas de ensino de geografia elaboradas na década de 1990. Busca-se aprofundar o estudo da produção recente sobre metodologia de ensino dessa disciplina e contribuir com os estudos voltados para a didática e a prática de ensino de geografia. Parte-se do pressuposto de que as atuais propostas de ensino estariam incorporando temas e procedimentos metodológicos tratados por autores clássicos da geografia (especificamente Ritter) e da pedagogia (especificamente Pestalozzi), acrescentando-se a eles importantes conceitos e subsídios metodológicos obtidos com base em temáticas integrantes do pensamento pós-moderno. A pesquisa constou de análise de material bibliográfico (livros, artigos, teses e orientações curriculares) baseada em critérios pautados pela unidade objetivos-conteúdo-métodos postulada na Didática Crítico Social. Considerando tais critérios, foi realizado um cotejamento entre princípios, conceitos e métodos da geografia clássica e das propostas atuais para o ensino de geografia. A conclusão aponta para a identificação da continuidade entre as atuais propostas e as sugestões metodológicas formuladas pelos clássicos, mas uma continuidade superadora que integra dimensões da condição pós-moderna. Reafirma também que a qualidade da aprendizagem escolar de geografia depende, de forma relevante, das novas contribuições da pedagogia e da didática.

Conteúdo-Método, Pesquisa Bibliográfica e Documental, Prática de Ensino de Geografia.

PALAVRAS FINAIS

Este trabalho revela várias questões que podem ser estudadas posteriormente por outros profissionais cuja pesquisa acadêmica é fonte de investigação. Constata-se que existem pesquisas que repetem, nas suas análises, temas iguais e identificam os mesmos problemas. Observa-se ainda que na “revisão bibliográfica” de tais a utilização de outras dissertações e teses são pouco significativa e, em alguns casos, há uma repetição de procedimentos e até propostas de resoluções de problemas com as mesmas soluções.

Também ressaltam-se algumas dificuldades encontradas para a realização deste trabalho que dizem respeito à localização e obtenção das dissertações e teses nas bibliotecas. A inexistência de mecanismos de socialização que levem os resultados dos trabalhos para outros locais faz com que 90% dos exemplares originais fiquem alocados nas bibliotecas das universidades onde as pesquisas foram realizadas e defendidas e, quase sempre, estão nas Bibliotecas Setoriais, localizadas nas Faculdades e/ou Institutos dos programas ou centralizadas nas Bibliotecas Centrais das universidades.

As condições de conservação dos documentos, nos acervos das Bibliotecas onde foram realizadas, são outro agravante. Geralmente, conta-se com um único exemplar. Além disso, há trabalhos que se perderam, outros que foram degradados pelo tempo e pelo uso, ou se encontrem com folhas rasgadas e tintas desbotadas. Existem trabalhos que foram devolvidos, no caso de empréstimos e, até trabalhos que foram furtados, segundo relatos de bibliotecários. Como a maioria desses trabalhos não resultou em publicações de livros, eles podem ter-se perdidos. Vale lembrar que até pouco tempo a reprodução e a impressão dos exemplares dependiam da quantidade e qualidade dos recursos disponíveis em cada universidade, dos recursos financeiros do autor e das próprias condições técnicas do momento. A despeito disso, a falta de reprodução e restauração tem acarretado e degradação de tais trabalhos. Tanto a reprodução quanto a restauração e a reencadernação dependem da iniciativa individual do autor, dos pesquisadores, dos professores, dos coordenadores, dos diretores e dos administradores das bibliotecas.

A falta de bases de dados específicos que congreguem a produção acadêmica, para facilitar sua divulgação e seu acesso, não possibilita o amplo conhecimento. Mas algumas universidades já vêm demonstrando preocupação com isso. Em algumas áreas, foram criadas base de dados por meio de CD-Rom, catálogos impressos e centros de documentação. Como as dissertações e teses são quase que totalmente desconhecidas, há necessidade de catalogação, sistematização e, em muitos casos, de restauração e preservação dos originais. Em algumas universidades, já existem projetos para organizar bases de dados digitais, *on-line*, das dissertações e teses, para disponibilizá-las na internet, mas ainda há poucas pesquisas no sistema e as disponíveis são aquelas defendidas nos últimos 5 anos, como é o caso da Base de Dados da Capes.

Outro caso observado é a não entrega da dissertação e/ou tese na Biblioteca. Após a apresentação e defesa, em alguns programas, os trabalhos são devolvidos pelos membros da Banca para o autor fazer correções, o que pode levar até dois anos entrar no acervo da biblioteca, ou até não

ser devolvidos para os programas. Existem casos em que os trabalhos constam nos fichários das bibliotecas, nas Bases de Dados, mais ainda não foram entregues pelo autor. Também trabalhos que, não contaram com financiamento da Capes/CNPq, ou de outras agências, podem não constar em nenhuma Base de Dados. Nas agências estaduais não foram encontrados bases de dados de dissertações e teses disponibilizadas para consulta, mesmo as financiadas por elas. Em algumas universidades, os autores, proíbem a divulgação do texto completo por meio de cópias, permitindo apenas a divulgação de seu resumo e consulta apenas, na biblioteca da universidade onde foi realizada.

A organização sistemática destes documentos, articulada às universidades, escolas, programas de pós-graduação, bibliotecas, e agências de fomento, é fundamental para aproximar o pesquisador e o professor da produção acadêmica. Pensado nisso, deseja-se que este *Catálogo* seja constantemente atualizado e divulgado para todas as universidades brasileiras, Secretarias de Educação dos estados, agências de fomento e outras instituições. Também pretende-se futuramente editar este material em CD-Rom, assim como preparar uma página na internet constituindo um banco de dados *on-line* e recuperar os antigos trabalhos com a ajuda de apoio das agências financiadoras.

REFERÊNCIAS

ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 1., 1987, Brasília, DF, Anais... Brasília, DF, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1987.

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5., Curitiba, PR, PR, *Anais...* Curitiba, PR: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1994.

AGB EM DEBATE. Órgão Oficial da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo: AGB, ano 2, n. 1, dezembro, 1990.

AGB EM DEBATE. Órgão Oficial da Associação dos Geógrafos Brasileiros São Paulo: AGB, ano 1, n. 2, março, 1990.

AGB EM DEBATE. Órgão Oficial da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo: AGB, ano 8, n.11, maio, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Caminhos e Descaminhos da Geografia*, Campinas: Papirus, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O pensamento geográfico e a realidade bra-*

sileira. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB-SP, n. 54, junho, 1977.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia*, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS. Maria A. P. Política de Pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais n. 128, out/dez, 1972.

CAPEL, Horácio. *Geografia Humana y ciências sociais: uma perspectiva histórica*. Barcelona: Montesinos, 1989.

CAPEL SAEZ, Horácio. *O nascimento da ciência moderna e a América: o papel das comunidades, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território*. Maringá: Ed. Da Universidade Estadual de Maringá, 1999.

BRASIL, Capes. Ministério da Educação e Cultura. *Novas perspectivas para o sistema de Ensino Superior do Plano Nacional de Pós-graduação*. Brasília: CAPES, 1975.

BRASIL, Capes. Ministério da Educação e Cultura. *Situação Atual da Pós-graduação no Brasil: 1977*. Brasília: CAPES, 1977.

BRASIL, Capes. Ministério da Educação e Cultura. *Situação Atual da Pós-graduação no Brasil*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: jul. 2003.

CARLOS, Ana Fani A. *Questões para a construção de uma política de pós-graduação em geografia*. *Revista da ANPEGE (Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia)*. São Paulo, 2003.

CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. Avaliação do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana FFLCH/USP: uma resposta à Comissão avaliadora da CAPES. *Geousp*, São Paulo, DG/USP, n.4, 1998.

CASTRO, Célia Lúcia M. Mestrando. Doutorando. Quem? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pes-

quisas Educacionais, n. 146, jan.-abr. 1980.

CAVALCANTI, Lana S. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 1998.

CHAGAS FILHO. Carlos. Atualidades e perspectivas da pós-graduação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. n. 128, out.-dez., 1972.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *A Universidade operacional: a atual reforma do Estado ameaça esvaziar a instituição universitária com sua lógica de mercado*. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 09/05/1999.

COSTA Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

DEMO, Pedro. *Introdução à Metodologia da Ciência*. São Paulo, Atlas. 1988.

FREITAG. Barbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: EDART, 1977

FRIGOTTO. Gaudêncio. Educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. *Revista de Educação*, São Paulo: APEOESP, n. 10, Abril, 1999.

GAMBOA, Silvio Sanchez. *Epistemologia da pesquisa em Educação*. Campinas: Faculdade de Educação-UNICAMP, 1998.

GERARDI, Lúcia Helena de O. *Anpege: o resgate de uma história*. In *Revista da ANPEGE (Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia)*. São Paulo, 2003.

GÓES. Paulo de. Aspectos Administrativos da Educação - a Pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, n. 128, out.-dez., 1972.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GUIDUGLI, Odeibler Santo. Currículo: solução ou problema nos programas de Pós-graduação em Geografia? In *Revista Geografia*, Rio Claro, SP: Unesp, v. 21, n. 11, p. 29-46, 1986.

LATORRE, Antonio; RINCÓN, Delio del, ARNAL; Justo. *Bases Metodológicas de la Investigación Educativa*. Barcelona: Nurtado, 1997.

LEITE. Celso Barroso. Pós-graduação – papel da CAPES. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, n. 128, out.-dez., 1972.

MEGID NETO, Jorge. *Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências no nível fundamental*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

NORONHA, Olinda M. *Proposta teórico-organizacional para a sistematização e institucionalização do grupo de estudos e pesquisas*. Americana: Unisal, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Pós-graduação em Geografia na Universidade de São Paulo: meio século de história. *Revista Geosp*, São Paulo: Departamento de Geografia/USP, n. 1, 1997.

OLIVEIRA, Betty Antunes de. *O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior*. São Paulo: Cortez /Editores Autores Associados, 1981.

PÁDUA, Elisabete M.M. *Metodologia da Pesquisa*. Campinas, Papyrus, 1999.

PAULA, Maria de Fátima C. A inserção da Universidade na Lógica Raciona-

lizadora do Capital: Casos USP e UFRJ. In: SILVA W.C. (Org). *Universidade e sociedade no Brasil*: oposição propositiva ao neoliberalismo na educação superior. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

PEREIRA, Jose Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. (Org.) *As ciências no Brasil*, vol. 1, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

PINHEIRO, Antonio Carlos; MASCARIN, Silvia Regina. Problemas sociais da escola e a contribuição do ensino de Geografia. *Revista Terra Livre*, SP: AGB, n. 11-12, 1996.

PONTUSCHKA, Nidia N. Parâmetros Curriculares Nacionais: tensão entre Estado e escola. In: CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). *Reformas no mundo da educação*. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS M.; SILVEIRA M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS M.; SILVEIRA M. L. O ensino superior público e particular e o território brasileiro. Brasília: Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior, 1998.

SÃO PAULO. CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) Secretaria de Estado da Educação *Proposta curricular para o ensino de Geografia: 1º grau, 6ª ed.*, São Paulo: CENP/SE/SP, 1990.

SCHÄFFER, Neiva Otero. Os Estudos Sociais ocupam novamente o espaço da discussão. *Revista Terra Livre*, São Paulo: AGB, n. 4, 1988.

SCHOR, Tatiana. Da ciência como vocação à ciência como profissão: a institucionalização da pós-graduação no Brasil. *Revista Geosp*, n. 1, São Paulo: Departamento de Geografia/USP, 1997.

SINDER M. Avaliação Institucional: uma estratégia de superação da crise da universidade brasileira, In: Silva. W. C. (Org.). *Universidade e sociedade no Brasil: oposição propositiva ao neoliberalismo na educação superior*. Niterói: Intertexto/Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

SOARES, Magda B. *Alfabetização no Brasil, o estado do conhecimento*. Brasília: INEP/REDC, 1989.

SPÓSITO, M. E. B. Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Geografia: pontos e contrapontos para uma análise. In: CARLOS, A. F. OLIVEIRA, A.U. (org.). *Reformas no mundo da educação*, São Paulo, Contexto, 1999.

SUERTEGARAY, Dirce M. Antunes. A expansão da pós-graduação em geografia e a Anpege. In: Revista da Anpege (Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia), São Paulo, 2003.

SUCUPIRA. Newton. Ensino Superior: expansão, reforma e pós-graduação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, n. 128, out.-dez., 1972.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez, 2000.

TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 1987.

TRIVINOS, Augusto N. S. *Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo. Atlas, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (Sistema de Bibliotecas). *Normas para apresentação de documentos científicos*. Curitiba, PR: Editora UFPR, v. 4-6-7-9-8-10, 2000.

VLACH, Vânia R. F. Carlos Miguel Delgado de Carvalho e a Orientação Moderna em geografia. In: VESENTINI, José William (org.). *Geografia e Ensino*. Campinas: Papirus, 1989.

ZARUR, Jorge. *A Geografia no curso secundário: geografia e educação*, Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1942.

Catálogos de dissertações e teses consultados

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. *Teses em educação: – 1981-1982*. Belo Horizonte: Anped, 1983.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dissertações e Teses: 1968-1979*. Rio de Janeiro: Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa, Vol I, 1980.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/Capes. *Teses brasileiras em educação*. Brasília: MEC/CAPES, 1976.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Catálogo do banco de teses*. Brasília, DF: MEC/Secretaria Geral, 1982, v. 5.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Catálogo de teses e dissertações: 1948-1988*. Porto Alegre: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 1989.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Catálogo de teses e dissertações: 1994-1996*. Porto Alegre: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 1997.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Catálogo de teses e dissertações*. São Paulo: Comissão de Pós-graduação/PUC-SP, 1990.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Produção Científica do Curso de Mestrado em educação da UnB: 1975-1984*. Faculdade de Educação/UNB, Brasília, 1984.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Catálogo bibliográfico de produção da Faculdade de Educação – Mestrado – 1977 a 1997*. Org. Gil-

denir Carolino Santos e Vera Lucia Gonçalves. Campinas: FAE/UNICAMP, 1999.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. *Catálogo de dissertação e teses*. Maringá, PR: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 1995.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. *Dissertações de Mestrado: 1989-1993*. Ponta Grossa: FAE/Programa de Pós-graduação em Educação, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Catálogo de teses e dissertações: 1970/1976*. Niterói, RJ: Núcleo de Documentação/UFF, 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Catálogo das 400 dissertações de mestrado: 1975-1995*. Programa de Pós-graduação em Educação-UFF, Niterói-RJ: EDUFF, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Catálogos de Dissertações: 1979-1987*. São Carlos, SP: Centro de Educação e Ciências Humanas/Ufscar, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *100 Dissertações: 1979-1989*. São Carlos: Pós-graduação em Educação/Ufscar, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Catálogo de teses e dissertações em educação*. Santa Maria: Centro de Educação da UFSM, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Resumos de teses e dissertações de Pós-graduação da UFPR*. Curitiba, PR: Pró-Reitoria de Pós-graduação da UFPR. Curitiba: 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Catálogo de dissertações de mestrado: 1981-1985*. Curitiba, PR: Curso de Pós-graduação em Educação/UFPR, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Resumos (teses e dissertações)*.

Pelotas, RS: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação/UFP, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Teses e Dissertações em educação*. Rio de Janeiro: CFCH/Biblioteca/UFRJ, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Dissertações e teses defendidas na UFSC – ago./1987 a dez./1994*. UFSC. Elaboração: Ieda Maria Souza de Oliveira: coordenação: Beatriz Liechti Siedler. Florianópolis, SC: Imprensa Universitária, 1995, v. 2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Resumos de dissertações*: 1994-1997. Florianópolis, SC: Centro de Ciências da Educação/UFSC, 1997.

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. *Resumos de dissertações e teses*: 1992-1997. Piracicaba, SP: Pró-Reitoria de Pós-graduação/Unimep, 1998.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Catálogo de teses*: 1934/1983: Série II – Ciências Humanas. São Paulo: Sistemas de Bibliotecas da USP, 1984.

ÍNDICES

ÍNDICE DE LUGARES ESTUDADOS NOS DOCUMENTOS

Brasil Geral	012. 030. 036.146. 155. 208. 274. 280. 287. 289. 310. Amazônia 043. 067. 094. 153. Nordeste 023.
Países	Argentina 216. Canadá (Quebec) 086. Chile (Santiago)132. Moçambique (Maputo) 292. Peru (Lima) 266. Uruguai (Montevidéo) 253.
Unidades Federativas	
Alagoas	Maceió 227.
Amazonas	Manaus 067.

Bahia	Bahia (Estado) 053. Ihéus 033. Salvador 040. 161. 250.
Ceará	Fortaleza 129.
Distrito Federal	Brasília 253.
Espírito Santo	Cachoeiro do Itapemirim 134. Espírito Santo (rio Itaúnas) 295. Vitória 048.
Goiás	Águas Lindas 275. Catalão 213. Goiás (Estado) 113. Goiânia 046. 057. 062. 063. 064. 156. 210. 220. 288. Jataí 255. Porangatu 139.
Maranhão	São Luís 198.
Mato Grosso	Cáceres 173. 258. Cuiabá 010. 184. Mato Grosso (médio Araguaia) 285. Mato Grosso (Pantanal) 073. Mimoso 073. Rondonópolis 249. Várzea Grande 010.
Mato Grosso do Sul	Dourados 002.

Minas Gerais	<p>Araguari 185.</p> <p>Belo Horizonte 015. 022. 080. 084. 089. 093. 116. 144. 206.</p> <p>Brumadinho 011.</p> <p>Governador Valadares 192.</p> <p>Minas Gerais (Estado) 051. 060. 101. 212.</p> <p>Minas Gerais (norte de) 008.</p> <p>Minas Gerais (região do Alto Jequitinhonha) 154.</p> <p>Montes Claros 109. 166. 167. 168.</p> <p>Pedro Leopoldo 115.</p> <p>Uberlândia 026. 037. 130.</p> <p>Viçosa 163.</p>
Paraná	<p>Antonina 160.</p> <p>Araucária 211.</p> <p>Curitiba 092.145. 267.</p> <p>Foz do Iguaçu 027.</p> <p>Francisco Beltrão 293.</p> <p>Londrina 014. 029. 087. 260.</p> <p>Maringá 039. 131. 252. 272. 306.</p> <p>Paraná (Estado) 194. 233. 257.</p> <p>Ponta Grossa 264.</p>
Pernambuco	<p>Caruaru 172.</p> <p>Pernambuco (Estado) 152.</p> <p>Recife 151.</p>
Piauí	<p>Teresina 024. 082. 224.</p>
RiodeJaneiro.....	<p>Angra dos Reis 244.</p> <p>Niterói 025. 041. 071. 177. 244.</p> <p>Rio de Janeiro (cidade) 018. 028. 036. 071. 077. 156. 180. 201. 276. 291. 299. 303. 305.</p> <p>Rio de Janeiro (Estado) 149. 242.</p> <p>São Gonçalo 223.</p>

Rio Grande do Norte	Natal 315. Rio Grande do Norte (Estado) 271.
Rio Grande do Sul	Carazinho 091. Caxias do Sul 140. Ijuí 017. 143. 235. 284. 124. Osório 222. 301. Panambi 114. Porto Alegre 004. 078.119. 132. 156. 188. 214. Rio Grande 219. Rio Grande do Sul (Estado) 061. Santa Maria 068. 079. 171. 202. 246. 267. Santiago 125. São Luiz Gonzaga 259. Uruguaiana 171.
Santa Catarina	Blumenau 013. Camburiú 019. Criciúma 104. Florianópolis 083.156. 230. Joaçaba 232. Lages 221. Santa Catarina (Estado) 090. São Miguel do oeste 035.164.

São Paulo Americana 302.
 Araçatuba 197.
 Araraquara 122.
 Assis 095. 294.
 Bananal 135.
 Brotas 302.
 Campinas 006.107. 148. 195. 226. 263.
 Itupeva 085.
 Guarujá 302.
 Limeira 178.
 Martinópolis 247.
 Osasco 021.
 Osvaldo Cruz 096.
 Piedade 314.
 Piracicaba 126.
 Pontal do Paranapanema 241.
 Presidente Epitácio 191.
 Presidente Prudente 099.100.197. 247. 251. 262. 300.
 Ribeirão Preto 197.
 Rio Claro 058. 201.290. 302.
 Santos 302.
 Santo André 097.
 São Paulo (cidade) 005. 020. 045. 097. 150. 201. 218. 234. 273.
 297. 298. 309. 311. 312. 313. 316.
 São Paulo (Estado) 123.149. 159. 175. 176. 187. 281. 283.
 São Paulo (Vale do Paraíba) 197.
 São Paulo (Vale do Ribeira) 197.
 Sertanópolis 007.
 Sorocaba 256.
 Várzea Paulista 158.

 Sergipe Aracaju 207.

ÍNDICE DE ASSUNTOS NOS DOCUMENTOS

Abordagem psicossocial

- 203.

Agricultura e produção agrícola

- 154. 197.

Agrimessura 1

- 84.

Agroecologia

- 022.

Análise do discurso

- 102.

Aprendizagem significativa

- 099. 162. 269. 300.

Arquitetos

- 065.

Associação dos Geógrafos Brasileiros

- 012. 047.

Bacias Hidrográficas

- 100. 107. 260. 263. 267. 272. 281. 295.

Bioregionalismo

- 073.

Carcaterísticas dos alunos

- 005. 006. 020. 027. 028. 034. 041. 042. 052. 105. 119. 129. 193. 204. 246. 297.
311.

Cartografia

- e Atlas Escolar 014. 086. 278
- e Atlas Municipal 011. 134. 178. 212. 270.
- e ideologia 287.
- e multimídia 069.
- e uso de croquis 058. 076. 150.
- em cursos de turismo 030.
- na alfabetização 001. 059. 092. 200. 224. 235. 278.
- no ensino-pesquisa 120. 157. 213. 218. 243. 251. 254. 260. 280. 293. 295. 312. 313.
- tátil 234. 316.
- temática 097. 101. 113. 162. 173. 192. 225. 228. 241.

Cidadania

- dos alunos 029. 037. 038. 064. 086.
- e formação 004. 052. 161. 164. 172. 196. 210. 237. 245. 284. 304.

Climatologia

- 028. 032. 066. 144. 290

Construcionismo

- 111.

Conteúdo-método

- 007. 040. 050. 053. 054. 056. 065. 072. 079. 084. 090. 106. 110. 116. 121. 124. 127. 144. 166. 170. 195. 203. 214. 220. 231. 238. 240. 244. 257. 284. 294. 300. 301. 302. 317.

Cultura

- 021. 301.

Currículos e programas

- 018. 021. 031. 044. 060. 062. 081. 101. 117. 130. 132. 142. 146. 147. 152. 158. 159. 163. 175. 176. 184. 194. 196. 197. 207. 208. 216. 227. 252. 253. 266. 269. 286. 289. 296. 308. 310. 315.

Desenvolvimento cognitivo/estudo psicogenético

- 032.186. 252. 279.

Didática

- e Conteúdo e Metodologia de Estudos Sociais (disciplina de) 257. 265.
- de Integração social (disciplina de) 257.
- e Prática de ensino de Geografia (disciplina de) 177.189. 309. 317.
- do professor 298.
- e transposição 031. 165. 208. 257.

Diretrizes curriculares nacionais – nível médio

- 196.

Educação

- Ambiental 004. 008. 022. 035. 038. 039. 061. 063. 071. 073. 083. 089. 099. 100. 104. 107. 109. 125.131. 135. 141. 154. 160. 164. 167. 185. 206. 211. 219. 222. 241. 242. 247.259. 262. 267. 272. 273. 275. 281. 290.
- à distância 026. 129. 144. 191.
- e evasão 020. 118.
- e reprovação/fracasso 041. 292.
- e sistemas de avaliação 034. 266.
- do consumidor 163.
- indígena 194.
- para o trânsito 210.
- popular 004. 021. 022. 142.

Empresas privadas

- 061.

Ensino (modalidade)

- licenciatura 019. 025. 045. 046. 087. 117. 119. 169.177. 221. 232. 241. 249. 264. 283. 309.
- militar 217.
- para necessidades especiais (visual) 075. 093. 214.234. 316.
- para necessidades especiais (auditiva) 238.

- pós-graduação 155. 176. 280. 307.
- supletivo 007. 021. 122. 246.
- técnico 184.

Ensino (nível)

- fundamental 001. 002. 004. 005. 006. 008. 009. 011. 013. 017. 018. 020. 021. 023. 024. 027. 028. 029. 031. 032. 033. 035. 037. 038. 039. 040. 042. 044. 046. 048. 049. 050. 051. 052. 053. 055. 056. 057. 058. 059. 060. 066. 067. 070. 073. 074. 075. 077. 078. 079. 080. 081. 082. 083. 085. 090. 092. 093. 094. 095. 096. 098. 100. 101. 103. 104. 105. 106. 108. 109. 114. 115. 116. 120. 126. 129. 127. 131. 134. 135. 136. 137. 138. 143. 145. 148. 146. 147. 150. 153. 156. 157 - 158 - 162 - 163 - 164 166. 167. 168. 172. 174. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 185. 186. 187. 188. 193. 194. 197. 200. 204. 205. 207. 209. 210. 211. 212. 213. 215. 218. 220. 223. 224. 226. 227. 228. 229. 231. 235. 236. 237. 239. 241. 244. 247. 248. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 258. 261. 262. 263. 267. 268. 269. 271. 275. 276. 277. 278. 279. 282. 288. 294. 297. 300. 301. 303. 304. 308. 310. 312. 313. 314. 315. 316.
- médio 007. 009. 014. 016. 019. 023. 033. 034. 035. 040. 045. 050. 064. 066. 067. 071. 072. 079. 091. 097. 102. 112. 118. 119. 135. 136. 145. 156. 160. 165. 166. 167. 170. 171. 173. 189. 195. 196. 202. 207. 209. 216. 224. 225. 228. 230. 241. 251. 257. 258. 261. 265. 277. 284. 290. 292. 302. 308. 309.
- superior 002. 012. 025. 026. 030. 035. 041. 046. 047. 050. 054. 062. 084. 087. 101. 110. 113. 115. 117. 132. 139. 144. 148. 149. 169. 176. 177. 192. 195. 201. 217. 221. 230. 232. 233. 241. 245. 249. 251. 258. 260. 264. 266. 268. 280. 283. 286. 289. 291. 293. 295. 296. 299. 303. 307. 309.

Escola

- plural 015.
- rural 073. 197. 213. 236.

Espaço

- local 011.
- e poder 159.
- e noções básicas 052. 059. 082. 093. 098. 182. 186. 218. 229. 236.
- e tempo 048. 121. 303.
- social 002. 023. 029. 068. 143. 184. 240.

- urbano 002. 005. 040. 089. 105. 116. 134. 139. 151. 162. 195. 210. 219. 220. 256. 275. 297. 303.
- virtual 029. 110.
- vivido 001. 004. 027. 029. 070. 077. 083. 085. 095. 104. 135. 169. 186. 193. 204. 207. 224. 236. 294. 297. 311. 312. 314.

Estágio supervisionado

- 309.

Estudo

- comparativo/correlacional 004. 010. 035. 038. 044. 070. 081. 086. 117. 130. 132. 137. 141. 142. 154.159. 174. 187. 193. 203. 205. 209. 216. 224. 247. 253. 260.
- de Caso 002. 005. 006. 011. 019. 020. 022. 024. 026. 028. 039. 040. 041. 043. 045. 046. 052. 053. 054. 057. 062. 063. 069. 073. 075. 078. 079. 083. 084. 085. 087. 090. 091. 095. 099. 101. 105. 110. 114. 115. 116. 119. 120. 122. 123. 124. 125. 126. 134. 138. 139. 140. 144. 156. 162. 163. 166. 169. 172. 191. 192. 194. 200. 206. 207. 210. 213. 214. 221. 230. 232. 236. 238. 243. 250. 259. 264. 266. 267. 271. 273. 275. 279. 283. 288. 290. 291. 292. 297. 309.

Estudos Sociais

- 040. 045. 047. 056. 060. 067. 081. 090. 116. 123. 134. 137. 140. 143. 153. 161. 182. 183. 226. 229. 231. 235. 265. 268. 276. 285. 296.

Faculdades Privadas

- 019. 045.

Filosofia

- 009. 035. 072.

Formação de Conceitos

- ambiência 070.
- cidade 078.
- ciência 046.
- clima 032.
- cultura 046. 223.

- espaço e tempo 093. 140. 182. 186.
- espaço geográfico 013. 033. 052. 168. 181. 206. 312.
- Estado-Nação 275.
- identidade 078.
- lugar 114. 203. 256. 288. 315.
- natureza 114. 261. 288.
- paisagem 049. 114. 138. 288.
- relações espaciais 059. 074. 082. 098. 120. 236.
- sociedade 114. 288.
- território 031. 058. 288.
- trabalho 020. 072. 143. 182.

Formação socioespacial

- 072.

Geografia

- crítica 009. 053. 094. 095. 096. 102. 155. 188. 204. 240. 244. 256.
- e alfabetização 004. 056. 070. 078.
- e Artes (ensino) 239.
- e Astronomia (ensino) 248.
- e Ciências Naturais (ensino) 175. 221.
- e Ciências Sociais (ensino) 192. 202.
- e dicotomia 016. 128. 190. 204.
- e História (ensino) 019. 021. 060. 122. 175. 179. 202. 266. 285.
- e Sociologia (ensino) 285.
- Cultural 223.
- Econômica 176
- Física/Humana 047. 128. 155
- humanísta 027. 035.
- matemática 054.
- movimento de renovação 012. 062. 096. 155. 201. 244. 251. 277.
- quantitativa 047. 151.
- regional 161.
- tradicional 009. 053. 096. 102. 171.
- urbana 209.

Geologia Introdutória (disciplina)

- 084. 233. 289.

Geomorfologia

- 050. 154.

Geopolítica/Geografia Política

- 217. 287.

Globalização/mundialização

- 105. 142. 253.

História da Geografia Escolar

- pensamento geográfico 009. 012. 013. 047. 088. 128. 189. 190. 208. 217. 274. 295.
- produção acadêmica 149. 155. 180. 199. 201. 280. 299. 305. 307.

Identidade

- cultural 130. 152.
- dos alunos 114. 311.
- dos professores/profissional 037.
- espacial 043. 070.

Imaginário

- da Amazônia 043.
- da cidade 124.
- social 247. 314.

Indústria

- 101.

Interdisciplinaridade

- 008. 016. 039. 056. 070. 078. 103. 104. 107. 135. 160. 170. 192. 234. 290. 293. 309. 311.

Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE)

- 036. 047. 199.

Livro didático

- análise de conceitos/conteúdos 043. 049. 067. 071. 072. 094. 102. 136. 151. 153. 188. 205. 208. 248. 251. 304.
- avaliação 050. 051. 066. 068. 161. 183. 189. 225.
- interação 010. 215.
- questão ambiental 016.

Livro paradidático

- 239.

Mapas

- conceituais 078. 091. 138. 300.
- construção e interpretação 014. 059. 070. 076. 092. 097. 134. 150. 162. 165. 279. 304. 312. 313.
- e coordenadas geográficas 069. 082. 092. 098. 120. 229. 236.
- mentais 027. 174. 213. 236. 267.
- turísticos 030.

Meios de Comunicação

- e mídia 043. 127.
- e multimídia 069.
- e televisão 005. 108. 127. 129.
- na sala de aula 007.

Mercosul

- 132. 216. 253.

Metropolização

- 089.

Migrantes/migração

- 020. 023. 239. 311.

Missão francesa no Brasil

- 149.

Movimento estudantil

- 012.

Movimentos Sociais

- 040.

Nacionalismo patriótico

- 047. 274.

Neoliberalismo

- 142. 146. 196. 310.

Organização não Governamental (ONGs)

- 219.

Paisagem

- 049. 124. 125. 138. 154. 157. 170. 193. 226. 260. 303.

Patrimônio Histórico

- 135.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

- 001. 031. 039. 044. 083. 123. 146. 155. 167. 175. 192. 212. 236. 269. 300. 308.
310.

Pensamento Geográfico

- 047. 066. 088. 147. 155.

Percepção

- ambiental 027. 028. 035. 073. 139. 206. 219. 259. 267. 275.

- cartográfica 059. 134. 213.

- de tempo-espaço 121.

- do ensino 024. 171.

- espacial 001. 033. 043. 059. 078. 083. 093. 174. 218.258
- paisagem 170. 226.
- urbana 124.

Pesquisa de análise de conteúdo

- 001. 009. 012. 015. 016. 023. 027. 030. 031. 033. 034. 036. 037. 048. 050. 055. 056. 058. 060. 061. 064. 065. 066. 067. 071. 072. 074. 077. 080. 088. 092. 094. 097. 102. 106. 108. 113. 127. 128. 129. 145. 147. 148. 153. 157. 164. 167. 171. 173. 175. 178. 179. 183. 184. 186. 188. 197. 201. 211. 212. 215. 218. 223. 225. 227. 229. 231. 233. 237. 240. 242. 244. 245. 248. 254. 255. 257. 258. 261. 263. 269. 277. 278. 282. 284. 286. 287. 289. 295. 298. 302. 304. 308. 310. 312. 314. 316.

Pesquisa bibliográfica e documental

- 047. 051. 089. 121. 123. 136. 146. 149. 151. 152. 155. 176. 180. 189. 190. 199. 208. 217. 219. 274. 280. 296. 299. 305. 307. 317.

Pesquisa Experimental

- 014. 018. 025. 042. 059. 093. 098. 112. 246. 252. 276.

Pesquisa-ação

- 007. 029. 032. 082. 100. 103. 104. 111. 131. 150. 170. 181. 185. 198. 220. 222. 235. 256. 262. 293. 294. 300. 315.

Planejamento Educacional

- 286.

Política educacional

- 044. 083. 152. 159. 197. 283. 296. 308. 310.

Políticas públicas

- 015. 063.

População

- 205.

Português instrumental

- 179.

Prática docente e educativa

- 016. 024. 037. 048. 049. 055. 057. 064. 075. 080. 087. 091. 095. 096. 103. 108.
112. 122. 126. 137. 143. 145. 156. 172. 179. 187. 198. 202. 210. 232. 233. 235.
237. 239. 243. 250. 254. 255. 261. 271. 276. 282. 292. 298. 310. 314.

Presidiários

- 246.

Professores

- capacitação 015. 026. 111. 133. 171. 172. 241.
- formação 002. 014. 015. 019. 025. 026. 045. 087. 115. 122. 132. 148. 169. 177.
221. 230. 245. 249. 251. 264. 265. 283. 291.
- leigos 255 - 285
- percepção docente 024 -168 - 171 - 232

Propostas Curriculares

- do Estado de São Paulo 096. 123. 126. 135. 175. 187
- do Estado de Pernambuco 152.
- do município do Rio de Janeiro 018.

Questões ambientais

- água 259. 263.
- degradação 131. 267. 273.
- enchentes 028.
- ecossistema 109.
- impactos 272.
- lixo/coleta seletiva 063. 073. 099. 139.
- meio ambiente 147.
- no ensino 039. 096. 099. 135. 136. 175. 262.
- poluição 099.
- preservacionismo/conservacionismo 016. 061. 273.
- recursos hídricos 259. 275. 281.
- resíduos sólidos 063. 073. 131.

Raciocínio geográfico

- 065.

Racionalidade técnica

- 183.

Recursos Didáticos

- artes 170. 314.
- atividades lúdicas 166. 193. 198. 214.
- estudo do meio 131. 231. 234. 301.
- fotografias aéreas 058.
- fichas didáticas 246.
- e estudo em laboratório 145.
- e história oral/vida 037. 207.
- e internet 026. 069. 110.
- e leitura/interpretação de textos 042. 080. 179.
- e literatura brasileira 023.
- e métodos estatísticos 054.
- e teleeducação 129.
- e uso de desenhos 059. 085. 138. 193. 218. 226. 258. 279. 300. 303. 314.
- e uso de maquete 070. 093. 193. 195. 293.
- e uso da mídia 127.
- e uso de multimídia/telemática 290.
- e uso de pesquisa na escola 013.
- e uso de software 054. 144.
- na cartografia escolar 011. 076. 157. 174. 200. 228. 241. 243. 278. 279. 304.
- para ensino de solos 051.
- para necessidades visuais 075.
- sala ambiente 202.
- trabalho de campo 084. 107. 118. 138. 145. 222. 233.

Reforma Agrária

- 130.

Relato de experiência

- 008. 013. 017. 021. 076. 096. 107. 109. 118. 133. 135. 143. 158. 165. 177. 182.
195. 202. 226. 239. 241. 265. 268. 270. 272. 285. 301. 303. 311. 313.

Relevo

- 050. 225.

Religião

- 006. 035.

Representação

- Espacial 001. 011. 014. 030. 043. 058. 059. 067. 069. 070. 076. 082. 085. 086.
092. 097. 113. 120. 134. 138. 150. 157. 160. 162. 165. 173. 174. 178. 200. 213.
217. 224. 225. 226. 228. 229. 236. 258. 260. 270. 278. 279. 293. 295. 303. 312.
313. 316.
- Social 023. 029. 036. 141. 242. 288. 304.

Sensibilização ambiental

- 131.

Sistema de Informação geográfica (SIG)

- 100.

Sociedade Geográfica

- 305.

Sócio-interacionismo

- 239. 256.

Solos

- 051.

Sustentabilidade

- 109. 125.

Tecnologia do computador

- 121. 144.

Totalidade

- 256.

Transdisciplinaridade

- 118.

Transversalidade

- 039. 063. 175.

Turismo/Ecoturismo

- 027. 030. 125. 191.

Urbanização

- 151.

Zona de desenvolvimento proximal

- 103. 256. 312.

ÍNDICE DE UNIVERSIDADES

FGV – Fundação Getúlio Vargas

- 186

PUC-CAMPINAS – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

- 009. 047. 195

PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

- 054. 110. 206

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

- 077. 240

PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

- 103. 171. 261

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

- 021. 038. 042. 046. 081. 111. 153. 158. 175. 182. 208. 292

UAM – Universidade do Amazonas

- 067

UCB – Universidade Católica de Brasília

- 253

UCG – Universidade Católica de Goiás

- 064

UCP – Universidade Católica de Petrópolis - RJ

- 242

UECE – Universidade Estadual do Ceará

- 129. 236

UECO – Universidade Estadual do Centro Oeste - PR

- 229

- UEM – Universidade Estadual de Maringá - PR
- 039. 121. 131. 173. 196. 272
- UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR
- 264
- UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
- 001. 034. 036. 180. 183. 223
- UFBA – Universidade Federal da Bahia
- 033. 053. 250
- UFCE – Universidade Federal do Ceará
- 094. 106
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
- 048
- UFF – Universidade Federal Fluminense
- 012. 025. 041. 071. 072. 177. 179. 201. 227. 244. 271
- UFG – Universidade Federal de Goiás
- 008. 057. 062. 063. 139. 162. 210. 220. 268. 277
- UFMA – Universidade Federal do Maranhão
- 198
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
- 011. 015. 022. 040. 051. 055. 065. 080. 086. 089. 093. 101. 115. 127. 134. 141.
144. 161. 154. 212. 243. 245. 255
- UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
- 002. 157
- UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
- 010. 073. 184. 258

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

- 146. 151. 152. 254

UFPI – Universidade Federal do Piauí

- 024. 082. 224

UFPR – Universidade Federal do Paraná

- 019. 027. 145. 160. 211. 257. 267

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

- 004. 056. 061. 070. 075. 078. 091. 112. 114. 117. 119. 132. 137. 140. 169. 203.
214. 216. 230. 238. 301

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

- 003. 018. 028. 060. 276

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

- 315

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

- 017. 050. 083. 090. 104. 116. 190. 204. 221. 231. 237

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos - SP

- 122. 126. 128. 178

UFSE – Universidade Federal de Sergipe

- 207

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria - RS

- 035. 068. 079. 202. 246

UFU – Universidade Federal de Uberlândia - MG

- 026. 037. 102. 105. 109. 118. 130. 155. 166. 167. 168. 185. 194. 249

UFV – Universidade Federal de Viçosa - MG

- 163

UNB – Universidade de Brasília

- 266. 275

UNESP-MA – Universidade Estadual Paulista - Marília

- 044. 099. 142. 147. 269. 300. 317

UNESP-PP – Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente

- 007. 096. 100. 120. 164. 176. 191. 213. 239. 241. 247. 251. 262. 293. 296

UNESP-RC – Universidade Estadual Paulista - Rio Claro

- 031. 052. 058. 059. 066. 074. 098. 187. 228. 252. 270. 278. 287. 302

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

- 006. 084. 095. 107. 143. 148. 149. 199. 226. 233. 235. 256. 265. 281. 285. 289.
294. 307

UNIJUI – Universidade de Ijuí - RS

- 124. 188. 259

UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba - SP

- 172. 192

URB – Universidade Regional de Blumenau - SC

- 013. 232

URG – Universidade do Rio Grande - RS

- 125. 219

USP – Universidade de São Paulo

- 005. 014. 016. 020. 023. 029. 030. 032. 043. 045. 049. 069. 076. 085. 087.
088. 092. 097. 108. 113. 123. 133. 135. 136. 138. 150. 156. 159. 165. 170. 174. 181.
189. 193. 197. 200. 205. 209. 215. 217. 218. 222. 225. 234. 248. 260. 263. 273.
274. 279. 280. 282. 283. 284. 286. 288. 290. 291. 295. 297. 298. 299. 303. 304.
305. 306. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 316

ÍNDICE DE ANO DE REALIZAÇÃO

| | |
|------|--|
| 1967 | 302. |
| 1972 | 202. 286. |
| 1973 | 081. 296. |
| 1974 | 041. |
| 1975 | 177. |
| 1976 | 112. 137. |
| 1979 | 230. 276. |
| 1981 | 079. |
| 1982 | 025. 059. 074. 098. 117. 186. 227. |
| 1983 | 143. 204. |
| 1984 | 066. 266. |
| 1985 | 018. 046. 128. 246. |
| 1986 | 313. |
| 1987 | 145. 205. |
| 1988 | 040. 190. 252. 274. |
| 1989 | 020. 077. 106. 153. 189. 199. 237. |
| 1990 | 094. 095. 140. 182. 197. 218. 228. 250. |
| 1991 | 017. 021. 042. 057. 068. 071. 087. 149. 240. |
| 1992 | 038. 055. 060. 067. 159. 215. 285. |
| 1993 | 002. 005. 009. 014. 023. 045. 103. 122. 133. 181. 209. 245. 261. 316 |
| 1994 | 029. 072. 116. 174. 229. 239. 244. 251. 263. 279. 309 |

1995 010. 016. 056. 088. 096. 119. 151. 157. 179. 183. 184. 232. 260. 289.

1996 019. 036. 052. 053. 062. 092. 126. 134.136. 152. 158. 163. 193. 200.
207. 208. 222. 277. 278. 282. 284. 288. 294. 304. 312. 314.

1997 024. 032. 033. 047. 065. 097. 120. 132. 135. 156. 180. 187. 195. 217.
231. 268. 281. 287.

1998 099. 101. 108. 161. 172. 243. 265. 297. 303. 308.

1999 049. 050. 093. 107. 129. 142. 148. 154. 164. 175. 213. 235. 255. 291.
311.

2000 008. 080. 082. 084. 090. 102. 104. 105. 171. 176. 221. 223. 226. 236.
253. 257. 258. 262. 269. 280. 300. 315.

2001 001. 003. 006. 012. 026. 034. 035. 037. 044. 051. 064. 070. 075. 076.
110. 111. 113. 114. 123. 130. 138. 155. 162. 185. 192. 194. 196. 224. 233.
241. 249. 256. 292. 293. 298. 301. 306. 310.

2002 004. 007. 013. 022. 030. 039. 054. 058. 063. 073. 089. 100. 109. 125.
139. 144. 150. 165. 167. 168. 173. 188. 191. 201. 203. 206. 216. 219.
225. 234. 242. 248. 254. 259. 264. 270. 272. 290. 299.

2003 011. 015. 027. 028. 031. 043. 061. 069. 078. 083. 085. 086. 091. 115.
118. 121. 124. 127. 131. 141. 146. 147. 160. 166. 169. 170. 178. 198. 210.
211. 212. 214. 220. 238. 247. 267. 271. 273. 275. 283. 295. 305. 307.
317.

